

Geraldo Luiz de Carvalho Neto

**Metarrepresentação em tradução:
uma análise relevantista dos processos inferenciais de
tradutores expertos na tradução de textos sensíveis (sagrados)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Linguística Aplicada.

Área de Concentração: Linguística Aplicada

Linha de Pesquisa: H – Estudos da Tradução

Orientador: Prof. Dr. Fábio Alves

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

Maio/2010

הדבר מסור ללב וכל דבר המסור ללב נאמר בו ויראת מאלהיך

Tratado Bava Metsia

The matter is entrusted to the heart. And concerning any matter that is entrusted to the heart the verse says: ‘And you shall fear your God’.

Tractate Bava Metzia, The Steinsaltz Edition.

RESUMO

Esta tese objetiva discutir o fenômeno da metarrepresentação em tradução a partir de uma análise relevantista dos processos inferenciais de tradutores expertos quando lidam com contextos desconhecidos, ou seja, um texto-fonte situado a uma distância considerável de tempo, espaço e cultura com relação ao público atual. Partindo-se de um questionamento de Gutt (2000b) acerca de como age o tradutor quando está diante de um texto-fonte situado em semelhante contexto desconhecido, se mais analiticamente ou intuitivamente, decidiu-se mapear o processo tradutório de um texto talmúdico, texto sagrado judaico que se encaixa dentro desta categoria de contextos desconhecidos, com o intuito de se observarem os processos metarrepresentacionais em curso durante o fazer tradutório. A metarrepresentação é aqui abordada segundo a perspectiva de Gutt (2004), segundo o qual a metarrepresentação, alcançada via metarreflexão, é a capacidade que os seres humanos têm de representar como outra pessoa representa um estado de coisas. Como arcabouço teórico utilizado para a análise dos dados apresenta-se a Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1986/1995) com sua aplicação à tradução pelos trabalhos de Gutt (1991/2000, entre outros) e Alves (2000a, 2000b, 2005, 2007, entre outros) e as considerações realizadas por Carston (2002) no tocante às explicaturas e implicaturas do enunciado. Conceitos-chave como os de codificação conceitual, codificação procedimental, explicatura, implicatura, pista comunicativa e semelhança interpretativa desempenham papel fundamental nesta tese, oferecendo o suporte teórico para a discussão dos resultados obtidos. Metodologicamente foi utilizada a técnica de triangulação para a coleta de dados. Reunindo-se as técnicas de observação direta, gravação pelo programa Camtasia® e relatos retrospectivos, foi realizada a pesquisa com 08 tradutores expertos do hebraico talmúdico para o português. O texto-fonte selecionado para a pesquisa constitui-se em um excerto do tratado talmúdico de *Bava Metsia*, capítulo 4, página 58b. Sua tradução apresenta desafios para os tradutores, solucionados via metarrepresentação. Um fenômeno recorrente nos textos-alvos produzidos foi a explicitação, analisada aqui segundo a categorização apresentada por Englund-Dimitrova (2005) de explicitação governada pela norma linguística e explicitação de natureza estratégica, o que evidencia a tensão existente entre os campos da semântica e da pragmática. Nesse sentido, buscou-se, outrossim, verificar a hipótese levantada por Alves (2008) de uma interrelação entre as categorias de Englund-Dimitrova, de Steiner (2005) e Hansen-Schirra *et al.* (2007) e as codificações

procedimentais e conceituais. Por fim, analisando-se os relatos retrospectivos com vistas a identificar instâncias de metarreflexão, capazes de produzir uma metarrepresentação mais acurada e, por conseguinte, possibilitar a produção de um texto-alvo com alto grau de semelhança interpretativa com o texto-fonte, procurou-se identificar elementos essenciais para a competência tradutória específica quando da tradução de textos situados em contexto desconhecido.

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss the phenomenon of metarepresentation in translation from a Relevance Theory-based analysis of expert translators' inferential processes when dealing with unfamiliar contexts, i.e., a source text located in a considerable distance of time, space, and culture in relation to the current audience. Starting from questions raised by Gutt (2000b) on how a translator acts when faced with a source text located in such an unfamiliar context, whether more analytically or intuitively, a decision was made to map the process of translation of a Talmudic text, sacred Jewish text that fits within this category of unfamiliar contexts, in order to observe the metarepresentation processes taking place during the act of translation. Metarepresentation is addressed here from Gutt's (2004) perspective, whereby the metarepresentation achieved through metareflection is the ability that humans have to represent how another person represents a state of affairs. The theoretical framework used for data analysis is Sperber & Wilson's (1986/1995) Relevance Theory with its application to translation by Gutt (1991/2000, among others) and Alves (2000a, 2000b, 2005, 2007, among others), and Carston's (2002) considerations with regard to explicatures and implicatures of the utterance. Key concepts such as conceptual encoding, procedural encoding, explicature, implicature, communicative clue and interpretive resemblance play a fundamental role in this dissertation, providing the theoretical framework for discussing the results. Methodologically, the technique of triangulation was used for data collection. Combining the techniques of direct observation, recording with Camtasia® software, and retrospective report, research was conducted with 08 expert translators from Talmudic Hebrew to Portuguese. The source text selected for research is an excerpt from the Talmudic tractate *Bava Metzia*, Chapter 4, page 58b. Its translation presents the translators with challenges solved via metarepresentation. Explicitation was a recurring phenomenon in the target texts, discussed here according to Englund-Dimitrova's (2005) categorization of norm-governed explicitation and strategic explicitation, which highlights the tension between the fields of semantics and pragmatics. Accordingly, it was sought, likewise, to verify the hypothesis raised by Alves (2008) of an interrelationship between the categories proposed by Englund-Dimitrova, Steiner (2005), and Hansen-Schirra *et al.* (2007) and the procedural and conceptual encodings. Finally, in analyzing the retrospective reports

to identify instances of metareflection, capable of providing a more accurate metarepresentation enabling therefore the production of a target text with a high degree of interpretative similarity with the source text, it was sought to identify key elements for specific translation competence when translating texts located in an unfamiliar context.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, nesse ensejo, a diversas pessoas que me auxiliaram no desempenho desta tese:

- Fábio Alves, meu orientador, pela paciência, pelo incentivo e pela dedicação com que me orientou e me acompanhou durante os quatro anos de doutorado;
- Rabino Leonardo Alanati da Congregação Israelita Mineira de Belo Horizonte, pela ajuda na seleção do texto-fonte em hebraico para o desenvolvimento de minha pesquisa e pela disponibilidade para conversas, orientação e revisão de parte de minha tese;
- Tamar Fuchs, professora de hebraico em Jerusalém, não só pelas aulas de hebraico, como também pelo suporte dado na interpretação de trechos do texto-fonte;
- David Fachler, professor e tradutor em Jerusalém, pelas primeiras aulas sobre o Talmud e pela participação em meu projeto-piloto;
- Lyslei Nascimento, professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenadora do Núcleo de Estudos Judaicos da UFMG, pela ajuda na obtenção de um professor orientador junto à Universidade Hebraica de Jerusalém;
- Nili Wazana, professora da Universidade Hebraica de Jerusalém, pela orientação durante minha estada para pesquisas nessa universidade;
- aos tradutores participantes de minha pesquisa, pela disponibilidade em colaborarem com meu trabalho.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram com sugestões, críticas e comentários para minha tese.

Enfim, a minha família e a meus amigos que souberam compreender e respeitar minhas ausências.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Ato de comunicação inferencial	54
Figura 2: Metarrepresentação em tradução	56
Figura 3: Configurações de ambientes cognitivos mútuos em tradução	57
Figura 4: <i>Bava Metsia</i> , cap. 4, 58b	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Traduções de M1-2	122
Quadro 2 – Explicitação em M1-2	138
Quadro 3 – Traduções de G1-7	139
Quadro 4 – Explicitação em G1-7.....	158
Quadro 5 – Traduções de M3/G7	158
Quadro 6 – Explicitação em M3/G7.....	167
Quadro 7 – Traduções de M5/G9	168
Quadro 8 – Explicitação em M5/G9.....	174
Quadro 9 – Traduções de M6	175
Quadro 10 – Explicitação em M6	183
Quadro 11 – Traduções de G11-12	184
Quadro 12 – Explicitação em G11-12	191
Quadro 13 – Traduções de G21	191
Quadro 14 – Explicitação em G21.....	201
Quadro 15 – Quadro sinóptico – Explicitação	204
Quadro 16 – Visualização da hipótese de interrelação	216
Quadro 17 – Percentuais de explicitação	218
Quadro 18 – Instâncias de metarreflexão	235

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
1.1. A escolha do modelo tradutório	24
1.2. A Teoria da Relevância e a tradução	26
1.2.1. A natureza inferencial da comunicação	26
1.2.2. A junção do modelo de código e do modelo inferencial	28
1.2.3. Contexto, ambiente cognitivo e manifestação mútua	30
1.2.4. O princípio da relevância	33
1.2.5. Os constituintes da informação	35
1.2.6. Explicaturas e implicaturas	36
1.2.7. Codificações conceituais e codificações procedimentais	39
1.2.8. Uso interpretativo e uso descritivo	40
1.2.9. Uma teoria de tradução baseada no uso interpretativo da linguagem ..	44
1.3. TR, tradução e metarrepresentação	54
1.4. Explicaturas e implicaturas: a distinção entre pragmática e semântica	60
1.5. Explicitação e explicitude em tradução	65
1.5.1. A explicitude como fenômeno no campo da semântica	65
1.5.2. Explicitação governada pela norma linguística e explicitação estratégica	68
1.5.3. A hipótese de uma interrelação	70
CAPÍTULO II – METODOLOGIA	72
2.1. Escolha do corpus	73
2.1.1. A tradução de textos sensíveis	73
2.1.2. O Talmud	76
2.1.2.1. A Torá	77
2.1.2.2. A compilação do Talmud	78
2.1.2.3. O estilo do Talmud	81
2.1.3. Uma página do Talmud	82
2.1.4. Delimitação do corpus: O Tratado de <i>Bava Metsia</i>	84
2.1.5. Os diferentes estratos da língua hebraica	86
2.1.5.1. O hebraico bíblico	87
2.1.5.2. O hebraico rabínico ou mishnaico	87
2.1.5.3. O hebraico medieval	87
2.1.5.4. O hebraico moderno	88
2.2. Seleção dos tradutores	88
2.3. Coleta de dados	90
2.4. A realização da tarefa tradutória	93
2.5. Análise	95
2.5.1. Apresentação do corpus e seleção dos excertos para análise	95
2.5.2. Análise dos excertos em seus aspectos linguísticos e contextualização	96
CAPÍTULO III – ANÁLISE	98
3.1. Corpus de estudo	99
3.2. Seleção dos excertos da Mishná e da Guemará analisados à luz da TR	102

3.3. Análise por excerto no tocante a sua contextualização, a suas codificações linguísticas e às explicaturas e implicaturas geradas	103
3.3.1. אונאה [onaah]: M1-2; G1-3; G5-7	103
3.3.2. אם היה בעל תשובה (im hayah baal teshuvah): M3; G7	109
3.3.3. אם הוא בן גרים (im hu ben guerim): M5; אם היה בן גרים (im hayah ben guerim): G9	111
3.3.4. שנאמר (sheneemar): M6	114
3.3.5. נבילות וטריפות שקצים ורמשים (neveilot utereifot shequetsim uremassim): G11-12	115
3.3.6. הדבר מסור ללב (hadavar massur lalev): G21	119
3.4. Análise por excerto do TF e seus respectivos TAs no tocante aos processos de explicitação em curso	121
3.4.1. אונאה [onaah]	122
3.4.1.1. Análise de אונאה [onaah] em M1-2	122
3.4.1.2. Análise de G1-3; 5-7: אונאת דברים [onaat devarim] e אונאת ממון [onaat mamon]	138
3.4.2. Análise de M3/G7: אם היה בעל תשובה (im hayah baal teshuvah)	158
3.4.3. Análise de M5 e G9: אם הוא בן גרים (im hu ben guerim)/ אם היה בן גרים (im hayah ben guerim)	168
3.4.4. Análise de M6: שנאמר (sheneemar)	175
3.4.5. Análise de G11-12: נבילות וטריפות, שקצים ורמשים (neveilot utereifot Shequetsim uremassim)	184
3.4.6. Análise de G21: הדבר מסור ללב (hadavar massur lalev)	191

CAPÍTULO IV - DISCUSSÃO DOS DADOS: A EXPLICITAÇÃO E AS CODIFICAÇÕES LINGÜÍSTICAS	202
4.1. Ponto de partida: a proposta de Alves (2008)	203
4.2. As codificações linguísticas (TR) e os processos de explicitação em curso segundo a abordagem de Englund-Dimitrova (2005)	204
4.3. As abordagens de Englund-Dimitrova (2005) e as de Steiner (2005) e Hansen-Schirra <i>et al.</i> (2007) em comparação	209
4.4. A interrelação apontada em Alves (2008): conclusão	214

CAPÍTULO V - DISCUSSÃO DOS DADOS: O PROCESSO METAR-REPRESENTACIONAL EM CURSO	217
5.1. A explicitação em curso: razões apontadas	218
5.2. A explicitação como consequência lógica do processo metarrepresentacional	223
5.2.1. Metarrepresentação em S1	224
5.2.2. Metarrepresentação em S2	225
5.2.3. Metarrepresentação em S3	227
5.2.4. Metarrepresentação em S4	228
5.2.5. Metarrepresentação em S5	230
5.2.6. Metarrepresentação em S6	230
5.2.7. Metarrepresentação em S7	232
5.2.8. Metarrepresentação em S8	234
5.2.9. Considerações finais sobre as instâncias de metarreflexão	235
5.3. Requisitos para a metarrepresentação	237
5.4. A metarrepresentação do ambiente cognitivo do público do TA: as citações bíblicas	244

CONCLUSÃO	250
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	256
ANEXOS	
Anexo 1: Termo de consentimento	264
Anexo 2: Perfil do tradutor	267
Anexo 3: Planilha de observação direta	270
Anexo 4: Modelo relato retrospectivo	271
Anexo 5: Traduções S1-S8	272
Anexo 6: Planilhas de observação direta S1-S8	289
Anexo 7: Relatos retrospectivos S1-S8	310
Anexo 8: Texto-fonte	353

Introdução

Ao terminar minha dissertação de mestrado (CARVALHO NETO, 2004), onde foi analisado, sob a ótica da Teoria da Relevância, o produto de segmentos das traduções do livro bíblico do Qohélet (ou Eclesiastes), feitas por Martin Buber (1997)¹ e Haroldo de Campos (1991) para o alemão e o português, respectivamente, foram tecidos alguns comentários acerca dos chamados “contextos artificiais” e sua implicação para os estudos da tradução. Da análise de segmentos das traduções de Buber e Campos do referido livro bíblico, encerrou-se a pesquisa de mestrado, procurando-se abordar, sem grandes detalhes, a questão dos contextos artificiais, embora não fizessem parte direta do objetivo da pesquisa. A partir dos comentários e paratextos desses tradutores a suas respectivas traduções, foram retirados subsídios para concluir que a reconstituição dos dados com base em um contexto que não mais é natural apresentou-se como uma tarefa árdua, exigindo trabalho minucioso do estudo das palavras do texto e de suas relações entre si, intra e intertextuais.

Os “contextos artificiais”, primeira denominação dada por Gutt (2000a), serão tratados nesta tese de doutoramento por “contextos desconhecidos”². Por contexto artificial ou desconhecido entende-se uma situação do texto-fonte, na qual faltam ao tradutor, em seu ambiente cognitivo, informações conscientes ou potencialmente conscientes sobre o texto que tem diante de si e que será objeto de tradução.

Sobre os contextos desconhecidos, Gutt, um importante teórico e prático no campo da tradução bíblica, faz interessantes reflexões acerca de como lidamos com um contexto que não é mais aquele existente naturalmente, e sim com um contexto distante, que não nos seja mais familiar. Coloca-se a seguinte questão: “Podemos de alguma maneira imergir nós mesmos naquele contexto e ainda assim proceder intuitivamente? Ou temos que trabalhar ‘refletidamente’ ou ‘analiticamente’ mais do que ‘intuitivamente’? Há uma diferença? E se houver, qual?”³ (GUTT, 2000a:169).

¹ A obra de Buber utilizada na dissertação de mestrado é a 8ª. edição da edição revisada de 1962.

² Durante a “Bible Translation Conference” realizada em janeiro de 2006 na cidade de High Wycombe, Inglaterra, Gutt mostrou sua insatisfação com o termo “artificial”, argumentando que poderia provocar inferências não desejadas como, por exemplo, a algo que não seria autêntico. A partir daí, por ocasião do VI Congresso Brasileiro de Professores de Alemão e I Congresso Latino-Americano de Professores de Alemão em julho de 2006 em São Paulo, Gutt sugeriu, através de correspondência pessoal com o pesquisador, o termo alemão *fremde Kontexte*. Após discussões com o Prof. Dr. Fábio Alves sobre uma possível tradução desse termo alemão para o português, decidiu-se adotar a terminologia “contextos desconhecidos” para designar os contextos distantes no tempo, no espaço e na cultura e que, por isso, possuem o caráter de *fremd*, de estrangeiro, estranho, distante, desconhecido.

³ Tradução de: “Can we somehow immerse ourselves in that context and then still proceed intuitively? Or do we perhaps work ‘reflectively’ or ‘analytically’ rather than intuitively. Is there a difference, and if so, what is it?”

E procurando dar uma resposta à indagação de Gutt apenas com base na observação de notas e comentários de Campos e Buber, encerrou-se a dissertação concluindo-se que o trabalho dos tradutores estudados se baseou muito mais em um comportamento de cunho reflexivo e analítico do que intuitivo.

No entanto, essas conclusões foram tiradas apenas com base em notas e escritos, sem se ter acesso aos tradutores. Tornou-se necessária, então, uma abordagem processual de traduções encerrando contextos desconhecidos, o que contribuirá, entre outras questões, para responder à pergunta de Gutt a respeito de como age o tradutor quando se encontra diante de um contexto distante do seu.

Pesquisas já realizadas no âmbito do CORPRAT (Corpus Processual para Análises Tradutórias – cf., como referência a esse grupo de pesquisa, PAGANO *et al.*, 2004) e do projeto EXPERT@ (Conhecimento experto em tradução: modelagem do processo tradutório em altos níveis de desempenho, processo CNPq 479340/2006-4) junto ao LETRA (Laboratório Experimental em Tradução) na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais já trabalham com uma abordagem processual dentro dos estudos da tradução, o que já pode fornecer subsídios para uma resposta às indagações de Gutt.

Uma outra questão vinculada às pesquisas processuais com tradutores diz respeito à expertise em tradução. No campo de pesquisas e trabalhos relacionados a este aspecto, pode-se citar Ericsson (2002), o qual aborda a expertise sob um ponto de vista geral, sem especificar sua aplicação a uma área determinada. No que tange à expertise em tradução, temos, entre outros, o trabalho de Alves & Gonçalves (2003) que lida com tradutores novatos. Terminando o artigo publicado a respeito, os autores incitam futuros pesquisadores a perscrutarem a tradução feita por tradutores expertos. Uma pesquisa posterior (Alves, 2005a) já dá um passo à frente, ao contrastar produtos de traduções de um mesmo texto-fonte por tradutores novatos e expertos.

Assim, partindo dessas reflexões e dando continuidade às pesquisas já iniciadas no LETRA no campo da tradução, se tornou premente a realização de uma pesquisa com tradutores expertos, tendo como tarefa tradutória a tradução de textos situados em contextos desconhecidos e onde fosse focado o processo de tradução.

Assim, à guisa de continuação do trabalho iniciado com a dissertação de mestrado, deu-se início a essa tese de doutorado, visando à pesquisa do processo tradutório de textos sagrados, que se encaixam dentro dos contextos desconhecidos, com o objetivo de perscrutar o processo tradutório de textos, cujo ambiente de produção

se situa a uma distância considerável do ambiente cognitivo do público-alvo hodierna. Entendeu-se que, dessa maneira, seria possível chegar a importantes conclusões sobre o comportamento do tradutor e visualizar estratégias em curso durante o fazer tradutório.

Com o intuito de testar a metodologia de coleta de dados a ser utilizada na pesquisa de doutoramento e colher primeiros resultados, foi empreendida em janeiro de 2006 uma viagem a Israel, onde foi desenvolvido um projeto-piloto com um tradutor experiente na tradução de textos talmúdicos do hebraico e aramaico para o inglês. Essa primeira escolha de um texto talmúdico para tradução enquanto texto-fonte situado em contexto desconhecido não se deu ao acaso.

Os textos bíblicos, como se sabe, foram objeto de um grande número de traduções desde a *Septuaginta* grega⁴ até a data atual, pelos mais variados motivos, produzindo tanto embates teóricos (cf., a título de exemplo, Cícero, século I a.e.c.⁵, sobre tradução literal vs. tradução pelo sentido) quanto confessionais (cf., p.ex., a tradução da Bíblia por Martinho Lutero para o alemão no séc. XVI, rompendo com a Igreja de Roma). Portanto, o processo de tradução de um texto bíblico poderia correr o risco de já vir impregnado de uma determinada ideologia⁶, de uma tradução anterior, enfim, correr o risco de não mais ser visto como uma tradução de um contexto desconhecido. Para os propósitos da pesquisa que ora se delineava, ou seja, observar o processo tradutório de um texto situado em contexto desconhecido, uma tradução feita dessa forma poderia não ser adequada.

Devido a meus estudos de língua hebraica e do judaísmo, procurei, assim, um corpus para a pesquisa que fosse escrito em hebraico e que se situasse dentro do âmbito dessa religião. Tal escolha se apoia tão-somente na familiaridade que tenho com essa área de estudo, sem descurar a importância de outros escritos sagrados em outras línguas, como o sânscrito e o árabe. Uma vez que não se desejava tomar um texto bíblico como corpus de estudo devido às razões apontadas acima, foi escolhido o Talmud enquanto um conjunto de textos de interpretação da Torá, a lei escrita de Moisés (o Pentateuco). O Talmud, por se basear na Torá, é considerado um livro sagrado do judaísmo e se encontra escrito em hebraico e aramaico. Desconhece-se uma

⁴ A *Septuaginta* ou Versão dos 70 é uma tradução do hebraico para o grego que foi feita para uso da comunidade de judeus do Egito no final do séc. III e no séc. II a.e.c., e teria sido realizada por 70 tradutores, donde o nome.

⁵ Antes da era comum.

⁶ Vou me abster aqui de discutir o problema da parcialidade ou imparcialidade por parte do tradutor ao desenvolver um projeto de tradução, pois tal discussão extrapolaria os objetivos de minha pesquisa. O que procuro acentuar é que um texto que foi objeto de repetidas traduções, pode não mais significar um desafio para o tradutor que o conheceria sob os mais variados ângulos.

tradução completa do Talmud para o português⁷. O que é possível encontrar em português são traduções de excertos talmúdicos (cf., a título de exemplo, AMÂNCIO, 2003 e BUNIM, 1998). Ademais, não foi encontrada uma tradução para o português do Tratado de *Bava Metsia*, porção talmúdica com a qual se trabalha nesta pesquisa. Este fato foi mais um fator decisivo na escolha do corpus.

Com o êxito da metodologia aplicada ao projeto-piloto que foi realizado em Jerusalém (uma parte dos resultados encontra-se publicada em CARVALHO NETO, 2006), deu-se início então à pesquisa de doutorado no Brasil com 08 tradutores do hebraico para o português. Foi possível utilizar, durante o projeto-piloto, a triangulação como metodologia, combinando a observação direta em tempo real pelo pesquisador e a gravação de relatos retrospectivos. Para a presente pesquisa, a observação direta e os relatos retrospectivos foram combinados com o uso de uma ferramenta eletrônica, o CAMTASIA®, ferramenta capaz de gravar tudo o que se passa no monitor do computador do tradutor enquanto este realiza a tarefa tradutória.

Assim como na dissertação de mestrado, foi utilizado para a análise dos textos-alvo produzidos durante a coleta de dados o arcabouço teórico da Teoria da Relevância (SPERBER & WILSON, 1986/1995) e sua aplicação à tradução (GUTT, 1991/2000b). Os motivos pelos quais se decidiu por continuar a utilizar a Teoria da Relevância estão devidamente expostos no capítulo teórico desta tese. No entanto, é relevante salientar aqui que a Teoria da Relevância, tal qual desenvolvida por Sperber & Wilson e aplicada aos estudos da tradução pela primeira vez por Gutt, junta dois aspectos do texto, o linguístico e o cognitivo, aspectos imprescindíveis à análise processual desenvolvida nesta tese de doutoramento. As inferências a que o leitor pode chegar têm como base a informação codificada linguisticamente e que é veiculada por um determinado enunciado. O conteúdo da informação codificada linguisticamente compõe o que a teoria denomina “explicatura”, enquanto as inferências feitas a partir da explicatura compõem a chamada “implicatura”. É esta combinação entre uma abordagem linguística e uma abordagem cognitiva que torna a Teoria da Relevância essencial aos propósitos desta tese.

Com o intuito de estudar as explicaturas e as implicaturas possíveis de serem geradas a partir dos enunciados selecionados do Tratado de *Bava Metsia*, passei trinta dias em Israel entre os meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009. Durante este

⁷ Sempre que se fizer referência, nesta tese, ao português, entenda-se o português em sua variante brasileira.

período de tempo, foram feitas pesquisas dentro da biblioteca da Universidade Hebraica de Jerusalém, nos campi de *Gv'at Ram* e *Mount Scopus*, sob a orientação da Profa. Dra. Nili Wazana. Com a pesquisa realizada, foi possível criar uma contextualização acurada dos termos analisados nesta tese e colher dados bastantes para estudar as explicaturas e as implicaturas vislumbradas para as porções escolhidas do texto-fonte.

Quando se trata de explicaturas e implicaturas, tocam-se, na verdade, questões relacionadas ao conteúdo explícito e implícito da informação. No âmbito da tradução, é importante observar como os tradutores lidam com ambos os aspectos da informação e como veiculam, em seu texto-alvo, o conteúdo explícito e implícito de um dado enunciado. Não raramente verifica-se um fenômeno que consiste em tornar explícito no texto-alvo uma informação que se encontra tão-somente implícita no texto-fonte. Este fenômeno da explicitação também foi recorrente nas porções analisadas dos diferentes textos-alvo produzidos durante a coleta de dados da presente pesquisa, fazendo com que se tornasse objeto de estudo durante a análise empreendida.

Segundo Englund-Dimitrova (2005), explicitação é “uma técnica ou estratégia, na qual o tradutor torna uma informação explícita no texto-alvo que estava apenas implícita no texto-fonte; ou para indicar a estrutura resultante no texto-alvo utilizando semelhante técnica ou estratégia”⁸ (p. 5). Outros autores já se ocuparam do fenômeno da explicitação em tradução, alegando, por vezes, ser este um universal de tradução (cf. BLUM-KULKA, 1986; CHESTERMAN, 1997; LAVIOSA-BRAITHWAITE, 1998; TOURY, 1980). No entanto, o objetivo nesta tese não é tratar do fenômeno da explicitação como um “universal de tradução”, mas sim ocupar-se da tensão entre o explícito e o implícito, abordando a explicitação tal qual definida acima por Englund-Dimitrova.

Dessa forma, o foco da presente pesquisa se localiza nas categorias de explicitação propostas por Englund-Dimitrova (2005) de explicitação governada pela norma linguística e explicitação de natureza estratégica. A primeira deriva dos sistemas linguísticos em contraste, enquanto a segunda surge para resolver um determinado problema de tradução específico, sendo mais de natureza *ad hoc*. A autora leva em consideração aspectos cognitivos no desempenho da tarefa de tradução e vê a explicitação como um fenômeno resultante do processo de interpretação do tradutor.

⁸ Minha tradução de: “a technique or strategy by which the translator makes such information explicit in the TT, which is only implicit in the ST; or to denote the resulting structure in the TT of using such a technique or strategy”.

Este enfoque no aspecto cognitivo condiz com a abordagem cognitiva da Teoria da Relevância, trazendo, ademais, à luz da discussão teórica a delicada linha-limite entre o campo da semântica e o da pragmática.

Esta tensão entre pragmática e semântica também se faz presente nos trabalhos de Steiner (2005) e Hansen-Schirra *et al.* (2007), que veem dois diferentes tipos de explicitação em tradução: a explicitude, ligada às propriedades semânticas e sintáticas do texto, e a explicitação dependente de interpretações vinculadas a informações contextuais. Entretanto, esses autores deixam deliberadamente de fora de sua pesquisa a explicitação neste último sentido. Cuidam tão-somente da explicitude, ou seja, do fenômeno de tornar explícito no texto-alvo informações implícitas do texto-fonte, mas informações apenas vinculadas às propriedades linguístico-textuais.

Nesse sentido, Alves (2008) propõe o estudo de uma interrelação entre as categorias descritas por Englund-Dimitrova de explicitação governada pela norma linguística e explicitação de natureza estratégica, as categorias de Steiner e Hansen-Schirra *et alii* de explicitude e explicitação, e as codificações linguísticas procedimentais e conceituais descritas pela Teoria da Relevância. A investigação da hipótese levantada por Alves em sua pesquisa pode também contribuir para se compreender como o viés semântico e o viés pragmático influenciam processos de tomada de decisão em tradução e sobre quais bases porventura o fazem.

Tomando-se como ponto de partida as noções de explicatura e implicatura, esta tese aborda, primeiramente, as categorias de Englund-Dimitrova e as aplica sistematicamente a todos os trechos analisados. O estudo da explicitação aqui se apoia nestas categorias, tomando-se como base a tensão existente entre o que está explícito e o que está implícito. Uma vez que a tensão entre a semântica e a pragmática subjaz a toda a discussão levada a cabo durante a análise, decidiu-se, em uma etapa posterior, cuidar da investigação da hipótese levantada em Alves (2008) da interrelação mencionada acima. Os resultados alcançados são cruciais para se compreender o fenômeno da explicitação e sua relação com a semântica e a pragmática.

Para tanto, foram tomados como fundamento os relatos retrospectivos dos respectivos sujeitos. Nestes encontram-se verbalizações que auxiliam na compreensão dos processos em curso durante o fazer tradutório. Um fenômeno recorrente nos relatos e observado durante a tarefa tradutória realizada pelos tradutores é o que Gutt (2004) denomina “metarrepresentação”. Esta pode ser definida como a representação de uma representação, ou seja, como uma pessoa representa o que outra pessoa representou. A

metarrepresentação é produto da metarreflexão empreendida pelos sujeitos, com o intuito de reconstruir tanto o ambiente cognitivo do público do texto-fonte quanto o ambiente cognitivo do público do texto-alvo. Nesta tese, este conceito de metarrepresentação desempenha um papel primordial, pois ajuda a explicar como os processos de explicitação ocorrem, orientando o pesquisador no reconhecimento das estratégias utilizadas durante a realização da tarefa de tradução.

Ademais, como esta tese envolve conhecimento experto em tradução, a metarrepresentação, fruto da metarreflexão feita pelos tradutores, indica importantes componentes da competência tradutória no tocante à tradução de textos situados em contextos desconhecidos. A investigação de como os tradutores metarrepresentam o ambiente cognitivo de um público distante no tempo e no espaço fornece insumos indispensáveis para pesquisas preocupadas com o aumento do nível de expertise quando se lida com a tradução de textos sensíveis em sua modalidade de textos sagrados. Neste sentido, esta tese contribui substancialmente para tal fim.

Tendo em vista tais objetivos, quais sejam a focalização dos processos de explicitação e a investigação da tarefa metarrepresentacional durante o processo tradutório, objetiva-se, por fim, delinear a estruturação desta tese a partir deste capítulo introdutório, como exposto a seguir.

No capítulo I, encontra-se a parte teórica desta tese. Aqui é apresentada a Teoria da Relevância (SPERBER & WILSON, 1986/1995) em seus aspectos principais para os objetivos da análise empreendida e sua aplicação aos estudos da tradução (GUTT, 1991/2000b). A escolha de tal modelo tradutório encontra-se também devidamente fundamentada. A partir da perspectiva da aplicação da Teoria da Relevância à tradução, introduz-se o conceito de metarrepresentação em tradução (GUTT, 2004), onde é delineada a forma como ocorre. Neste contexto, apresentam-se junto à discussão teórica questões relacionadas à pragmática e à semântica sob o ponto de vista de Carston (2002). Em seguida, trata-se da explicitação e da explicitude em tradução, onde se apresentam as abordagens de Englund-Dimitrova (2005) e as de Steiner (2005) e Hansen-Schirra *et al.* (2007). Por fim, é apresentada a hipótese da interrelação levantada por Alves (2008).

No capítulo II, encontra-se apresentada toda a metodologia empregada nesta tese. Este capítulo se inicia com a escolha do corpus de estudo que veio a constituir o texto-fonte. O Talmud é apresentado aqui em seus aspectos essenciais e estruturais para se chegar ao Tratado de *Bava Metsia*, página 58b. Em seguida encontram-se descritas a

seleção dos tradutores e as ferramentas utilizadas durante a coleta dos dados. A proposta de análise dos dados coletados durante a tarefa tradutória compõe a parte final do capítulo metodológico.

O capítulo III constitui o capítulo de análise dos dados. Os dados coletados com a tradução da página 58b, capítulo 4 do Tratado de *Bava Metsia*, foram meticulosamente analisados sob a ótica da Teoria da Relevância com o intuito de identificar as codificações conceituais e procedimentais em jogo, as quais constituíram um desafio a mais para o tradutor. Nessa empreitada, foram também discutidas as explicaturas e implicaturas do texto-fonte, o que foi objeto de uma contextualização baseada em um trabalho minucioso de reconstituição do contexto do texto-fonte. Nesse ponto, outro importante conceito da Teoria da Relevância, o de semelhança interpretativa entre o texto-fonte e o texto-alvo, foi aplicado à discussão desenvolvida na análise. A partir dos insumos obtidos com a análise, procedeu-se ao estudo da explicitação, utilizando-se as categorias de Englund-Dimitrova (2005).

O capítulo IV trata da discussão dos dados obtidos com a análise. Neste capítulo, à guisa de conclusão da análise, as reflexões obtidas serão expandidas, visando-se a verificar a hipótese levantada por Alves (2008). Será feita uma correlação entre os conceitos de Steiner (2005) e Hansen-Schirra *et al.* (2007) de explicitação vs. explicitude juntamente com os conceitos de Englund-Dimitrova (2005) de explicitação governada pela norma vs. explicitação de natureza estratégica. Estes conceitos serão, por sua vez, relacionados aos conceitos de codificação conceitual vs. codificação procedimental e explicaturas vs. implicaturas (SPERBER & WILSON, 1995).

No capítulo V, encontra-se mapeado o processo metarrepresentacional em curso durante a tarefa tradutória. Partindo-se da transcrição dos relatos retrospectivos dos 08 sujeitos colaboradores da pesquisa, procurou-se identificar indícios de metarrepresentação na fala dos tradutores, capazes de sustentar dois tipos de argumentação: a argumentação de que a tarefa metarrepresentacional é primordial quando da tradução de textos sagrados e aquela segundo a qual a metarrepresentação é condição *sine qua non* para o desempenho do tradutor com elevado grau de expertise.

Dessa feita, espera-se que esta tese possa contribuir para o campo disciplinar dos estudos da tradução, enfocando o processo tradutório de textos situados em contextos desconhecidos. Ademais, o estudo da metarrepresentação em curso oferece importantes resultados no tocante ao comportamento do tradutor e à natureza dos processos de

explicitação ocorridos, o que vem complementar e enriquecer as discussões teóricas envolvidas com este fenômeno.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. A escolha do modelo tradutório⁹

Na presente pesquisa, optou-se pelo arcabouço teórico da Teoria da Relevância, já que esta abordagem se encontrou como apropriada ao desenvolvimento do projeto, conforme os motivos expostos a seguir. A Teoria da Relevância (TR, de agora em diante) constitui-se em um modelo teórico desenvolvido por Sperber & Wilson (1986/1995¹⁰) para explicar o sucesso ou fracasso da comunicação oral monolíngue com base em uma perspectiva inferencial, propondo a junção de dois modelos já existentes: o de código e o inferencial, conforme exposto em detalhes mais à frente. Dessa forma, sua abordagem ultrapassa os limites textuais, tendo um alcance para além das propriedades estilísticas e linguísticas do texto, focalizando o processo inferencial em curso entre comunicador e público-alvo. Com a aplicação da TR à tradução pela primeira vez em 1991 por Gutt (1991/2000b¹¹), este introduziu o conceito de semelhança interpretativa em tradução, ampliando o campo de aplicação da TR. Com Alves (1995) e, posteriormente, trabalhos vinculados ao LETRA (Laboratório Experimental em Tradução/UFG), a TR e sua aplicação aos estudos da tradução passou a se ocupar de uma abordagem processual, focalizando o tradutor em sua tomada de decisões. Assim, o elemento subjetivo passa também a ser considerado como parte do processo tradutório, ao mesmo tempo em que se procura explicar as escolhas do tradutor.

Como teoria cognitiva, entende-se, portanto, que a TR, com sua ulterior aplicação aos estudos da tradução, está apta a construir uma intermediação entre o aspecto linguístico e o cognitivo do texto. Como será visto na sequência, a combinação entre os modelos de código e o inferencial, associada ao conceito de semelhança interpretativa, fornece sustento para se focar aspectos cognitivos no desempenho de tradutores durante o processo tradutório. Assim, a presente pesquisa, ancorada em uma abordagem processual, faz uso do arcabouço teórico da TR para, em uma etapa posterior, tratar do processo metarrepresentacional em curso.

Ademais, a aplicação da TR à categoria de textos sagrados, como será visto mais adiante, vem ao encontro do que Gutt chamou de “contextos artificiais” (cf. Gutt,

⁹ Nesta tese de doutorado, não serão apresentadas as várias teorias de tradução desenvolvidas desde Cícero (séc. I a.e.c.) até o final do séc. XX, por não ser este um dos objetivos da tese e por se considerar que a não menção dessas teorias não prejudica nem o foco do trabalho nem os resultados pretendidos. Procura-se, assim, evitar uma abordagem panorâmica de teorias de tradução dentro de uma tese de doutoramento; o enfoque será dado à teoria a ser empregada. O leitor interessado nas demais teorias de tradução poderá encontrar informações, entre outros, em Baker (1997) e Venuti (2000).

¹⁰ A obra de Sperber & Wilson data de 1986 e foi publicada em segunda edição em 1995. Nesta tese, todas as citações serão feitas a partir da edição de 1995.

¹¹ Nesta tese será usada para citações a segunda edição, que data do ano de 2000.

2000a:169). O tradutor tem diante de si um texto-fonte, produto de uma grande distância tanto espacial e temporal quanto cultural em relação ao texto-alvo. A TR, por postular comportamento inferencial por parte do ouvinte – e também do tradutor – dispõe de instrumentos capazes de lidar com tal distância, como, por exemplo, os conceitos de explicatura, implicatura, pistas comunicativas, codificações conceituais e procedimentais, assim como a semelhança interpretativa. A seguir, encontra-se melhor explicitada essa escolha, comentando Gutt.

Ernst-August Gutt (1991/2000a/2000b), um importante teórico e prático da tradução na área de textos bíblicos, consultor na Etiópia junto ao *SIL* (“Summer Institute of Linguistics”), mostrou-se em 1991 (cf. GUTT, 1991/2000b) insatisfeito com os modelos teóricos existentes e propôs uma nova descrição¹² da teoria e prática da tradução. Sugerindo que as teorias anteriores não passavam de descritivo-classificadoras, inadequadas para se fazer uma avaliação da tradução, Gutt comenta que esses enfoques:

classificam fenômenos em termos de suas propriedades intrínsecas. Avaliação e tomada de decisão, entretanto, não podem ser explicadas desta forma: o valor, o significado, a importância etc. de um fenômeno não se encontram em suas propriedades inerentes, mas em sua relação com os seres humanos¹³ (2000b:20-21).

Gutt argumenta, assim, a premência de duas mudanças de abordagem. A primeira advém para mudar o enfoque no produto ou processo da tradução em direção a uma abordagem que vislumbre mais a competência do indivíduo, através do que chama de CORT (“competence-oriented research of translation”, ou pesquisas em tradução orientadas para a competência). O autor procura explicar como as faculdades mentais processam informações e possibilitam a comunicação entre indivíduos. Gutt (2000a, b) parte do princípio de que os seres humanos têm a notável capacidade de expressar em uma língua o que está veiculado em outra. Desse modo, é essencial “entender a tradução através da *compreensão da competência comunicativa* que a torna possível”¹⁴ (GUTT,

¹² Gutt prefere o termo descrição (“account”) à abordagem (“approach”), pois o que ele pretende é descrever como o fenômeno tradutório acontece e não apresentar uma nova maneira de tradução (cf. GUTT, 2000b:202-203).

¹³ Minha tradução de: “... in classifying phenomena in terms of their intrinsic properties. Evaluation and decision-making, however, cannot be accounted for in this way: the value, significance, importance etc. of a phenomenon do not lie in its inherent properties, but in its relation to human beings”.

¹⁴ Minha tradução de: “(...) to understand translation through *understanding the communicative competence* that makes it possible”.

2000b: 205; *itálico como no original*). Para Gutt, o objetivo de pesquisas em tradução orientadas para a competência (CORT):

é compreender e explicar as faculdades mentais que capacitam os seres humanos a traduzir no sentido de expressar em uma língua o que já foi expresso em outra. A ideia é que, uma vez que estas faculdades sejam compreendidas, será possível compreender não apenas a relação entre insumo e produto, mas também, e talvez ainda mais importante, os efeitos comunicativos que eles exercem sobre o público receptor. Afinal, a *raison d'être* de toda tradução parece ser a de comunicar¹⁵ (GUTT, 2000b: 206; *itálicos como no original*).

Obviamente, os fatores externos não deixam de ser importantes; esses são considerados, sim, mas só influenciam o produto ou interpretação da tradução quando entram na mente do tradutor ou de seu público-alvo. Já a segunda mudança diz respeito ao caráter descritivo-classificatório, até agora predominante na teoria sobre tradução, para tentar entender as complexidades da comunicação no tocante às relações de causa-efeito. Estas significam as relações computacionais e particularmente inferenciais, fornecendo uma base natural para a avaliação e tomadas de decisão.

Semelhantes mudanças são vistas por Gutt como possíveis a partir do desenvolvimento da teoria da relevância da comunicação empreendida por Sperber e Wilson (1986/1995), como visto a seguir. Gutt entende a tradução como parte do processo comunicativo e assim aplica a TR à tradução.

1.2. A Teoria da Relevância e a tradução

1.2.1. A natureza inferencial da comunicação

Em 1975, a publicação do trabalho de Grice intitulado “Logic and Conversation” foi considerada o ponto de partida para um modelo inferencial de comunicação (cf. SPERBER & WILSON, 1995:21), segundo o qual a expressão e o reconhecimento de intenções configuram uma característica importante do ato de comunicação humana, apresentando assim uma alternativa ao clássico modelo de código de Shannon & Weaver (1949). Segundo o tradicional modelo de código, a comunicação é realizada codificando-se e decodificando-se mensagens. Já pelo modelo inferencial, a

¹⁵ Minha tradução de: “(...) is to understand and to explicate the mental faculties that enable human beings to translate in the sense of expressing in one language what has been expressed in another. The idea is that once these faculties are understood, it is possible to understand not only the relation between input and output, but also, and perhaps more importantly, the communicative effects they have on the audience. After all, the *raison d'être* of all translation appears to be to communicate”.

comunicação ocorre quando o comunicador fornece evidências de sua intenção e o público-alvo infere esta intenção a partir da evidência dada. Sperber & Wilson (1986/1995) reconhecem, por um lado, que a linguagem é um código. Para os autores, o código é “um sistema que combina mensagens com sinais”¹⁶ (p. 3), reunindo representações fonéticas e semânticas de uma sentença. No entanto, “há um espaço vazio entre as representações semânticas de sentenças e os pensamentos realmente comunicados por declarações. Este espaço não é preenchido por mais codificação, mas por inferência”¹⁷ (p. 9). A gramática só conseguiria lidar com as representações semânticas da sentença, enquanto a interpretação de um pensamento poderia ser recobrada pela via pragmática, ou seja, a inferencial. O êxito de uma comunicação não residiria no fato de que “os ouvintes reconhecem o significado linguístico da declaração, mas sim quando inferem a ‘intenção’ do falante a partir dela”¹⁸ (p. 23).

O modelo de código, por si só, é insuficiente para explicar, por exemplo, uma metáfora. Por outro lado, existem mensagens que são comunicadas, prescindindo-se da utilização de um código. Um exemplo seria uma pessoa na porta de um determinado estabelecimento, fazendo um gesto com a mão e denotando a um grupo de pessoas que está, assim, convidando-as a adentrar o recinto. E aí reside a originalidade de Grice, que não estava em incluir o reconhecimento de intenções no processo de comunicação humana. Isto já era senso comum. O que Grice sugeria era que este reconhecimento de intenções por si só já era suficiente para tornar uma comunicação possível.

Sperber & Wilson não descartam tal possibilidade, mas afirmam que casos de comunicação humana com ausência de código são raros e que os pensamentos transmitidos desta maneira seriam por demais simples. Assim, continuam, “não há nenhuma dúvida de que a maioria dos casos de comunicação envolve o uso de um código”¹⁹ (p. 26). Porém, o fato de se usar um código, num dado processo de comunicação, não significa que todo o processo seja, por isso, encaixado dentro do modelo de código. “Complexas formas de comunicação podem combinar ambos os modos”²⁰ (p. 27), o de código e o inferencial. O público-alvo torna-se capaz de inferir as intenções do falante ao tomar como auxílio a informação codificada linguisticamente,

¹⁶ Minha tradução de: “(...) a system which pairs messages with signals”.

¹⁷ Minha tradução de: “there is a gap between the semantic representations of sentences and the thoughts actually communicated by utterances. This gap is filled not by more coding, but by inference”.

¹⁸ Minha tradução de: “(...) hearers recognise the linguistic meaning of the utterance, but when they infer the speaker’s ‘meaning’ from it”.

¹⁹ Minha tradução de: “(...) there is no doubt that most cases of communication involve the use of a code”.

²⁰ Minha tradução de: “Complex forms of communication can combine both modes”.

decodificando-a. Portanto, o puro modelo inferencial de Grice não poderia explicar por si só o processo de comunicação humana.

Reconhecendo a insuficiência do modelo inferencial, Grice (1975) apresenta o ponto de vista de que o processo de comunicação humana seria regido por um princípio cooperativo e máximas de conversação. O falante, ao comunicar algo para um determinado público-alvo, seguiria certos padrões gerais, cooperando com o ouvinte, no sentido de tornar seu ato de comunicação o mais explícito possível. Para tanto, obedeceria a máximas de quantidade (ser tão informativo quanto necessário), qualidade (ser verdadeiro), relação (ser relevante) e modo (não ser ambíguo). Sperber & Wilson (1995) comentam estas máximas descritas por Grice, dizendo que tudo o que o ouvinte teria a fazer, a partir do conhecimento destes padrões e da observação do comportamento do comunicador e do contexto, seria eliminar, dentre as várias possibilidades que podem ser expressas por uma sentença, “(...) todas aquelas que são incompatíveis, supondo que o falante esteja obedecendo ao princípio cooperativo e suas máximas”²¹ (p. 34). E, como suporte ao princípio cooperativo, havendo alguma violação de máximas, Grice introduz o conceito de *implicaturas* (a ser retomado por Sperber & Wilson mais à frente), visando a tornar a comunicação verbal mais explícita: “suposições e conclusões adicionais (...) fornecidas para preservar a aplicação do princípio cooperativo e máximas”²² (p. 35).

Refletindo sobre a proposta de Grice, vê-se que se poderia tratar de um cenário ideal, onde haveria cooperação mútua entre falante e ouvinte. Mas, em geral, inexistente tal cooperação. O modelo de Grice revela-se, então, por si só inadequado ou insuficiente para explicar o processo de comunicação humana. Ademais, Sperber & Wilson sugerem uma simplificação das máximas de Grice. Para os autores, bastaria empregar tão só a máxima de relação “seja relevante”. Assim, as outras máximas resultariam desnecessárias ou seriam uma consequência lógica. A partir daí, Sperber & Wilson desenvolvem sua teoria da relevância.

1.2.2. A junção do modelo de código e do modelo inferencial

Mostrou-se na subseção anterior que nem o modelo de código nem o modelo inferencial se bastam por si mesmos para explicar a natureza da comunicação humana.

²¹ Minha tradução de: “... any that are incompatible with the assumption that the speaker is obeying the co-operative principle and maxims”.

²² Minha tradução de: “(...) additional assumptions and conclusions (...) supplied to preserve the application of the co-operative principle and maxims”.

Sperber & Wilson sugerem, por conseguinte, uma junção desses dois modelos. Partem do princípio de que a capacidade de inferir é a principal faculdade mental dos seres humanos, aplicando-se tanto à comunicação não verbal quanto à verbal ou linguística. O que as diferencia não seria a ausência ou presença de inferência, mas graus variados de explicitação, a qual atingiria seu grau máximo em expressões verbais. “A comunicação linguística é a forma mais forte possível de comunicação: ela introduz um elemento de explicitação onde a comunicação não-verbal nunca poderia ser mais do que implícita”²³ (SPERBER & WILSON, 1995:175).

Servindo-se de uma língua, a comunicação verbal faz também uso do código linguístico. Como já anteriormente comentado, a inferência ajuda a preencher o espaço vazio entre o que está expresso linguisticamente e o pensamento veiculado pelo comunicador. Daí, usando-se a expressão de Sperber & Wilson, a proposta de amalgamento dos dois modelos.

Dentre as propriedades da linguagem, está o fato de que às comunicações verbais são atribuídas representações semânticas. Este termo – representações semânticas – é usado aqui para se referir a “representações mentais que são o output do módulo linguístico da mente”²⁴ (GUTT, 2000b:25). No entanto, por o módulo linguístico da mente lidar apenas com dados linguísticos, estas representações semânticas, geralmente, não constituem uma proposição completa com um valor de verdade; formam apenas um esquema de suposições ou anteprojetos (“blueprints”) para proposições (cf. GUTT, 2000b:25-26). Necessitam ser desenvolvidas e enriquecidas de variadas formas para que tenham um valor de verdade e se transformem, assim, numa forma proposicional.

Destarte, pode-se afirmar que a comunicação verbal envolve dois tipos de processos distintos: as representações semânticas, que são o “output” do módulo linguístico da mente, e os pensamentos com formas proposicionais derivados, por meio de inferência, a partir das representações semânticas. Além disto, o ouvinte, em seu percurso inferencial, conta com a ajuda de informações ou suposições contextuais que lhe servirão de pano de fundo para sua interpretação de um dado enunciado.

²³ Minha tradução de: “Linguistic communication is the strongest possible form of communication: it introduces an element of explicitness where non-verbal communication can never be more than implicit”.

²⁴ Minha tradução de: “mental representations that are the output of the language module of the mind”.

1.2.3. Contexto, ambiente cognitivo e manifestação mútua

O contexto, como mencionado anteriormente, ajuda o ouvinte a derivar de uma representação semântica sua forma proposicional. Sperber & Wilson (1995) definem contexto como “o conjunto de premissas usadas na interpretação de um enunciado”²⁵ (p. 15). Assim, o contexto seria um construto psicológico, sendo um subconjunto das suposições do ouvinte acerca do mundo. Ele não seria algo externo, referindo-se ao ambiente físico envolvendo os parceiros do ato de comunicação. O contexto é parte das suposições sobre o mundo que o ouvinte tem. É o que Sperber & Wilson chamam de ambiente cognitivo.

“Um *ambiente cognitivo* de um indivíduo é um conjunto de fatos que lhe são manifestos”²⁶ (SPERBER & WILSON, 1995:39, *itálico como no original*). No entanto, há de se interpretar este conjunto de fatos no sentido de potencialmente manifestos, já que os autores acrescentam logo a seguir que este ambiente cognitivo consiste não só dos fatos dos quais o indivíduo tem consciência, mas também daqueles dos quais é capaz de tomar consciência. Um fato é manifesto a um indivíduo quando este é capaz de representá-lo mentalmente num dado momento e entendê-lo como verdadeiro ou provavelmente verdadeiro. Duas pessoas diferentes podem compartilhar um ambiente cognitivo, mas nunca podem fazê-lo totalmente. Ao compartilharem um ambiente cognitivo, compartilham o ambiente físico e têm habilidades cognitivas semelhantes. Mas os ambientes físicos nunca são idênticos e habilidades cognitivas sempre diferem de uma pessoa para outra, já que estas habilidades dependem de informações memorizadas anteriormente. Quando está claro quais pessoas compartilham um ambiente cognitivo, este ambiente é denominado de ambiente cognitivo mutuamente manifesto e, nele, toda suposição manifesta é chamada de manifestação mútua. Assim, não basta que haja uma interseção entre os ambientes cognitivos, tornando-os mútuos. Para que o processo comunicativo ocorra, é necessário que haja uma manifestação mútua por parte de falante e ouvinte.

Para a TR, o contexto não se refere ao ambiente externo em torno de falante e ouvinte, mas a uma parte de seu ambiente cognitivo. Isto não significa, no entanto, que os vários fatores externos não sejam levados em conta; o que ocorre é que a ênfase é dada à informação fornecida por eles e a sua disponibilidade mental para o processo

²⁵ Minha tradução de: “The set of premises used in interpreting an utterance”.

²⁶ Minha tradução de: “A *cognitive environment* of an individual is a set of facts that are manifest to him”.

interpretativo. Posteriormente, Gutt retoma esta noção de contexto da TR para desenvolver sua aplicação aos estudos da tradução (cf. GUTT, 2000b:27).

O ambiente cognitivo de uma pessoa é formado por uma grande quantidade potencial de informações. Estas informações podem ser derivadas do ambiente físico, podem ser recuperadas pela memória, ou ainda podem ser extraídas a partir da combinação destas duas primeiras fontes. Em princípio, qualquer uma destas fontes pode ser usada pelo ouvinte para que possa ser bem sucedido no ato de comunicação. No entanto, tendo-se em vista as variadas opções dentro do ambiente cognitivo do ouvinte, como ele consegue escolher, dentre elas, as verdadeiras suposições pretendidas pelo falante?

A resposta a tal questão deve levar em conta os diferentes graus de acessibilidade de uma dada informação. Nem todas as informações são igualmente acessíveis a todo tempo ao ouvinte. Há informações que, num dado momento, são mais fáceis de serem acessadas do que outras. Por exemplo, já que o assunto agora é TR e comunicação verbal, uma informação adquirida envolvendo a comunicação estará muito mais acessível neste instante do que, por exemplo, uma outra referente a uma viagem de estudos.

A partir daí pode-se afirmar que os vários graus de acessibilidade de suposições contextuais estão diretamente ligados ao montante de esforço despendido pelo ouvinte no ato inferencial. Uma importante característica da comunicação humana é a otimização dos recursos e, segundo Sperber & Wilson (1995), um aspecto da otimização é manter o esforço despendido ao mínimo (cf p. 123 ss.). Assim, um ouvinte vai escolher, dentre as variadas alternativas, aquela mais acessível a ele naquele momento, não importando a fonte de onde venha. Outro aspecto importante na busca por otimização está o de obter benefícios. Ao processar uma informação, o ouvinte está procurando melhorar seu conhecimento de mundo a partir desta informação recebida. Ele espera que o esforço gasto na compreensão vá, de alguma maneira, modificar as suposições contextuais trazidas por ele ao ato de comunicação. A estas modificações contextuais os autores dão o nome de efeitos contextuais (cf. id.).

Os efeitos contextuais podem ser de três tipos: implicações contextuais, reforço de suposições contextuais e eliminação de suposições. As implicações contextuais são inferências obtidas pela combinação da forma proposicional de um enunciado com as suposições contextuais. Tomemos como exemplo o seguinte diálogo (exemplos a partir de CARVALHO NETO, 2004:22-23):

João: Podemos conversar amanhã às 8h30 na universidade?

Pedro: Tenho dentista às 8h00.

João: Que pena, então podemos marcar à tarde?

Na situação acima, não há linguisticamente nada na resposta de Pedro que demonstre a impossibilidade do encontro. Porém, João, usando suas suposições contextuais, é capaz de inferir a partir da resposta de Pedro que, sendo a universidade longe da casa de Pedro e que o dentista também deve se localizar distante da universidade, seria impossível que Pedro chegasse às 8h30 para o encontro. Além disso, João deve ter em seu ambiente cognitivo a informação de que dentistas e médicos sempre atrasam. A réplica: “Tenho dentista às 08h00” implica na inferência: “Pedro não poderá me encontrar às 08h30”. Temos aqui um tipo de efeitos contextuais: implicações contextuais.

O reforço de suposições já feitas ocorre quando um ato de comunicação vem confirmá-las, conferindo-lhes um grau maior de verdade. Vejamos a seguinte situação:

Carlos: Parece que vai chover hoje.

Ana: É, ontem na previsão do tempo havia uma mancha escura sobre nossa região.

Em seu comentário, Carlos não está certo de que vá chover. Faz uma suposição. Se Carlos, em seu ambiente cognitivo, detém a informação de que uma mancha escura sobre um determinado território durante a previsão do tempo no jornal televisivo denota chuva, então a declaração de Ana virá reforçar uma suposição já feita.

Por fim, a eliminação consiste em apagar suposições feitas anteriormente, por se apresentarem contraditórias. Consideremos a seguinte conversa:

Rafael: Vamos ter que cancelar a viagem; acho que Pedro teve um péssimo desempenho na prova de inglês e fará recuperação.

Mônica: Vi seu boletim e Pedro tirou 9 na prova.

Nesta situação, Rafael expressa seu temor de que tenham que adiar a viagem por causa de Pedro. Se Rafael, em seu ambiente cognitivo, entende que a nota 9 seja uma nota boa, entenderá também que não será necessária uma prova de recuperação.

Consequentemente, não precisará adiar a viagem. A declaração de Ana, por contrariar a de Rafael e possuir um valor de verdade, elimina a suposição anterior.

No processamento de uma informação, como visto, esforço e benefícios desempenham um papel fundamental, modificando nossas suposições contextuais. Agora se pode analisar como se dá a relação entre esforço e benefício através do princípio da relevância.

1.2.4. O princípio da relevância

O contexto a ser usado na interpretação de um texto ou enunciado é parte do ambiente cognitivo mutuamente compartilhado entre o falante e o ouvinte. Neste cenário, ocorrem informações que são antigas e que, em geral, não compensam o custo de processamento. Outras informações, por outro lado, são novas, mas não apresentam nenhuma conexão com a representação de mundo do indivíduo. Para processá-las, seria necessário muito esforço para pouco benefício. Por sua vez, existem outras informações que são novas, mas apresentam relação com alguma informação antiga. Ao serem processadas desta maneira, derivam uma outra nova informação que só foi possível ser inferida pela combinação entre uma premissa velha e outra nova. É o que Sperber & Wilson (1995) chamam de informação relevante: “Quando o processamento de uma informação nova ocasiona tal efeito multiplicador, chamamo-la de *relevante*. Quanto maior o efeito multiplicador, maior a relevância”²⁷ (p. 48, itálico como no original). A relação entre esforço e efeito no processamento de informações é importante para apresentar uma definição do que seja relevância. Sperber & Wilson (1995) assim definem o termo “relevância”:

Relevância

Condição de valor 1: uma suposição é relevante num contexto ao ponto em que seus efeitos contextuais neste contexto sejam grandes.

Condição de valor 2: uma suposição é relevante num contexto ao ponto em que o esforço requerido para processá-la neste contexto seja pequeno²⁸ (p. 125, itálicos como no original).

Em vista do aqui exposto, podem-se ponderar três pontos. Primeiramente, a relevância encontra-se na interdependência de dois fatores: efeitos contextuais e esforço

²⁷ Minha tradução de: “When the processing of new information gives rise to such a multiplication effect, we call it *relevant*. The greater the multiplication effect, the greater the relevance”.

²⁸ Minha tradução de: “*Relevance - Extent condition 1:* an assumption is relevant in a context to the extent that its contextual effects in this context are large. *Extent condition 2:* an assumption is relevant in a context to the extent that the effort required to process it in this context is small”.

processual. E, uma vez que estes fatores são dependentes do contexto, pode-se afirmar, em segundo lugar, que também a relevância é dependente do contexto. E, em terceiro lugar, a relevância é uma noção comparativa²⁹: os enunciados podem variar de acordo com o grau de relevância que eles atingem num dado contexto (cf. id., p. 129-130).

Segundo a TR, o ponto crucial na comunicação humana é que ela vai criar uma expectativa de ótima relevância, ou seja, o ouvinte parte do princípio de que, ao processar uma informação, esta vai produzir efeitos contextuais adequados com um mínimo de esforço processual necessário. É o que a TR chama de Princípio da Relevância: “Todo ato de comunicação ostensiva comunica uma presunção de sua própria relevância ótima”³⁰ (SPERBER & WILSON, 1995:158). Ao fornecer evidência de sua intenção em comunicar algo, o falante tem um comportamento ostensivo, guiado pelo princípio de relevância. A presunção de ótima relevância consiste de dois pontos:

- a) O estímulo ostensivo é relevante o suficiente para que valha a pena o esforço da audiência em processá-lo.
- b) O estímulo ostensivo é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador³¹ (p. 270).

O falante tem um comportamento ostensivo, ou seja, ele deseja comunicar algo e também mostra sua intenção em fazê-lo. O ouvinte, por sua vez, tem um comportamento inferencial, processando a informação intencionada pelo falante. Este comportamento ostensivo-inferencial é guiado pelo princípio da relevância, ou seja, um enunciado tem que atingir efeitos contextuais adequados e manter o esforço despendido a um mínimo. Alves (2001a) resume bem a questão da seguinte forma:

Sperber e Wilson postulam que este processo, direcionado pelo princípio de relevância, atua a partir das interfaces estabelecidas entre um comportamento ostensivo por parte do falante e um comportamento inferencial por parte do ouvinte que, apoiados por manifestação mútua e situados em determinados ambientes cognitivos, geram um efeito contextual capaz de explicar o funcionamento (...) dos processos de comunicação. (...) Em suma, o princípio de relevância possibilita, por intermédio deste comportamento ostensivo-inferencial, que seja alcançado o maior efeito contextual através do menor esforço processual possível (p. 18).

²⁹ Sperber & Wilson (1986/1995) reconhecem que a relevância pode ser também definida como um conceito quantitativo, mas este conceito seria de interesse apenas para o ramo da lógica. Já que o que nos interessa na relevância é sua propriedade psicológica, não há razão para tratar aqui com aquele conceito (cf. p. 129-132).

³⁰ Minha tradução de: “Every act of ostensive communication communicates a presumption of its own optimal relevance”.

³¹ Minha tradução de: “(a) The ostensive stimulus is relevant enough for it to be worth the addressee’s effort to process it. (b) The ostensive stimulus is the most relevant one compatible with the communicator’s abilities and preferences”.

Alves (2005), ao analisar esta questão sob um ponto de vista de aquisição de competência em tradução, reformula seu texto sobre a noção de esforço-efeito da seguinte maneira:

A proposta de uma competência tradutória específica, em complementação a uma competência tradutória geral, norteada pelo princípio de relevância e direcionada para a busca de semelhança interpretativa, somente é possível dada a forma flexível e plástica como a TR aborda a regulação de processos cognitivos, implementado-os com base em dois fatores voltados para a maximização das atividades cognitivas: **o máximo de efeitos contextuais possíveis** – ou a quantidade adequada, como se prefere na reformulação do princípio de relevância – **através do mínimo esforço cognitivo necessário** (p. 14-15, negritos meus).

Graficamente, pode-se apresentar este princípio da seguinte maneira:

RELEVÂNCIA = [comportamento ostensivo-inferencial + (ambiente cognitivo + manifestação mútua)] → efeito contextual.

1.2.5. Os constituintes da informação

Para a TR, a forma proposicional de um enunciado compõe-se de constituintes menores que aqui serão chamados de conceitos. Então, pode-se dizer que um enunciado é um conjunto de conceitos bem estruturado. Cada conceito seria como um rótulo ou endereço na memória. Esta informação a ser armazenada na memória dentro de um determinado endereço conceitual pode ser relacionada, segundo a TR, a três entradas: lógicas, enciclopédicas e lexicais.

As entradas lógicas dizem respeito, em linhas gerais, ao significado semântico do conceito. Pode-se afirmar que a mera presença de um conceito num enunciado já será suficiente para que o ouvinte acesse sua entrada lógica, independentemente do contexto. Supõe-se que as entradas lógicas sejam “pequenas, finitas e relativamente constantes através de falantes e tempos”³² (SPERBER & WILSON, 1995:88). Contêm informações essenciais ao conceito. Como exemplo no contexto dessa tese, cita-se a palavra hebraica *guer* que denota, como entrada lógica, o estrangeiro.

Já as entradas enciclopédicas são todos os tipos de informações que incidem sobre o conceito, são informações adicionais contribuindo para sua extensão. As entradas enciclopédicas variam através dos tempos e também de pessoa para pessoa. A chegada de novas associações a elas também não tem fim, nunca poderíamos dizer que

³² Minha tradução de: “small, finite and relatively constant across speakers and times”.

uma entrada enciclopédica esteja completa. Nem tampouco dizer qual o mínimo de informação que precisaríamos para dominar o conceito. Assim, retomando o conceito *guer*, poderíamos dizer que a entrada enciclopédica associada a este conceito seria a noção de “estrangeiro”. No entanto, este conceito pode assumir outras formas, por exemplo, indicando um não-judeu. E outra pessoa poderia ter uma outra associação diferente, associando *guer* ao prosélito, àquela pessoa convertida ao judaísmo.

As entradas lógicas e as enciclopédicas desempenham papéis distintos no processo de interpretação de um enunciado. “O conteúdo de uma suposição é determinado pelas entradas lógicas dos conceitos que ela contém, enquanto o contexto no qual ela é processada é, pelo menos em parte, determinado por suas entradas enciclopédicas”³³ (SPERBER & WILSON, 1995:89). Por conseguinte, resumindo, podemos dizer que a relação entre entradas lógicas e enciclopédicas corresponde à relação entre conteúdo e contexto de um enunciado.

As entradas lexicais, por sua vez, contêm informações acerca do equivalente linguístico do conceito: é a palavra ou expressão de uma língua natural que o expressa. Seriam informações sintáticas e fonológicas a respeito do conceito. Assim, temos a grafia em hebraico גר (*guer*), indicando também sua pronúncia.

Gutt (2000b:143), referindo-se à tradução, chama a atenção para estas relações entre os diferentes tipos de entrada. O tradutor, ao fazer suas escolhas tradutórias, deve ter em mente as consequências resultantes destas escolhas. Tendo este fato em mente, a resolução de eventuais problemas de tradução pode se tornar mais simples para ele. Problemas referentes à entrada lógica de um conceito devem ser resolvidos de forma diferente daqueles derivados de uma entrada enciclopédica. A palavra *guer*, enquanto entrada enciclopédica, tem uma acepção diferente dependendo se estamos tratando do hebraico bíblico ou do hebraico talmúdico, por exemplo.

1.2.6. Explicaturas e implicaturas

Pela TR, um enunciado é composto de explicaturas e/ou implicaturas. As explicaturas de um enunciado são recobradas a partir do desenvolvimento de suas formas lógicas. É a informação comunicada explicitamente por um enunciado, constituindo-se no conjunto de suposições decodificadas. Vale dizer aqui que há graus

³³ Minha tradução de: “the context of an assumption is constrained by the logical entries of the concepts it contains, while the context in which it is processed is, at least in part, determined by their encyclopaedic entries”.

variáveis de explicitação dentro de um enunciado, de maior a menor grau. Quanto menor a necessidade de informações contextuais, maior o grau de explicitação de uma informação veiculada por um dado enunciado. Podemos dar como exemplo o versículo 22,20 do Livro do Êxodo da Bíblia Hebraica, onde se lê na tradução de Melamed (2001): “E ao peregrino não fraudareis e não o oprimireis”. A explicatura deste enunciado é recobrada a partir do que está codificado linguisticamente através do desenvolvimento das formas lógicas de cada conceito de sua representação semântica. Tem-se, como entrada lógica, que “peregrino” denota aquele que viaja, que empreende longas jornadas. “Fraudareis” tem como entrada lógica o ato de burlar, lesar. “Oprimireis” significa afligir, atormentar, torturar. A Bíblia exorta a não lesar e a não atormentar aquele que vem de outro lugar, após uma longa jornada. O enunciado acima explicita esta informação a partir do desenvolvimento das entradas lógicas. Daí dizermos que se trata de uma explicatura.

As implicaturas, por sua vez, são recobradas pela via inferencial, constituindo-se na informação implícita de um enunciado. Segundo Sperber & Wilson (1995:181), a implicatura “é construída com base em informações contextuais e, em particular, com o desenvolvimento de esquemas de suposições acessadas a partir da memória enciclopédica”³⁴. O conteúdo implícito de um enunciado seria o conjunto de suposições inferidas. Quanto mais implícita uma informação, maior a necessidade de informações contextuais para inferi-la. Retomando-se a passagem do Livro do Êxodo acima, o leitor poderia inferir a partir da explicatura do enunciado que, se este é um mandamento vindo de D’us, explorar um peregrino poderia acarretar sanções divinas a seu ato. Esta poderia ser uma possível implicatura derivada a partir da explicatura em Êxodo 22,20.

Outro exemplo para ilustrar a questão sobre explicaturas e implicaturas pode ser retirado do tratado talmúdico de *Bava Metsia* (cf. análise para G21 mais à frente), onde se lê: “*Hadavar massur lalev*”, o que, por suas entradas lógicas, significa: “A palavra está dedicada ao coração”. Esta é a explicatura do enunciado. A partir desta explicatura pode-se chegar, por inferência, à implicatura de que o Talmud faz alusão a algo que toca o íntimo do ser humano, algo que só diz respeito à pessoa, ao interior da alma humana. Pode-se inferir também que seja algo que só possa ser percebido pela pessoa ao investigar qual efeito produz em seu íntimo. Para se chegar a este nível de interpretação, não basta o desenvolvimento das formas lógicas do enunciado (coração = órgão

³⁴ Minha tradução de: “(...) is constructed on the basis of contextual information, and in particular by developing assumption schemas retrieved from encyclopaedic memory”.

humano). As entradas enciclopédicas desempenham aqui um papel crucial para se chegar à inferência supostamente pretendida pelo falante. Precisariamos ter em nosso ambiente cognitivo a informação de que “coração” denota o íntimo da pessoa humana. Esta informação, implicitamente comunicada pelo enunciado acima, constitui-se numa implicatura³⁵.

O ouvinte possui a sua disposição uma ampla gama de possibilidades ao recobrar as explicaturas e implicaturas de um enunciado. Para se chegar às explicaturas e implicaturas pretendidas pelo falante, a TR argumenta que não basta considerar apenas os efeitos cognitivos, mas também o esforço processual requerido. A interpretação mais plausível a que o ouvinte primeiro chegar será a mais consistente com o princípio de relevância, afastando com isso todas as outras interpretações, a princípio menos plausíveis.

Segundo Sperber & Wilson (1995), as implicaturas e explicaturas veiculadas por um enunciado podem variar no grau de sua força (p. 199), ou seja, uma proposição pode ser implicada de forma mais forte ou menos forte. Se sua recuperação for essencial para atingir uma interpretação capaz de satisfazer as expectativas de relevância do destinatário, dizemos que se trata de uma implicatura/explicatura forte. O “destinatário é fortemente encorajado, mas não realmente forçado”³⁶ a chegar a esta interpretação (id.). Ao contrário, quanto mais aumenta a gama de possibilidades interpretativas que o destinatário pode escolher, mais fracamente implicada é a proposição. Sua recuperação “ajuda na construção de certa interpretação, mas não é, em si, essencial, porque o enunciado sugere uma escala de implicaturas similares possíveis” (WILSON & SPERBER, 2005:244). Usos vagos e metafóricos comunicam um conjunto de implicaturas/explicaturas fracas, por exemplo. “Quanto mais fracas as implicaturas, menos confiança o ouvinte poderá ter no fato de que as premissas ou conclusões particulares que ele supre, refletirão os pensamentos do falante, e é aqui que reside a indeterminação”³⁷ (SPERBER & WILSON, 1995:200).

No que tange às explicaturas e implicaturas, vale ressaltar, de antemão, os trabalhos de Carston (1991, 2002, entre outros), quando diz que se deve ter aqui o

³⁵ Não devemos confundir a implicatura como um conceito-chave da TR com a implicatura griceana. Grice não introduz o termo explicatura; para ele, a implicatura decodificada é chamada de implicatura convencional e a implicatura inferida, de implicatura conversacional. Na abordagem neste trabalho, não serão considerados os conceitos de Grice.

³⁶ Minha tradução de: “the hearer is strongly encouraged but not actually forced”.

³⁷ Minha tradução de: “the weaker the implicatures, the less confidence the hearer can have that the particular premises or conclusions he supplies will reflect the speaker’s thoughts, and this is where the indeterminacy lies”.

cuidado de se separar a explicatura da implicatura, a fim de que não se sobreponham e criem redundância nas informações veiculadas. Na seção 1.4. deste capítulo, serão expostas em detalhes as exposições de Carston a respeito.

1.2.7. Codificações conceituais e codificações procedimentais

Segundo Wilson & Sperber (1993), em um artigo intitulado “Linguistic form and relevance”, deve-se diferenciar nas informações veiculadas através de um enunciado entre dois tipos de codificação linguística: a codificação conceitual e a codificação procedimental. Segundo os autores acima, o processo de decodificação linguística fornece a contribuição para o processo inferencial. Este processo, por sua vez, inclui a construção e manipulação de representações conceituais. Em outros termos, poderíamos dizer que a informação codificada conceitualmente traz informações acerca das representações a serem manipuladas, enquanto a informação codificada procedimentalmente contém informações sobre como manipular essas representações.

A codificação conceitual tem propriedades lógicas, atuando como “input” para o processamento inferencial de enunciados, e tem também propriedades com condição de verdade, capazes de serem enriquecidas e expandidas. Isto distinguiria as representações conceituais das fonéticas, fonológicas ou sintáticas. Como exemplo de codificação conceitual, podemos retomar o termo “*guer*” acima. “*Guer*” tem propriedades lógicas e pode ser expandido de várias maneiras, inclusive como fazem os tradutores da presente pesquisa: prosélito, convertido, estrangeiro, peregrino.

Já as codificações procedimentais não podem ser desdobradas em termos inferenciais, apenas restringindo o processo inferencial do ouvinte. “Tais expressões contribuem para a relevância, guiando o ouvinte em direção aos efeitos contextuais pretendidos, reduzindo, portanto, o esforço total requerido”³⁸ (WILSON & SPERBER, 1993). Por codificarem procedimento, podem-se incluir nesta categoria, a título de exemplo, tempos e desinências verbais, negação, marcas de plural e singular. Exemplificando, podemos entender o advérbio de negação “*lo*”/“*não*” em Ex 22,20, citado acima, como codificação procedimental, pois restringe o processamento inferencial do leitor/ouvinte.

As codificações procedimentais podem impor restrições inferenciais tanto sobre uma explicatura quanto sobre uma implicatura. Ao fazê-lo, reduzem o esforço de

³⁸ Minha tradução de: “Such expressions contribute to relevance by guiding the hearer towards the intended contextual effects, hence reducing the overall effort required”.

processamento para se chegar a uma determinada interpretação de um enunciado. Impondo restrições sobre implicaturas, uma codificação procedimental guia o ouvinte na procura pelos contextos e efeitos contextuais pretendidos pelo falante. Ao impor restrições sobre uma explicatura, uma codificação procedimental guia o ouvinte em sua procura pelo referente pretendido pelo falante, parte da proposição expressa. É o que Gutt (2000a) argumenta ao dizer: “(...) elementos da linguagem podem codificar ‘instruções procedimentais’ que fornecem orientação à audiência sobre como uma expressão tem o objetivo de ser relevante”³⁹ (p. 175).

No contexto da tradução, uma instância do que Gutt chama de uso interpretativo da linguagem (vide 1.2.8), Alves & Gonçalves (2003) fazem uma importante observação sobre a competência de tradutores no tocante a estas codificações conceituais e procedimentais. Atestam que os “(...) tradutores têm que aprender a manipular as informações codificadas conceitual e procedimentalmente de modo a poder identificar as restrições inferenciais inerentes a um enunciado dado”⁴⁰ (p. 8). Temos aqui uma aplicação de conceitos da TR à atividade tradutória.

1.2.8. Uso interpretativo e uso descritivo

Dois conceitos de particular interesse dentro da estrutura teórica da TR são o uso descritivo e o uso interpretativo da linguagem. Segundo Sperber & Wilson (1995:228-229), qualquer representação que contenha uma forma proposicional pode ser usada para representar coisas de dois modos distintos. Ela pode ser considerada como uso descritivo, ao representar um estado de coisas em que sua forma proposicional é uma verdade em relação a este estado de coisas. E uma representação pode ser considerada como uso interpretativo em virtude de sua semelhança entre duas formas proposicionais.

Um exemplo de uso interpretativo geralmente aceito por todos é o discurso indireto. Neste, o falante informa ao ouvinte sobre o que alguém disse, escreveu ou falou. O uso descritivo, por sua vez, atesta ao ouvinte a verdade acerca de um determinado estado de coisas ou circunstância. Sperber & Wilson (1995:224-225) apresentam o seguinte exemplo:

³⁹ Minha tradução de: “(...) elements of language can encode ‘processing instructions’ which provide guidance to the audience as to how an expression is intended to be relevant”.

⁴⁰ Minha tradução de: “(...) translators have to learn to manipulate conceptually and procedurally encoded information so that they can identify the inferential constraints inherent to a given statement”.

- (a) Pedro é uma pessoa de muita leitura.
- (b) O falante está dizendo que Pedro é uma pessoa de muita leitura.

No enunciado (a) fica claro que a relevância do enunciado está em informar ao ouvinte acerca do estado de Pedro, sendo, então, um exemplo de uso descritivo. Já no exemplo (b), a relevância está em informar ao ouvinte sobre o que o falante disse, caracterizando, assim, um uso interpretativo da linguagem.

A noção de uso interpretativo da linguagem envolve um outro conceito, o de semelhança interpretativa, pois, ao processar uma representação mental ou pensamento, nossa mente não o faz em virtude de considerá-la verdadeira, mas por apresentar uma semelhança com alguma outra representação. A semelhança interpretativa ocorre quando uma representação tem “uma forma proposicional – um pensamento, por exemplo – em virtude de uma semelhança entre duas formas proposicionais; neste caso diremos que a primeira representação é uma *interpretação* da segunda, ou que é usada *interpretativamente*”⁴¹ (SPERBER & WILSON, 1995:229, itálicos como no original).

Resta saber quais propriedades lógicas de um enunciado hão de ser compartilhadas a fim de se alcançar uma semelhança interpretativa. Wilson & Sperber (1988) defendem a tese de que a semelhança interpretativa ocorre quando duas formas proposicionais compartilham suas implicações analíticas e contextuais num dado contexto (cf. p. 138). Em outras palavras, vale dizer que a semelhança interpretativa se dá quando duas formas proposicionais compartilham tanto as explicaturas quanto as implicaturas.

Pode-se perguntar como o ouvinte será capaz de identificar as implicações contidas num enunciado. A resposta se encontra com base na consistência com o princípio da relevância. A primeira interpretação de um enunciado consistente com o princípio da relevância será a pretendida pelo comunicador. No entanto, importante salientar que a semelhança interpretativa é uma questão de grau, pois um enunciado não precisa compartilhar todas as propriedades de um outro enunciado para que a semelhança ocorra. Quando todas as implicações analíticas e contextuais estão compartilhadas, diz-se que existe uma interpretação literal; em outros casos, poder-se-ia dizer que existe, por exemplo, uma metáfora.

⁴¹ Minha tradução de: “a propositional form – a thought, for instance – in virtue of a resemblance between the two propositional forms; in this case we will say that the first representation is an *interpretation* of the second one, or that it is used *interpretatively*”.

Outra questão importante diz respeito ao contexto. Já que as explicaturas e as implicaturas são dependentes do contexto, a noção de semelhança interpretativa também o é. Dois enunciados podem conter a mesma forma proposicional, mas podem levar a diferentes interpretações quando expressos em contextos diferentes. A interpretação depende de considerações de relevância e a relevância é dependente do contexto, fazendo com que a interpretação seja também dependente de considerações contextuais. Assim, enunciados que se assemelham em um determinado grau, podem não mais se assemelhar neste grau quando processados em diferentes contextos.

Um exemplo para esse caso de enunciados que se assemelham, mas, quando produzidos em outros contextos, podem não mais se assemelhar, pode ser fornecido pelo campo da tradução, mais especificamente o da tradução das Escrituras Sagradas e dos textos talmúdicos, textos que constituem o objeto da presente tese. Gutt (2000a) fala, neste caso, dos “contextos artificiais”, os quais podem ser utilizados para a categoria de textos sagrados, em virtude da grande distância tanto espacial quanto cultural e temporal que separa os leitores do texto-fonte (doravante, TF) e do texto-alvo (TA, de agora em diante). Gutt faz as seguintes reflexões:

Supondo-se que tenhamos, normalmente, intuições ‘naturais’ com respeito à relevância, o que acontece em nossas mentes quando estamos lidando, não com nosso contexto existente ‘naturalmente’, mas com um ‘artificial’? Podemos de alguma maneira imergir nós mesmos naquele contexto e ainda assim proceder intuitivamente? Ou temos que trabalhar ‘refletidamente’ ou ‘analiticamente’ mais do que ‘intuitivamente’? Há uma diferença? E se houver, qual?⁴² (GUTT, 2000a:169)

Simms (1997:8) fala que, nestes casos, a “imersão cultural é muito mais difícil, e a ‘experiência’ da erudição deve tomar o lugar da experiência direta”⁴³. A imersão na cultura, no contexto do outro encontra aqui a barreira da distância. Mais à frente, no capítulo a respeito de metarrepresentação, será abordada com mais detalhes a questão acerca de como o tradutor pode, mesmo assim, “imergir” nesse contexto distante.

⁴² Minha tradução de: “Assuming that we normally have ‘natural’ intuitions with regard to relevance, what happens in our minds when we are dealing, not with our ‘naturally’ existing context, but with an ‘artificial’ one? Can we somehow immerse ourselves in that context and then still proceed intuitively? Or do we perhaps work ‘reflectively’ or ‘analytically’ rather than intuitively. Is there a difference, and if so, what is it?”

⁴³ Minha tradução de: “such cultural immersion is rather more difficult, and the ‘experience’ of scholarship must take the place of direct experience”.

Por fim, pode-se resumir esses comentários sobre semelhança interpretativa, usando a explicação de Gutt, quando faz as seguintes considerações:

Considerando ainda que o objetivo principal de enunciados é veicular a gama de suposições que o comunicador pretende veicular, parece razoável definir semelhança interpretativa entre enunciados nos termos de suposições compartilhadas entre as interpretações pretendidas destes enunciados. Uma vez que a gama de suposições que se pretende veicular com um enunciado, consiste de explicaturas e/ou implicaturas, podemos dizer que dois enunciados, ou até mesmo de forma mais geral, dois estímulos ostensivos se assemelham interpretativamente um ao outro na medida em que compartilham suas explicaturas e/ou implicaturas⁴⁴ (GUTT, 2000b:46).

O uso interpretativo e o descritivo foram tratados até então dentro de uma mesma língua, de acordo com as distinções entre discurso direto e indireto. Gutt vai aplicar agora esta distinção à comunicação interlingual. A tradução seria um caso de uso interpretativo, pois o tradutor “atinge a relevância ao informar à audiência do TA o que o autor original disse ou escreveu no TF”⁴⁵ (p. 210). Esta questão será abordada mais detalhadamente na subseção seguinte.

Finalizando esta introdução ao arcabouço teórico da TR, é importante fazer um resumo sucinto destas considerações, citando Alves (2001b):

Com base na TR, poder-se-ia dizer, portanto, que o tradutor busca um efeito contextual entre uma forma proposicional 1 na língua de partida e sua provável contrapartida na língua de chegada, qual seja, uma forma proposicional 2. Detona-se, assim, um processo de tomada de decisão. Em outras palavras, o que faz um tradutor decidir-se por uma determinada tradução em favor de outras possíveis alternativas pode ser explicado como o resultado de uma semelhança interpretativa de um grau subjetivamente mais elevado entre a unidade de tradução na língua de partida e uma alternativa favorável na língua de chegada. Para o tradutor, a decisão adotada é aquela que, subjetivamente, possui a semelhança interpretativa mais forte capaz de expressar tanto as explicaturas quanto as implicaturas presentes no texto de partida com a menor perda de significado quando comparada a outras possíveis alternativas (p.93).

Com base no exposto acima, a aplicação da TR à tradução de textos sensíveis, em sua categoria de textos sagrados, parece ser um instrumento capaz de lidar

⁴⁴ Minha tradução de: “Considering further that the main purpose of utterances is to convey the set of assumptions which the communicator intends to convey, it seems reasonable to define interpretive resemblance between utterances in terms of assumptions shared between the intended interpretations of these utterances. Since the set of assumptions an utterance is intended to convey consists of explicatures and/or implicatures, we can say that two utterances, or even more generally, two ostensive stimuli, interpretively resemble each other to the extent that they share their explicatures and/or implicatures”.

⁴⁵ Minha tradução de: “(...) achieves relevance by informing the target audience of what the original author said or wrote in the source text”.

adequadamente com questões até hoje intrigantes para estudiosos e tradutores. Gohn (2001:150) comenta que os tradutores têm que lidar com alto grau de criatividade e habilidade na tradução de textos sagrados para línguas diferentes daquelas em que eles foram primeiro escritos. Trabalham com uma língua, com uma cultura e com um contexto bem diferentes do seu e ainda se aventuram num campo que já custou a vida a muitos. E, pela TR, a preocupação principal do tradutor não está em como expressar o sentido original na língua-alvo (até mesmo porque como, hoje, precisar o sentido original?), mas em “decidir quais aspectos do original ele quer comunicar”⁴⁶ (GUTT, 2000a:172).

1.2.9. Uma teoria de tradução baseada no uso interpretativo da linguagem

Gutt (1991/2000b), recusando abordagens anteriores referentes à tradução⁴⁷, propõe uma explicação do fenômeno tradutório como sendo uso interpretativo interlingual. Segundo o autor, “uma tradução seria um texto na língua receptora que se assemelhe interpretativamente ao original”⁴⁸ (GUTT, 2000b:105).

Com isso, ele descarta o uso descritivo interlingual como sendo uma instância de tradução. Casos em que o original fosse mais incidental do que crucial na tradução, não seriam incluídos dentro do conceito de tradução. Estes casos ocorreriam, segundo Gutt, quando o texto original funcionasse apenas como uma mera fonte de informações para alguém que precisasse compor um texto numa outra língua (“convenient shortcuts” para usar o termo de Gutt). Como exemplo pode-se citar o caso da adaptação ou da formulação de um texto de propaganda, em que exigências do mercado da língua-alvo possam ser fundamentais na elaboração do texto. Outro exemplo citado por Gutt seria o caso de manuais de instrução, onde a recomendação seria a de esquecer o texto original e produzir um texto na língua-alvo que preenchesse sua função como tal (cf. GUTT, 2000b:63), ou seja, no caso do manual de instrução para operar um computador, descrever como operá-lo. Para o usuário brasileiro, por exemplo, não interessaria a existência de um texto original em inglês. De interesse, antes, para ele seria aprender a manusear seu computador. Estes seriam, assim, apenas casos de comunicação interlingual que a TR enquadra como uso descritivo. “Se isto for correto, então não

⁴⁶ Minha tradução de: “(...) to decide what aspects of the original s/he wants to communicate”.

⁴⁷ Gutt cita, no primeiro capítulo de seu livro, alguns teóricos da tradução, como, por exemplo, Nida, Bassnett, House, Reiß & Vermeer, Holz-Mänttari, entre outros.

⁴⁸ Minha tradução de: “a translation would be a receptor language text that interpretively resembled the original”.

haverá necessidade de uma teoria geral de tradução preocupar-se com tais casos”⁴⁹ (id., p. 68).

Ao afirmar que a tradução se enquadra como uso interpretativo interlingual, Gutt diz que o princípio de relevância implica o de semelhança ótima:

o que o informante pretende veicular (a) presume se assemelhar interpretativamente ao original – senão isto não seria uma instância de uso interpretativo – e (b) a semelhança que mostra deve ser consistente com a presunção de ótima relevância, ou seja, espera-se que tenha efeitos contextuais adequados sem esforço processual desnecessário⁵⁰ (p. 106).

Segundo esta noção de semelhança ótima, o enunciado na língua do TA deve se assemelhar o suficiente ao da língua do TF em aspectos relevantes. A tradução, seguindo o princípio da relevância, deve transmitir não só a interpretação que o comunicador original quis veicular, criando efeitos contextuais adequados, mas também se ater a como esta interpretação foi expressa, ou seja, levando à interpretação pretendida sem esforços processuais desnecessários. Gutt, neste ponto, introduz a noção de fidedignidade na tradução. Esta noção de fidedignidade é expressa da seguinte forma:

Estas condições parecem fornecer exatamente a orientação que tradutores e teóricos da tradução estavam procurando: elas determinam em quais aspectos a tradução deve se assemelhar ao original – somente naqueles aspectos em que se espera torná-la adequadamente relevante para a audiência da língua receptora. Elas determinam também que a tradução deveria ser clara e natural em expressão no sentido de que não deveria ser desnecessariamente difícil de entender⁵¹ (GUTT, 2000b:107).

No entanto, o princípio da relevância por si só não é suficiente para garantir o sucesso de uma tradução, pois o tradutor, ao tomar decisões, baseia-se em suas intuições

⁴⁹ Minha tradução de: “If this is correct, then there will be no need for a general theory of translation to concern itself with such cases”.

⁵⁰ Minha tradução de: “what the reporter intends to convey is (a) presumed to interpretively resemble the original – otherwise this would not be an instance of interpretive use – and (b) the resemblance it shows is to be consistent with the presumption of optimal relevance, that is, is presumed to have adequate contextual effects without gratuitous processing effort”.

⁵¹ Minha tradução de: “These conditions seem to provide exactly the guidance that translators and translation theorists have been looking for: they determine in what respects the translation should resemble the original – only in those respects that can be expected to make it adequately relevant to the receptor language audience. They determine also that the translation should be clear and natural in expression in the sense that it should not be unnecessarily difficult to understand”.

ou crenças sobre o que ele julga relevante para seu público. Via de regra, o tradutor não tem acesso direto ao ambiente cognitivo de seu público, não sabe como ele realmente é; o máximo que pode ter, são presunções acerca deste ambiente cognitivo. E, às vezes, estas presunções ou crenças podem não ser tão precisas. Assim, a noção de fidedignidade deve ser aplicada tanto referente ao texto quanto ao contexto. Ao texto, pois “o uso interpretativo vai ligar a intenção comunicativa do tradutor à interpretação pretendida do texto original”⁵² (GUTT, 2000b:128). Ao contexto, por sua vez, pois “a busca por consistência com o princípio da relevância sempre engloba o ambiente cognitivo particular da audiência endereçada”⁵³ (id.).

Gutt argumenta que, para muitos, esta definição de tradução como uso interpretativo interlingual estaria aberta a muitas variações⁵⁴. Este seria o caso de quem se preocupa com a preservação do estilo do original, caso em especial de traduções literárias. Gutt não fornece uma definição formal de estilo, contenta-se em dizer que estilo seria o modo como o falante se expressa, através das palavras escolhidas por ele ou no modo como constrói as orações. Um argumento a favor para aqueles tradutores preocupados com a preservação do estilo, seria o fato de que, assim, as representações do original seriam mais precisas. Porém, é exatamente aqui que os problemas começam. Gutt, citando Chukovskii, diz que o tipo errado de precisão pode ser desastroso para a tradução: “Uma cópia literal e precisa de uma obra poética é a mais imprecisa e mais falsa de todas as traduções. O mesmo pode ser dito a respeito de traduções de prosa artística”⁵⁵ (CHUKOVSKII, 1984:49). Quando se leva em conta fidedignidade não apenas de conteúdo, mas também de estilo, Gutt diz que se podem citar ainda muitos exemplos retirados da bibliografia a respeito. Contudo, continua Gutt, a TR pode fornecer novos “insights” para esse dilema.

Quando o tradutor está envolvido não apenas em preservar o significado a ser inferido, mas também em como este significado foi expresso, envolvendo questões de estilo (o que ocorre particularmente com traduções literárias), poderemos dizer que se trata, aqui, da diferença entre discurso indireto e direto, respectivamente. Gutt vê o uso interpretativo interlingual como um paralelo interlingual do discurso indireto, pois se

⁵² Minha tradução de: “interpretive use will link the communicative intention of the translator to the intended interpretation of the original text”.

⁵³ Minha tradução de: “the search for consistency with the principle of relevance always brings in the particular cognitive environment of the audience addressed”.

⁵⁴ Confira, para tanto, o final do capítulo 5 da obra citada de Gutt (2000b), p.128-129, onde este fala da flexibilidade da noção de tradução como uso interpretativo interlingual.

⁵⁵ Minha tradução de: “A precise, literal copy of a poetic work is the most imprecise and false of all translations. The same can be said of translations of artistic prose”.

preocupa em dar indicações sobre o que foi pretendido comunicar através do texto original. Já o discurso direto dá indicações diretas sobre como o sentido pretendido pelo TF foi expresso. “Enquanto citações indiretas dependem da semelhança em efeitos cognitivos, citações diretas dependem da semelhança em propriedades linguísticas”⁵⁶ (GUTT, 2000b:133).

Um importante argumento que depõe a favor da utilização do discurso direto é o fato de que ele é capaz de fornecer ao público-alvo um acesso em potencial ao significado pretendido do TF. Isto se deve, segundo Gutt (1992), à interdependência entre estímulo, contexto e interpretação:

Se dois estímulos com propriedades idênticas são processados no mesmo contexto, eles levarão à mesma interpretação, porque, inferencialmente, eles interagem segundo o mesmo princípio – o princípio da relevância. Assim, se ambos os estímulos têm as mesmas propriedades, e se os contextos nos quais eles são processados são também idênticos, então suas formas proposicionais e/ou descrições, seus efeitos contextuais, o esforço processual requerido, e a avaliação de ótima relevância serão todos iguais, levando a interpretações idênticas⁵⁷ (GUTT, 1992:62).

Os dois estímulos devem ocorrer, no entanto, sob as mesmas circunstâncias. Gutt chama a atenção para o caso da fadiga mental, por exemplo, que pode levar a uma distorção da interpretação. Resguardando-se isto, no discurso direto, o fato de que todas as propriedades linguísticas do original são preservadas, possibilita ao público ter acesso à reconstrução da interpretação do TF sem depender da interpretação de outrem, desde que use as suposições contextuais imaginadas pelo comunicador original.

No entanto, não se pode esquecer que estamos tratando de semelhança entre textos e enunciados que pertencem a diferentes línguas. A simples transposição de elementos de uma língua para outra, mecanicamente, não seria possível⁵⁸. Isto porque a tradução necessita da intermediação do pensamento, ela é baseada no sentido das palavras. Destarte, não seria possível utilizar um discurso direto de uma língua para

⁵⁶ Minha tradução de: “whereas indirect quotations depend on resemblance in cognitive effects, direct quotations depend on resemblance in linguistic properties”.

⁵⁷ Minha tradução de: “if two stimuli with identical properties are processed in the same context, they will lead to the same interpretation because they inferentially interact by the same principle – the principle of relevance. Thus, if both stimuli have the same properties, and if the contexts in which they are processed are also identical, then their propositional forms and/or descriptions, their contextual effects, the processing effort required, and the evaluation of optimal relevance will all be the same, leading to identical interpretations”.

⁵⁸ Gutt (1992) não considera como exceção a tradução por máquinas, pois ela depende dos significados que seres humanos estabeleceram e programaram para tanto (cf. p. 65).

outra. Porém, Gutt afirma que, em princípio, há uma maneira de, pelo menos, simular o discurso direto interlingual.

Gutt nos lembra que a mais importante característica do discurso direto é fornecer ao público-alvo condições de chegar à interpretação completa pretendida pelo TF. Esta premissa pode ser também aplicada ao discurso direto interlingual: fornecer ao público do TA uma interpretação completa do TF, compartilhando no TA “*todas as implicações que o autor original pretendeu comunicar*”⁵⁹ (GUTT, 1992:65, *italico como no original*). E, continua argumentando Gutt, se pensarmos no uso interpretativo como um *continuum* entre nenhuma semelhança interpretativa e completa semelhança interpretativa, estaríamos, aqui, diante de um caso extremo de uso interpretativo, ou seja, buscando uma semelhança interpretativa completa com o original (id.). No entanto, devemos sempre levar em consideração que o estímulo na língua-alvo deve considerar as suposições contextuais que o comunicador original imaginava. Destarte, Gutt chega à definição do que chama de tradução direta: “Um enunciado na língua receptora é uma tradução direta de um enunciado na língua de partida se, e somente se, ele supõe se assemelhar interpretativamente ao original completamente no contexto imaginado para o original”⁶⁰ (GUTT, 2000b:171).

Embora seja possível alcançar um relativo alto grau de semelhança em representações semânticas entre línguas, o mesmo não vale quando se trata de manter as propriedades estilísticas entre línguas. Como, por exemplo, manter uma voz passiva em uma língua que não conheça tal recurso? Gutt pondera da seguinte forma, introduzindo o conceito de pistas comunicativas: “Entretanto, poder-se-ia bem argumentar que a questão de se preservarem propriedades linguísticas não reside no valor intrínseco delas, mas no fato de que fornecem *pistas* que guiam o público-alvo em direção à interpretação pretendida pelo comunicador”⁶¹ (GUTT, 2000b:134, *italico como no original*). A estas pistas Gutt dá o nome de pistas comunicativas.

Analogamente ao discurso direto, que preserva todas as propriedades linguísticas do texto/enunciado original, o tipo de tradução agora descrito por Gutt, ambicionando assemelhar-se interpretativamente completamente ao original, se preocupa em preservar

⁵⁹ Minha tradução de: “*all implications the original author intended to communicate*”.

⁶⁰ Minha tradução de: “A receptor-language utterance is a direct translation of a source-text utterance if, and only if, it presumes to interpretively resemble the original completely in the context envisaged for the original”.

⁶¹ Minha tradução de: “However, one might well argue that the point of preserving stylistic properties lies not in their intrinsic value, but rather in the fact that they provide *clues* that guide the audience to the interpretation intended by the communicator”.

todas as pistas comunicativas do original. Desse modo, o público-alvo estaria apto a chegar na interpretação pretendida pelo original, desde que use as suposições contextuais imaginadas pelo comunicador original. Isto se explica pelo fato de que as pistas comunicativas não refletem apenas o conteúdo da informação, mas também a maneira em que esta informação foi expressa e os efeitos especiais que tais recursos estilísticos iriam atingir. Estas características são cruciais para uma tradução direta. Tomando como exemplo a tradução talmúdica, um exemplo de pista comunicativa poderá ser o uso de elementos que marcam a oralidade do texto (repetição de palavras, estilo circular de construção de conhecimento). O uso de determinados recursos no texto talmúdico confere ao mesmo um caráter oral, não sendo casual. Estas marcas de oralidade deveriam ser preservadas numa tradução.

As pistas comunicativas podem ser determinadas a partir das representações semânticas do enunciado original. Estas podem servir como uma fonte de hipóteses acerca da intenção do comunicador, ou seja, elas fornecem pistas comunicativas. No entanto, evidenciar tais pistas comunicativas pode não ser uma tarefa fácil. Às vezes, ao se sentir uma tradução diferindo do original, não se sabe imediatamente se esta diferença se deve à falsa representação de suas pistas comunicativas ou se o problema está relacionado a suposições contextuais divergentes. Pode-se retomar aqui a discussão do papel desempenhado pelas entradas lógicas e enciclopédicas de um enunciado. Sobre a importância da relação entre estas entradas para o tradutor, Gutt (2000b) diz:

As propriedades de uma representação semântica são, pelo menos em parte, determinadas pelas entradas lógicas dos conceitos que ela contém. Portanto, se se procura obter semelhança em pistas comunicativas e, por conseguinte, semelhança na representação semântica, então se torna claro que o tradutor tem que prestar atenção a essas questões de semântica. Alternativamente, se a informação em questão origina-se da entrada enciclopédica de um conceito que aparece na representação semântica, então ela é parte do contexto e, assim, na abordagem que estamos discutindo no momento, cairia fora do escopo de uma tradução que estivesse interessada na preservação de pistas comunicativas⁶² (p. 143).

⁶² Minha tradução de: “The properties of a semantic representation are, at least in part, determined by the logical entries of the concepts it contains. Therefore, if resemblance in communicative clues, hence resemblance in semantic representation, is attempted, then clearly the translator must pay attention to these matters of semantics. Alternatively, if the information in question stems from the encyclopaedic entry of a concept that appears in the semantic representation, then it is part of the context and so, under the approach we are currently discussing, would fall outside the scope of a translation concerned with the preservation of communicative clues”.

Em outras palavras vale dizer que o tradutor, fazendo uso da tradução direta, não deve se preocupar em tornar explícita uma informação que deriva da entrada enciclopédica de um conceito. Gutt afirma que “seria da responsabilidade da audiência familiarizar-se com tal informação”⁶³ (id.), ou seja, familiarizar-se com o contexto do comunicador original.

Contudo, as pistas comunicativas podem ser determinadas por outras propriedades que não as semânticas. Não será apresentada aqui uma lista exaustiva, apenas mais alguns tipos como exemplificação. Uma das categorias de pistas comunicativas é a que advém de propriedades sintáticas, como, por exemplo, a preservação da estrutura da oração. Mas Gutt adverte que, em caso de complexidade estrutural do enunciado, que requer maior custo de processamento, o receptor espera que o esforço a mais demandado para processar a informação seja compensado por efeitos contextuais mais fortes, para fazer jus ao princípio da relevância. O mesmo se dá quando se emprega, na tradução, um termo pouco usual ou obsoleto.

As pistas comunicativas podem surgir também de restrições semânticas à relevância. Num enunciado podem ocorrer informações que são codificadas linguisticamente, mas que não estão incluídas na representação semântica, nem podem ser definidas como contextuais. Se desconsideradas (ou consideradas erroneamente no momento da tradução), estas palavras (chamadas por Gutt de conectivos pragmáticos) podem alterar o valor de verdade do enunciado. Outras pistas são fornecidas pelas expressões que constituem uma fórmula na língua do original. Gutt cita como exemplo a palavra inglesa “hello”. “Hello” tem uma entrada lexical (evidenciando sua pronúncia) e uma entrada enciclopédica (sabemos que se trata de um cumprimento), mas parece não ter uma entrada lógica, pois não tem propriedades de condição de verdade. Essas expressões contribuem para a interpretação de um enunciado, em virtude de sua entrada enciclopédica, e o tradutor, quando numa tradução direta, deve procurar uma expressão na língua-alvo que seja similar à da língua do TF.

Por fim, podemos citar as pistas comunicativas que advêm de propriedades fonéticas de palavras e enunciados, onde o som das palavras vai guiar o ouvinte em direção à relevância pretendida. Segundo a TR, efeitos poéticos ocorrem quando o público-alvo “é induzido (...) a se abrir e considerar uma larga gama de implicaturas onde nenhuma delas é muito fortemente implicada, mas que, ao serem tomadas juntas,

⁶³ Minha tradução de: “It would be the responsibility of the audience to familiarize themselves with such information”.

mais criam uma ‘impressão’ do que comunicam uma ‘mensagem’”⁶⁴ (GUTT, 2000b:164). Gutt argumenta que, em prosa, a organização sintática de um enunciado vai colaborar fortemente para sua interpretação. Quanto mais precisa a estrutura sintática, mais fácil para o ouvinte será a interpretação do enunciado. Já na poesia, a precisão da estrutura sintática tende a tolher, mais do que a aumentar, a possibilidade de interpretação.

Rima e ritmo (...) impõem padrões fonológicos que são independentes da estrutura sintática (...). Estes padrões tendem a enriquecer a interpretação, não apenas porque ocasionam agrupamentos adicionais, mas também porque, em contraste com as relações sintáticas, as relações que sugerem não são especificadas e, assim, admitem uma liberdade maior de interpretação⁶⁵ (GUTT, 2000b:164).

Assim, o ritmo e a rima constituem-se em recursos que devem ser levados em conta pelo tradutor numa tradução direta, pois fornecem importantes pistas comunicativas para a interpretação de textos de poesia. Outra questão é se a língua-alvo dispõe desses meios.

Gutt reforça a idéia de que a atual definição de tradução direta não objetiva atingir os efeitos poéticos do original, explicando ou explicitando informações textuais fracamente implicadas no original. Tal comportamento do tradutor estaria relacionado ao emprego de informação contextual, extrapolando as pistas fornecidas pelo autor original.

Aqui, Gutt retoma a idéia de que é responsabilidade dos receptores do TA familiarizarem-se com o contexto imaginado pelo autor do TF⁶⁶. No entanto, reconhece que “dependendo de quão acessível esta informação for para eles, isto pode não ser uma tarefa fácil”⁶⁷ (p. 174). O que não é necessário nem desejável, principalmente na

⁶⁴ Minha tradução de: “is induced (...) to open up and consider a wide range of implicatures, none of which are very strongly implicated, but which taken together create an ‘impression’ rather than communicates a ‘message’”.

⁶⁵ Minha tradução de: “Rhyme and rhythm (...) impose phonological patterns that are independent of syntactic structure (...). These patterns tend to enrich the interpretation, not only because they give rise to additional groupings, but also because, in contrast to syntactic relations, the relations they suggest are unspecified and so allow greater freedom in interpretation”.

⁶⁶ Esta afirmativa de Gutt vem ao encontro do que Schleiermacher disse a respeito da tradução: “(...) o tradutor deixa o autor em paz e leva o leitor até ele (...)” (SCHLEIERMACHER, 1813:43). O tradutor se empenha em “substituir, através de seu trabalho, a compreensão da língua de origem, que falta ao leitor”. Através de sua tradução, o tradutor ambiciona levar seus leitores à posição da obra original “na verdade estranha para eles” (id.).

⁶⁷ Minha tradução de: “Depending on how accessible this information is to them, this may not be an easy task”.

tradução de textos sagrados, é que o tradutor explicita as implicaturas presentes num dado enunciado, pois esta atitude poderia levar a erros ou mesmo a distorções na interpretação pretendida. Esta explicitação de implicaturas fracamente implicadas pode ocorrer quando o tradutor expande uma palavra ou expressão no próprio corpo do texto ou em forma de notas de rodapé ou notas do tradutor. Citando Adams, Gutt conclui: “uma palavra com doze conotações importantes não é simplesmente o equivalente de doze palavras”⁶⁸ (ADAMS *apud* GUTT, 2000b:176). Desse modo, Gutt chama a atenção para o cuidado que um tradutor tem ao fazer uma tradução chamada por ele de indireta. Explicando algo implicitamente comunicado pelo autor do TF, o tradutor pode tirar a liberdade do leitor do TA em fazer suas próprias interpretações e inferências a partir do que leu, levando-o até mesmo a desvios de interpretação. E, afinal, se o autor do TF deixou uma informação implicada apenas fracamente, talvez tenha sido esta mesma sua intenção: a produção de efeitos poéticos.

E, para a discussão neste trabalho, é relevante dizer que o leitor de uma tradução da Bíblia pode não reconhecer a Escritura Sagrada numa tradução indireta. Isto porque ele já está acostumado à linguagem bíblica, a uma linguagem ligada a uma versão em particular, contendo arcaísmos e estruturas sintáticas pouco inteligíveis. Ao ler uma tradução com explicações, o leitor poderia logo imaginar que algo foi adicionado pelo tradutor, o que não corresponderia mais ao texto na língua-fonte. Além disso, o que pode frequentemente ocorrer é uma certa confusão no que seriam agora as palavras do tradutor e as palavras de D’us, por exemplo. Assim, uma tradução indireta da Bíblia pode, às vezes, não ter sucesso junto a um determinado público-alvo. Gutt justifica este ponto ao dizer que o público-alvo pode não aceitar uma determinada tradução devido a diferenças nas respectivas semelhanças pretendidas entre uma tradução e ele. Em outras palavras, o público espera semelhanças de um determinado tipo (reprodução das pistas comunicativas decorrentes de propriedades linguísticas, por exemplo) e o tradutor leva a cabo uma tradução com semelhanças de outro tipo, por exemplo, explicitando informações com vistas a tornar o sentido mais claro.

Na tradução bíblica, na qual Gutt atuou por dez anos na África, o confronto entre estes dois tipos de tradução – direta e indireta – está presente no dia a dia dos tradutores. Se o tradutor tem por objetivo uma tradução clara para o ambiente cognitivo dos leitores do TA, ele terá que explicitar sua própria interpretação do TF ou usar a interpretação de

⁶⁸ Minha tradução de: “one word with twelve important overtones just isn’t the equivalent of twelve words”.

alguma outra autoridade a respeito. Mas se, por outro lado, ele quiser manter uma certa autenticidade e influenciar o mínimo possível a interpretação do TF, sua tradução pode se revelar de difícil compreensão para o público-alvo. É um dilema frente ao qual se encontram não só os tradutores bíblicos, mas também, muitas vezes, os tradutores de textos literários. Todavia, numa tradução direta, o tradutor pode tornar a compreensão mais fácil para os leitores ao suprir partes da informação contextual faltante ao público do TA por meio de notas, introduções, gravuras, glossários, entre outras formas (cf. GUTT, 2000b:186-187), desde que, naturalmente, esses apêndices não venham explicitar informações implícitas.

A intenção informativa do comunicador, em nosso caso o tradutor, tem que ser reconhecível pelo público. Esse aspecto é de grande importância dentro da TR, pois dele vai depender o sucesso da comunicação. É de responsabilidade do tradutor mostrar claramente sua intenção, daí seu comportamento ostensivo. E, ao fazê-lo, deve verificar se sua intenção está congruente com a expectativa de um determinado público. A esse respeito, ao elaborar um texto a partir de um original em uma outra língua, o tradutor tem que tomar algumas decisões. A primeira delas é se decidir pelo uso descritivo ou interpretativo. Se resolver que o uso descritivo se enquadra mais no tipo de texto esperado pelo público-alvo, deveria seguir esse caminho. Porém, como atestado anteriormente, esse tipo de tradução está fora da descrição de tradução apresentada por Gutt. Mas se o tradutor se decidir em apresentar um texto em virtude de sua semelhança com um original numa outra língua, ele tem que verificar o grau de semelhança que ele vai escolher, em outras palavras, se vai fazer uma tradução direta ou indireta e se a semelhança em propriedades linguísticas também será incluída. Nesta escolha, o tradutor deve sempre ser guiado pelo princípio da relevância, aliando efeitos contextuais adequados com o menor esforço processual necessário, além de verificar se sua escolha vai ao encontro do desejo de seu público-alvo. Gutt comenta que é de bom tom o hábito que tradutores têm de explicitar suas intenções num prefácio à tradução e que isto se encaixa muito bem dentro do arcabouço teórico da TR (cf. GUTT, 2000b:193).

Contudo, principalmente no caso da escolha por uma tradução direta, pode acontecer que não seja possível alcançar uma completa semelhança interpretativa por todo o texto. Sobre isso, Gutt argumenta que a característica da tradução direta que a define como tal “não é que ela *atinge* semelhança interpretativa completa, mas, antes, que ela *pretende atingir*-la, ou seja, que ela cria uma *presunção* de semelhança

interpretativa completa”⁶⁹ (id., p. 196, *itálicos como no original*). E, no caso onde o tradutor prevê que não será alcançada uma semelhança interpretativa completa, ele tem que alertar seu público para o problema e “corrigir a diferença” (com notas de rodapé, por exemplo)⁷⁰. Assim, Gutt não vê problema em não se atingir uma semelhança interpretativa completa todo o tempo, desde que este fato se torne claro para o público-alvo. Por fim é importante salientar que, para Gutt (2000b), “o foco da tradução baseada na TR está na comparação de interpretações, não na reprodução de palavras, construções linguísticas ou propriedades textuais”⁷¹ (p. 233).

1.3. TR, tradução e metarrepresentação

Vimos na subseção anterior que Gutt considera a tradução como um uso interpretativo interlingual. Antes de se introduzir um outro conceito, o de metarrepresentação, é necessário ilustrar como um ato de comunicação ocorre segundo a abordagem da TR. Tomemos, para tanto, uma imagem de Gutt:

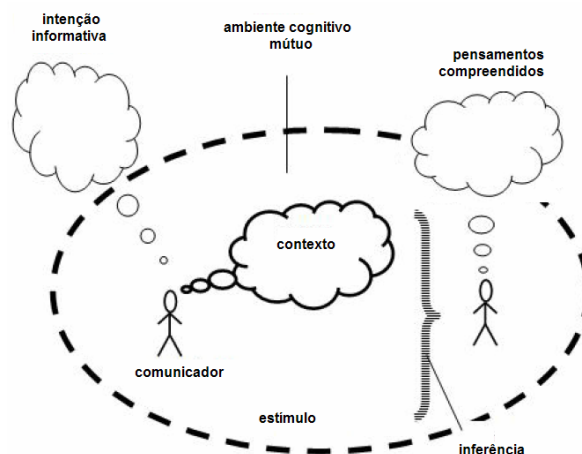


Figura 1 – Ato de comunicação inferencial⁷²
(GUTT, 2004:79)

⁶⁹ Minha tradução de: “is not that it *achieves* complete interpretive resemblance but rather that it *purports to achieve* it, that is, it creates a *presumption* of complete interpretive resemblance”.

⁷⁰ Sobre notas de rodapé, Gutt também diz que uma tradução não deveria conter um excesso delas. O tradutor, guiado sempre pela consistência com o princípio da relevância, deve avaliar o que, no momento, seja mais adequadamente relevante para a audiência: a correção ou não (cf. GUTT, 2000b:196). Sobre isto também comenta Gohn (2001): “essas notas seriam de pouca utilidade (...) para a maior parte dos usuários dos textos sagrados, que os recebem muito mais pelo meio auditivo do que pelo meio escrito-visual” (p. 152).

⁷¹ Minha tradução de: “the focus of relevance-theory based translation is on the comparison of interpretations, not on the reproduction of words, linguistic constructions, or textual features”.

⁷² Minha tradução dos seguintes termos constantes na figura: “informative intention, mutual cognitive environment, thoughts understood, context, communicator, stimulus, inference”.

Os participantes do processo de comunicação encontram-se à esquerda (o comunicador) e à direita (a audiência). Para compartilhar sua intenção comunicativa com a audiência, o comunicador produz um estímulo (verbal ou não verbal). “Observando este estímulo, identificando *e* utilizando-se de informações contextuais retiradas do ambiente cognitivo mutuamente compartilhado (...), a audiência faz inferências (aqui indicadas pelo uso da chave) acerca dos pensamentos que o comunicador pretende comunicar”⁷³ (id., *itálico como no original*).

No entanto, esse processo pode não ser tão simples quanto se supõe. Para identificar a informação pretendida pelo comunicador, o público-alvo não pode simplesmente seguir seu próprio ambiente cognitivo; ela tem que se guiar pela informação que o comunicador pensa ter em comum com ela, ou seja, pelo ambiente cognitivo *mutuamente* compartilhado. E os seres humanos podem ou não compartilhar um mesmo ambiente cognitivo. Quando não o fazem, podemos afirmar que se encontram diante de uma “situação de comunicação secundária” (GUTT, 2000b:76), como é o caso do trabalho ora desenvolvido.

Em situações de comunicação primária, comunicador e público-alvo usam as mesmas informações contextuais para derivar a correta interpretação do enunciado. No entanto, quando comunicador e público-alvo dispõem de diferentes informações contextuais, o processo interpretativo pode levar a conclusões divergentes daquelas imaginadas pelo comunicador original. Neste caso, será necessária aquela “sofisticação adicional”, da qual fala Gutt (2004:80), chamada de “metarrepresentação”: é a capacidade que os seres humanos têm de representar como outros seres humanos representam um determinado estado de coisas. As pessoas são capazes não apenas de pensar ou representar um estado de coisas em sua mente; elas também possuem a capacidade de pensar como outras pessoas representam aquele estado de coisas em sua mente. Este fenômeno é chamado de metarrepresentação.

Na tradução interlingual, em nosso caso, na tradução do texto em hebraico mishnaico para o português em sua variante brasileira, este processo metarrepresentacional torna-se um pouco mais complexo, visto que nele se insere a figura de uma terceira pessoa: a do tradutor, em nosso caso, a figura dos sujeitos participantes da pesquisa de tradução. Estes se veem perante uma dupla tarefa, qual

⁷³ Minha tradução de: “Observing this stimulus, identifying *and* using contextual information from within the mutual cognitive environment (...) the audience infers (indicated here by the curly bracket) the thoughts which the communicator intended to get across”.

seja: a de metarrepresentarem tanto o ambiente cognitivo do público-alvo do comunicador original quanto o do público-alvo para a qual estão traduzindo. Retomando Gutt, podemos ilustrar este processo a partir da seguinte figura:

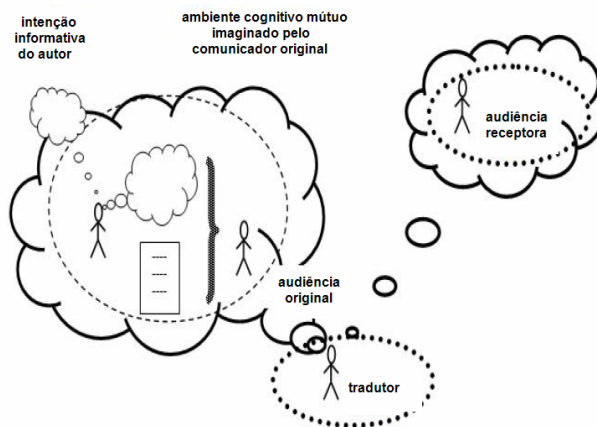


Figura 2 – Metarrepresentação em tradução⁷⁴
(GUTT, 2004:81)

Este processo se dá, via de regra, da seguinte maneira: primeiramente, o tradutor há de metarrepresentar o ambiente cognitivo mutuamente compartilhado entre o comunicador original e seu público-alvo. Em nosso caso, valeria dizer que há de primeiro metarrepresentar o ambiente cognitivo mutuamente compartilhado entre o(s) compilador(es) do tratado de *Bava Metsia* e seu público-alvo à época desta compilação. Depois, depara-se com a tarefa de metarrepresentar o ambiente cognitivo de seu público-alvo, ou seja, o de seu público hodierno.

Outra questão importante é que essa situação de uma “dupla metarrepresentação” mostrada acima pode ter graus diferentes de dificuldade para o tradutor, dependendo da relação de seu ambiente cognitivo com o do comunicador e do público-alvo. Gutt esboça graficamente as diferentes configurações entre os ambientes cognitivos, onde *Co* é o comunicador original, *Ar* a audiência receptora e *T* o tradutor. As sombras de pigmentação mais escura indicam o ambiente cognitivo mutuamente compartilhado. A parte preenchida com pontos são as suposições mutuamente

⁷⁴ Minha tradução dos seguintes termos constantes na figura: “author’s informative intention, mutual cognitive environment envisaged by the original communicator, receptor audience, original audience, translator”.

compartilhadas. Segundo Gutt, todo ser humano compartilha um determinado número de suposições contextuais, mesmo que sejam mínimas.

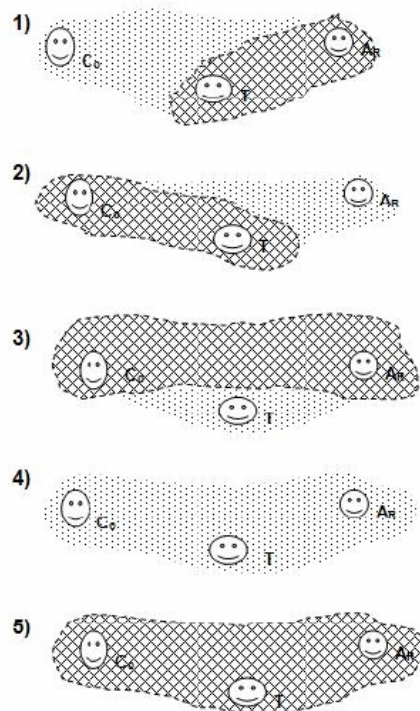


Figura 3 – Configurações de ambientes cognitivos mútuos em tradução
(GUTT, 2004:81)

A seguir, uma breve explanação a respeito dos casos configurados na figura 3 e algumas conclusões a respeito:

Caso 1: O tradutor e a audiência compartilham um ambiente cognitivo mútuo, que é diferente daquele do comunicador original. Este é o caso quando o tradutor e sua audiência são membros de uma mesma comunidade linguística, possuindo as mesmas informações contextuais que, por sua vez, não são aquelas antecipadas para o comunicador original.

Caso 2: O comunicador original e o tradutor compartilham um mútuo ambiente cognitivo, diferente daquele da audiência receptora. Este é o caso, p.ex., quando um membro bilíngue da comunidade do TF traduz para um membro de uma cultura diferente.

Caso 3: O comunicador original e a audiência receptora compartilham um mútuo ambiente cognitivo, diferente daquele do tradutor. Caso típico de uma conferência,

p.ex., onde o tradutor (não versado no assunto) traduz para uma comunidade de peritos em um determinado assunto técnico.

Caso 4: Nenhum ambiente cognitivo é compartilhado. Este seria o pior caso em termos de tradução: os ambientes cognitivos são totalmente distintos entre *Co*, *Ar* e *T*. Exemplo seria o caso da tradução bíblica para línguas minoritárias, onde o tradutor da Bíblia leva a cabo sua tradução de uma língua (o grego) para a língua do povo em questão (p.ex., a língua dos índios pirahã na Amazônia), a qual, por sua vez, não é a sua (o inglês, tratando-se, p.ex., de um missionário britânico do *SIL*). A tarefa de metarrepresentação tanto do ambiente do comunicador original quanto do ambiente cognitivo da audiência receptora é de suma importância para o sucesso da comunicação.

Caso 5: Comunicador original, audiência receptora e tradutor compartilham o mesmo ambiente cognitivo. Este caso seria o ideal em termos de tradução. Exemplo seria a hipótese de um grupo de expertos em um determinado ramo científico, onde um deles, dominando mais de uma língua, executa a tarefa tradutória para aqueles que não entendem a língua da discussão. Não se faz necessária aqui nenhuma ginástica metarrepresentacional.

Dentre os casos configurados nessa figura 3, podemos falar que os casos 1, 2 e 4 se inserem dentro do que se denomina aqui de “contextos desconhecidos”, visto que o tradutor se depara com a dificuldade de metarrepresentar o contexto-fonte (caso 1), o contexto-alvo (caso 2) e tanto o contexto-fonte quanto o contexto-alvo (caso 4). No caso 3, embora o contexto seja desconhecido para o tradutor, ele não o é nem para o comunicador original nem para a audiência receptora, os quais têm um ambiente cognitivo mútuo. No caso 5, todos compartilham o mesmo ambiente cognitivo, não sendo o contexto desconhecido para nenhum dos participantes do processo comunicativo.

E dentre os casos onde se caracteriza contexto desconhecido, podemos tomar o caso de número 1 como foco da presente pesquisa, pois nesse caso tradutor e público-alvo encontram-se imersos dentro de uma mesma comunidade linguística e compartilham um ambiente cognitivo mútuo, o qual é diferente daquele imaginado para o comunicador original. O comunicador original (*Co*) pode ser visto como o(s) redator(es) do Tratado de *Bava Metsia*. *T* é o tradutor e *Ar* é o público-alvo brasileiro. Os tradutores e o público-alvo brasileiro compartilham um mesmo ambiente cognitivo, haja vista que estão inseridos em um mesmo contexto espacial (o Brasil), temporal (inícios do século XXI) e cultural (compartilham os conhecimentos da cultura judaica,

seja através de estudo, seja através da pertença a uma comunidade judaica no Brasil). Já o comunicador original situa-se a uma grande distância de T e Ar, distância esta que remonta a aproximadamente dois mil anos na Palestina de então.

Vale também ressaltar que exemplos de contextos desconhecidos (como os do caso 1) não se restringem a textos sagrados; podem também ser retirados de obras clássicas de séculos anteriores traduzidas para os dias de hoje. Mas também textos atuais de conteúdo informativo (cultural, político, religioso etc.), desconhecido pelos receptores, podem configurar casos de contextos desconhecidos.

Esta distância em termos de espaço, tempo e cultura não deixa de representar um desafio a mais para o tradutor, fazendo com que Gutt (2000a:169) viesse a instigar reflexões a respeito de tais contextos desconhecidos. E aqui, especialmente, a tarefa metarrepresentacional por parte do tradutor é de primordial importância na tradução interlingual. Pode-se até mesmo afirmar que, se o tradutor que não for capaz de metarrepresentar o ambiente cognitivo mutuamente compartilhado naquela época da compilação do tratado talmúdico em questão, não estará apto, via de regra, a interpretar adequadamente o texto hebraico e, conseqüentemente, a interpretação que será veiculada através de seu texto refletirá erroneamente as intenções do comunicador original.

Assim, em nosso caso em particular, a tradução de textos de conteúdo religioso demanda do tradutor um esforço processual no sentido de expandir seu ambiente cognitivo, a fim de cuidar de um grau elevado de semelhança interpretativa entre o TF e o TA. Retomando Gutt (2000a) e algumas reflexões já desenvolvidas acima, pode-se dizer que o tradutor se vê diante de algumas tarefas adicionais nesse caso, quais sejam ele deverá: a) “reconstruir o ambiente cognitivo mutuamente compartilhado entre o comunicador original e sua audiência”⁷⁵ e b) “determinar quais partes daquele ambiente cognitivo mutuamente compartilhado serviram de contexto para o comunicador original”⁷⁶ (p. 168). Diferentes graus de semelhança interpretativa com um texto, cujo contexto de produção não mais corresponde ao do público-alvo do TA, podem gerar reações de seus leitores/ouvintes que não sejam congruentes com aquelas imaginadas para o público-alvo do TA.

⁷⁵ Minha tradução de: “[the translator needs] to reconstruct the cognitive environment mutually shared by the original communicator and his/her audience”.

⁷⁶ Minha tradução de: “[the translator needs] to determine which parts of that mutually shared cognitive environment served as context for the original communicator”.

E, por fim, retomando a questão do esforço e efeito, Alves (2005b:14) chama a atenção para o fato de que o equilíbrio almejado entre esforço e efeito “é uma questão de grau e depende da meta-representação que o tradutor tenha dos textos de partida e de chegada, incluindo nesta meta-representação expectativas sobre a recepção da tradução por um possível público leitor”. A partir daí, o tradutor poderá alcançar um determinado grau de semelhança interpretativa entre o TF e seu TA.

É essencial, destarte, perscrutar fenômenos recorrentes em tradução e empregados pelo tradutor com o intuito (aparente) de criar um grau superior de semelhança interpretativa entre os dois textos produzidos em contextos diferentes e distantes. Um caso importante abordado por esta tese de doutorado é o da explicitação em tradução, como exposto *infra*.

E quando se fala em semelhança interpretativa, não se pode descurar de uma diferenciação a ser feita entre explicaturas e implicaturas. Revisitando esses conceitos, Carston propõe um redimensionamento das explicaturas, estendendo a linha limítrofe entre semântica e pragmática, como exposto a seguir.

1.4. Explicaturas e implicaturas: a distinção entre pragmática e semântica

A questão que se coloca aqui versa sobre o ponto onde deveria passar a linha separando a semântica da pragmática, ou seja, o que pode ser considerado como sendo o âmbito da pragmática e o que se encontra no âmbito da semântica. Estas reflexões são importantes ao se tratar de explicaturas e implicaturas, discussão essencial no desenvolvimento do presente trabalho. Para Grice e a maioria dos filósofos da linguagem, a resposta a tal questão é clara: a semântica diz respeito à *proposição semanticamente/literalmente expressa*, diz respeito ao *que é dito*, enquanto a pragmática está vinculada às implicaturas do enunciado (cf. CARSTON & POWELL, 2005:281), ou seja, ao que é implicado. No entanto, reconhece-se também que o contexto contribui para o conteúdo proposicional do enunciado. Grice, por exemplo, aceita que o que é dito pelo enunciado, é determinado também através de desambiguação e resolução de referências (cf. GRICE, 1989:25), ou seja, através de informações contextuais.

Contudo, trabalhos recentes dentro do arcabouço teórico da TR vêm argumentando que as contribuições dadas pela pragmática para o conteúdo proposicional de um enunciado ultrapassam os limites da desambiguação e resolução de referências (cf., p.ex., CARSTON, 1991). Nesse sentido, há duas linhas principais de pensamento. A primeira defende a idéia de que todo item lexical dependeria do

contexto, e não somente aqueles tradicionalmente considerados essenciais para a resolução de referências no enunciado. Assim, por exemplo, não apenas pronomes pessoais, mas também itens lexicais portadores de conteúdo, como um substantivo ou um adjetivo, são sensíveis ao contexto. A segunda linha de pensamento argui que alguns aspectos pragmáticos do conteúdo proposicional podem não corresponder a itens presentes em qualquer nível da representação semântica (cf. CARSTON & POWELL, 2005:281). A título de exemplo, pode-se pensar numa formulação tal como: “está chovendo”, onde o enriquecimento proposicional do enunciado dependerá do local geográfico onde se encontra o comunicador (cf. *id.*, p. 287).

Do ponto de vista da TR, ambas as abordagens são perfeitamente aceitas. Não só todas as expressões do enunciado são sensíveis ao contexto, como também o contexto pode suprir o conteúdo proposicional com informações não inteiramente representadas na semântica. A proposição assim enriquecida seria a explicatura do enunciado. Por outro lado, as implicaturas são de natureza puramente pragmática, ou seja, “elas são geradas com base em cada caso de acordo com o contexto e os princípios pragmáticos”⁷⁷ (*id.*, p. 294).

Carston (2000) argumenta que a forma proposicional do enunciado é híbrida, composta de material codificado linguisticamente e de material fornecido contextualmente. Embora a explicatura esteja relacionada ao conceito griceano de “o que é dito”, um construto semântico, a explicatura não se restringe a ele, pois ela envolve muitos componentes inferidos pragmaticamente, além do significado codificado linguisticamente (cf. CARSTON, 2000:4). Este “híbrido” entre semântica e pragmática é a explicatura do enunciado (*id.*). E, uma vez que o conteúdo das explicaturas é derivado de dois processos distintos, decodificação e inferência pragmática, o mesmo conteúdo proposicional pode variar de acordo com as contribuições relativas dadas por cada um desses processos, ou seja, as explicaturas podem variar em seu grau de explicitude (*id.*, p. 12), podem ser mais ou menos explícitas. O desenvolvimento lógico do enunciado, além dos processos de desambiguação e resolução de referências, pode não satisfazer à presunção de relevância ótima. Existem casos em que há a necessidade de enriquecimento do enunciado, requerido mais através da pragmática do que dos constituintes linguísticos presentes na forma lógica.

⁷⁷ Minha tradução de: “they are generated on a case-by-case basis according to context and pragmatic principles”.

Carston (1999) reforça esta idéia do enriquecimento pragmático de explicaturas. Segundo a autora, uma representação decodificada semanticamente é, raras vezes, totalmente proposicional, funcionando apenas como uma espécie de esquema para suposições. Neste caso, a representação requer necessariamente a inferência pragmática a fim de que seja desenvolvida na proposição que o comunicador quis expressar:

A derivação da proposição comunicada explicitamente depende de inferência pragmática; não se restringe simplesmente a determinar referentes e sentidos pretendidos de expressões ambíguas, mas fornece constituintes não articulados e ajusta o conteúdo conceitual codificado⁷⁸ (CARSTON, 1999:1).

Assim, a diferença existente entre informação codificada linguisticamente e proposição expressa explicitamente não é reduzida unicamente fazendo-se uso de processos de resolução de referências e desambiguação. “A explicatura é derivada, desenvolvendo-se inferencialmente a forma lógica dos enunciados. Todas as outras suposições comunicadas são implicaturas”⁷⁹ (id., p. 27). As implicaturas são derivadas unicamente a partir de inferência, na qual a explicatura constitui apenas uma das premissas.

Neste ponto, é interessante mencionar a tese da subdeterminação (*underdeterminacy thesis*), defendida por Carston (2002). Porém, há que se primeiro diferenciar entre “indeterminação” e “subdeterminação”. A indeterminação refere-se a fenômenos diversos, necessitando de considerações contextuais a fim de determinar uma referência presente no enunciado. Pode ainda ser usado para designar uma informação conceitual, cujo sentido pode ser caracterizado como “vago” ou “geral”. Dentro do arcabouço teórico da TR, podemos dizer que a indeterminação leva a implicaturas fracas (id., p. 20).

Já a subdeterminação é de outra natureza. Um sentido codificado linguisticamente pode subdeterminar a proposição expressa pelo comunicador. Em outras palavras vale dizer que o conteúdo é sensível ao contexto. Carston (id.) aponta uma lista de casos, ilustrando situações onde esta subdeterminação ocorre, entre eles: ambiguidades, ausência de constituintes e conteúdo conceitual fracamente codificado (p. 28). O enunciado adquire sua forma proposicional através da decodificação

⁷⁸ Minha tradução de: “The derivation of the proposition explicitly communicated is dependent on pragmatic inference, not merely in determining intended referents and intended senses of ambiguous expressions, but in supplying unarticulated constituents and adjusting encoded conceptual content”.

⁷⁹ Minha tradução de: “An explicature is derived by inferentially developing the logical form of the utterance. All other communicated assumptions are implicatures”.

linguística associada à inferência pragmática: o sentido linguístico subdetermina o que está dito e este, por sua vez, subdetermina o que está implicado. Carston afirma ainda que a “subdeterminação linguística é uma característica importante das línguas naturais, pois não existem sentenças eternas em línguas naturais”⁸⁰ (p. 83). Em outras palavras, pode-se afirmar que uma sentença, enquanto tal, não pode ser verdadeira ou falsa. Tal questão de verdade ou falsidade de uma sentença em uma determinada língua não depende do que a sentença *é* ou do que ela *significa*, mas das circunstâncias em que ela foi expressa (AUSTIN *apud* CARSTON, 2002:48), havendo a necessidade do enriquecimento inferencial do enunciado pelo ouvinte.

Neste processo inferencial é de suma importância o princípio de relevância ótima:

- a. Siga um caminho de menor esforço no cômputo de efeitos cognitivos: teste hipóteses interpretativas (desambiguações, resolução de referências, implicaturas, etc.) em ordem de acessibilidade.
- b. Pare quando suas expectativas de relevância forem satisfeitas (WILSON & SPERBER, 2005:232).

O ouvinte desenvolverá a forma lógica do enunciado até chegar a uma interpretação plausível, tanto no nível das explicaturas quanto no nível das implicaturas, ou seja, até alcançar efeitos cognitivos condizentes com o esforço cognitivo despendido. Nesse sentido, “a pragmática não é uma mera conveniência, mas uma necessidade absoluta na comunicação e, provavelmente, mais fundamental do que a linguagem”⁸¹ (CARSTON, 2006:4). O conteúdo comunicado explicitamente não se encontra codificado em algum lugar do sistema linguístico. O que ocorre é que outros conceitos que estão codificados podem ser usados como ponto de partida para o processo pragmático (cf. *id.*, p. 5). Carston (2002, p. 109) fala da “intromissão pragmática” na proposição expressa, reforçando a ideia de que a forma proposicional resultante de decodificação linguística e inferência pragmática é um caso de explicatura, não de implicatura. O enriquecimento pragmático do enunciado não deve ser visto como implicatura (*id.*, p. 183). Carston (*id.*) afirma:

Ademais, de acordo com o ponto de vista da subdeterminação linguística (semântica) (...), a forma lógica de uma expressão linguística raramente, ou

⁸⁰ Minha tradução de: “Linguistic underdeterminacy is an essential feature of natural languages because there are no eternal sentences in natural languages”.

⁸¹ Minha tradução de: “pragmatics is not merely a convenience but an absolute necessity in communication and probably more fundamental than language”.

nunca, determina uma condição de verdade, de modo que, inevitavelmente, faz-se necessária a pragmática para recuperar uma representação proposicional plena⁸² (p. 184).

E essa representação recuperada pragmaticamente não deve ser relegada ao âmbito da implicatura. O simples fato da presença da recuperação, pela via pragmática, do sentido pretendido pelo comunicador não é capaz de situá-lo fora do âmbito da explicatura. Seria uma visão altamente minimalista (cf. p. 188-189).

Carston (1991) sugere um critério de “independência funcional” das explicaturas. A ideia por detrás deste conceito é a de que a proposição expressada (explicatura) e a implicatura desempenham papéis independentes no ambiente cognitivo do ouvinte. Se uma suposta implicatura era de tal modo que sua função nas inferências subsequentes, como, p.ex., a derivação de efeitos contextuais, incluíam a função da suposta proposição expressada, “então a suposta implicatura era, muito provavelmente, realmente um aspecto pragmático da proposição expressada”⁸³ (CARSTON, 2002:189). A noção de independência “funcional” aponta para o fato de que a explicatura, ou seja, a proposição expressa tem uma função diferente da função de sua implicatura.

Pode-se afirmar, ainda, que as explicaturas são independentes no sentido de que não ficam restritas ao sentido linguístico e a processos de desambiguação e resolução de referências (cf. CARSTON, 1991:34). Por um lado, fica evidente que o enunciado carece de enriquecimento inferencial a fim de obter sua forma proposicional e que esta forma enriquecida é vista, dentro do critério de independência funcional, como uma explicatura. Por outro lado, porém, há a necessidade de se criarem limitações ao processo de enriquecimento inferencial do sentido linguístico, ou seja, há de se assegurar que a explicatura não seja estendida em demasiado, correndo o risco de se confundir com a implicatura do enunciado (id.) e criar redundância.

Isto exposto, pode-se chegar à conclusão de que a pragmática desempenha um papel essencial para se obter a forma proposicional plena do enunciado, ainda no nível das explicaturas. Assim, adota-se, aqui, tal critério de independência funcional das explicaturas no sentido de expandi-las a ponto de abrangerem informações recuperáveis pela via inferencial. A implicatura, por sua vez, é recuperada unicamente pela via

⁸² Minha tradução de: “Furthermore, according to the linguistic (semantic) underdeterminacy view (...), the logical form of a linguistic expression seldom, if ever, determines a truth condition, so that pragmatics is inevitably required in the recovering of a fully propositional representation”.

⁸³ Minha tradução de: “then the alleged implicature was most likely really a pragmatic aspect of the proposition expressed”.

pragmática, tomando como ponto de partida a explicatura do enunciado, porém, sem que haja superposições de funções.

Em processos de tradução, o tradutor é capaz de lidar com essa recuperação inferencial de explicaturas e implicaturas de diferentes modos. Retomando o conceito de Gutt de tradução direta e indireta, vimos que o tradutor pode tomar um destes caminhos durante o fazer tradutório. Porém, em ambos os casos, ele pode fazer uso de um recurso, muito recorrente em tradução, que é o de explicitar informações contidas implicitamente numa explicatura ou numa implicatura.

Sobre a explicitação em tradução, parte integrante da presente pesquisa de doutorado, é importante repetir que não se investiga aqui a explicitação enquanto um “universal de tradução”. Esta tese coloca em foco, antes, a tensão existente entre processos de explicitação e explicitude, entre implicaturas e explicaturas e, como decorrência, de aspectos estratégicos ou normativos observados ao longo do processo tradutório. Apoiando-se na hipótese levantada por Alves (2008), parte-se dos trabalhos de Steiner (2005) e chega-se a Englund-Dimitrova (2005), a qual coloca à luz da discussão teórica a sensível linha limítrofe entre a semântica e a pragmática.

1.5. Explicitação e explicitude em tradução

1.5.1. A explicitude como fenômeno no campo da semântica

No campo dos trabalhos que se ocupam das características textuais como indicadores de processo de explicitação, mencionam-se as contribuições de Steiner (2005) e de Hansen-Schirra, Neumann e Steiner (2007). Esses autores partem da hipótese de que textos traduzidos são mais explícitos, densos e diretos do que outros textos originais na língua do TA. Quando Steiner e Hansen-Schirra, Neumann e Steiner falam de explicitação, eles pressupõem a existência de sua contrapartida, a implicação, e para delimitar seu campo de pesquisa dentro do estudo de processos de explicitação, fazem uma diferenciação entre dois tipos de explicitação: a explicitação (*explicitation*) e a explicitude (*explicitness*). A explicitação está ligada a níveis mais altos de interpretação dependente do contexto, podendo ser situada no campo da pragmática. A explicitude, por sua vez, leva em consideração as propriedades linguísticas do texto, estando, assim, situada no campo da semântica. Steiner (2005) deixa claro que o objetivo de seu projeto é “fornecer informações sobre *propriedades* da decodificação,

mais do que sobre *interpretações* de alto nível”⁸⁴ (p. 9, itálicos como no original). Steiner ancora o termo explicitude à realização lexicogramatical, tornando-o capaz de ser investigado empiricamente. Sobre esta distinção entre explicitação e explicitude, nas palavras de Steiner (2005):

“explicitação” é um processo ou relação que supõe que algum significado “é tornado explícito” ao se mudar de um texto ou discurso para algum outro. Também supõe que, em certo sentido, o que está “explicitado” deve ter estado “implícito” na outra variante. Como resultado de tais “processos”, uma variante textual pode ser mais ou menos “explícita” do que a outra (...) ⁸⁵ (p. 9).

A explicitação ocorre, então, quando uma tradução realiza significados de uma forma mais explícita do que em seu TF, ou seja, sentidos não concretamente presentes na variante-fonte menos explícita, mas implicitamente presentes (cf. HANSEN-SCHIRRA, NEUMANN & STEINER, 2007:243).

Para ilustrar a questão, pode-se citar um exemplo a partir do corpus de estudo desta tese. Retomando-se a palavra codificada conceitualmente *guer*, que já foi tomada como exemplo anteriormente, tem-se que, no contexto talmúdico, significa aquela pessoa que se converteu ao judaísmo, diferentemente do contexto bíblico, onde designa o estrangeiro em geral. Dentro da perspectiva dos autores ora em discussão, pode-se afirmar que uma explicitação desse sentido de *guer* na tradução torna explícita uma relação que no TF estava apenas implícita. Esta interpretação depende do contexto, podendo ser caracterizada como *explicitation*.

Sobre a pesquisa envolvendo a “explicitude”, Steiner (2005) diz:

os sentidos que estamos investigando são dependentes do uso, no sentido de que os dados são extraídos de instâncias linguísticas, ou seja, de textos. Entretanto, nossas operacionalizações em termos de realização lexicogramatical ou coesiva irão influenciar nossas observações em direção ao que é gramaticalizado e lexicalizado, ou, pelo menos, convencionalizado (relações coesivas, relações retóricas), e, neste sentido, nossa orientação parecerá totalmente voltada para o sistema e a gramática ⁸⁶ (p. 10).

⁸⁴ Minha tradução de: “yield information about *properties* of encoding, rather than about high level *interpretations*”.

⁸⁵ Minha tradução de: “‘explicitation’ is a process, or a relationship, which assumes that some meaning ‘is made explicit’ in moving from one text or discourse to some other one. It also assumes that in some sense, whatever is ‘explicitated’ must have been ‘implicit’ in the other variant. As a result of such ‘processes’, some textual variant may be more or less ‘explicit’ than the other, and it is to this term that we turn to next.

⁸⁶ Minha tradução de: “the meanings which we investigate are dependent on use in the sense that the data are drawn from linguistic instantiations, i.e. texts. However, our operationalizations in terms of lexicogramatical or cohesive realization will bias our observations towards whatever is grammaticalized

A explicitude pode se dar no nível da lexicogramática ou no nível textual. Quando ocorre no nível da lexicogramática, está relacionada a categorias tais como “denso” e “direto”. No nível textual, a explicitude está ligada a propriedades textuais, tais como simples, normal, explícito vs. implícito, direto vs. indireto, entre outros (cf. HANSEN-SCHIRRA, NEUMANN & STEINER, 2007:242).

Um exemplo também retirado do corpus de estudo desta tese pode ser a tradução, quando ocorrida, do presente do verbo hebraico *lihiót*. Em hebraico, no presente ele fica implícito. Quando, numa tradução, ele é explicitado por “haver, ser, existir”, por exemplo, este fato se dá apoiado na gramática e independe de interpretações de alto nível. A recuperação do sentido implícito no TF se dá a nível textual e pode ser enquadrada no processo de explicitude (*explicitness*).

Steiner e Hansen-Schirra, Neumann e Steiner afirmam que tudo o que está situado no âmbito da pragmática, ou seja, relacionado a uma interpretação de alto nível, é como se estivesse “invisível” em sua perspectiva, embora não estejam dizendo que não seja importante (STEINER, 2005:10). O que investigam não são a comunicação e a interpretação situadas num contexto específico, e sim propriedades da codificação linguística. No entanto, embora sua metodologia possa parecer restritiva, no sentido de estar presa à realização formal, os autores afirmam que os padrões realizacionais podem ser considerados “sinais”, “instruções” para se chegar ao pleno significado (inter-) textual (id.). Retomando a metáfora do “iceberg”⁸⁷ (LINKE & NUSSBAUMER, 2000, *apud* HANSEN-SCHIRRA, NEUMANN & STEINER, 2007:242), os autores comentam que é como se estivessem abrindo as portas para uma visão mais plena e, ao final, tomando em consideração a parte invisível (implícita) do “iceberg”.

Nesse ponto, chama-se a atenção para o fato de que nem tudo o que é acrescentado ao texto pode ser considerado explicitação. Para que haja explicitação (em sentido amplo), é necessária, primeiramente, uma informação implícita. A explicitação/explicitude implica, necessariamente, a existência de sua contraparte, a implicação/implicitude.

and lexicalized, or at least highly conventionalized (cohesive relations, rhetorical relations), and in that sense we will appear quite system- and grammar-oriented”.

⁸⁷ Linke & Nussbaumer veem os textos como se fossem “icebergs”, onde apenas uma pequena parte deles fica visível; a maior parte não é perceptível. O que está visível é considerado “explícito”, enquanto a parte invisível é o que está “implícito”.

1.5.2. Explicitação governada pela norma linguística e explicitação estratégica

Dentro da abordagem cognitiva de processos de explicitação, é de seminal importância para a pesquisa ora em andamento o trabalho de Englund-Dimitrova (2005). Em sua pesquisa empírica dentro do par linguístico sueco-russo, Englund-Dimitrova estuda aspectos cognitivos do desempenho da tarefa de tradução a partir da perspectiva de planejamento, produção textual e revisão, assim como a aplicação dessas categorias dentro da tarefa (cf. p. 229). Um dos fenômenos textuais estudados foi a explicitação.

Nesse aspecto, Englund-Dimitrova (2005) sugere uma distinção entre dois tipos de explicitação, que ocorrem devido a diferentes razões no processo tradutório: explicitações governadas pela norma linguística e explicitações estratégicas (cf. p. 236). Segundo Englund-Dimitrova, “em textos traduzidos (...), alguns tipos de explicitações ocorrem com tanta frequência e regularidade, sob um ponto de vista textual, que podem ser consideradas como governadas pela norma”⁸⁸ (id.). Este tipo de explicitação seria determinado pelas restrições dos sistemas linguísticos em contraste, sendo, em geral, um processo que não apresenta grandes problemas para o tradutor; sua tomada de decisão em um ponto anterior do processo aparece como não-problemática.

Dimitrova parte dos conceitos de “norma inicial” e “normas operacionais” de Toury (1995). Em seu trabalho, Toury utiliza a seguinte definição de norma: “a tradução de valores e ideias gerais compartilhados por uma comunidade – sobre o que é certo ou errado, adequado ou inadequado – em instruções de realização apropriadas e aplicáveis a situações particulares”⁸⁹ (p. 55). Toury vê diferentes tipos de normas que atuam em diferentes estágios do processo tradutório. Assim, a “norma inicial” vai se referir à escolha geral feita pelo tradutor: se vai se submeter às normas do TF ou se vai se guiar pelas normas do TA. O primeiro caso produziria uma tradução adequada, enquanto o segundo resultaria numa tradução aceitável (cf. p. 57). Por outro lado, as “normas operacionais” descrevem a apresentação e o material linguístico do TA. E dentre as normas operacionais, Toury cita as “normas linguístico-textuais” (cf. p. 58-59), as quais governam a seleção do material linguístico do TA: itens lexicais, expressões e características estilísticas.

⁸⁸ Minha tradução de: “In translated texts (...), certain kinds of explications occur with such a frequency and regularity from a textual point of view that they can be claimed to be norm-governed”.

⁸⁹ Minha tradução de: “translation of general values or ideas shared by a community – as to what is right or wrong, adequate or inadequate – into performance instructions appropriate for and applicable to particular situations”.

Um exemplo de explicitação governada pela norma linguística pode ser a aposição, no TA em português, de sinais gráficos de pontuação, como o ponto final. No hebraico talmúdico, o ponto final está implícito. O tradutor, guiado pelas normas do sistema linguístico português, pode marcar o final de uma frase com o ponto, o que caracterizaria um processo de explicitação governado pela norma.

Segundo Dimitrova (2005):

Se supusermos que a ocorrência de explicitação é governada pela norma, estaríamos primariamente interessados na norma inicial e em sua realização concreta em normas linguístico-textuais. Tanto a norma inicial quanto as normas operacionais podem ser deduzidas a partir de diferentes tipos de dados, tais como a observação de várias espécies de relações entre o TF e o TA. Suporíamos então que a explicitação é uma característica que não acompanha a norma inicial da adequação, uma vez que a explicitação envolve, em alguns aspectos, uma partida do padrão textual do TF, possivelmente, mas não necessariamente, em direção à conformidade com as normas do TA⁹⁰ (p. 45).

Por outro lado, as explicitações de natureza estratégica ocorrem para solucionar um problema de tradução durante o processo (cf. p. 237). Para resolver o problema, o tradutor reformula uma solução provisória no TA, o que pode levar a diversos tipos de explicitação no processo. Do ponto de vista estrutural e textual, as explicitações de natureza estratégica podem ser consideradas de natureza *ad hoc*, sendo mais variadas do que as explicitações governadas pela norma (id.).

A explicitação estratégica advém para solucionar um determinado problema de tradução e é o resultado do processo de interpretação do tradutor. Mas, mais especificamente, pode ser vista como um processo interpretativo que consiste, normalmente, em reformular segmentos do TA na língua-alvo. Ou seja, quando o tradutor avalia uma solução provisória no TA como não satisfatória, ele procura, primeiramente, reformular esta solução dentro da própria língua do TA. Via de regra, ele não volta a trabalhar a porção correspondente do TF, para depois proceder a uma nova transferência para a língua-alvo. Os diferentes tipos de reformulação que podem ocorrer num determinado segmento do TA implicam, frequentemente, em diferentes

⁹⁰ Minha tradução de: “If we assume that the occurrence of explicitation is norm-governed, we would primarily be interested in the initial norm and its concrete realization in textual-linguistic norms. Both the initial norm and operational norms can be deduced from different types of data, such as the observation of various kinds of relations between the ST and the TT. We would then assume that explicitation is a feature which is not concomitant with the initial norm of adequacy, since explicitation involves in some respects a departure from the textual pattern of the ST, possibly, but not necessarily, in the direction of conformity with the TL norms”.

tipos de explicitação. O uso de um sinônimo, p.ex., pode acarretar uma especificação de significado; a mudança de uma construção gramatical pode envolver a especificação de algo que está apenas implícito no TF. É como se a explicitação fosse uma forma de paráfrase, sendo a capacidade para tanto parte da competência linguística e semântica do tradutor.

Quando no TF talmúdico o tradutor se depara com a codificação *onaah* e, no TA, ele especifica um de seus sentidos (“ofensa, opressão, engano, injustiça”), ele o faz apoiando-se no contexto em que a palavra está inserida e visa a solucionar um problema naquela porção específica. É um processo de natureza estratégica.

1.5.3. A hipótese de uma interrelação

Com base nas propostas de explicitação anteriores de Steiner e Hansen-Schirra *et alii* e nas propostas de Englund-Dimitrova, pode-se perguntar se não existiria entre elas uma interrelação, uma vez que ambas tocam territórios de semântica e pragmática, que podem ser comuns às duas propostas de análise.

Nesse sentido, Alves (2008) pleiteia, por um lado, uma estreita relação entre o processo de explicitação governado pela norma linguística, o fenômeno da explicitude e as codificações procedimentais do enunciado no nível da explicatura. Por outro lado, sugere a relação entre o processo de explicitação de natureza estratégica, a explicitação e as codificações conceituais do enunciado no nível da implicatura. No entanto, esta interrelação foi apenas indicada por Alves, que termina seu trabalho, propondo uma metodologia de anotação para uma pesquisa empírica, comentando:

Desta forma, por meio de uma abordagem empírico-experimental, a investigação das habilidades de compreensão pragmática de tradutores expertos contribuirá para o estudo de suas habilidades de decodificação linguística. Enquanto estudo análogo à abordagem de Steiner (2005) e de Hansen-Schirra, Neumann e Steiner (2007), a proposta poderá contribuir, pelo viés inferencial, para uma maior compreensão do fenômeno da explicitação em tradução, sobretudo na diferenciação entre processos de explicitude e de explicitação, diferenciação fundamental em uma abordagem que tem por objetivo a modelagem do processo tradutório com vistas a uma interface computacional (p. 118-119).

Após a análise dos dados na presente pesquisa, será investigada a interrelação apontada por Alves entre explicitação, processos de explicitação de natureza estratégica e codificação conceitual, por um lado, e, por outro, entre explicitude, processos de explicitação governados pela norma e codificação procedimental. Com isso, esta tese

poderá contribuir, partindo-se do viés inferencial, para a sugestão experimental feita por Alves (2008).

Sobre a tensão entre explicitude e explicitação, ou seja, sobre processos de explicitação que ocorrem no âmbito da semântica e processos de explicitação que se dão no âmbito da pragmática, vale ressaltar que é de fundamental importância uma diferenciação mais precisa entre explicaturas e implicaturas, tal qual discutida por Carston (1991, 1999, 2000, 2002, 2004, 2006) em suas reflexões sobre ambos os conceitos inseridos no arcabouço teórico da TR (vide *supra*).

O presente trabalho retoma tais conceitos de explicaturas e implicaturas sob a perspectiva de Carston e os aplica às traduções feitas pelos oito sujeitos da pesquisa. A partir deles é que se poderá discutir mais profundamente sobre processos de explicitação que se situam no âmbito da semântica e aqueles que se situam no âmbito da pragmática. Conceitos-chave da TR como os de codificação conceitual e procedimental desempenharão papel primordial durante a análise e constituem-se no fio condutor para as reflexões envolvendo pragmática e semântica.

Num segundo momento do trabalho, serão estudados os níveis de metarrepresentação em curso durante a tarefa tradutória e como influenciam (ou não) os processos de explicitação porventura ocorrentes. Nesse ponto, poderá ser abordada a relação entre o grau de expertise do tradutor e a metarrepresentação da tarefa, o que contribuirá em muito para a compreensão dos processos em andamento quando da tradução de textos situados em contextos desconhecidos.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

2.1. Escolha do corpus

2.1.1. A tradução de textos sensíveis

Comentou-se no capítulo teórico desta tese acerca da tradução de textos situados em contextos desconhecidos e sua implicação na tarefa metarrepresentacional a ser empreendida pelo tradutor. Metarrepresentar um contexto de produção situado a uma notável distância temporal, espacial e cultural pode não representar uma tarefa fácil de ser levada a cabo, dependendo dos diversos ambientes cognitivos em jogo durante o fazer tradutório. Pode-se tomar, a título de exemplo, a pesquisa desenvolvida e discutida em Alves (2005c), quando aponta para as dificuldades apresentadas por tradutores novatos (estudantes de tradução) ao se depararem com um texto envolvendo informações arquitetônicas de um *hamam* (banho turco). A distância espacial e cultural cuida, por si só, de criar um grau de dificuldade metarrepresentacional que pode acarretar um grau de semelhança interpretativa mais baixo entre TF e TA.

O que ocorre, destarte, quando da tradução de um texto bíblico ou talmúdico, objeto da presente pesquisa de doutorado? Além da distância espacial e cultural, como no caso do *hamam*, existe a distância temporal. Lidamos com textos, cujo ambiente de produção se situa em um período de, no mínimo, dois mil anos atrás. O próprio tempo se encarrega, nesse caso, do distanciamento e das modificações contextuais transcorridas. A esses fatores acresce-se outra peculiaridade: a língua em que esses textos foram compilados. No caso do hebraico bíblico, uma língua não mais falada, a tradução se faz necessária em 99% dos casos, pois, segundo Gabel & Wheeler (1993), dentre o vasto número de indivíduos que têm a leitura da Bíblia como fonte de bem-estar, “nem a metade de um por cento leu as suas palavras *reais*” (p. 205, *italico como no original*). Vamos nos abstrair de comentar mais detalhadamente o sentido de “palavras *reais*”, pois, em se tratando de material bíblico, não há como saber, atualmente, mesmo lendo-se hebraico, qual foi o texto primeiro a partir do qual foram feitas as cópias e a partir das quais foram feitas as mais variadas traduções para as mais variadas línguas. Inexiste um autógrafo que possa conferir ao texto seu caráter de “original”, tal qual concebido pela crítica textual. Não se pode falar tampouco em “autor”, pois, no caso dos textos bíblicos, o autor é meramente um escriba inspirado pela palavra divina. E, por serem portadores de uma mensagem divina, atestam internamente sua própria condição de sagrado. Isso os torna sensíveis. E o fazendo, envolvem diretamente questões de tradução e língua.

O Talmud, compilação de comentários sobre a Torá, também está escrito em línguas não mais faladas: o hebraico (hebraico mishnaico) e o aramaico. Seu estudo nessas línguas é reduzido a um pequeno grupo de pessoas, o que faz da tradução um instrumento imprescindível nessa área. E por ser baseado na revelação oral feita por D'us a Moisés no Monte Sinai, à qual foram se somando os comentários e interpretações através dos séculos, o Talmud é um livro sagrado do povo judeu e, nessa condição, um texto sensível.

Tal condição de texto sagrado soma-se ao distanciamento espacial, temporal e cultural do contexto de produção tanto dos textos bíblicos quanto dos talmúdicos. É mais um desafio ao tradutor em sua tarefa de metarrepresentação de ambos os contextos: o de produção do TF e aquele de recepção do TA. Em se tratando de um texto sagrado, sensível, o tradutor lida com questões altamente polêmicas de cunho religioso, capaz de suscitar junto a seu leitor reações extremadas. Mas o que é um texto sagrado e, conseqüentemente, um texto sensível? Quais as implicações que semelhante texto traz para a tradução?

Simms (1997) atesta que qualquer texto pode ser considerado sensível em potencial ou, em outras palavras, nenhum texto é sensível, mas pensar que o é, o tornaria sensível (cf. p. 3). A sensibilidade pode se dar de duas formas: ou o conteúdo do texto é um tabu, ou o simples fato de o texto existir já é um tabu. Assim, os textos escritos por um autor proscrito podem ser considerados sensíveis independentemente de seu conteúdo ser ou não sensível. Geralmente, estes dois requisitos são encontrados simultaneamente, pois não seria à toa que um autor seria proibido de ser lido, senão pelo conteúdo de seus escritos. Ademais, para se considerar um texto como sensível, é importante a análise de critérios que podem também variar de acordo com o tempo, o lugar e a cultura. Isto faz com que a sensibilidade não seja algo inerente ao texto; não é o material linguístico que torna um texto sensível. A sensibilidade seria a forma como o receptor do texto reage frente a ele. Poderíamos exemplificar esse aspecto com os textos do indiano Salman Rushdie. Em algumas regiões do mundo islâmico, por ser considerado um autor maldito, seus livros são proibidos independentemente de seu conteúdo. Já em outras partes do globo, essa proibição inexistente.

De acordo com Simms, um texto pode ser considerado sensível de quatro maneiras, na dependência do tipo de objeções que ele pode criar junto ao leitor: 1) questões ligadas ao Estado; 2) questões ligadas à religião; 3) questões ligadas à decência; e 4) questões ligadas a certas pessoas em sua individualidade (cf. p. 5).

Conforme apontado por Foote (*apud* SIMMS, 1997:5), essas quatro razões levam aos quatro motivos seguintes para censura. No caso de objeção ligada ao Estado, o texto é nomeado como sedição (“sedition”); no caso de religião, o texto é nomeado como blasfêmia (“blasphemy”); no caso de atentado contra o pudor como obscenidade (“obscenity”); e no caso de ser contrário a cidadãos em particular como calúnia (“libel”).

Da aplicação de tais critérios aos textos sagrados, conclui-se que os textos sagrados são considerados sensíveis por suscitarem problemas ligados à religião. Gohn (2001) afirma que “o que se observa com esse tipo de textos é que, diferentemente do que pode ocorrer com a maioria de outros tipos de textos, há um grande envolvimento emocional por parte dos usuários e reações extremadas dos ouvintes/leitores podem ser esperadas” (p. 149). E, com estas considerações em mente, poder-se-ia afirmar que a tradução de um texto sensível se torna duplamente sensível.

Daí temos o embate teórico e prático envolvendo a tradução dos textos bíblicos. Tomando-se a Bíblia, veremos que ela mesma inicia a questão com o episódio da Torre de Babel (Gênesis 11). Segundo a passagem bíblica, os homens falavam uma única língua e se entendiam sem problemas. Mas, com a pretensão de construírem uma torre que chegasse até o céu, obtiveram o desagrado de D’us que, por isso, resolveu confundir as línguas que falavam. Assim, D’us cria uma situação em que a tradução se torna ao mesmo tempo necessária e impossível: “necessária por causa do desejo das pessoas do mundo em entender umas as outras, mas impossível por nunca poder existir algo como uma pura tradução literal”⁹¹ (SIMMS, 1997:21). A ironia encontra-se no próprio nome que D’us dá à torre: Babel. Embora *Babel* signifique “confusão”, como nome próprio ele se torna intraduzível. É o único vestígio que perdurou da perdida língua primeva que era falada pelos filhos de *Shem*.

Textos sagrados, então, apresentam únicos problemas de sensibilidade. Primeiro, eles mesmos teorizam a tradução, de modo que uma tradução deveria ser não só fidedigna no sentido comumente entendido por tradutores, mas também fidedigna à teoria de tradução apresentada pelo próprio texto (...). A estes problemas podem ser acrescentados aqueles mais usuais encontrados pelos tradutores, que têm a ver

⁹¹ Tradução de: “necessary, because of the desire of the people of the world to understand one another, but impossible in so far as there can never be any such thing as a purely literal translation”.

com a precisão do texto traduzido, embora, novamente, estes problemas sejam especialmente acentuados pelo status de sagrado do texto-fonte”⁹² (id., p. 21).

Em seu artigo, Simms vai ainda discorrer sobre problemas de tradução ligados à precisão do texto traduzido, entre outros (cf. SIMMS, 1997:21-24). A tradução de um texto situado em um contexto desconhecido e sobre o qual paira o caráter de sagrado exige competências muito além daquelas ligadas ao conhecimento linguístico do tradutor. É nesse sentido e na procura por entendimento dos processos em curso durante a tradução de um texto considerado como sagrado que se baseia esta tese. A compreensão das variantes em jogo durante a tarefa metarrepresentacional leva, outrossim, ao entendimento dos motivos pelos quais o tradutor adota certas estratégias de tradução, tendo em vista seu público-alvo. A explicitação, tal qual delineada no capítulo teórico e discutida na análise à frente, se constitui em uma destas estratégias.

A pesquisa sobre a tradução de um trecho do Talmud, enquanto texto sagrado, apresenta características capazes de fornecer insumos a tal discussão. A seguir uma explicação a respeito do corpus da pesquisa.

2.1.2. O Talmud

Talmud é uma palavra hebraica que significa “estudo”, derivada da raiz *lamad*, “estudar”. Antes de se adentrar na história da compilação do Talmud e em sua estrutura, é mister destacar a importância deste livro para a cultura judaica e sua sobrevivência através dos séculos de perseguições. Nas palavras do rabino Adin Steinsaltz (1989:3):

Se a Bíblia é a pedra angular do judaísmo, o Talmud é o pilar central que se alça dos alicerces e sustenta todo o edifício espiritual e intelectual. Sob muitos aspectos o Talmud é o mais importante livro da cultura judaica, o principal suporte de criatividade e vida nacional. Nenhuma outra obra expressa os vários e diferentes aspectos da essência do povo judeu e de seu caminho espiritual, e nenhuma outra obra teve influência comparável sobre a teoria e prática da vida judaica, dando forma a seu conteúdo espiritual e servindo de guia de conduta. O povo judeu sempre soube que sua contínua sobrevivência e desenvolvimento dependem do estudo do Talmud, e os que são hostis ao judaísmo também tiveram conhecimento desse fato. O livro foi ultrajado, difamado e lançado às chamas inúmeras vezes na Idade Média e igualmente submetido a indignidades similares no passado recente. Em certas ocasiões, o estudo talmúdico foi proibido por ser mais do que claro que

⁹² Tradução de: “Sacred texts, then, present unique problems of sensitivity. Firstly, they themselves theorize translation, so that a translation should not only be faithful in the sense commonly understood by translators, but also faithful to the theory of translation presented by the text itself (...). To this problems may be added the more usual ones that translators encounter, to do with the accuracy of the text rendered, although again these problems are specially heightened by the sacred status of the source text”.

uma sociedade judaica que abandonasse esse estudo não tinha real possibilidade de sobreviver.

Definir o Talmud como sendo o sumário da lei oral judaica parece ser por demais simplista, apesar de ser formalmente correto assim afirmar. O Talmud é “o repositório de milhares de anos de sabedoria judaica, e a lei oral, que é tão antiga e significativa quanto a lei escrita (a Torah), nele encontra expressão” (id., p. 4). O Talmud constitui-se numa coleção de leis, lendas e filosofia; apresenta um misto de lógica singular e penetrante pragmatismo, de história e ciência, anedotas e humor.

No Talmud, encontramos problemas hipotéticos e totalmente irrealistas tratados da mesma forma com que faz referência aos casos mais comuns da vida quotidiana. O método talmúdico de discussão e demonstração é curioso: tenta avizinhar-se da precisão matemática, porém não recorre a símbolos matemáticos ou lógicos. Steinsaltz afirma que “embora seu principal objetivo seja interpretar e comentar um livro de lei, é, ao mesmo tempo, uma obra de arte que vai além da legislação e sua aplicação prática” (id.).

Mas como teve origem esse livro e em qual livro de lei se baseia?

2.1.2.1. A Torá

Segundo a tradição judaica, D’us transmitiu seus ensinamentos a Moisés no Monte Sinai de duas formas: uma escrita que veio a constituir a Torá e outra oral, dada também por Moisés aos sábios daquela geração, os quais, por sua vez, a transmitiram às gerações subseqüentes, sem que tivesse havido a existência de um registro escrito.

“Torá” é uma palavra hebraica que pode ser traduzida por “ensinamento, lei” e designa os cinco livros de Moisés ou Pentateuco. O Pentateuco – Gênesis (*Bereshit*), Êxodo (*Shemot*), Levítico (*Vayicrá*), Números (*Bamidbar*) e Deuteronômio (*Devarim*) – constitui-se na parte inicial das Escrituras Sagradas. Juntamente com Profetas (*Nevyim*) e demais livros em *Khetuvim* (Salmos, Eclesiastes, Provérbios etc.) compõe o *Tanach*, a “Bíblia Hebraica” ou o chamado “Antigo Testamento”.

Consoante a fé judaica, Moisés recebeu a Torá no monte Sinai no ano 2448 do calendário judaico (ano 1313 a.e.c.). D’us ditou a Torá a Moisés letra por letra, palavra por palavra e este as escreveu em um rolo de pergaminho. Portanto, acredita-se que a Torá seja a expressão exata da palavra de D’us. Desde então, escribas qualificados passaram a ser incumbidos da tarefa de copiarem-na em rolos de pergaminho, obedecendo a rigorosas regras com o intuito de se afastarem erros. Esta prática milenar

cuidou para que o texto bíblico tivesse chegado às gerações contemporâneas da forma como – acredita-se – nos foi legado por Moisés (cf. GIGLIO, 2003:15).

Para leitura em público, a transmissão do texto bíblico segue rigorosamente um conceito chamado de *Massorá* (“tradição”), pois o texto tal qual transmitido a Moisés se encontra numa escrita consonantal. De sua vocalização (*Nicud*) e entonação (*Teamê Hamicra*) encarregavam-se escribas e autoridades rabínicas que, assim, transmitiam o texto, inicialmente, oralmente, de geração em geração. No entanto, na medida em que o hebraico foi perdendo seu uso cotidiano, sendo substituído pelo aramaico, foi-se sentindo a necessidade de também se escreverem as vogais, a fim de se preservar o texto tal qual transmitido inicialmente. Por esta razão, entre os séculos VIII e X e.c., os massoretas, doutores judeus, acrescentaram as vogais ao texto consonantal escrito da Bíblia hebraica (cf. GIGLIO, 2003: 16-17, GABEL & WHEELER, 1993:242 e SCHNEIDER, 1993:28).

2.1.2.2. A compilação do Talmud

Juntamente com a Torá, Moisés recebeu de D’us a lei oral, que complementa a Torá e nos ensina como cumprir os mandamentos. Steinsaltz (1989) afirma que “a tarefa básica da lei oral era transmitir o significado das palavras” (p. 15). Pode ser que os conceitos empregados na Torá fossem claros e inequívocos para uma ou duas gerações, mas “valores e costumes modificam-se inevitavelmente e aparecem novos problemas, de modo que se torna essencial definir o significado preciso de certas palavras” (id.). À guisa de ilustração, podemos citar como exemplo o fato de nos Dez Mandamentos (Ex 20:10) constar que seja guardado o sétimo dia, o *Shabat* (sábado). No entanto, a exata natureza dos trabalhos proibidos no *Shabat* nos é fornecida pela lei oral. Sem esta, a maioria dos mandamentos outorgados por D’us nos seria incompreensível, haja vista a complexidade dos detalhes envolvidos em seu cumprimento na prática.

Com a destruição do Segundo Templo⁹³ pelos romanos no ano 70 e.c. e a consequente dispersão do povo judeu na Diáspora⁹⁴, os rabinos passaram a ver a necessidade de se preservar essa tradição oral de forma escrita para que não se perdesse.

⁹³ O Segundo Templo foi o templo que o povo judeu construiu após o regresso a Jerusalém, findo o cativeiro babilônico, no mesmo local onde o Templo de Salomão existira antes de ser destruído. Manteve-se erigido entre 515 a.e.c. e 70 e.c., tendo sido, durante este período, o centro de culto e adoração do Judaísmo.

⁹⁴ O termo diáspora (em grego antigo, διασπορά – “dispersão”) é frequentemente usado para fazer referência à dispersão do povo judeu no mundo antigo, a partir do exílio na Babilônia no século VI a.e.c. e, especialmente, depois da destruição de Jerusalém em 135 e.c.

Tentativas de organização do material que constitui a tradição oral já haviam sido feitas nos séculos anteriores (cf. GIGLIO, 2000:20), mas ganhou força no período dos Tanaítas, que se iniciou no começo do reino do rei Herodes (73 a.e.c.). “Taná” significa aquele que estuda, repete e ensina o que aprendeu de seus mestres. Durante esse período, a lei oral foi organizada por assunto ou por formatos com o intuito de se facilitar sua memorização. Dois rabinos se destacaram em seu início, Hilel e Shamaí, cujos pontos de vista se contrapunham. A escola de Hilel era mais liberal nos pontos de controvérsia, enquanto a de Shamaí era mais estrita e severa em seu julgamento. “Shamaí era irascível e julgava a si mesmo e aos outros por padrões rígidos” (STEINSALTZ, 1989:34). Os debates entre os discípulos das duas escolas se estenderam por gerações, até que a escola de Hilel passou a prevalecer, ocupando este o cargo de presidente do Sinédrio, a suprema corte judia legislativa e judicial de Jerusalém.

Quanto Iochanan ben Zacai, um discípulo de Hilel, passou a assumir a chefia do Sinédrio, obteve do imperador romano Vespasiano (69-79 e.c.) a autorização para estabelecer um centro de estudos fora de Jerusalém, em Iavne, devido à destruição do Segundo Templo. Iochanan havia se oposto à revolta contra os romanos, por entender que dela resultaria insucesso e acarretaria, ademais, consequências sombrias. Estabeleceu-se em Iavne um novo centro espiritual e intelectual do judaísmo, abrigando grandes sábios que contribuíram em muito nas discussões e debates em torno da lei oral.

Como consequência do trabalho das diversas academias de eruditos e seus discípulos ao longo das gerações, tem-se o fato de que o material legal apresentou um grande crescimento em extensão, o que veio dificultar sua completa memorização. Paralelamente a esta explosão do conhecimento, “divergências entre diversas academias e a interação com as várias civilizações da época ameaçavam a unidade das leis judaicas derivadas, de maneira lógica e coerente, das Escrituras Sagradas” (GIGLIO, 2000:24). Devido a esses fatores, ocorreu a necessidade de se registrar por escrito o material que constituía a tradição oral. A esta compilação de material da lei oral no século II e.c. deu-se o nome de Mishná, cujo significado é “repetição”, palavra derivada do verbo *shannah*, “estudar e revisar”. O trabalho de codificação da Mishná foi levado a cabo pelo rabi Judá Ha-Nassi, o qual conseguiu completá-la e lhe dar sua forma e caráter permanentes (cf. STEINSALTZ, 1989:49-53).

A Mishná está organizada em seis Ordens (*Sedarim*): *Zeraim* (“Sementes”, sobre rezas, bênçãos, dízimos e leis agrícolas), *Moed* (“Festas”, sobre as leis do Shabat e das

Festas Judaicas), *Nashim* (“Mulheres”, leis das mulheres e da vida familiar), *Nezikin* (“Danos”, lida, sobretudo, com a lei criminal e civil judaica), *Kodashim* (“Coisas sagradas”, lida em particular com o serviço religioso no Templo de Jerusalém) e *Tahorot* (“Purificações”, lida com a distinção puro/impuro e sobre a pureza familiar). Cada uma destas Ordens está dividida em Tratados (*Massechet*) que, por sua vez, estão divididos em capítulos (*Pereq*), e estes em unidades menores, as *Mishnaiót* (plural de *Mishná*), que lidam com leis (*Halachót*, plural de *Halachá*) específicas ou conjuntos de leis interrelacionadas. O estilo sucinto da *Mishná*, praticamente telegráfico, é um desafio a mais para o tradutor. A língua em que está escrita é o hebraico.

Por sua vez, a *Mishná* foi exaustivamente estudada nas academias de Jerusalém e da Babilônia pelos diversos Amoraítas (*Amoraim*, cuja raiz é a mesma do verbo *amar*, “dizer”, significando “tradutores”, “explicadores”), doutores judeus do Talmud. Nos séculos seguintes, dois corpos de comentários da *Mishná* foram redigidos, um na Palestina e outro na Babilônia. A estes corpos de comentários da *Mishná* dá-se o nome de “Guemará”, palavra derivada do aramaico *gamar*, “estudar” ou “aprender por tradição”. Enquanto a língua da *Mishná* é o hebraico, a *Guemará* está redigida preponderantemente em aramaico, idioma vernáculo dos judeus da época.

Na *Guemará* encontram-se comentários, explicações e debates sobre o conteúdo legal da *Mishná*, além de muitas narrativas. Os debates envolvem as diversas leis rituais, comerciais, familiares e sociais. Combinando-se o uso da lógica e os diferentes recursos interpretativos das Escrituras Sagradas, são contrapostas diferentes opiniões rabínicas até que se chegue a um consenso sobre uma determinada controvérsia legal em debate. Este consenso passa, então, a incorporar o conjunto de leis judaicas, a *Halachá*.

A primeira grande publicação da *Mishná* data de cerca do século II da era comum, tendo como expoente, como visto *supra*, o rabino Judá Ha-Nassi. Quanto à *Guemará*, existem duas grandes versões. A primeira foi compilada pelos sábios de Israel entre os séculos III e IV e.c. A segunda grande versão foi compilada pelos eruditos da Babilônia por volta do século V.

A este conjunto de *Mishná* e *Guemará* dá-se o nome de Talmud. E, dependendo do lugar de sua compilação, é denominado Talmud de Jerusalém ou Talmud Babilônico. Por as academias da Babilônia propiciarem um ambiente mais profícuo de estudos, o Talmud Babilônico é mais completo do que o Talmud de Jerusalém e é a este Talmud que se comumente faz referência.

No entanto, as discussões apresentadas na Guemará necessitam frequentemente de uma explicação “para que se compreenda melhor a linha de raciocínio utilizada pelos Amoraítas, ou mesmo seja aclarada melhor a natureza da discórdia entre os rabinos” (GIGLIO, 2000:14). Uma das mais claras explicações da Guemará utilizada até hoje pelos estudiosos talmúdicos foi feita por um ilustre comentarista medieval, o rabino Shelomo ben Yitschak, conhecido como Rashi (1040-1105). Outros comentários também foram agregados ao Talmud, como, p.ex., as *Tossafót* (“acréscimos”), que compreendem explicações oriundas de uma série de sábios medievais, e os comentários de sábios mais modernos acerca das questões discutidas na Guemará.

Para os trabalhos de tradução da Guemará, é importante ter em mente seu método de redação, o qual reflete sua natureza e as maneiras em que difere da Mishná. Nesta, as diferenças de opinião entre os sábios surgem de forma abreviada. A Guemará, por sua vez, deveria ser considerada como “uma espécie de esboço resumido dos debates dos sábios” (STEINSALTZ, 1989:76). Sua importância principal não se encontra “nas conclusões haláchicas mas nos métodos de pesquisa e análise através dos quais se chega às conclusões” (id.). Finalizando, Steinsaltz continua: “o Talmud reflete os métodos de estudo das academias babilônias, e deveria ser encarado como um corte ou estrato de vida, como a essência da experiência intelectual de gerações” (id.).

2.1.2.3. O estilo do Talmud

O Talmud Babilônico, do qual foi retirado o trecho para estudo na presente pesquisa, é com frequência comparado ao mar. Segundo Amâncio (2003), esta comparação procede:

Na sequência das frases que são o sumário das discussões rabínicas nas academias antigas, as idéias disparam livremente e para todo lado. Juntam-se a outras às vezes sem nexos aparentes, são deixadas de lado para depois serem retomadas em outros pontos. Tem-se a impressão de enorme malha, bem amarrada porém, com as bordas à espera do estudioso disposto a prosseguir o trabalho da urdidura (p. 16).

O estilo do Talmud é bem sintético, “cheio de saltos e pelo próprio caráter de prosa muitas vezes poética, não só passou a exigir como a sugerir discussões em torno e comentários para esclarecimento” (id., p. 18). Os debates, característicos do estilo talmúdico, estão permeados de um vasto jogo de perguntas e respostas, suposições, parábolas e novas perguntas deixadas em aberto. Impera a livre associação de ideias. O

Talmud registra “a fala coletiva em plena ebulição ao redor da Torah, por sua vez expressão da Divindade, num sopro de integração cósmica” (id., p. 20).

Outra peculiaridade dos textos talmúdicos é a ausência de pontuação. O Talmud faz um uso mínimo ou mesmo nenhum uso de sinais gráficos que poderiam tornar mais claro o texto ou a frase. O hebraico e o aramaico tampouco fazem uso de letras maiúsculas. Há, no entanto, um método peculiar de escrita, composto de expressões técnicas, capazes de guiar o estudioso em suas incursões pelos textos talmúdicos. Uma dessas expressões, *sheneemar*, será, inclusive, objeto de estudo durante a análise proposta no corpo do presente trabalho. Esta expressão, como será visto, denota que o que está sendo discutido naquele momento é corroborado por uma passagem da Torá. O estudioso deverá saber, de antemão, que após esta palavra *sheneemar*, virá uma citação *ipsis litteris* oriunda da Torá.

O texto talmúdico se mostra muitas e muitas vezes impenetrável. Ao mesmo tempo em que a marca de oralidade e as referências eruditas contribuem para criar o Talmud, elas o tornam um texto “intrincadíssimo” (cf. id., p. 21). O caráter circular de construção do pensamento e, conseqüentemente, do texto se constitui numa dificuldade a mais para o estudioso e, não menos, para o tradutor que, por sua vez, trabalha com uma língua não mais falada.

2.1.3. Uma página do Talmud

A primeira edição completa do Talmud Babilônico data de 1520, após ter sido aprovada pelo Papa Leo X, quando o impressor cristão Daniel Bomberg instalou uma máquina de impressão hebraica em Veneza. A colaboração entre cristãos, judeus e conversos possibilitou a produção de uma edição magnífica do Talmud (cf. JOHNSON, 1995:246), cuja paginação se tornou um modelo desde então para edições posteriores. A seguir, na descrição de Giglio (2000:15), apresenta-se a estrutura de uma página do Talmud:

Cada página pertence a um capítulo que, por sua vez, está inserido em um tratado, indicados na margem superior. A página (*Amud*), por sua vez, tem uma face anterior (⌘) e uma posterior (⌚). Como podemos observar, o texto da **Mishná** e o da **Guemará** ocupam uma posição central na página e são rodeados pelos comentários de **Rashi** e **Tossafót**. Ao lado destes, por sua vez, encontram-se comentários de outros sábios, como o do **Rabino Chananel** (990-1055). Encontra-se também nas margens laterais da página um índice de referências – **En Mishpat Ner Mitsvá** – escrito pelo rabino Iehoshúa Boaz, que viveu na Itália no século XVI. Neste índice, há referências aos Códigos de Leis (Halachá), como o de Maimônides (Mishnê Torá), Iossef Caro (Shulchan Aruch) e Moshe de Coucy

(Sefer Mitsvá Gadol), onde se encontram referências às leis relativas às discussões presentes naquela página do Talmud. O **Massóret Hashas** é um conjunto de referências a outras porções do Talmud relacionadas à presente página em estudo. Estas referências foram também compiladas pelo rabino Iehoshúa Boaz (itálicos e negritos como no original).

Além disto, vemos nas margens laterais conjuntos de correções e emendas ao texto. Estas correções e emendas foram feitas pelos rabinos Ioel Sirkles (Polônia, século XVII) e Eliahu (1720-1797), anotadas nas margens laterais dos exemplares do Talmud que lhes serviam de estudo. Estas anotações, resultantes da comparação entre os textos impressos e os manuscritos mais antigos, foram posteriormente incorporadas às edições mais modernas do Talmud.

A seguir, apresentando-se o corpus desta pesquisa, encontra-se a página 58b do capítulo 4 do Tratado de *Bava Metsia* (vide página seguinte):



Figura 4 – Bava Metsia, cap. 4, 58b

2.1.4. Delimitação do corpus: O Tratado de Bava Metsia

Vimos que a Mishná está dividida em 06 ordens: *Zeraim*, *Moed*, *Nashim*, *Nezikin*, *Kodashim* e *Tahorot*. Cada uma destas ordens está dividida, por sua vez, em tratados, e estes em capítulos. Foi também visto que as línguas em que o Talmud está escrito são o hebraico e o aramaico. Para a delimitação do corpus desta pesquisa, foi fator essencial de escolha um trecho que estivesse compilado em língua hebraica, já que os tradutores à disposição no Brasil para colaborarem com a pesquisa trabalham com o

hebraico. Segundo fator de escolha foi o grau de complexidade do texto que deveria apresentar um grau médio de dificuldade para o tradutor, mas, simultaneamente, apresentasse alguns desafios.

Por intermédio de um estudioso do Talmud em Minas Gerais, o rabino Leonardo Alanati da Congregação Israelita Mineira de Belo Horizonte, procedeu-se à seleção do trecho talmúdico para tradução. Com base nos fatores listados *supra*, foi sugerido pelo rabino um trecho contendo 227 palavras do capítulo 4, página 58b, do Tratado de *Bava Metsia* (questões financeiras e trabalhistas) da Ordem *Nezikin*, composto de material de cunho ético judaico. A seguir, uma exposição a respeito.

O Tratado de *Bava Metsia*⁹⁵ (“Parte/Portão Central”) está inserido dentro da Ordem *Nezikin*, que trata de perdas e danos. Juntamente com dois outros tratados, *Bava Kama* (“Primeira parte”) e *Bava Batra* (“Última parte”), forma a parte inicial da quarta Ordem talmúdica, *Seder Nezikin*. Em especial, o Tratado de *Bava Metsia* trata de perdas, empréstimos, trabalho e contratos de salário. Este tratado contém 119 páginas e está dividido em 10 capítulos.

O capítulo 4, em especial, trata da venda e da responsabilidade em transações comerciais de venda e troca, contendo várias leis a respeito. Assim, p.ex., o mero ato de pagar em dinheiro não completa um ato de venda; e o comprador pode cancelar legalmente a venda e reclamar a devolução do valor pago, a não ser que ele já tenha retirado a coisa de seu lugar. Esse “retirar a coisa de seu lugar” é que torna a venda consumada. Steinsaltz (2002) assim resume o conteúdo do Tratado *Bava Metsia*: “Litígios financeiros diversos que surgem de transações habituais do homem – regras das coisas achadas, depósitos e empréstimos e contratos trabalhistas de empreitada e arrendamento. Leis de juros”⁹⁶ (p. 41).

Quanto à página 58b, objeto da tradução para esta pesquisa de doutoramento, discute-se sobre a gravidade de ofensas verbais, comparando-as às ofensas praticadas no campo da compra e venda. Após intensa discussão entre os rabinos, chega-se à conclusão de que a ofensa praticada por meio de palavras é mais grave do que o engano envolvendo dinheiro, uma vez que aquela atinge a pessoa, enquanto este atinge a coisa, o dinheiro (cf. The Soncino Talmud, 1991/2004).

⁹⁵ Ou *Baba Metsia*, pois há diferença de pronúncias.

⁹⁶ Minha tradução de: “Sichsuchei mamon shonim hanovi’ym metoch ‘esqav haregilyim shel adam – dinei metsiot, piqadonot vehalavaot, vessechirat po’alim qiblanim vearysiym. Halachot ribit”.

A língua em que a Mishná está compilada, como visto, é o hebraico mishnaico. Assim também o é a Mishná nesta página 58b do capítulo 4. Já a Guemará está predominantemente escrita em aramaico. Porém, nesta página 58b, a língua usada é também o hebraico mishnaico.

Para concluir a qualificação do corpus, é importante apresentar, brevemente, os estratos da língua hebraica, a fim de se compreender, mais à frente, durante a análise, a mudança no valor semântico de algumas palavras.

2.1.5. Os diferentes estratos da língua hebraica

Vale aqui salientar o fato de que o hebraico, língua em que está compilada a Mishná e parte da Guemará, e enquanto língua escrita responsável por sua continuidade histórica, apesar de modificações ocorridas, manteve praticamente inalterada sua essência morfológica e fonológica e, inclusive, sua estrutura sintática. Contudo, não se pode negar a existência de vários estratos da língua através dos tempos. Uma divisão em estratos baseada em critérios linguísticos e históricos pode assim ser feita: a) hebraico bíblico; b) hebraico mishnaico ou rabínico; c) hebraico medieval; e d) hebraico moderno (cf. LANGER, 2004:125). Dicionários especializados como, p.ex., o dicionário de Even-Shoshan (2004), apontam as alterações ocorridas no conteúdo semântico das palavras e locuções. Segundo Langer (id., p. 127-128), o vocabulário do hebraico é aumentado em cada período, “seja por novas derivações, dentre as quais a derivação nominal e verbal segundo o princípio ‘da raiz e do paradigma’, seja por meio da absorção de palavras de diferentes fontes estrangeiras, porém jamais abandonando sua herança”. Esta herança se constitui no princípio da raiz e do paradigma citado acima. O hebraico possui uma rigidez formal e estrutural que lhe dá unidade. O vocabulário é ampliado, inserindo-se raízes já existentes na língua em paradigmas formais próprios da estrutura do hebraico, a fim de criar novos significados. O movimento dos conteúdos semânticos, conforme assinala Langer, “é a base sobre a qual nos é dado perseguir os meios de concatenação do hebraico, sua aposição, época após época e ainda descrever-lhe a história” (id., p. 129).

Sem pretensão alguma de fornecer um panorama detalhado e um estudo histórico aprofundado das diversas camadas do hebraico, se faz necessária aqui uma breve explanação sobre cada estrato, incluindo-se os fatos que deram origem a estas diferenças.

2.1.5.1. O hebraico bíblico

O hebraico bíblico, longe de ser uniforme, pode também ser dividido em três períodos. O hebraico presente na poesia bíblica pode ser chamado de hebraico bíblico antigo, enquanto o hebraico da prosa bíblica é testemunha de um estágio intermediário da língua na Antiguidade. O último período do hebraico bíblico pode ser denominado tardio e apresenta já influência da língua aramaica, a língua falada pelos judeus em substituição ao hebraico (cf. JOHNSON, 1995:571). O exílio babilônico, por volta de 586 a.e.c., com a destruição do Primeiro Templo⁹⁷ por Nabucodonozor⁹⁸, trouxe a língua aramaica como língua corrente entre os judeus.

2.1.5.2. O hebraico rabínico ou mishnaico

Esta é a língua transmitida pela Mishná, compilada por volta do ano 200 e.c., por outras obras interpretativas e pelo hebraico do Talmud. A influência do aramaico durante o período do exílio, as transformações naturais, pelas quais uma língua em uso passa, e a variedade de dialetos contribuíram para modificar o hebraico bíblico. Mas o hebraico rabínico, assim como o bíblico, não é uniforme, existindo partes mais arcaicas (final do período do Primeiro Templo), com maior semelhança com a linguagem bíblica do que partes mais tardias. Através do contato com o aramaico, “a língua dos sábios absorveu fundamentos da gramática e do vocabulário do aramaico. Também o grego e o latim deixaram marcas no hebraico rabínico, mas apenas quanto ao vocabulário” (LANGER, 2004:134). Por volta de finais do séc. II, o hebraico rabínico deixou de ser falado, sobrevivendo na literatura juntamente com o aramaico.

2.1.5.3. O hebraico medieval

Este não teve a mesma vitalidade que as duas modalidades anteriores. A transição do hebraico rabínico para o medieval se deu durante os séculos VI e VII, com os poetas litúrgicos na Palestina, empregando uma linguagem repleta de alusões bíblicas

⁹⁷ O Primeiro Templo se refere ao Templo de Jerusalém. É o nome dado ao principal centro de culto do povo de Israel, onde se realizavam as diversas ofertas e sacrifícios. Situava-se no Monte Moriá, também chamado Monte do Templo, ao Norte do Monte Sião. De acordo com a tradição judaico-cristã, o Primeiro Templo teve sua construção iniciada no quarto ano do reinado de Salomão (cerca de 970-930 a.e.c.) e concluída sete anos depois (cf. JOSEFO, 2004:382-387).

⁹⁸ Nabucodonosor II (632 a.e.c.- 562 a.e.c) governou durante 43 anos o império neobabilônico, entre 604 a.e.c. a 562 a.e.c. Ficou famoso pela conquista do Reino de Judá e pela destruição de Jerusalém e seu Templo em 587 a.e.c., além de suas monumentais construções na cidade da Babilônia: entre elas, os Jardins Suspensos da Babilônia, que ficaram conhecidos como uma das sete maravilhas do mundo antigo.

e de neologismos. Neste mesmo tempo, temos a redação do *Midrash*⁹⁹ e o início da atividade dos massoretas. No entanto, há que se ressaltar que esta “revitalização” se deu tão-somente na literatura (cf. LANGER, 2004). Fator que contribuiu para esse “ressurgimento linguístico” foi o interesse pelos estudos filológicos do hebraico, surgindo estudos filológicos, filosóficos, médicos etc. em hebraico.

2.1.5.4. O hebraico moderno

O período de transição do hebraico medieval para o moderno foi lento. O hebraico continuava a ser usado como língua literária e, a partir do séc. XVIII, começaram a surgir jornais e revistas com contribuições em língua hebraica. No entanto, o verdadeiro projeto de transformar o hebraico novamente em língua viva surgiu com a instalação de Eliezer ben Yehuda (1858-1922) e sua família na Palestina em 1881. Com sua mulher só falava hebraico em casa e o primeiro filho do casal foi “a primeira criança a falar hebraico desde a Antigüidade” (JOHNSON, 1995:571). Após 1948, com a criação do Estado de Israel, “o hebraico consolidou-se como a língua principal do país e passou a desenvolver as próprias características com uma vitalidade incrível” (LANGER, 2004:137). Hoje, a Academia da Língua Hebraica, fundada em 1953, é responsável pela criação de novas palavras e pela manutenção do hebraico.

2.2. Seleção dos tradutores

Para a formação do grupo de tradutores que atuaram como sujeitos do presente projeto de pesquisa, optou-se pela inclusão de tão-somente tradutores com um determinado grau de expertise na tradução de textos sagrados. A não-inclusão de tradutores novatos ou de tradutores sem experiência comprovada na tradução de textos sagrados deve-se ao fato de que, para se alcançar o objetivo da pesquisa, qual seja mapear o processo tradutório de textos sagrados com vistas à metarrepresentação em curso, não se pode basear em um processo tradutório que carece de capacidade metarrepresentacional ou metarreflexiva, como já atestado por trabalhos anteriores (cf. ALVES & GONÇALVES, 2003; ALVES & GONÇALVES, 2007). Tampouco o mapeamento do processo de tradução com tradutores expertos, mas sem um grau de expertise na lida com textos sagrados, poderia se adequar aos objetivos da pesquisa, haja vista a peculiaridade que os textos sagrados envolvem: a função essencial da

⁹⁹ *Midrash* significa “estudo” e é uma compilação de narrativas com uma interpretação não literal dos textos da Torá.

metarrepresentação, a qual, porventura, poderia não ser encontrada em outros processos tradutórios.

A busca pelo grau de expertise baseou-se nos trabalhos de Ericsson (2002, 2006), segundo o qual a expertise não é alcançada meramente pela prática profissional diária, onde o tradutor pode atingir, quando muito, um nível médio de experiência profissional. Para se alcançarem níveis mais altos de desempenho experto, o profissional, em nosso caso o tradutor, há de se engajar em prática deliberada. Esta pode ser definida como o conjunto de atividades deliberadamente realizadas, por incumbência própria ou de outrem, com vistas a adquirir níveis superiores de desempenho em tradução. Em outras palavras, pode-se afirmar que o tradutor experto, no escopo da pesquisa que ora se desenvolve, não é o tradutor profissional, aquele que traduz como atividade principal e com objetivos financeiros, e sim aquele engajado em atividades que visam a melhorar seu desempenho enquanto tradutor talmúdico, rumo a graus mais elevados de expertise.

Para tanto, buscou-se, no Brasil, tradutores do hebraico talmúdico para o português, os quais apresentam as características apontadas acima. O critério de seleção foi a indicação pelos pares, ou seja, os tradutores foram recomendados por colegas de profissão ou pelo universo acadêmico no qual estão inseridos.

Considerando-se a especificidade do tema e um número mínimo para se extraírem generalizações, foram selecionados 08 tradutores com o perfil especificado *supra*. Todos eles com nível de língua, tanto língua hebraica quanto portuguesa, variando de proficiente a muito proficiente e bilíngue, conforme se depreende do formulário preenchido por cada tradutor no tocante a seu perfil (vide anexo 2). Quanto a sua atividade tradutória, o grupo se compõe de tradutores independentes (05) e tradutores que exercem a tradução talmúdica por diletantismo (03), onde apenas um deles tem a tradução como sua atividade principal, todos os demais a têm como atividade secundária.

O grupo selecionado é composto de 03 tradutores residentes no estado de Minas Gerais e 05 tradutores residentes no estado de São Paulo. A coleta dos dados, como especificada a seguir, foi feita na cidade de residência dos tradutores.

No corpo desta tese, por motivos de preservação de identidade, os tradutores são identificados pela letra “S” (de “sujeito”) e os números de 1 a 8, seguindo-se a ordem em que realizaram o trabalho. Assim, S1 corresponde ao sujeito-tradutor 1, S2 ao

sujeito-tradutor 2 e assim respectivamente. A referência a eles sempre será feita no masculino.

2.3. Coleta de dados

Para se alcançarem os objetivos pretendidos com o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a técnica de triangulação como opção metodológica. Segundo Alves (2001c), a técnica de triangulação de dados já é uma tradição consolidada dentro das Ciências Sociais, defendendo o uso em conjunto de métodos quantitativos e qualitativos dentro de uma perspectiva de complementaridade. O termo triangulação provém das técnicas de navegação, onde se usam diferentes pontos de referência para se determinar a exata localização de um objeto no espaço. Analogamente, “investigar um mesmo objeto por meio de dados coletados e interpretados através de métodos diferentes aumenta a chance de sucesso do pesquisador em sua tentativa de observação, compreensão e explicação de um determinado fenômeno” (p. 71).

Assim, foi empregada a técnica de triangulação, por ser entendida como a mais apropriada para o fim de se perscrutar o processo tradutório de textos situados em contextos distantes e desconhecidos. Para tanto, serão utilizadas as seguintes ferramentas para a coleta de dados: a observação direta do processo de tradução, o programa Camtasia® e a técnica de protocolos verbais retrospectivos, como descrito a seguir.

Através da observação direta do processo tradutório, por meio de uma planilha de observação, utilizando-se como referência a proposta do grupo PACTE (2005) e adequada aos propósitos da presente pesquisa, torna-se possível a observação do desempenho dos sujeitos durante a execução da tarefa de tradução. Por observação direta entenda-se a presença do pesquisador no mesmo recinto em que atua o tradutor sem, contudo, que influencie o processo de reflexão e tomada de decisões do tradutor. Através da observação direta podem ser observadas as diferentes atividades em curso durante o processo de tradução, tais como as fases de concentração e distração dos tradutores, os períodos de consulta às fontes disponíveis e as pausas para reflexão.

Essa metodologia, baseada em planilhas de observação, tem como pioneiro o grupo PACTE da Universidad Autónoma de Barcelona. Esse grupo utiliza tal instrumento para as pesquisas sobre competência em tradução. Com base na planilha utilizada pelo grupo espanhol e em seu uso adaptado por grupos de pesquisa dentro do LETRA (Laboratório Experimental em Tradução) na Faculdade de Letras/UFMG,

elaborou-se uma planilha para o presente projeto onde há de se observar as seguintes variantes: leitura do TF (com anotação do tempo), apoio externo e interno, fase de revisão do TA, assim como um espaço para anotação de outros pontos observados durante o processo (vide anexo 3).

Por leitura do TF entenda-se a fase inicial do processo, onde o tradutor toma conhecimento do TF, antes de iniciar a tradução propriamente dita. Esta fase tem início a partir do momento em que o tradutor recebe, pela primeira vez, o texto a ser traduzido. Nela, o tradutor tem um primeiro contato com o TF, podendo fazer uma leitura completa do mesmo ou apenas se situar quanto ao tema antes de começar a tarefa tradutória em si.

Por apoio externo entende-se a busca por informações em fontes de consulta externas como, p.ex., consultas a dicionários bilíngues e monolíngues, enciclopédias, glossários, livros, busca de referências em relação a nomes próprios ou conceitos utilizados no TF, consulta a especialistas da área, consulta via internet, entre outros tipos de busca (cf. PAGANO, 2000).

Já o apoio interno “se dá, sobretudo, por meio do nosso conhecimento de mundo, que abrange nossos conhecimentos enciclopédicos, incluindo-se nele toda nossa bagagem cultural, e o conhecimento procedimental que nos ensina como utilizar o que já conhecemos” (ALVES, 2000:57). Os dois pontos de apoio interno de que dispomos, segundo Alves, são a capacidade de recobrar dados a partir da memória e a capacidade de produzir inferências, ou seja, de estabelecer interrelações entre os fatos.

Com a menção à fase de revisão do TA entende o pesquisador aquela fase imediatamente após o término da tradução da última frase do texto, onde o tradutor se dedica (ou não) a uma leitura do texto traduzido, com vistas a correções, aperfeiçoamentos, busca por padrões coesivos, entre outros.

Por fim, o espaço reservado a outros comentários serve de apoio a situações não previstas pelo pesquisador e que porventura ocorram durante a tarefa tradutória, tais como comentários em voz alta do tradutor, interrupções mais longas devido a fatores externos, conversas, entre outros fatores.

Essas atividades presentes na planilha de observação foram anotadas ao mesmo tempo em que ocorreram, servindo de base, posteriormente, à verbalização. Não foram empregadas câmeras de vídeo, haja vista que, mesmo quando posicionadas no ângulo mais apropriado possível, as câmeras não captam adequadamente todos os processos

envolvidos durante a tarefa tradutória. Ademais, problemas técnicos podem advir de sua instalação.

Como ferramenta metodológica para coleta de dados quantitativos, defende-se hoje o uso do TRANSLOG© (ALVES, 2003). O programa TRANSLOG© é um software desenvolvido por um grupo de pesquisadores da Copenhagen Business School que grava toques de teclado em computadores em tempo real e os disponibiliza ao pesquisador na forma de dois tipos de dados: uma representação analítica dos dados registrados e a sua reprodução visualizada no monitor do computador (cf. p. 77). O tradutor trabalha com o TF na parte superior de seu monitor e, na metade inferior, produz seu TA. Porém, devido à tipicidade do TF escolhido, entende-se que o TRANSLOG não seria adequado para a pesquisa em torno de um texto talmúdico. A primeira dificuldade consiste na reprodução, na tela do monitor, do trecho do Talmud a ser traduzido, com seus caracteres em hebraico bíblico e rabínico, assim como seu típico layout. A isso deve se acrescentar a dificuldade técnica em se instalar esse software no instrumento de trabalho do tradutor. Como o tradutor provavelmente dispõe de muitas ferramentas já instaladas em seu computador, julga-se não ser conveniente retirá-lo de seu ambiente para que trabalhe em um computador que já contenha o programa TRANSLOG, exigindo dele um esforço cognitivo maior por não estar familiarizado com a técnica em questão. Por essas razões, a opção por não se usar o TRANSLOG nessa pesquisa, preferindo-se recorrer à observação direta com anotação em tempo real, auxiliada pelo programa Camtasia®.

O Camtasia® funciona como um spyware. Quando instalado no computador do tradutor, esse programa é capaz de registrar todas as páginas e sites da internet consultados pelo tradutor durante seu desempenho tradutório, gravando tudo o que ocorre na tela em forma de vídeo (arquivo “.camrec” ou “.avi”). No entanto, ao contrário do Translog, não é possível, por meio do Camtasia, a obtenção de dados quantitativos sobre o tempo das pausas. Daí a importância de se combiná-lo com a observação direta, onde os dados referentes às pausas são anotados pelo pesquisador com o auxílio da visualização do vídeo.

Imediatamente após a tarefa de tradução, foram coletados os protocolos retrospectivos¹⁰⁰. Com base nos dados colhidos pelo Camtasia e durante a observação

¹⁰⁰ Um dos sujeitos tradutores (S3) produziu também um relato concomitante, ou seja, durante a execução da tarefa de tradução, o tradutor verbalizou em voz alta tudo o que estava fazendo e pensava. Devido à

direta da tradução, foram formuladas perguntas, procurando fomentar a qualidade das verbalizações relevantes para a análise a ser desenvolvida. Alves (2003) argumenta que:

as verbalizações retrospectivas são capazes de destacar de forma mais detalhada relatos processuais que refletem aspectos inferenciais e contextuais relevantes para a solução de problemas e tomadas de decisão em tradução. Esses resultados parecem sugerir que o uso de protocolos retrospectivos é mais produtivo para fins da investigação de relatos inferenciais e mais estruturados por parte dos tradutores informantes (p. 76).

Com a retrospectiva, podem-se obter dados qualitativos de natureza subjetiva. Os dados colhidos pelos protocolos retrospectivos são dados de natureza reflexiva. Alves (2001c) esclarece que os relatos retrospectivos “podem ser livres ou dirigidos, gravados e posteriormente transcritos ou simplesmente anotados pelo pesquisador quando presente à sessão de relato” (p. 77). Enfatiza, porém, que é imprescindível que “os parâmetros de coleta retrospectiva sejam determinados a priori pelo pesquisador e aplicados à totalidade de seu universo de informantes” (id., *itálicos como no original*).

Na pesquisa, foram usados relatos dirigidos e anotados pelo pesquisador durante o momento do relato. O uso de um gravador em formato MP3 como material de apoio também foi usado com o fim de se evitarem possíveis perdas no fluxo de informações durante a verbalização. O questionário utilizado para a coleta de dados encontra-se no anexo 4. Trata-se tão-somente de um guia, já que é difícil abranger todos os fatos que possam ocorrer durante a tarefa tradutória e que possam ser objeto de análise. Posteriormente, cada relato retrospectivo gravado foi transcrito pelo pesquisador (vide anexo 7).

2.4. A realização da tarefa tradutória

A execução da tarefa tradutória foi previamente agendada por e-mail com todos os tradutores, de acordo com a agenda de cada um. O local da execução da tarefa também foi determinado de acordo com o interesse de cada tradutor. S1, S2, S3, S5, S6 e S7 decidiram-se por realizar o trabalho de tradução em sua própria casa; S4 e S8 preferiram utilizar seu local de trabalho. O pesquisador, em todos os casos, se deslocou até os lugares indicados. A coleta de dados com os tradutores se deu entre os meses de agosto de 2007 e janeiro de 2008.

qualidade desse relato concomitante, o pesquisador decidiu não intervir e gravou o relato em arquivo de áudio MP3. Esse relato foi posteriormente usado para a análise dos dados.

Uma semana antes do dia e horário agendados para a coleta dos dados, o pesquisador enviou por e-mail uma informação com o objetivo de contextualizar, embora minimamente, o texto a ser traduzido. Cada tradutor recebeu a informação de que o excerto talmúdico a ser traduzido para o português fazia referência, principalmente, a duas passagens bíblicas: Êxodo 22,20 e Levítico 25,17¹⁰¹.

No dia e horário agendados, o pesquisador se apresentou ao local indicado. Primeiramente, o tradutor assinou o termo de consentimento (anexo 1) e preencheu um questionário sobre o perfil do tradutor (anexo 2). Após a instalação do programa Camtasia® no computador de trabalho do tradutor, o pesquisador distribuiu o texto impresso do Talmud a ser traduzido (anexo 8) com a indicação de que este trecho deveria ser traduzido, primeiramente, para publicação em um jornal da comunidade judaica (tarefa 1). A partir deste momento, o programa Camtasia® foi iniciado e o pesquisador esteve presente durante todo o tempo de execução da tarefa, fazendo anotações na planilha de observação direta.

Após o término da tradução, o pesquisador encerrou a execução do programa Camtasia® e providenciou a gravação do arquivo. Em seguida, prosseguiu à gravação do relato retrospectivo em arquivo de áudio no formato MP3.

Finda a execução da tarefa 1, o pesquisador pediu que se procedesse à execução da tarefa 2. Nesta tarefa, o tradutor foi instruído a traduzir o mesmo TF, mas desta vez para ser veiculado, hipoteticamente, em um periódico dedicado à comunidade não-judaica. A metodologia usada na coleta dos dados desta tarefa 2 foi a mesma utilizada para a tarefa 1. Após a gravação do relato retrospectivo referente à tarefa 2, deu-se por encerrado o trabalho com o tradutor¹⁰².

A título de remuneração, embora simbólica, pelo tempo dedicado à participação nesta pesquisa, cada tradutor recebeu do pesquisador a quantia de R\$100,00. A verba para financiamento deste trabalho foi requerida ao POSLIN (Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos), tendo sido aprovada para o fim a que se destinou.

¹⁰¹ O conteúdo do e-mail enviado aos tradutores é o que se segue: “Como lhe disse, queria lhe passar uma informação sobre o trecho do Talmud com o qual vamos trabalhar. Como predeterminado em meu projeto, aviso com uma semana de antecedência a que trecho o Talmud se refere. Embora, por motivos óbvios, eu não possa falar sobre o trecho especificamente, uma pequena contextualização é necessária. Trata-se de 6 linhas da Mishná e de 21 da Guemará. Todo o texto está escrito em hebraico. O trecho faz referência a diversas passagens da Torá (Êxodo 22:20 etc.). Porém, a mais importante é Levítico 25:17 e 25:14”.

¹⁰² Na análise dos dados nesta tese, decidi-se por não se incluir a tarefa 2. O motivo para a não utilização do produto desta tarefa reside no fato de que o TA produzido durante a tarefa 2 pouco ou em nada difere do TA produzido durante a tarefa 1. Para os resultados e comentários da pesquisa, as alterações porventura ocorridas foram julgadas de pouco relevância pelo pesquisador.

2.5. Análise

2.5.1. Apresentação do corpus e seleção dos excertos para análise

A apresentação do corpus, de onde foram retirados os excertos para a análise posterior, inicia o capítulo dedicado à análise dos dados. Primeiramente, encontra-se reproduzido o texto em hebraico que se encontra na edição eletrônica *The Soncino Talmud* (1991/2004). Na linha imediatamente a seguir, se encontra uma transcrição em caracteres latinos das palavras hebraicas. Nesta transcrição das palavras hebraicas, procurou-se utilizar uma grafia bastante simplificada. Para casos especiais devem ser considerados os seguintes critérios:

- h* antes de vogal, aspirado como o “h” em inglês; em final de palavra, mudo;
- ’* mostra a existência de um *ayin* (װ) ou *alef* (א), pronunciados como uma vogal;
- ch* som aspirado como o “j” espanhol;
- sh* reproduz o som de “x” como em “chuva”.

Abaixo da transcrição, temos uma tradução interlinear do texto hebraico em inglês, a partir das entradas correspondentes do dicionário talmúdico Jastrow (s.d.) e uma outra em português como tradução do inglês. Para que cada palavra da transcrição e da tradução interlinear fique simetricamente disposta abaixo de seu correspondente hebraico, foi alterado o espaçamento padrão entre as palavras, assim como o tamanho das letras. Como o hebraico é uma língua que se escreve da direita para a esquerda, deve-se também, consequentemente, assim ler a transcrição e a tradução interlinear. Apenas quando a palavra hebraica se compõe de sufixos e prefixos ou forma uma unidade com uma outra, deve se ler o grupo como um todo, o que está facilmente identificável na tradução interlinear a partir do espaçamento utilizado entre as palavras.

Em primeiro lugar, têm-se as 06 linhas da Mishná e, logo a seguir, as 21 linhas da Guemará, todas devidamente numeradas. Este processo facilitará, posteriormente, a análise dos dados quando se fizer referência ao local onde a expressão ou a palavra se encontram. Para tanto, utilizou-se um procedimento bem simples, qual seja, o uso de abreviaturas. Assim, “M1” significa “Texto da Mishná, linha 01”, “M5” é o equivalente para “texto da Mishná, linha 05” e assim por diante. O mesmo vai ocorrer para referências à Guemará: “G1” corresponde, então, a “texto da Guemará, linha 01”.

Quando da análise, não mais será reproduzida, via de regra, a linha em que o trecho a ser analisado ocorre. Para tanto, deve-se sempre recorrer ao corpus da Mishná e da Guemará transcrito na abertura do capítulo da análise.

No que tange à seleção para análise e discussão de alguns excertos do Tratado de *Bava Metsia*, cap. 4, p. 58b, vale dizer que a escolha pautou-se por critérios referentes a elementos da cultura e tradição judaicas presentes no texto talmúdico. Para a identificação desses elementos, tomaram-se como auxílio os comentários do rabino Leonardo Alanati da Congregação Israelita Mineira¹⁰³. Para tanto, foram identificados termos técnicos, específicos do hebraico talmúdico (*onaah* e *sheneemar*), expressões tipicamente conhecidas por um judeu (*baal teshuvá*, *ben guerim*, *neveilot/tereifot/shequetsim/remassim*) e linguagem metafórica judaica (*hadavar massur lalev*), totalizando seis trechos codificados linguisticamente no TF.

Sua tradução para o português apresenta desafios que serão objeto de estudo após a análise contextualizada de cada excerto do TF. Além desses argumentos, foi possível, a partir da seleção levada a cabo, identificar, nestes excertos, elementos codificados tanto conceitual quanto procedimentalmente. A existência desses dois tipos de codificação nos trechos selecionados é de fundamental importância para a análise.

2.5.2. Análise dos excertos em seus aspectos linguísticos e contextualização

Cada excerto será analisado separadamente. Apresentam-se, primeiramente, os locais da Mishná e da Guemará onde surgem. Em segundo lugar, será fornecido um esclarecimento vocabular, acompanhado da devida contextualização do trecho. Por fim, procede-se a uma análise das explicaturas e implicaturas em jogo.

No que tange ao esclarecimento vocabular, após a menção das respectivas linhas onde o termo a ser analisado consta no TF, foi elaborado um esclarecimento vocabular contendo os significados dicionarizados dos termos em hebraico, sobre os quais recai a análise. Do esclarecimento vocabular constam apenas as palavras-chave importantes para o estudo. Não estão incluídas as demais palavras da oração em estudo, por entender-se ser a tradução interlinear suficiente para a compreensão.

Para a elucidação dos vocábulos hebraicos, serão tomados os seguintes dicionários: (I) dicionário monolíngue hebraico Even-Shoshan (2004); (II) dicionário Jastrow (s.d.; hebraico-inglês); (III) dicionário Kirst *et al.* (2000; hebraico-português e

¹⁰³ Encontro realizado na sede da Congregação Israelita Mineira, situada na rua Rio Grande do Norte, Belo Horizonte, em 16 de julho de 2008.

aramaico-português); (IV) dicionário Larousse (2000; hebraico-francês); e (V) dicionário Hatzamri & More-Hatzamri (1995; hebraico-português-hebraico), (de agora em diante, ES, J, K, L e H respectivamente), a não ser que a palavra não ocorra em um deles. Nesse caso, será mostrada apenas a entrada existente nos demais. As entradas dos dicionários de Even-Shoshan, Jastrow e Larousse serão transcritas em português, já traduzidas pelo pesquisador. O significado das palavras em português, quando da análise dos TAs, será extraído do dicionário eletrônico de Houaiss (2001).

A escolha dos dicionários de hebraico listados acima se deve ao fato de que abrangem diversos estratos do hebraico: J é um dicionário de hebraico talmúdico (ou mishnaico); K, um dicionário de hebraico bíblico; L, um dicionário de hebraico moderno e bíblico; H, de hebraico moderno. O dicionário ES, enquanto dicionário monolíngue hebraico, mostra, outrossim, os diferentes significados do termo localizados no tempo. Entende-se que a variedade usada ajudará em muito na compreensão dos termos hebraicos, localizando-os dentro dos respectivos estratos da língua (sobre os diferentes períodos de estratificação da língua hebraica, cf. LANGER, 2004).

Na tentativa de reconstituição do suposto contexto do TF, foi elaborada uma contextualização da passagem em análise. Nesta contextualização foram colocados comentários retirados de interpretações rabínicas, tanto mais antigas como a de Rashi, quanto comentários rabínicos mais atuais, como Tobin (1989), entre outros.

Na continuação, será discutido o tipo de codificação que os excertos selecionados apresentam, seguindo-se as explicaturas e implicaturas geradas a partir da contextualização mostrada anteriormente.

CAPÍTULO III

ANÁLISE

3.1. Corpus de estudo

TALMUD BAVLI, ORDEM NEZIKIN, TRATADO BAVA METSIA, CAP. 4, P. 58B

MISHNÁ

1.

כך	וממכר	במקח	שאונאה	כשם	מתני'
kach	umimkar	bamiqach	sheonaah	kshem	matnei
thus	and sale	by buying	that oppression	as	Mishnah
assim	e venda	em compra	que opressão	como	Mishnah

2.

זה	חפצ	בכמה	לו	יאמר	לא	בדברים	אונאה
zeh	chefets	bechamah	lo	iomar	lo	bidvarim	onaah
this	thing	how much	him	tell	no	in the words	oppression
este	coisa	quanto	lhe	diga	não	nas palavras	opressão

3.

והוא	אינו	רוצה	ליקח	אם	היה	בעל תשובה
vehu	eino	rotseh	liqach	im	hayah	baal teshuvah
and he	no	wants	purchase	if	was	repentant sinner
e ele	não	quer	comprar	se	foi	pecador arrependido

4.

לא	יאמר	לו	זכור	מעשיך	הראשונים	אם
lo	iomar	lo	zchor	ma'asseicha	harishonim	im
no	tell	him	remember	your deeds	first	if
não	diga	lhe	lembre	teus atos	primeiros	se

5.

הוא	בן	גרים	לא	יאמר	לו	זכור	מעשה
hu	ben	guerim	lo	iomar	lo	zchor	ma'asseh
he	son of	strangers	no	tell	him	remember	deed
ele	filho de	estrangeiros	não	diga	lhe	lembre	ato

6.

אבותיך	שנאמר	וגר	לא	תונה	ולא	תלחצנו
avoteicha	sheneemar	veguer	lo	toneh	velo	tilchatsenu
your fathers	it's written	and stranger	no	oppress	and no	press him
de teus pais	pois está escrito	e estrangeiro	não	oprimirá	e não	o apertará

TALMUD BAVLI, ORDEM NEZIKIN, TRATADO BAVA METSIA, CAP. 4, P. 58B

GUEMARÁ

1.

גמ'	ת"ר	לא	תונו	איש	את עמיתו	באונאת
guemara	tanu rabanan	lo	tonu	ish	'amitô et	beonaat
guemara	teachers taught	not	oppress	man	his country-man	in oppression
guemará	sábios ensinaram	não	oprima	homem	seu compatriota	em opressão

2.

באונאת	אומר	אתה	מדבר	הכתוב	דברים
beonaat	omer	atah	medaber	hakatuv	devarim
in oppression	say	you	speaks	the Scripture	words
em opressão	diz	você	fala	a Escritura	palavras

3.

כשהוא	ממון	באונאת	אלא	אינו	או	דברים
kshehu	mamon	beonaat	ela	eino	o	devarim
when it	value	in oppression	but	no	or	words
quando ele	valor	em opressão	mas	não	ou	palavras

4.

קנה	או	לעמיתך	ממכר	תמכרו	וכי	אומר
qanoh	o	la'amitecha	mimkar	timkru	vechi	omer
acquires	or	to your country-man	sale	sell	and if	says
acquire	ou	a seu compatriota	venda	vendem	e se	diz

5.

מה	הא	אמור	ממון	אונאת	הרי	עמיתך	מיד
mah	ha	amur	mamon	onaat	harei	'amitecha	miiad
what	this	is said	value	oppression	here is	your country-man	from the hand
o que	este	está dito	valor	opressão	eis	teu compatriota	das mãos

6.

באונאת	את עמיתו	איש	תונו	לא	מקים	אני
beonaat	et 'amitô	ish	tonu	lo	mekaiem	ani
in oppression	his country-man	man	oppress	not	am certain	I
em opressão	seu compatriota	homem	oprima	não	estou certo	eu

7.

אל	בעל תשובה	היה	אם	הא כיצד	דברים
al	baal teshuvah	hayah	im	ha keitsad	devarim
not	repentant sinner	was	if	for example	words
não	pecador penitente	foi	se	por exemplo	palavras

8.

היה	אם	הראשונים	מעשיך	זכור	לו	יאמר
hayah	im	harishonim	ma'assecha	zchor	lo	iomar
was	if	first	your deeds	remember	him	say
foi	se	primeiros	teus atos	lembre	lhe	diga

9.

אבותיך	מעשה	זכור	לו	יאמר	אל	גרים	בן
avoteicha	ma'asseh	zchor	lo	iomar	al	guerim	ben
your fathers	deed	remember	him	say	not	strangers	son
teus pais	ato	lembre	lhe	diga	não	estrangeiros	filho

10.

יאמר	אל	תורה	ללמוד	ובה	גר	היה	אם
iomar	al	Torah	lilmod	uvah	guer	hayah	im
say	not	Torah	learn	and came	stranger	was	if
diga	não	Torá	estudar	e veio	estrangeiro	foi	se

11.

שקצים	וטריפות	נבילות	שאכל	פה	לו
sheqatsim	utereifot	neveilot	sheachal	peh	lo
abominations	and an animal torn by a beast of prey	carriion	which ate	mouth	him
abominações	e um animal despedaçado por um predador	carcaças	que comeu	boca	lhe

12.

מפי	שנאמרה	תורה	ללמוד	בא	ורמשים
mipi	sheneemrah	Torah	lilmod	ba	uremassim
from the mouth	which was said	Torah	learn	comes	and creeping things
da boca	que foi dita	Torá	estudar	vem	e coisas rastejantes

13.

אם	עליו	באין	יסורין	היו	אם	הגבורה
im	'alav	ba'in	issurin	hayu	im	haguevurah
if	upon him	came	sufferings	were	if	Divine Majesty
se	sobre ele	vieram	sofrimentos	foram	se	Majestade Divina

14.

שהיה מקבר	או	עליו	באין	חלאים	היו
shehayah meqaber	o	'alav	ba'in	chala'im	hayu
which has buried	or	upon him	came	diseases	were
que enterrou	ou	sobre ele	vieram	doenças	foram

15.

לו	שאמרו	כדרך	לו	יאמר	אל	את בניו
lo	she'amru	kederech	lo	iomar	al	et banav
him	which said	as	him	say	not	his children
lhe	que disseram	como	lhe	diga	não	seus filhos

16.

כסלתך	יראתך	הלא	לאיוב	חביריו
kislatecha	ir'atecha	halo	leiov	chaverav
your confidenc	your fear	not	to Iob	his friends
tua confiança	teu temor	não	a Jó	seus amigos

17.

הוא	מי	זכר נא	דרכיך	ותום	תקותך
hu	mi	zechar na	deracheicha	vetom	tiqvatecha
he	who	remember	your ways	and integrity	your hope
ele	quem	lembra	teus caminhos	e integridade	tua esperança

18.

להם	יאמר	לא	ממנו	תבואה	מבקשין	חמרים	היו	אם	אבד	נקי
lahem	iomar	lo	mimenu	tevuah	mevaqeshin	chamarim	hayu	im	'avad	naqi
them	say	not	from him	grain	seek	ass-drivers	were	if	perished	clean
lhes	diga	não	dele	grão	procuram	condutores	foram	se	pereceu	limpo
						de jumentos				

19.

resh yod	meolam	machar	shelô	bo	veyodea	tevuah	mocher	shehu	peloni	etsel	lechu
R. Y.	never	sold	that not	on him	and know	grain	sells	that he	such and such	near	go
R. I.	nunca	vendeu	que não	sobre ele	e sabe	grão	vende	que ele	tal e tal	próximo a	vão

20.

sheharei	damim	lo	she'ein	besha'ah	hamiqach	'al	'enav	itleh	lo	af	omer
that here is	money	him	that not	when	buying	upon	his eyes	put	not	also	says
eis que	dinheiro	lhe	que não	quando	compra	sobre	seus olhos	ponha	não	também	diz

21.

veiaret	bo	ne'emar	lalev	hamassur	davar	vechol	lalev	massur	hadavar
and the fear	on him	is said	to the heart	what is entrusted	thing	and all	to the heart	entrusted	the thing
e o temor	sobre ele	é dito	ao coração	o que é confiado	coisa	e toda	ao coração	confiado	a coisa

מאלהיך

me'eloheicha
of your God
de teu D'us

3.2. Seleção dos excertos da Mishná e da Guemarâ analisados à luz da TR

Conforme o exposto no capítulo anterior sobre a metodologia de análise, foram selecionados com a ajuda de um rabino 06 excertos do tratado talmúdico de *Bava Metsia*. Os critérios de seleção pautam-se em elementos característicos da cultura judaica (entre termos técnicos talmúdicos, expressões judaicas e metáforas), elementos estes codificados tanto conceitual quanto procedimentalmente no TF. A seguir, os seis excertos com a devida localização no tratado talmúdico e o motivo de escolha:

- onaah* (M1-2; G1-3; G5-7): é um termo, cujo significado talmúdico difere, p.ex., do significado que apresenta no hebraico bíblico; no hebraico talmúdico, tem uma conotação específica, podendo, assim, ser enquadrado como um termo técnico;
- im hayah baal teshuvah* (M3; G7): *baal teshuvah* é um termo teoricamente conhecido por todo judeu, mesmo daquele não falante de hebraico;
- im hu ben guerim/im hayah ben guerim* (M5 e G9, respectivamente): *ben guerim* também é uma expressão conhecida, em tese, por todo judeu;
- sheneemar* (M6): pode ser considerado um termo técnico, típico de linguagem talmúdica;
- neveilot utereifot shequetsim uremassim* (G11-12): essas quatro palavras usadas para designar alimentos proibidos pela Torá também são passíveis de reconhecimento por um judeu, mesmo sem tradução;

f) *hadavar massur lalev* (G21): é uma expressão com uso metafórico, característica da cultura judaica.

O significado preciso de cada uma destas palavras e expressões será dado a seguir durante o esclarecimento vocabular. Antes, porém, é necessário enfatizar que a escolha desses seis termos se deu após minucioso estudo do texto em questão, visando a identificar elementos típicos judaicos que poderiam representar um desafio para o tradutor e que não pudesse ser simplesmente resolvido, a princípio, apenas com a ajuda de um dicionário. Este foi, inclusive, o critério de não-escolha de outros termos e expressões presentes no texto, ou seja, foram tomados apenas aqueles elementos que pudessem gerar, junto ao tradutor, um comportamento mais metarrepresentacional do que mecânico, por exemplo, de consulta a dicionários bilíngues.

3.3. Análise por excerto no tocante a sua contextualização, a suas codificações linguísticas e às explicaturas e implicaturas geradas.

3.3.1. **אִנְיָהּ [onaah]: M1-2; G1-3; G5-7**

Como este item lexical aparece em diversos trechos (M1-2; G1-3; G5-7), seja isolado, seja combinado com outro termo-chave (*onaat devarim* e *onaat mamon*), a análise será feita separadamente. Primeiramente será tomado no trecho da Mishná, onde aparece sozinho. Em seguida, em outra análise, serão tomadas as expressões *onaat devarim* e *onaat mamon*, presentes na Guemará. O esclarecimento vocabular e a contextualização aplicam-se a todos os trechos juntos.

*Esclarecimento vocabular*¹⁰⁴

onaah (substantivo feminino singular; *onaat* = forma constructa)

- ES: (T) engano (particularmente em negócios de compra e venda)¹⁰⁵; (*onaat devarim*) (T) palavras de injúria, palavras duras que causam tristeza¹⁰⁶;
- J: opressão, injustiça, tratamento injusto; (lei) imposição, prática de vantagem ilícita¹⁰⁷;
- L: fraude, escroqueria, engano; (*onaat devarim*) injúria, palavras ofensivas¹⁰⁸;
- H: fraude, logro, trapaça, engano.

¹⁰⁴ A letra (T) se refere ao significado talmúdico do termo e assim consta no dicionário em questão.

¹⁰⁵ Minha tradução de: “רמאות (ביחוד בעסקי מקח וממכר)” (*rama’ut (beichud be’isqei méqach umimkar)*)

¹⁰⁶ Minha tradução de: “דברי עלבון, דברים קשים שיש בהם לגרם צער” (*divrei ‘elbon, dvarim qashim sheiesh bahem ligrom tsa’ar*).

¹⁰⁷ Minha tradução de: “oppression, wrong; (law) imposition, overreaching”.

¹⁰⁸ Minha tradução de: “fraude, supercherie; (*onaat devarim*) injures, paroles offensantes”.

devarim (substantivo masculino plural de *davar*)

- ES: palavra; objeto; obra; (particularmente em sentença negativa) alguma coisa, nada; logos¹⁰⁹;
- K: palavra, assunto, questão, caso; coisa;
- J: palavra, expressão, ordem; (pl.) leis; coisa, negócio, objeto, acontecimento¹¹⁰;
- L: palavra; alguma coisa¹¹¹;
- H: fala, dito, palavra; coisa, objeto.

mamon (substantivo masculino singular)

- ES: (T) capital, dinheiro, bens; (literatura moderna) riqueza como fonte de corrupção ou como objeto de adoração¹¹²; (*onaat mamon*) (T) engano em relação a dinheiro ou na compra e venda¹¹³;
- J: acumulação, riqueza, valor¹¹⁴;
- L: dinheiro, fortuna¹¹⁵;
- H: dinheiro; riqueza

Contextualização e o verbo הוניה [honah] em Êxodo 22,20 e Levítico 25,17

Antes de iniciarmos a análise de *onaah*, é necessária uma breve abordagem com referência aos respectivos trechos bíblicos, os quais a Mishná e, posteriormente, a Guemará discutem¹¹⁶. Trata-se de uma passagem do Livro do Êxodo em 22,20a e do Livro do Levítico em 25,17, conforme exposto a seguir.

Em Ex 22,20a lê-se no hebraico: *veguer lô toné velo tilchatsenu*, onde: *veguer* é a conjunção aditiva “e” ligada ao substantivo masculino singular “estrangeiro”; *lô* é o advérbio de negação “não”; *toné* é a segunda pessoa do masculino singular futuro do verbo *honah*, um verbo na forma do *hiphil* – a forma causativa em hebraico – cujo

¹⁰⁹ Minha tradução de: “מלה; עצם; מעשה; (בייחוד במשפט שלילה) משהו, כלום; לוגוס” (*milah; ‘étsem; ma’asséh; (beichud bemishpat shlilah) mashehu, klum; logos*).

¹¹⁰ Minha tradução de: “word, utterance, command; (pl.) laws; thing, affair, object, occurrence”.

¹¹¹ Minha tradução de: “parole; quelque chose”.

¹¹² Minha tradução de: “הון, כסף, רכוש; (ח) עשר כמקור לשחיתות או כמשה לסגידה” (*hon, kessef, rkush; (h) ‘osher kmaqor lishchitut o kmussah lisguidah*).

¹¹³ Minha tradução de: “רמאות בעיני כסף או במקרה וממכר” (*rama’ut be’ineinei kessef o bmeqach umimkar*).

¹¹⁴ Minha tradução de: “accumulation, wealth, value”.

¹¹⁵ Minha tradução de: “argent, fortune”.

¹¹⁶ Esta parte inicial da contextualização, com referência aos livros bíblicos do Êxodo e do Levítico, aplica-se a todos os trechos analisados da Mishná e da Guemará. Portanto, não serão repetidos posteriormente. Isto faz com que a análise de *onaah* seja aparentemente maior do que os outros cinco elementos selecionados.

significado será exposto com mais detalhes logo abaixo; *velô* é a conjunção aditiva “e” ligada à partícula de negação “não”; e *tilchatsenu* é a segunda pessoa do masculino singular futuro do verbo *lachats* (forma *qal*), com o significado de “apertar”, acompanhado de um sufixo de terceira pessoa masculino singular.

Em Lev 25,17 temos: *velô tonu ish et ‘amitô*, onde: *velô* é a conjunção aditiva “e” ligada à partícula de negação “não”; *tonu* é a segunda pessoa do masculino plural do verbo *honah* (vide abaixo), aqui no tempo futuro; *ish* é o substantivo masculino singular “homem”; *et* é uma partícula que introduz um objeto direto definido; e *‘amitô* é o substantivo masculino singular “compatriota” com um sufixo possessivo da terceira pessoa masculino singular “seu”.

Voltando ao verbo principal de ambas as orações *honah*, segundo ES, significa: enganar, fraudar, apropriar-se com violência; (T) atormentar, irritar¹¹⁷; segundo K, significa: “oprimir”; segundo J: “oprimir, tratar de forma arrogante, importunar, zombar”¹¹⁸, tendo ao lado de sua forma *hiphil* a observação de que se trata de hebraico bíblico; em L temos: “abusar de alguém, explorar alguém”¹¹⁹; e em H tem-se apenas a forma *qal* (a forma “simples” dos verbos hebraicos) como “enganar, oprimir”. Já o Targum Neofiti 1¹²⁰ traduz em aramaico o verbo *honah* por “maltratar” (cf. MACHO, 1970:144).

Para efeitos de comparação, podemos ver como os trechos de Ex 22,20a e Lev 25,17 foram traduzidos em algumas bíblias que serviram de consulta para os informantes desta pesquisa, conforme consta das planilhas de observação:

Ex 22,20a:

Melamed (2001): “E ao peregrino não fraudareis e não o oprimireis”

Gorodovits & Fridlin (2006): “E ao peregrino não fraudareis nem oprimireis”

Almeida (1993) (Ex 22,21): “Não afligirás o forasteiro, nem o oprimirás”

Bíblia de Jerusalém (2002): “Não afligirás o estrangeiro nem o oprimido”

¹¹⁷ Minha tradução de: “רמה, נהג במרמה, חמס; (ת) הציק, הקניט” (*rimah, nahag bmirmah, chamas; (T) hetsiq, hiqnit*).

¹¹⁸ Minha tradução de: “to oppress, treat overbearingly, vex, taunt”.

¹¹⁹ Minha tradução de: “abuser (qn), exploiter (qn)”.

¹²⁰ O Targum é o nome dado a cada uma das traduções dos livros da Bíblia hebraica feitas para o aramaico. Após o exílio babilônico de 587 a.e.c., os judeus adotaram o aramaico como língua de comércio e, com o passar do tempo, foram esquecendo como traduzir os textos bíblicos em hebraico. Daí surgiram as traduções para o aramaico, denominadas “Targum”. Uma das características do texto targumico é o caráter de paráfrase que tem frente ao (muitas vezes) hermético texto hebraico. Há dois grandes conjuntos de Targumim: os da Babilônia, dos quais o Targum Onkelos é o mais conhecido, e os da Palestina, dentre os quais figura o Targum Neofiti 1.

TEB¹²¹ (1994): “Não explorarás nem oprimirás o migrante”

Lev 25,17:

Melamed: “E não enganareis cada um ao seu companheiro”

Gorodovits & Fridlin: “E não enganareis cada um ao seu companheiro”

João Ferreira de Almeida: “Não oprimaís ao vosso próximo”

Bíblia de Jerusalém: “Ninguém dentre vós oprima seu compatriota”

TEB: “Que ninguém dentre vós explore o seu compatriota”

Pelas traduções pode-se já se ver os diferentes usos em português para o verbo hebraico *honah*: fraudar, afligir, explorar, enganar, oprimir. Esta contextualização torna-se importante, na medida em que cada informante recebera, uma semana antes por e-mail, a informação de que o trecho a ser traduzido se referia a algumas passagens bíblicas, entre elas Ex 22,20 e Lev 25,17. Ou seja, todos eles procuraram ler os respectivos trechos nas Bíblias de que dispunham, conforme se pode depreender dos respectivos relatos retrospectivos. E mesmo durante a tradução, novas consultas foram feitas a Bíblias, seja para fazer citações *ipsis litteris*, seja para se orientar.

Em seus escritos sobre a Torá, Rashi comenta estas passagens de Êxodo e Levítico. Sobre Ex 22,20 comenta que o termo *onaah* se refere à “ofensa por palavras” (*onaat devarim*) (cf. Melamed, 2001:225). Sobre Lev 25,17 escreve que esse trecho adverte contra a ofensa por palavras (*onaat devarim*), onde o homem não deve ofender o seu companheiro, nem enganá-lo com conselhos, dos quais ele não possa se defender. Importante também é a intenção por meio das palavras em se causar o mal ao companheiro. Por isso está dito: “e temerás a teu Deus” (cf. id., p. 368). Esta interpretação de Rashi vem consolidar as palavras do Talmud sobre esse trecho, já que *onaat devarim* é termo-chave na Guemará.

O trecho da Mishná, objeto da tradução em estudo, abre uma nova discussão a respeito da palavra “fraude”. Steinsaltz (1990) comenta:

Tendo completado sua discussão a respeito das leis de fraude, a Mishná se volta agora para as leis que governam as relações humanas. A conexão entre estes dois

¹²¹ Tradução Ecumênica da Bíblia.

tópicos é a palavra hebraica *ona'ah* (האנוא), que significa não somente fraude ou engano, mas também causar sofrimento a outros¹²² (p. 223, *italico como no original*).

Mais adiante, continua explicando que *onaah* é geralmente traduzida por “fraude”, ou seja, engano, desonestidade financeira e que deriva da raiz ינה (*ianah*), cujo significado básico em hebraico bíblico é “causar sofrimento”. E este significado primário desempenha também um papel no hebraico mishnaico quando está ligado a *devarim*: causar sofrimento ou tristeza aos sentimentos de outras pessoas por meio de palavras (cf. id.). *Onaah bidvarim* é o sofrimento causado a outras pessoas, ferindo seus sentimentos. E nas linhas subsequentes a Mishná vai mostrar, por meio de exemplos, como as palavras podem causar sofrimento, incluindo uma vasta gama de atividades, indo desde causar frustração, decepção a outras pessoas (simulando que se quer comprar algo, mas, na verdade, não o quer) até insultá-las diretamente, o que constitui uma grave ofensa passível de punição nas mãos dos céus.

Codificação conceitual, explicaturas e implicaturas

Pela TR, trata-se aqui de uma codificação conceitual. Vimos que a codificação conceitual possui propriedades lógicas. Assim, ela atua como input para o processamento inferencial do enunciado, tendo também propriedades com condição de verdade, capazes de serem enriquecidas e expandidas. A ampla gama de possibilidades de tradução para o português de *onaah* atesta tal capacidade de expansão, dando aos tradutores a possibilidade de seu enriquecimento inferencial através da codificação linguística, sem que haja violação da informação codificada conceitualmente no TF.

Retomando Wilson & Sperber (2004), podemos dizer que a forma proposicional veiculada em M1-2 pode ser analisada como gerando uma explicatura forte. M1-2 estabelece uma relação de comparação entre dois tipos de *onaah*, qual seja aquela provocada pela compra e venda e aquela provocada pelo uso das palavras. A codificação procedimental composta pelos dois itens lexicais *kshem* e *kach*, posicionados no início de cada oração, contribui para gerar junto ao público-alvo do TF uma relação de igualdade entre os dois tipos de *onaah*. No entanto, a explicatura gerada por esta forma proposicional não sugere que os dois tipos sejam iguais e sim que, da mesma forma em que existe um tipo, existe também o outro. No TF está ausente a

¹²² Minha tradução de: “Having completed its discussion of the laws of fraud, the Mishnah now turns to laws governing human relationships. The connection between these two topics is the Hebrew word *ona'ah* (האנוא), which means not only fraud or overreaching but also the causing of anguish to others”.

codificação procedimental vinculada a “existir”, a relação de tempo e o aspecto verbal, já que é característica de línguas semíticas em geral e do hebraico em particular não se conjugar o verbo “ser/estar” no tempo presente. Interessante notar que, ao mesmo tempo em que a codificação procedimental não aparece, ela restringe o processamento inferencial do público-alvo, pois o tempo presente (codificação procedimental) do verbo *lihiót* (“ser/estar”) não é conjugado. Consequentemente, sua ausência já contribui para gerar uma explicatura: assim como “existe” *onaah* na compra e venda, “existe” também *onaah* pelas palavras. Enquanto codificação conceitual, o item lexical *onaah* pode assumir vários significados conforme visto acima nos diferentes dicionários. Pelo contexto, pode-se chegar a um tipo de explicatura forte que privilegia o sentido de “oprimir, humilhar, ofender”. O ouvinte/leitor, ao processar as reflexões apresentadas pelo texto talmúdico, é levado a construir em seu ambiente cognitivo que *onaah* se refere mais à “opressão” do que, por exemplo, à “fraude”. O texto talmúdico apresenta uma forma singular de construir conhecimento: a discussão ocorre como em círculos, fazendo com que o público-alvo tenha a necessidade de ler/ouvir várias vezes a passagem a fim de inferir o sentido pretendido pelo autor. E é assim que o faz M1-2, afirmando que “assim como x, assim y”, para dar exemplos nas linhas seguintes, restringindo desse modo o amplo leque de opções para se entender *onaah*, mais especificamente *onaat devarim* (“opressão pelas palavras”).

O contexto contribui para se chegar a esta explicatura forte. O enriquecimento semântico é, assim, possibilitado pela via pragmática. O público-alvo do TF não é encorajada a recuperar qualquer sentido para *onaah* e sim aquele mostrado através dos exemplos (vide análises a seguir), o que restringe o processamento inferencial, gerando grandes efeitos cognitivos através do menor esforço processual necessário. O esforço processual despendido na recuperação da explicatura é condizente com o ganho de informação para o ambiente cognitivo do leitor/ouvinte. Mais à frente, em G5-7, o leitor/ouvinte será levado a concluir que a opressão aqui em questão se refere à opressão pelas palavras.

Segundo Carston (1991), deve-se ter aqui o cuidado de separar a explicatura da implicatura, a fim de que não se sobreponham e criem redundância nas informações veiculadas. No caso específico deste trecho, podemos dizer que através da explicatura forte o público-alvo pode chegar a uma implicatura igualmente forte de que a opressão pelas palavras (*onaat devarim*) é mais grave do que a opressão feita com dinheiro (*onaat mamon*). Esta implicatura é confirmada pelos exemplos na prática citados pelo

texto talmúdico. Steinsaltz (1990) corrobora tal fato: “*Onaah* pelas palavras é uma ofensa mais grave do que a fraude nos negócios, uma vez que é dirigida contra a própria pessoa, mais do que contra sua propriedade”¹²³ (p. 224, *itálico como no original*).

3.3.2. אם היה בעל תשובה (*im hayah baal teshuvah*): M3; G7

Esclarecimento vocabular (baal teshuvah)

ES: (T) penitente, pecador que se arrependeu de suas más ações¹²⁴;

J: pecador arrependido¹²⁵;

L: penitente, arrependido¹²⁶;

H: penitente

Contextualização

O termo *baal teshuvah* ou *baal teshuvá* é proveniente do hebraico mishnaico e, historicamente, se refere àquele judeu transgressor da Halachá (a lei judaica) que completou um processo de introspecção e “retornou” ao caminho da retidão (*teshuvá* tem o significado de “retorno”, da raiz *shuv*). Na época contemporânea o termo é usado para designar um judeu secular que se tornou observante dos mandamentos religiosos. Normalmente, são judeus seculares que, mais tarde em sua vida, adotaram um modo ortodoxo de viver, “retornando” aos caminhos de D’us.

O judaísmo ortodoxo constitui-se numa vertente caracterizada pela observação rigorosa dos costumes e rituais em sua forma mais primitiva e tradicional, segundo as regras estabelecidas pela Torá e pelo Talmud. É a mais radical das correntes judaicas. Já o judaísmo reformista, p.ex., rejeita a visão de que a lei judaica deva ser seguida pelo indivíduo de forma obrigatória, afirmando a soberania individual sobre o que deve ser observado. A *cashrut* (leis alimentares do judaísmo), p.ex., é estimulada, mas não é injuntiva.

Portanto, o *baal teshuvá* designa o judeu que se propõe a seguir as *mitsvot*. Esta palavra (plural de *mitzvá*) se refere aos 613 mandamentos dados na Torá e que todo judeu ortodoxo deve observar. Ele se arrepende de sua vida pregressa e decide seguir novamente os caminhos do Criador. Importante notar, no entanto, que o

¹²³ Minha tradução de: “verbal *ona’ah* is a graver offense than fraud in business, since it is directed against the person himself rather than against his property”.

¹²⁴ Minha tradução de: “חוזר בתשובה, חוטא שהתחרט על מעשיו הרעים” (*chozer biteshuvah, chote’ shehitcharet al ma’assayav harayim*).

¹²⁵ Minha tradução de: “repentant sinner”.

¹²⁶ Minha tradução de: “pénitent, repent”.

“arrependimento” é apenas uma das características do *baal teshuvá*, pois não basta que tenha se arrependido: ele deve, como uma das consequências de seu arrependimento, retomar as vias da religião (ortodoxa).

Codificação, explicaturas e implicaturas

Pela TR, temos que *baal teshuvah* é uma codificação conceitual, podendo assim ser expandida em termos inferenciais. Os dois termos dos quais se compõe a expressão formam uma unidade, podendo gerar inferências tais quais vistas *supra* durante a contextualização. Além desta codificação conceitual o enunciado apresenta duas codificações procedimentais: *im* e *hayah*. A primeira introduz uma oração condicional, podendo ser traduzida por “se”; já a segunda é a forma *qal* (passado) do verbo *lihiót* (“ser/estar”). Neste caso, o passado pode ser traduzido por um presente ou um futuro, caso que pode ocorrer no hebraico bíblico ou talmúdico (cf. SCHNEIDER, 1993:96). O contexto é que denota qual o tempo verbal a ser utilizado numa tradução.

Tanto em M3 quanto em G7, lê-se: *im hayah baal teshuvah*, o que, literalmente, pode ser traduzido por: “se foi um baal teshuvá”. Pela TR, a codificação conceitual do enunciado do TF veicula uma explicatura forte, já que não admite outras inferências a não ser aquelas constantes da contextualização anterior, quais sejam: a de um judeu arrependido que retornou à religião. A recuperação desta explicatura é essencial para se chegar ao pensamento do(s) comunicador(es) do TF; o público-alvo não é encorajada a inferir implicaturas/explicaturas similares possíveis, já que pode se satisfazer com a primeira recuperação possível e relevante em seu ambiente cognitivo de que *baal teshuvá* designa aquele judeu que retornou à religião. O esforço processual extra para gerar outras implicaturas não seria compensado por um ganho extra em efeitos cognitivos.

Já a codificação procedimental restringe o esforço processual do ouvinte/leitor. Em M3 e G7, a explicatura veiculada pelo enunciado pode denotar, à primeira vista, que alguém já foi *baal teshuvá*. A explicatura forte gerada pela forma proposicional sugeriria, então, que aquele judeu que retornou à religião já não é mais considerado, hoje, como *baal teshuvá*, que este status não mais existe, que ele é um judeu igual aos demais religiosos. Porém, o hebraico talmúdico faz uso de tempos verbais que nem sempre correspondem exatamente ao significado de que têm atualmente, ou seja, o tempo passado pode ter uma acepção diversa, de futuro, por exemplo. Neste caso, pela via contextual, o leitor/ouvinte do TF poderá inferir que se trata de um significado de

tempo presente ou futuro. Dessa forma, pode-se chegar às seguintes explicaturas, igualmente fortes: “se é um *baal teshuvá*” ou “se for um *baal teshuvá*”. A explicatura forte gerada por este enunciado é consistente com o princípio de ótima relevância, pois o estímulo ostensivo “é relevante o suficiente para merecer esforço de processamento da audiência” e “é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador” (WILSON & SPERBER, 2004:230). Também neste caso da codificação procedimental, o público-alvo não é encorajada a ampliar o leque de implicaturas possíveis, já que a interpretação a que pode chegar já satisfaz a condição de relevância.

3.3.3. **אם הוא בן גרים** (*im hu ben guerim*): M5; **אם היה בן גרים** (*im hayah ben guerim*): G9

Esclarecimento vocabular

ben:

ES: criança, menino e todo homem em relação a seus pais¹²⁷;

K: filho;

J: filho, criança¹²⁸;

L: filho¹²⁹;

H: filho, jovem

guerim: é a forma plural do substantivo masculino singular *guer*

ES: homem que veio morar em um país estrangeiro; (T) estrangeiro que se converteu ao judaísmo, não-judeu que recebeu a religião de Israel¹³⁰;

K: migrante, peregrino, forasteiro, estrangeiro;

J: estrangeiro; prosélito, convertido ao judaísmo¹³¹;

L: estrangeiro; convertido (ao judaísmo), prosélito¹³²;

H: estrangeiro, forasteiro; convertido ao judaísmo

Contextualização

Ben guerim designa na cultura judaica aquele filho de convertidos ao judaísmo.

O *guer* é interpretado no contexto da Mishná e da Guemará como o convertido à

¹²⁷ Minha tradução de: “יָלֵד, נֵעַר וְכָל אִישׁ בִּיחֹס אֶל הֶרֶץ” (*yéled, na’ar vechol ‘ish beyachas ‘el horayav*).

¹²⁸ Minha tradução de: “son, child”.

¹²⁹ Minha tradução de: “fils”.

¹³⁰ Minha tradução de: “אָדָם שְׁבָא לְגוֹר בְּאֶרֶץ נִכְרִיָּה; (ת) נִכְרִי שֶׁהִתְיָהַד, גּוֹי שֶׁקִּבֵּל דַּת יִשְׂרָאֵל” (*‘adam sheba’ lagur berets nachryah; (T) nachryi shehityahed, goi sheqibel dat israel*).

¹³¹ Minha tradução de: “a stranger; a proselyte, convert to Judaism”.

¹³² Minha tradução de: “étranger; converti (au judaïsme), prosélyte”.

religião judaica, diferindo do sentido bíblico de estrangeiro (cf. GOLDSCHMIDT, 1933:633-634). O texto aramaico do Targum Onkelos, por sua vez, já traduz *guer* por “prosélito” (*guyora*). Segundo o rabino Nilton Bonder:

A palavra “guer” - converso - aparece no texto bíblico com o sentido de “estrangeiro”. Sua raiz de significado “residir, habitar”, transmite uma sensação de transitoriedade. “Moradores temporários vocês foram no Egito” diz o texto bíblico gerando uma das mais fortes identificações judaicas - vocês foram estrangeiros, vocês foram moradores temporários sentados sobre suas malas e vocês foram “conversos” em meio a outros. Não há dúvida que a expressão contém uma dubiedade. Se o converso é alguém que abraça uma cultura e uma fé, porque designá-lo para sempre como um “estrangeiro”?¹³³

São muitas as implicações envolvendo o status do *guer* na comunidade judaica. A ambiguidade sugerida pela palavra deu origem a importantes discussões como, por exemplo, se um *guer* poderia ser juiz em causas criminais. Veja-se o seguinte comentário de Bonder a respeito de um importante aspecto, os “ancestrais”:

Em certos casos a questão é de sensibilidade à diferença. Marcar a realidade de uma origem e de uma família externa ao judaísmo também aparece em discussões do tipo: “Como deve um converso se dirigir aos ancestrais judaicos? Nas orações deveria o converso dizer “Nosso D’us e D’us dos seus antepassados” ou “Nosso D’us e D’us de nossos antepassados”?”. A pergunta é legítima do ponto de vista objetivo. Dizer que é o D’us de seus antepassados (tomando obviamente “D’us” por uma forma específica de relação com D’us) seria uma mentira. No entanto, Maimônides percebe a malícia implícita nesta “verdade” e sentencia em carta a um amigo convertido (Rambam, Resposta 42-ed. Freiman): “um converso deve dizer ‘Nosso D’us e D’us de nossos ancestrais’ ou ‘que nos escolheu’ ou ‘que nos deu’ ou ‘que nos fez herdar’, porque ao escolher se tornar um converso passou a ser um discípulo, um filho, de Abraão. Uma vez que se converte não há diferença entre eu e você...”¹³⁴

Em realidade, a conversão é uma marca da tradição judaica. Abraão foi um converso que, gradativamente, também converte sua mulher e sua família. Ruth, a moabita, também se converteu ao judaísmo. Rabi Akiva, famoso rabino erudito do judaísmo que viveu no século II na província da Judeia, era filho de conversos. A conversão é vista como um “nascimento” novo, independente do passado do indivíduo mesmo ou de sua ancestralidade. Concluindo, diz Bonder: “Poucos povos podem traçar tão diretamente sua origem a guerim, a estrangeiros, que passaram a morar, habitar, conviver e comportar-se com e como judeus”¹³⁵.

¹³³ <http://www.cjb.org.br/gevura/religiao/proselito.htm>.

¹³⁴ Id.

¹³⁵ Id.

Além disso, Steinsaltz (1990) destaca a “grandeza espiritual” do convertido, afirmando que sua atitude em abandonar seus caminhos passados e se aproximar de D’us demonstra sua grandeza. Ademais, citando Pnei Yehoshua, explica que seus atos passados não são mais imputáveis a ele, uma vez que o convertido, segundo a Halachá, é como um “recém-nascido”, o qual não tem conexão alguma com seu passado (cf. p. 224).

Codificação, explicaturas e implicaturas

No nível da explicatura em M5 e G9 temos uma codificação conceitual (*ben guerim*) que, tanto pelo viés semântico quanto pelo viés pragmático, é capaz de provocar desdobramentos inferenciais por parte do público-alvo do TF, levando esta a uma explicatura forte: o texto trata do filho de convertidos ao judaísmo. As implicaturas a que pode chegar o público-alvo também são fortes, haja vista os comentários de Bonder acima, ou seja, aquelas discussões relacionadas ao status do *guer* dentro da comunidade judaica. O próprio texto da Mishná e da Guemará, na oração imediatamente posterior ao trecho em análise, adverte a não lembrar o filho de convertidos das ações de seus antepassados, o que caracterizaria um caso de *onaat devarim*, i.e., a ofensa, a humilhação fazendo uso de palavras. Em M5 há uma outra codificação conceitual (*hu*), um pronome pessoal terceira pessoa masculino singular, que faz referência àquela pessoa sobre a qual se discute. A recuperação de seu significado faz parte da explicatura e não demanda grande esforço processual por parte do público-alvo. Já em G9, esta codificação conceitual está ausente, mas surge o verbo *lihiót* conjugado no passado (cf. *supra* a discussão acerca de sua forma).

Pode-se refletir sobre as implicaturas veiculadas pela explicatura em M5 e G9. Apesar das implicações do status do *guer*, ou seja, implicações derivadas desta ambiguidade entre o conceito de “estrangeiro” e de “convertido ao judaísmo”, o público-alvo não se encontra instigado a derivar todo tipo de implicaturas fracas, sobre as quais haverá de ter as próprias responsabilidades. Em seu ambiente cognitivo, o público-alvo terá supostamente informações contextuais a respeito do *guer*, restringindo assim o leque de possíveis interpretações e consequências atribuídas a alguém com tal status dentro da comunidade. Nesse sentido é que se afirma, aqui, que as implicaturas são fortes, pois visam a atender às expectativas de interpretação do comunicador.

3.3.4. שְׁנֵעֵמָר (*sheneemar*): M6

Esclarecimento vocabular

A palavra *neemar*, acompanhada do sufixo *she* (“porque”), é a forma *nifil* (forma passiva hebraica) do verbo *amar* (“dizer”):

ES: dito, foi falado¹³⁶;

K: ser dito; diz-se; ser chamado, ser denominado;

J: ser dito; (*sheneemar*) porque está dito nas Escrituras (como evidência em favor de uma opinião)¹³⁷;

L: ser dito; (*sheneemar*) pois está dito (na Bíblia)¹³⁸;

Contextualização

Esta expressão é uma peculiaridade no tocante à estrutura de textos talmúdicos. Segundo Tobin (1989), o Talmud utiliza este termo para fazer referência a uma citação bíblica com a finalidade de comprovar um determinado argumento, uma determinada ideia ou uma determinada opinião. Após a exposição de um ponto, controverso ou não, “o Talmud diz ‘*sheneemar*’ – assim como está dito na Bíblia – e apresenta a citação bíblica apropriada”¹³⁹ (id., p. 312, itálico como no original).

Codificação, explicaturas e implicaturas

Esta informação do TF codificada conceitual e procedimentalmente é considerada uma expressão “técnica” em textos talmúdicos, usada para citar uma passagem bíblica. Esta expressão é composta pelo prefixo *she*, uma codificação procedimental com o significado de “porque”, ou seja, restringe o esforço inferencial do público-alvo no sentido de introduzir uma explicação sobre o que foi falado anteriormente. A palavra a seguir, *neemar*, como visto no esclarecimento vocabular acima, é uma codificação conceitual (o verbo *amar*, “dizer”) e porta em si também uma codificação procedimental, a forma passiva do verbo. Temos, então, como estrutura dessa expressão: codificação procedimental + codificação conceitual + codificação procedimental. Em hebraico, utiliza-se tão-somente uma palavra, onde as três

¹³⁶ Minha tradução de: “דבר, היה אמור” (*duber, hayah ‘amur*).

¹³⁷ Minha tradução de: “to be said; (*sheneemar*) for it is said in the Scriptures (as evidence in favor of an opinion)”.

¹³⁸ Minha tradução de: “être dit; (*sheneemar*) car il est dit (dans la Bible)”.

¹³⁹ Minha tradução de: “the Talmud says ‘*sheneemar*’ – as it is said in the Bible – and the appropriate Biblical quote is given”.

codificações se encontram aglutinadas, o que, ademais, é uma característica de línguas semíticas.

Sheneemar propicia no texto talmúdico uma explicatura forte, já que faz com que o leitor/ouvinte infira que, logo após, virá uma citação bíblica *ipsis litteris*. Equivale dizer que em português poderíamos colocar dois pontos e em seguida abrir aspas. As palavras que seguem diretamente *sheneemar* são palavras retiradas do texto da Bíblia hebraica, podendo haver a citação de um versículo inteiro, como é o caso de M6, ou de apenas parte deste.

Este termo (supostamente) presente no ambiente cognitivo do público-alvo do TF gera também implicaturas fortes: ela inferirá que o comunicador está se valendo de um texto bíblico canônico a fim de corroborar seu pensamento e suas reflexões e saberá (supostamente) que deverá identificar nas Escrituras o exato local de onde o comunicador está citando a passagem. O comunicador presume que seu público-alvo tenha em seu ambiente cognitivo esta informação bíblica, o que faz com que ele, o comunicador, use simplesmente a expressão *sheneemar*, sem alusão explícita ao exato local do trecho bíblico de onde retira a citação. O público-alvo, a fim de satisfazer essa pretensão por parte do comunicador, é encorajada a inferir, a partir desse comportamento ostensivo, a interpretação pretendida pelo comunicador. Daí se afirmar que a implicatura veiculada é forte.

3.3.5. נבילות וטרפיות שקצים ורמשים (*neveilot utereifot shequetsim uremassim*): G11-12

Esclarecimento vocabular

neveilot: substantivo feminino plural de *neveilah*

ES: cadáver, corpo de animal que morreu; corpo de pessoa que foi morta ou executada; (T) denominação de animal que foi abatido contra as leis e que é proibido de comer como cadáver; (hebraico moderno) denominação de injúria para animal preguiçoso ou fraco; (hebraico moderno) denominação de injúria para pessoa perversa e ignóbil¹⁴⁰;

K: cadáver (de pessoa ou animal), carcaça, carniça;

¹⁴⁰ Minha tradução de: “ פגר, גוית בעל חיים שמת; גוית אדם שהומת או נהרג; (ח) כנוי לבהמה שנשחטה שלא כדין ו היא “
 אסורה באכילה כנבלה; (ח) כנוי גנאי לבהמה עצלה או תשושה; (ח) כנוי גנאי לאדם משחת ומגול”
 (peguer, gvyat ba'al chaim shemet; gvyat 'adam shehumat 'o nehereg; (T) knui livhemah shenishchatah shelo' kadyn vehi' 'assurah ba'achilah kinevelah; (H) knui gna'i livhemah 'atselah 'o tshushah; (H) knui gna'i le'adam mushchat umenuval).

J: carniça, um animal que teve uma morte natural; um animal não abatido segundo o ritual¹⁴¹;

L: cadáver, carniça¹⁴²;

H: cadáver; carniça

tereifot: substantivo feminino plural de *tereifah*

ES: (T) (nas leis de *cashrut*) animal ou ave, no qual foi descoberto um defeito orgânico ou uma doença incurável, e eles são proibidos para o consumo; (hebraico moderno) designação de todo animal impuro, o qual é proibido para o consumo segundo as leis de Israel¹⁴³;

K: animal dilacerado (por feras);

J: um animal dilacerado por uma fera; um animal que sofre de uma doença orgânica (fatal)¹⁴⁴;

L: dilaceramento¹⁴⁵;

H: alimento proscrito pela lei judaica

shequetsim: substantivo masculino plural de *shequets*

ES: coisa abominável, abominação; designação para as espécies de répteis e vermes que são impuros e proibidos para contato segundo a Torá¹⁴⁶;

K: algo detestável, algo abominável;

J: abominação, coisa abominável, especialmente animal impuro¹⁴⁷;

L: imundície, lixo; animal impuro¹⁴⁸;

H: réptil impuro; abominação, impureza

¹⁴¹ Minha tradução de: “carrion, an animal that has died a natural death; an animal not slaughtered according to the ritual rules”.

¹⁴² Minha tradução de: “cadavre, charogne”.

¹⁴³ Minha tradução de: “(ת) (בהלכות כשרות) בהמה או עוף שנתגלה בהם לקוי אורגני או מחלה אנושה, והם אסורים באכילה; (ח) כנוי לכל בעל חיים טמא, האסור באכילה לפי דיני ישראל”

(T) (*behalachot kashrut*) *behemah* o ‘*of shenitgalah bahem liquid organi o machalah anushah, vehem ‘assurim bachyilah*; (H) *knui lechol ba’al chayim tame’, ha’assur bachyilah lefi dinei israel*).

¹⁴⁴ Minha tradução de: “an animal torn by a beast of prey; an animal afflicted with a (fatal) organic disease”.

¹⁴⁵ Minha tradução de: “déchirement”.

¹⁴⁶ Minha tradução de: “דבר מאוס, תועבה; כנוי לשרצים ורמשים למיניהם שהם טמאים ואסורים לפי התורה במגע” (*davar ma’us, to’evah; knui lishratsim uremassim lemineihem shehem tme’im va’assurim lefi hatorah bemaga’*).

¹⁴⁷ Minha tradução de: “abomination, abominable thing, esp. unclean animal”.

¹⁴⁸ Minha tradução de: “immondice, ordure; bestiole impure”.

remassim: substantivo masculino plural de *remess*

ES: nome incluindo todos os animais desde uma série de invertebrados que rastejam sobre a terra ou nadam na água¹⁴⁹;

K: bicharedo miúdo, vermes, répteis;

J: coisa rastejante, verme, cobra¹⁵⁰;

L: fauna rastejante, bichos; *shequetsim uremassim*: bichos repugnantes¹⁵¹;

H: réptil

Contextualização

Em G11-12, a Guemará adverte para não repreender o convertido, dizendo-lhe que a boca que comeu carcaça de animais mortos, membros de animais vivos, répteis e vermes deseja estudar a Torá que foi ditada pela boca do Poderoso. Os quatro exemplos citados no texto fazem parte dos alimentos proibidos pela lei judaica de *cashrut*, são tipos de comida não *kosher* (cf. STEINSALTZ, 1990:225) e, em sentido amplo, designam todo alimento ritualmente proibido (cf. GOLDSCHMIDT, 1933:634). A comida *kosher* é aquela “apropriada”, “preparada de acordo com as exigências religiosas”. O que não é *kosher* é impuro. Espera-se que as leis promulgadas por D’us não sejam prejudiciais à saúde e promovam o bem-estar do ser humano. “Assim, há uma proibição de comer a carne de um animal que morre de causas naturais, morto por carnívoros ou por morte violenta – o que em hebraico é denominado *Nevelá*” (cf. LAMM, 2004:313-314, itálico como no original). Estas leis de *cashrut* tinham na Antiguidade, obviamente, algum valor higiênico, mas esta não era a intenção principal, tanto que até hoje os judeus devem obedecer a estas leis de preparo dos alimentos. Concluindo sua exposição sobre alimentos *kosher* e a forma de sua preparação, Lamm disserta sobre o motivo destas leis:

Ao longo dos anos, muitas pessoas eruditas têm procurado alguma explicação racional e lógica que se aplicasse às leis de *Cashrut*, para que fornecessem motivos racionais para esta observância tão fora do comum – entre as quais promover a saúde e evitar práticas pagãs. Mas nenhuma delas realmente explica esta prática multidimensional. Uma coisa é clara: qualquer que seja o motivo pelo qual Deus deu estas limitações sobre a comida para os judeus, sua meta funcional é tornar o povo distinto, evitando assim que se assimilem a outras

¹⁴⁹ Minha tradução de: “שם כולל לכל בעלי החיים ממערכת חסרי חליות הזוחלים על האדמה או שוחים במים” (*shem kolel lechol ba’alei hachayim mima’arechet chasrei chulyiot hazochalim ‘al ‘adamah o sochim bamayim*).

¹⁵⁰ Minha tradução de: “creeping thing, worm, snake”.

¹⁵¹ Minha tradução de: “faune rampante, bestioles; *shequetsim uremassim*: bestioles repugnantes”.

populações e grupos religiosos. Funcionam também como lembretes constantes, especialmente ao viajar, de que um Deus distinto exige uma dieta distinta. (LAMM, 2004:317, *itálico como no original*).

Codificação, explicaturas e implicaturas

Analisando este excerto talmúdico da Guemará à luz da TR, podemos dizer que a forma lógica do enunciado gera uma forma proposicional enriquecida pelo contexto em que está inserida. A série de codificações conceituais contribui para criar uma explicatura forte junto ao público-alvo do TF. Através da exemplificação de comidas proibidas, o leitor/ouvinte poderá inferir que se trata das leis de *cashrut*, que todo judeu observante deverá seguir. Segundo Carston (1991), este desdobramento inferencial possibilitado pelas codificações conceituais do TF não constitui uma implicatura, e sim uma explicatura. Duas das codificações conceituais (*tereifot*, *remassim*) estão acompanhadas da conjunção aditiva *u* (“e”), uma codificação procedimental que contribui para gerar inferências do tipo: isto, e aquilo, e isto, e também aquilo etc. O leitor/ouvinte é instigado a expandir o enunciado, visando a incluir outros alimentos proibidos na lista. Não se trata, pois, de uma implicatura. É o que Carston denomina “independência funcional”: o público-alvo escolherá a forma enriquecida como a explicatura do enunciado, e não como uma implicatura (cf. CARSTON, 1991:40), podendo a explicatura ser mais ou menos explícita, já que é uma combinação entre características codificadas linguisticamente e aquelas inferidas contextualmente (cf. *id.*, p. 41).

De acordo com o princípio de ótima relevância, o público-alvo poderá derivar também implicaturas fortes a partir da explicatura. Através do menor esforço cognitivo necessário, ela poderá chegar ao maior efeito cognitivo possível, entendendo que a ingestão daqueles alimentos proibidos corresponde a uma blasfêmia e aquele que nela incorre seria indigno de estudar a lei de D’us, a Torá sagrada. O texto talmúdico adverte a não censurar o convertido, ao lembrar-lhe que um dia comera alimentos não *kosher*, o que pode lhe causar aflição emocional (cf. STEINSALTZ, 1990:224). Dessa forma, o judeu estaria ofendendo o convertido, incorrendo num caso de *onaat devarim*, ato reprovável pela ética judaica, conforme se pode depreender do texto em questão.

3.3.6. הדבר מסור ללב (*hadavar massur lalev*): G21

Esclarecimento vocabular

hadavar: substantivo masculino singular (vide acepção em 3.3.1.) acompanhado do artigo definido *ha* (“o/a”)

massur: participio passivo do verbo *massar* (forma *qal*)

ES: (T) dado, que é entregue a sua disposição; (hebraico moderno) faz uma coisa com devoção, fiel, ligado (a)¹⁵²;

J: entregar; transmitir¹⁵³;

L: entregar, transmitir; (*massur*) dedicado (fiel)¹⁵⁴;

H: dar, entregar; transmitir; (*massur*) dado, entregue; dedicado, fiel

lahev: substantivo masculino singular *lev* com sufixo de preposição *l* (“para”) aglutinada com o artigo definido *ha* (“o/a”)

ES: órgão musculoso posicionado na metade esquerda do tórax, que se contrai e se expande alternadamente – e, assim, faz o sangue correr para todas as células do corpo; centro do sentimento, do desejo, da inteligência, da coragem etc., e a partir daqui a ligação da palavra “coração” em numerosas expressões na língua em sentidos diferentes; a parte interior de uma coisa, meio, centro; (hebraico moderno) símbolo característico usual para a forma de coração; peito¹⁵⁵;

K: coração;

J: coração; *double heart*, lugar de duas inclinações opostas¹⁵⁶;

L: coração¹⁵⁷;

H: coração; centro, meio

¹⁵² Minha tradução de: “ (ת) נתון, שנמסר לרשותו; (ח) עושה דבר במסירות, נאמן, דבק (ב-))” (*(T) natun, shenimsar lirshutô; (h) ‘osseh davar bimsirut, ne’eman, daveq (b-)*).

¹⁵³ Minha tradução de: “to deliver, to transmit”.

¹⁵⁴ Minha tradução de: “livrer, transmettre; (*massur*) dévoué”.

¹⁵⁵ Minha tradução de: “איבר שרירי המונה ברבו במחציתו השמאלית של בית החזה, מתכוץ ומתפשט חליפות – ועל ידי כך” (*‘eivar sheriri hamunah berubo bemachatsyito hasmalit shel bet hechazeh, mitkavets umitpashet chalifot – ve’al iedei kach hu’ mazrim ‘et hadam ‘el kol ta’ei haguf; merkaz haregush, haratson, hachachmah, ha’omets vechadomeh, umikan tseruf hamilah “lev” benivim merubim balashon behora’ot shonot; hacheleq hapnimi shebedavar, merkaz; (h) semel tsiuri miqubal lidmut halev; chazeh*).

¹⁵⁶ Minha tradução de: “heart; double heart, seat of two opposite inclinations”.

¹⁵⁷ Minha tradução de: “coeur”.

Contextualização

A expressão *massur lalev* pode designar algo que depende da honestidade e da perfeição do indivíduo, é algo que testemunha uma grande confiança arraigada nas fontes mais honestas e realistas. Segundo Palmer (2006): “Se algo foi dito com intenção ofensiva ou não, se alguém é ou não culpado, se alguém teme ou não a Deus, isto não pode ser atestado por nenhum tribunal. Mais importante é tomá-lo como responsabilidade do próprio coração”¹⁵⁸. Goldschmidt (1933:634) também afirma que uma má intenção, por exemplo, não pode ser comprovada, é só o íntimo da pessoa que o pode fazer. Mesmo que alguém atribua a um indivíduo as melhores intenções, este não se verá exonerado da tarefa de examinar estas melhores intenções em seu próprio coração e verificar se realmente existem. A passagem talmúdica em estudo faz referência a Jó, advertindo o público-alvo a não fazer como os amigos de Jó fizeram a ele (cf. Jó 4:6-7). Estes amigos privam aquele que sofre inocentemente do temor a D’us, o que é considerado pelo Talmud um ato comparável ao derramamento violento de sangue. Novamente entra em questão a gravidade maior da ofensa/humilhação pelas palavras em comparação a um engano financeiro.

O que significa algo entregue (fiel) ao coração? Pode-se inferir que seja algo que toca o íntimo do ser humano, algo que só diz respeito à pessoa, algo que pode ser considerado verdadeiro apenas ao se examinar o interior da alma humana. Pode-se inferir também que seja algo que só possa ser percebido pela pessoa ao examinar o efeito que produz em seu interior. O coração não é visto, aqui, apenas como o centro das emoções, e sim como o cerne vital, o íntimo do ser humano. É aquele íntimo da pessoa humana que apresenta duas tendências opostas: uma para o bem e outra para o mal (*double heart*). A edição Schottenstein do Talmud (1993) traduz *massur lalev* como “depende da intenção da pessoa”¹⁵⁹, apondo a explicação de que esta intenção está oculta dos demais mortais. Por isto, deve-se temer a D’us.

Codificação, explicaturas e implicaturas

Temos em hebraico uma expressão metafórica composta por codificações conceituais e procedimentais. As codificações conceituais, passíveis de serem expandidas, são *davar*, *massur* e *lev* (vide esclarecimento vocabular *supra*). As

¹⁵⁸ Minha tradução de: “Ob etwas in kränkender Absicht gesagt wurde oder nicht, ob jemand schuldig ist oder nicht, ob jemand Gott fürchtet oder nicht, kann kein Gericht feststellen. Umso wichtiger, daß man es in die Verantwortung des eigenen Herzens nimmt”.

¹⁵⁹ Minha tradução de: “depends on a person’s intent”.

codificações procedimentais, as quais restringem o esforço processual do ouvinte/leitor, compõem-se, aqui, dos artigos definidos apostos como sufixos em *davar* e *lev*, bem como da preposição *le*, aposta como sufixo também a *lev*. Restringem o processamento inferencial do público-alvo ao informá-lo de que não se trata de “uma coisa” qualquer e sim de uma “coisa” definida, predeterminada. Da mesma forma, a codificação procedimental *ha* em *lev* determina “o coração” da pessoa em jogo e não o de outra qualquer. A preposição *le*, que pode ser traduzida em português por “para”, indica o objeto de *massur*, ou seja, inferencialmente é possível reconstruir a direção que toma a “coisa” (*hadavar*), i.e., é entregue *ao* coração.

Tem-se aqui um exemplo de expressão metafórica em hebraico, desencadeando implicaturas fracas. A forma proposicional *hadavar massur lalev* pode ser enriquecida inferencialmente pelo contexto. O maior esforço processual despendido é compensado por um ganho maior em efeito cognitivo. No entanto, segundo Sperber & Wilson (1995), quanto mais fraca for uma implicatura, menos confiança o público-alvo terá nas conclusões tiradas de que estas refletirão os pensamentos do comunicador. A decodificação linguística das codificações conceituais e procedimentais gera uma explicatura fraca neste caso, já que, literalmente, “a palavra/a coisa é entregue/fiel ao coração” pode gerar uma série de implicaturas fracas. Isto quer dizer que o ouvinte/leitor do TF poderá chegar a diferentes conclusões a partir desta forma proposicional, sendo encorajado a inferir outras interpretações possíveis além da primeira que possa gerar de imediato um determinado efeito cognitivo em seu ambiente cognitivo.

É nesse sentido que o público-alvo é encorajado, através da metáfora presente em G21, a derivar várias interpretações possíveis, caindo no âmbito das implicaturas fracas. A imaginação e a capacidade interpretativa do leitor/ouvinte demandam um maior esforço processual, mas este esforço é compensado por um ganho em maior efeito cognitivo.

3.4. Análise por excerto do TF e seus respectivos TAs no tocante aos processos de explicitação em curso

Nesta seção, tomaremos isoladamente cada um dos seis trechos selecionados da Mishná e da Guemará, com a finalidade de evidenciarmos os processos de explicitação em curso, quando existentes. Para tanto, serão empregados os conceitos introduzidos por Englund-Dimitrova (2005) de explicitação governada pela norma e de explicitação

de natureza estratégica. Quando o trecho ocorre tanto na Mishná quanto na Guemará, a análise será feita em conjunto se o enunciado for exatamente igual nas duas porções de texto. Caso contrário, a análise será feita separadamente.

3.4.1. אונאה [onaah]

Comparando-se a extensão da análise desenvolvida para o termo *onaah*, pode-se constatar que a análise aqui é mais extensa do que para as demais 05 instâncias analisadas. Tal fato não se deve à maior importância de *onaah* ou à falta de informações sobre os demais itens, e sim devido às reflexões desenvolvidas dentro deste item, as quais servirão igualmente para as análises posteriores. Têm-se, por exemplo, comentários extraídos dos relatos retrospectivos dos sujeitos que não serão, via de regra, repetidos nas análises subsequentes, mas que formam a base de todo o desenvolvimento das reflexões em curso também para os demais itens.

3.4.1.1. Análise de אונאה [onaah] em M1-2

A tabela a seguir mostra como cada informante lidou, no respectivo TA, com esta informação codificada conceitualmente no TF. Tomemos M1-2. No TF lê-se na transcrição: *kshem sheonaah bamiqach umimkar kach onaah bidvarim*. Nos respectivos trechos dos TAs temos (a tradução de *onaah* está marcada em itálico):

Sujeitos	TA
S1	Da mesma forma que se aplica <i>uma interdição de engano</i> no campo de compra e venda, assim se aplica no campo das palavras.
S2	Assim como há <i>trapaça e engano</i> ⁽¹⁾ na compra e na venda, há <i>trapaça e engano</i> também nas coisas ditas.
S3	Assim como <i>o enganar</i> no negócio é <i>o enganar</i> pelas palavras;
S4	<i>Enganar</i> num negócio ou <i>ofender</i> com palavras é a mesma coisa
S5	Do mesmo modo que existe <i>fraude</i> nos negócios, existe <i>a fraude</i> feita com palavras.
S6	Da mesma maneira como <i>a fraude</i> por meio de suborno e venda assim <i>a fraude</i> por palavras
S7	Como há <i>engano</i> em compra e venda, também há <i>engano</i> nas palavras.
S8	Da mesma forma que o <i>engano</i> numa negociação e compra (é pecado), assim também é a <i>ofensa</i> por palavras.

Quadro 1 – Traduções de M1-2

(1) S2 introduz em seu texto uma nota de rodapé para explicar “trapaça e engano”: “Engano, trapaça e ludíbrio serão utilizados como sinônimos. Todos eles traduzidos da mesma palavra onaá”.

“Engano”, “trapaça”, “fraude” são termos recorrentes nas traduções. No dicionário Houaiss, “engano” está definido como: 1. “procedimento errôneo; desacerto, erro”; 2. “artifício empregado para levar (alguém) ao erro; burla, logro, insídia”; “trapaça” como “qualquer ação ardilosa, de má-fé”; “fraude” como “qualquer ato ardiloso, enganoso, de má-fé, com o intuito de lesar ou ludibriar outrem, ou de não cumprir determinado dever; logro”. Pelas definições acima, é de se notar que a palavra “engano” tem um duplo sentido: ou a pessoa se engana (sentido 1) ou engana outrem (sentido 2).

S1	Da mesma forma que se aplica <i>uma interdição de engano</i> no campo de compra e venda, assim se aplica no campo das palavras.
----	---

Do início da leitura do TF até o início da tradução propriamente dita, S1 gastou o equivalente a 33m 45s. Neste período, conforme consta da planilha de observação, S1 fez várias consultas a dicionários e obras envolvendo a Mishná, com o intuito de contextualizar a passagem e resolver problemas de cunho vocabular. Durante a retrospectiva, ficou claro que uma das preocupações de S1 foi com a palavra *onaah* e as diferentes nuances de significado conforme os diferentes períodos de estratificação da língua hebraica. De um lado, viu-se confrontado com a tradução da TEB para os versículos bíblicos Ex 22,20 e Lev 25,17, onde a mesma usa o verbo “explorar” como tradução de *honah*. De outro, com o significado de *onaah/honah* no hebraico mishnaico constante no TF. Comentando sobre as dificuldades inerentes ao TF, S1 diz:

A outra dificuldade maior é conseguir passar do sentido do hebraico, hebraico bíblico, para um sentido muito mais técnico que a palavra tem no texto aqui, por exemplo, na Mishná, a palavra *onaah* que tem um sentido preciso em hebraico bíblico, tem, se a gente for olhar a terminologia talmúdica, então tem um sentido muito mais diferente do preciso. Agora, como fazer para que na tradução essa ambivalência de sentidos possa aparecer? É quase impossível. É por isso que coloquei aqui, aliás, *não explorarás* entre colchete igual a *humilharás*. (...) Então, isso é a dificuldade maior, porque falar de polissemia é óbvio, mas aqui tem que tentar encontrar uma palavra que possibilite uma leitura precisa do texto da Guemará ou da Mishná, mas que possa ser lido também no contexto da Escritura.

Citando da TEB os trechos de Ex 22,20 (M6) e Lev 25,17 (G1), S1 usa uma estratégia com o intuito de ajudar o público-alvo do TA a fazer as inferências, tais quais metarrepresentadas por ele para o TF, qual seja: ele coloca entre parênteses a palavra “humilharás”, procurando criar junto ao leitor essa “ambivalência de sentidos” da qual

fala. No entanto, voltando à palavra *onaah* de M1, vê-se que S1 usou “interdição de engano” (camrec¹⁶⁰ 1h 06m 57s), uma opção que veio substituir uma primeira escolha sua, “interdição de fraude” (camrec 33m 45s), após ter iniciado a tradução do trecho da Guemará. Ao incluir já a ideia de proibição (“interdição”), S1 buscou criar condições junto a seu público-alvo de inferir o sentido que os sábios do Talmud estavam dando àquela passagem, ou seja, a proibição de enganar o companheiro, seja nos negócios, seja por palavras. Segundo S1: “*onaah* é também explorar, mas aqui tem o sentido de interdição, interdição de engano enquanto termos técnicos”. Em sua metarrepresentação do contexto do TF, S1 percebe, através de consultas preliminares, uma ambivalência de sentidos, decorrente, segundo ele, dos diferentes momentos da língua hebraica. Ao metarrepresentar o contexto do TA, ele procura, através das estratégias de tradução vistas acima, criar condições para que o público-alvo do TA chegue à explicatura por ele imaginada.

Vimos que no TF o enunciado gera uma explicatura forte. No TA de S1, a explicatura forte do TF é explicitada pela forma proposicional do enunciado. Nesta estão presentes as codificações procedimentais (“da mesma forma/assim”, verbo no tempo presente) e as codificações conceituais (“se aplica”, “engano”, “compra e venda”, “palavras”). Podemos refletir sobre esta estratégia de tradução. S1 inferiu para o TF que existe engano tanto no âmbito da compra e venda quanto no âmbito das palavras e que este engano é proibido pelas leis talmúdicas. Esta é a explicatura forte do TF tal qual metarrepresentada por S1. Este percebeu uma ambivalência de sentidos para o termo *onaah*, mas em M1-2, ao explicitar a possível explicatura, acarretou com sua opção tradutória um desaparecimento dessa suposta ambivalência. O público-alvo não se verá encorajado a derivar demais explicaturas do enunciado. O conteúdo implícito do enunciado do TF é explicitado no TA de S1. Implicaturas fracas poderão, porém, vir ao ambiente cognitivo do ouvinte/leitor, como, p.ex., que implicações esta “interdição” pode acarretar para um judeu e a que sanções estará sujeito caso a descumpra. Entende-se que, no TF, o público-alvo não se vê encorajado a derivar implicaturas fracas a partir do enunciado; este implica tão-somente que existe opressão/humilhação tanto no âmbito comercial quanto no âmbito das palavras. Já em português, a menção da proibição já é capaz de gerar outros desdobramentos inferenciais, tais como: por que existe esta proibição? Há diferença(s) entre as mesmas? E se houver, qual/quais? O que ocorre se

¹⁶⁰ “Camrec” refere-se à gravação feita durante a coleta de dados, usando-se o programa Camtasia.

alguém não seguir esta proibição? Apenas para citar alguns exemplos. Neste caso, temos que o grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA é menor.

S1, diante da “quase impossibilidade” em veicular no texto em português a ambivalência de significados de *onaah*, decidiu-se por uma explicitação que, segundo a classificação proposta por Englund-Dimitrova (2005), pode ser qualificada como sendo de natureza estratégica. A explicitação de S1 para M1-2 denota que diante de um problema de tradução – o de veicular em português a ambivalência de significados de *onaah* – ele explicita a informação codificada contextualmente no TF, transformando-a em insumo codificado linguisticamente no TA. É de se notar, entretanto, que a ambivalência de significados não foi veiculada com sua alternativa tradutória, privilegiando S1 apenas o sentido de “engano” de *onaah*.

Quanto à explicitação do verbo *lihiót* (“ser”), não conjugado no tempo presente em hebraico, por “se aplica” em português, podemos afirmar que se trata neste caso de um processo de explicitação governado pela norma, já que decorre da diferença entre os dois sistemas linguísticos. Em português, há nesta situação concreta a necessidade de um verbo igualmente no tempo presente do indicativo. Em hebraico inexistente o verbo no enunciado.

S2	Assim como há <i>trapaça e engano</i> ⁽¹⁾ na compra e na venda, há <i>trapaça e engano</i> também nas coisas ditas.
----	--

(1) Nota de rodapé: “Engano, trapaça e ludíbrio serão utilizados como sinônimos. Todos eles traduzidos da mesma palavra *onaá*”.

A dificuldade em metarrepresentar *onaah* também esteve presente na tradução de S2. Com 37m 05s desde o início da gravação pelo programa Camtasia, S2 escreveu pela primeira vez a palavra *onaá*, deixando-a assim até o término da tradução. Com 3h 38m 45s, após ter terminado todo o trecho da Guemará, S2 voltou ao início do texto e escreveu “trapaça e engano”, complementando com uma nota de rodapé, onde consta: “Engano, trapaça e ludíbrio serão utilizados como sinônimos. Todos eles traduzidos da mesma palavra *onaá*”. Para chegar a esta conclusão, vê-se pela gravação em tempo real do programa Camtasia e pela observação direta que S2 buscou apoio externo, consultando dicionários em inglês e português, além de ter consultado uma tradução para o inglês do mesmo trecho da Mishná e da Guemará (Soncino) e lido os comentários de Rashi. Nota-se que ainda consultou um dicionário monolíngue de hebraico. Em seu relato retrospectivo, perguntado sobre o que o havia ajudado na

tradução, respondeu: “Primeiro, outras traduções, com certeza, sem dúvida. E dicionário, bom dicionário da língua, monolíngue”. Após o término da tradução das seis linhas da Mishná, comentou com o pesquisador a respeito dos múltiplos significados das palavras: “Nem os rabinos têm certeza do que significam” (vide planilha de observação). Referia-se aqui, sem dúvida, à palavra *onaah*, entre outras, e às consequentes inferências por parte do público-alvo. Dificuldades de metarrepresentação do contexto em que está inserida a palavra no TF podem ser identificadas a partir de seu relato quando S2 fala da demora em se começar a tradução: “nesse texto tem *onaah* que é o engano, traição, é engano, trapaça ou se ludibriar, não existe uma tradução muito certa assim. Então, aí, isso é o mais demorado”, ou seja, metarrepresentar o contexto para o público-alvo do TA. Todos os sentidos encontrados por S2 foram colocados na tradução, seja diretamente no TA (“trapaça e engano”), seja via nota de rodapé. Como *onaah* é uma codificação conceitual, ela pode ser desdobrada em termos inferenciais, o que foi feito por S2. No entanto, S2 parece ter desconsiderado as informações derivadas via contexto. Como vimos quando da contextualização da passagem em M1-2, o termo aqui se refere à humilhação ou opressão. Privilegiando apenas um dos sentidos de *onaah* (e enriquecendo-o com sinônimos), S2 fez uso de uma explicitação de natureza estratégica. Enganar ou ludibriar alguém fazendo uso de palavras conduz a inferências do tipo: passar alguém para trás, usar de dissimulação para com alguém, não falar a verdade. Esta interpretação condiz, no entanto, apenas com o primeiro dos casos citados na Mishná, ou seja, que não se deve perguntar o preço de uma mercadoria quando não se tem a intenção de comprá-la. Os outros casos enumerados pela Mishná se aplicam, antes, à humilhação. De acordo com seu relato retrospectivo, S2 quis solucionar um problema de tradução, mas explicitando tão-somente um dos aspectos de *onaah*. Isto reduz o grau de semelhança interpretativa entre seu TA e o TF, já que o público-alvo poderia inferir apenas um dos aspectos de *onaah*.

Retomando Englund-Dimitrova (2005) e sua classificação, pode-se afirmar que o texto de S2 apresenta uma explicitação de natureza estratégica, visando a solucionar um problema *ad hoc* de tradução, qual seja: a tradução de uma palavra com múltiplos sentidos.

Quanto à explicitação do verbo *lihiót*, vale o que foi dito anteriormente para S1: trata-se de um processo de explicitação governado pela norma, já que a codificação procedimental em hebraico (a ausência do verbo *lihiót* no tempo presente) tem que ser

traduzida em português por um verbo no tempo presente. Em S2 temos o verbo “haver” conjugado no tempo presente do indicativo (“há”).

S3	Assim como o <i>enganar</i> no negócio é o <i>enganar</i> pelas palavras;
----	---

S3, além do relato retrospectivo, produziu um relato concomitante. Através deste, tem-se a riqueza da verbalização de um longo episódio de tentativa de metarrepresentação do contexto-fonte. S3 faz uma extensa busca em dicionários bilíngues e monolíngues (hebraico-português, hebraico-hebraico, hebraico-inglês e português-português), assim como em diferentes traduções da Bíblia, a fim de desvelar o sentido de *onaah* e *honah* nos trechos a serem traduzidos do TF. Começa com o dicionário hebraico-hebraico que apresenta os diferentes significados das palavras hebraicas, conforme o período em que ocorrem (Even-Shoshan). Encontra como sinônimo o hebraico *ramaút* “que é mentira, fraude, engano também”. O dicionário apresenta *onaah* com duas grafias diferentes: uma com *he* no início e a outra com *alef* no começo. Para esta grafia, consta também a palavra *ramaút*: “que é enganar, especialmente em negócios. Especialmente em negociações talvez, em negócios, negociações. No tratado de Bava Metsia que é o que pega, o que toma e o que vende, eles têm fraude. É, talvez a palavra melhor é fraude”. Verifica também as outras acepções de *onaah* quando associada a *devarim* e *mamon*, como veremos posteriormente durante a análise da Guemará. Sobre essa metarrepresentação do contexto-fonte e busca por metarrepresentar o contexto-alvo, S3 comenta:

No caso dessa tradução está sendo importante avaliar primeiro o sentido amplo da palavra e dos diversos conceitos para já definir, se eu perceber quando estiver escrevendo, que eu devo tomar um cuidado especial se está se tratando de uma fraude ou de uma mentira que é causada por comportamento e não por negócios.

Temos aqui as reflexões e inferências em curso durante o processo tradutório, ou melhor, até mesmo antes de iniciar a tradução. Vê-se o quão necessária é a tarefa de metarrepresentação durante o fazer tradutório de um texto compilado dentro de um contexto distante no tempo, no espaço e na cultura. Como chegar a uma conclusão do que uma palavra, codificada conceitualmente, significava no TF? E como chegar a uma escolha vocabular para o TA, após também metarrepresentar o contexto-alvo? A tarefa não é nada simples, tendo-se em vista o estilo conciso do Talmud, com orações lacunosas, carentes de verbos, de elementos de ligação, de pontuação, entre outros, o

que não deixa de ser uma dificuldade a mais para a metarrepresentação do contexto-fonte. Daí a importância do estudo, da contextualização da respectiva passagem talmúdica antes do início da tradução propriamente dita. No caso de S3, a informação que lhe foi passada uma semana antes da tradução o ajudou na identificação das citações constantes nos trechos da Mishná e da Guemará a serem traduzidos, conforme comenta em seu relato retrospectivo:

Como eu não lido nada com o Talmud, eu não tenho mais nenhuma prática com algumas questões de estilo do Talmud que indicam o tipo do pensamento que foi passado, presente, citação, (...), que um estudioso do Talmud sabe se está se referindo ao passado, alguém que mencionou alguém, quando é o caso de uma citação que nem sempre me foi óbvia ou diretamente tão rapidamente óbvia, mas não foi também tão estranho porque eu havia estudado um pouco o texto bíblico e algumas coisas do comentário. Então eu não parti do zero nesse sentido.

S3, mesmo não traduzindo normalmente textos talmúdicos, tem larga experiência na tradução de textos sagrados (bíblicos), o que o leva a ter estudado “um pouco” o texto bíblico e também os comentários a respeito. Em seu relato retrospectivo, comenta que a tradução consultada por ele (Soncino) foi de utilidade quanto ao estilo “para tornar as frases mais compreensíveis”. O estilo talmúdico, como já visto, é muito conciso e não faz uso de pontuações. Relata que compreendeu “as palavras perfeitamente, não é um texto difícil do ponto de vista de palavras”. Apesar de ter estudado o assunto, S3 não havia se atido ao estilo. Mesmo assim, após ter terminado sua tradução, consultou uma tradução para o inglês, a fim de dar a seu TA uma forma final, a qual fosse passível de compreensão pelo público-alvo por ele imaginado. A esse respeito, vê-se, igualmente, a importância da metarrepresentação do contexto do TA. O tradutor produz um texto não para si mesmo – “eu compreendi as palavras perfeitamente” – e sim para um público-alvo outro, cujo contexto em que esta está inserido teve que ser metarrepresentado por S3.

S3, apesar de não traduzir normalmente textos talmúdicos, apresenta um grau de expertise que o leva a, primeiramente, se contextualizar, procurando apoio externo. Compreende as dificuldades inerentes à tradução desta modalidade de textos sensíveis e busca metarrepresentar adequadamente o contexto do TF para, só então, dar forma a sua tradução.

Quanto à escolha para a tradução de *onaah* em M1-2, vimos que S3 usou o verbo “enganar”, substantivando-o com o artigo definido “o”. A respeito, consta em seu

relato concomitante: “eu estou traduzindo aqui nesse momento (...) o substantivo por um verbo, porque o substantivo *honaah* como *engano* acho que não é exatamente, não é suficiente e como *fraude* parece que é muito além do que eu pretendo aqui”. Sua verbalização condiz com as acepções encontradas para “engano” no dicionário Houaiss (vide no esclarecimento vocabular), ao dizer que acha que “não é exatamente”. Vimos que “engano” pode ser cometer um erro ou levar alguém a erro. A fim de afastar possíveis implicaturas divergentes das imaginadas para o TF, S3 decidiu usar o verbo “enganar”. Podemos afirmar que a explicatura ativada pelo TA de S3 leva em conta apenas um dos significados da codificação linguística, ou seja, o de “enganar, ludibriar”. Nesse sentido, valem aqui as reflexões feitas acima para S2. Assim como existe o enganar nos negócios, existe também o enganar pelas palavras. Entende-se que esta forma proposicional é capaz de gerar poucas explicaturas fortes, englobando apenas um dos sentidos do substantivo hebraico, ou seja, o grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA é menor.

Interessante notar ainda é a manutenção da mesma palavra “enganar” tanto em M1 quanto em M2. Essa repetição pode ser vista como uma pista comunicativa (cf. GUTT, 2000b:136) entendida por S3 como existente no TF e que julgou importante reproduzir no TA. Excetuando-se S1, que, para evitar repetição, deixou subentendida “interdição de engano” em M2, e S4 e S8, que usaram itens lexicais diferentes (“enganar”/“ofender” e “engano”/“ofensa”, respectivamente), todos os outros sujeitos mantiveram a mesma escolha vocabular em M1 e M2. S3 deixa clara sua intenção, como se pode depreender de seu relato concomitante:

“Assim como *enganar no negócio*, assim é o *enganar nas palavras*”. Mas eu já percebo que não posso usar “enganar” para os dois. E eu tenho que arrumar uma solução, porque a palavra é a mesma: em hebraico *honaah* tanto para negócios como enganar nas palavras. *Honaah* é usado duas vezes e o sentido em português não é adequado usar “enganar” para o segundo caso que é “enganar nas palavras” que a tradução seria melhor “oprimir” ou “perturbar, oprimir” ou “afligir”. Então a solução que tem que ser procurada, se usar a mesma palavra para ambos, o que é o que se espera neste tipo de tradução, porque não se deve confundir usando palavras diferentes em português. Então, o correto seria usar a mesma palavra em português, mas me parece que eu tenho uma dificuldade aqui usar a mesma palavra em português porque não cabe, não me parece que nenhum dos modelos para os dois casos que é dos negócios ou das relações pessoais, a palavra, o mesmo substantivo não está me ocorrendo em português.

“Não se deve confundir usando palavras diferentes em português” é uma estratégia de tradução, cuja intenção é reproduzir no TA as pistas comunicativas vistas

por S3 no TF. Argumenta que em português “não cabe” o mesmo uso nas duas situações (negócios e palavras), mas deixa o mesmo verbo “enganar”, ao menos por enquanto, por falta de outro substantivo em português que pudesse ser aplicado aos dois casos. Posteriormente, vimos que foi este verbo “enganar” que S3 manteve em seu texto revisado. Caberia, aqui, talvez, uma explicitação de natureza estratégica, em que S3 poderia usar dois termos diferentes em português para o mesmo termo em hebraico, ignorando nesse caso, a pista comunicativa. Mais relevante para S3 foi manter a mesma palavra, mesmo acarretando um empobrecimento inferencial por parte de seu público-alvo. Sua opção em explicitar um dos sentidos de *onaah* pode ser considerada como um processo de explicitação de natureza estratégica.

A tradução do verbo *lihiót* pelo presente do verbo “ser” em português (“é”) pode também ser considerada como uma explicitação governada pela norma, a exemplo dos sujeitos anteriores.

S4	<i>Enganar num negócio ou ofender com palavras é a mesma coisa</i>
----	--

Pela gravação em tempo real pelo programa Camtasia e pela planilha de observação, observa-se que S4 empregou muito tempo (no total, cerca de 54 minutos) na decisão de como traduzir *onaah* em M1-2. Após consulta ao dicionário hebraico-hebraico de Even Shoshan e à tradução em inglês (Soncino), S4 iniciou a tradução de M1-2 (vide camrec 8m 46s), escrevendo “uma vez que fora enganado na negociação por palavras”. Depois de concluir a parte da Mishná, voltou uma segunda vez a M1, fazendo modificações (v. camrec 13m 55s): “uma vez que fores enganado num negócio ou por palavras”; e, na fase de revisão após o término da Guemará, deu sua versão final a M1-2 (v. camrec 53m 14s): “Enganar num negócio ou ofender com palavras é a mesma coisa”.

Em seu relato retrospectivo, S4 comenta que fundamental para a tarefa de metarrepresentação do contexto-fonte foi o uso do dicionário mencionado acima, onde constam as diversas acepções das palavras segundo os diversos períodos de estratificação da língua hebraica. Comenta: “ele vai te localizando o significado no tempo. Atualmente ele significa isso, mas no período mishnaico ele significava isso, no período bíblico outra coisa, enfim, ele te dá as modificações semânticas”. E assim foi com *onaah*. Mas só chegou a uma conclusão final quanto à tradução, depois que havia traduzido o trecho da Guemará. Apesar de S4 não ter observado a pista comunicativa como os demais sujeitos da pesquisa, usando termos diferentes para *onaah*, pela TR S4

diminui o esforço processual e aumenta o efeito cognitivo. “Enganar” e “ofender” seriam capazes de levar o público-alvo do TA às explicaturas imaginadas para o TF. Como a codificação conceitual é passível de expansão proposicional, o uso de duas palavras diferentes como tradução da mesma palavra hebraica não caracteriza uma violação da codificação conceitual. Ao contrário, para S4, a diferença entre as palavras em português é o que ajuda o público-alvo a produzir as inferências metarrepresentadas para o TF.

Vale dizer que se trata aqui de uma explicitação de natureza estratégica, visando a solucionar um problema *ad hoc* de tradução. Apoiando-se na informação codificada linguisticamente, S4 explicita o termo genérico *onaah*, servindo-se de dois termos mais específicos, “enganar” e “ofender”. Esta explicitação não se deu aleatoriamente, ela foi baseada na informação veiculada pelo substantivo hebraico. Em português, a ambivalência de sentidos de que falou S1 só pôde ser veiculada, segundo a escolha de S4, por termos diferentes no TA. Em português não foi possível manter ao mesmo tempo a mesma palavra e a ambivalência. A informação contextual formou, então, a base sobre a qual recaíram as escolhas tradutórias de S4.

Da mesma forma como comentado anteriormente, a explicitação do verbo em português, inexistente em hebraico, constitui um processo de explicitação governado pela norma.

S5	Do mesmo modo que existe <i>fraude</i> nos negócios, existe <i>a fraude</i> feita com palavras.
----	---

Para S5, a tarefa de metarrepresentação do contexto-fonte foi facilitada devido a seu “conhecimento de mundo”, como ele mesmo afirma em seu relato retrospectivo, quando perguntado sobre o que o havia ajudado na tradução: “Tem, acho que primeiro de tudo, meu conhecimento de mundo mesmo e minha familiaridade com o texto. Saber da cultura, saber do que estava tratando o texto, o contexto”. Fala, em segundo lugar, do apoio externo através dos dicionários e glossários consultados, entre eles, um léxico eletrônico, *The Hebrew and Aramaic Lexicon of the Old Testament*. Nisso, faz uma observação relevante: “Mas acho que isso é tudo secundário. Se você não tem o conhecimento de mundo, não tem o conhecimento da cultura, o dicionário e os glossários não te ajudam para nada”. A partir dessa afirmação categórica, fica claro que, para S5, a capacidade de metarrepresentação do contexto distante é o primordial em uma tradução talmúdica.

Este obstáculo a uma tradução talmúdica não se encontra apenas na dificuldade de interpretação de termos e expressões, mas também na dificuldade em se compreender o estilo do Talmud, já apontado acima (vide S3) como um estilo peculiar, com o qual o tradutor há de se familiarizar. Quanto ao estilo, S5 comenta que “o texto talmúdico às vezes é bem elíptico, assim, ele presume que o leitor saiba muita informação e a frase fica cortada”. A fim de criar condições para que seu público-alvo possa fazer as inferências necessárias, S5 não reproduz o estilo talmúdico de frases bem sintéticas: “Então, isso eu não reproduzi, justamente. Eu fiz ao contrário, eu explicito a frase. Então o texto acaba ficando um pouco maior”.

Fazendo-se, aqui, uma pequena pausa durante a análise do TA de S5, vale dizer que este “explicitar a frase” pode ser observado nos demais tradutores, excetuando-se S4 que permaneceu no estilo sintético do Talmud para a realização da tarefa de tradução para uma comunidade judaica. Vê-se, aqui, uma diferença entre os demais tradutores e S4, ao metarrepresentarem o contexto do público-alvo do TA. S4 parte do princípio de que o público-alvo judaico do TA conhece o estilo talmúdico de pensar, apesar de reconhecer em seu relato retrospectivo que necessitaria revisar o texto antes de uma publicação. “O texto da Mishná e da Guemará é um texto seco”, relata S4. Quando for traduzir um texto assim, “ele é um texto duro, é um texto que é complicado de entender porque ele é muito duro. E para você dar a flexibilidade, você tem que procurar mesmo sinônimos e até adjetivos, incluir adjetivos e outras coisas mais, porque ele tem pouco, ele é bem direto”. Essa inclusão de “adjetivos e outras coisas mais”, tais como conectores, verbos, pontuação, é uma estratégia presente em traduções desse tipo de texto (cf. CARVALHO NETO, 2006:120-121). Tal fato foi observado com outros sujeitos da presente pesquisa, havendo, inclusive, verbalização a respeito, p.ex., com S1: “Eu também decidi acrescentar entre colchetes o que acredito ser uma ajuda para entender. São palavras (...) que não são a tradução do texto *stricto sensu*, mas que na perspectiva de uma tradução ajudam a entender o texto”. Segundo a classificação proposta por Englund-Dimitrova, trata-se, nestes casos específicos, de explicitação governada pela norma, já que o uso de conectores, p.ex., pode ser dispensável em hebraico, mas não em português.

Voltando a S5 e sua escolha tradutória para a informação codificada conceitualmente no TF, *onaah*, vemos que a palavra “fraude” usada por ele representa uma das opções constantes do esclarecimento vocabular. Primeiramente, sua escolha recaiu sobre “trapaça” (cf. camrec 5m 06s), mas deixou-a marcada em verde e só após o

término da tradução da Guemará é que voltou a M1-2 e modificou “trapaça” por “fraude” (cf. camrec 38m 22s). Pelo dicionário eletrônico da língua portuguesa Houaiss, fraude é “qualquer ato ardiloso, enganoso, de má-fé, com o intuito de lesar ou ludibriar outrem, ou de não cumprir determinado dever”. Essa acepção de fraude é condizente com a interpretação inferida por S5 para o TF, já que *onaah* também traz em si a ideia de enganar outrem. No entanto, a duplicidade de sentidos do TF é neutralizada aqui em M1, já que veicula tão-somente a noção de fraude. “Fraude nos negócios” é perfeitamente associada, para o público-alvo do TA, ao ludíbrio em transações comerciais; já a “fraude feita com palavras” (M2) demanda um esforço processual maior por parte do público-alvo a fim de produzir um efeito cognitivo condizente ao implicado no TF, mas mantém, em certa medida, o caráter de uma explicatura forte, haja vista que esse esforço ainda é menor do que o necessário para se chegar, p.ex., a implicaturas mais fracas. A fraude verbalizada traz em si a ideia de enganar o interlocutor, servindo-se de meios verbais, mas não veicula a acepção de “ofensa”. A explicitação de que fala S5, e que poderíamos enquadrar como sendo governada pela norma, pode ser encontrada em outros trechos da tradução, mas não em M1-2. Ao especificar apenas uma das acepções de *onaah*, S5 soluciona um problema de tradução usando-se de uma explicitação de natureza estratégica. É uma atitude *ad hoc*, empregada unicamente neste trecho, visando a resolver um impasse linguístico.

O uso do verbo conjugado no tempo presente, “existe”, já denota, por sua vez, um processo de explicitação governado pela norma.

S6	Da mesma maneira como <i>a fraude</i> por meio de suborno e venda assim <i>a fraude</i> por palavras
----	--

A tradução de S6 também apresenta “fraude” como opção para *onaah*. Após consulta ao dicionário talmúdico Jastrow, conforme a planilha de observação direta, S6 inseriu no TA a palavra “fraude” (camrec 11m 54s), não a modificando mais. Consultado durante o relato retrospectivo sobre o que ajuda um tradutor nessa tarefa de metarrepresentação do contexto do TF, S6 verbaliza:

Bagagem cultural muito grande, muita leitura, muita inserção nessa cultura, quer dizer, eu, nos meus tempos em Israel, não lia, eu não sentava para ler Guemará. Ou mesmo a Torá em hebraico. Pouquíssimo do meu tempo era tomado por leituras bíblicas. Mas você precisa estar inserido no contexto da cultura para (...) conhecer, para saber mesmo. O interessante em Israel é que isso está sempre na televisão ou nos jornais, o que o rabino fulano disse, o rabino sicrano falou, e porque isso é aquilo. Então, você, às vezes não tem nem como escapar dessa

discussão religiosa. É um tema muito importante lá entre eles. Existem tensões culturais entre os religiosos e os não religiosos que levam a uma grande troca de informações. Então, é preciso estar inserido, você precisa conhecer essa cultura.

O que S5 menciona sobre o caráter secundário de dicionários e glossários, parece se confirmar com a retrospecção de S6, quando enfatiza a necessidade de inserção na cultura do TF. Em seu caso específico, por ter morado em Israel, essa “cultura” foi adquirida no próprio dia-a-dia através dos meios de comunicação em geral. Por estar agora inserido na cultura do público-alvo do TA, S6 também não apresentou dificuldades de metarrepresentação do contexto desse público-alvo.

O mesmo comentário feito *supra* para S5 se aplica a S6 a respeito da escolha do termo “fraude” e do tipo de explicitação de natureza estratégica.

Interessante notar, porém, a ausência de explicitação do verbo em português. Todos os outros sujeitos da pesquisa explicitaram o verbo em português, com exceção de S6. A forma lacunar do texto talmúdico se reflete no TA de S6 para M1-2, o que, de certa maneira, aumenta o grau de semelhança interpretativa entre seu texto e o TF.

S7	Como há <i>engano</i> em compra e venda, também há <i>engano</i> nas palavras.
----	--

S7 traduziu *onaah* por “engano”. Pela gravação do programa Camtasia, nota-se que fez uma pausa de 41 segundos entre a palavra “existe” e a palavra “engano” (camrec 00m 36s – 01m17s). Isto significa que, durante esse tempo e segundo a planilha de observação direta, buscou apoio externo na fonte Mishná impressa e também apoio interno, verificando como traduzir para o português. Em sua retrospecção, S7 comenta sobre a maior dificuldade na tradução: “a maior dificuldade é a falta de correspondência de termos em português, por melhor que você possa passar o sentido. Mas muitas vezes a gente não pode esquecer que está lidando com (...) línguas que existiam muito antes do português”. Novamente vê-se a importância do conhecimento da cultura, do contexto, a fim de poder metarrepresentar o contexto do TF. S7 comenta: “você precisa conhecer processo talmúdico. Você precisa ter estudado antes, vários entendimentos, você precisa ter um trato com o texto já”. E, ainda: “você precisa ter uma noção bastante razoável do que é o livro, concepção de época, tudo isso. Do método talmúdico também. Como eles vão desenvolvendo as teses”. O dicionário, segundo S7, ajuda, obviamente, mas mais importante é o conhecimento do processo talmúdico, do modo talmúdico de pensar e de desenvolver suas teses.

Com relação à escolha tradutória de S7, vimos os diferentes sentidos de “engano” no dicionário Hoaiss. *Onaah* não apresenta essa duplicidade de sentidos, qual seja, de enganar e se enganar. O público-alvo do TA poderá inferir um significado ou outro, ou seja, o “engano em compra e venda” pode tanto significar alguém que se enganou na negociação ou alguém que enganou outrem na negociação. Poder-se-ia dizer que o enunciado em questão desencadeia, *a priori*, explicaturas fracas. O público-alvo se vê diante da possibilidade inferencial de testar várias hipóteses, assumindo a responsabilidade, ela mesma, por cada uma. No entanto, ao ler o texto da Guemará, que, na verdade, comenta a Mishná, o leitor acabará por selecionar o segundo caso, já que, na Guemará, S7 usou “fraude” para *onaah* (vide comentário posteriormente para *onaat devarim* e *onaat mamon*). Este procedimento restringe o processo inferencial do público-alvo, fazendo-o voltar ao texto da Mishná. Assim, o grau de semelhança interpretativa entre os dois textos é mais alto.

Como verbalizado por S7, compreender um texto talmúdico, mesmo para quem lê hebraico e aramaico, não é uma tarefa fácil devido às peculiaridades do texto. Existe o mesmo “desconcerto que uma pessoa que fala hebraico; você pega um texto que esteja escrito em hebraico no Talmud, na Mishná e na Guemará, uma *baraita*¹⁶¹, a pessoa estranha também”. Concluindo: “Então, numa tradução, eu procuro não facilitar as coisas”. Isto quer dizer que S7 procura reproduzir no TA esse processo circular de compreensão do Talmud, assim como nas próprias línguas em que foi compilado. É uma pista comunicativa que o tradutor reproduz no TA, fazendo com que seus leitores voltem ao texto.

Há de se notar que S2 também viu, enquanto pista comunicativa, esse estilo talmúdico de raciocinar. Referindo-se ao perigo de uma tradução fácil de entender, o de uma interpretação “errada”, ele comenta a respeito:

Então, acho que tem coisa que nem é bom ficar muito simples não e que se na nossa língua a gente estrutura a frase de um jeito, eu acho que é bom manter a estrutura daqui, mesmo que fique mais difícil de ler, porque mesmo que a pessoa tem que reler a frase duas, três vezes, mas é para a pessoa reler a frase duas, três vezes. Não é porque está em português que vai ficar mais fácil. Mesmo a pessoa que é fluente com o aramaico e com o hebraico, ela lê e relê a frase duas, três vezes. Então, não acho que a tradução tem que facilitar também.

¹⁶¹ Uma “*baraita*” (literalmente, “material de fora”) é um ensinamento talmúdico externo à Mishná, ou seja, é um ensinamento não mishnaico a que a Guemará faz alusão.

Voltando à escolha tradutória de S7 para *onaah*, “engano”, pode-se repensar o que foi dito acima, tendo em vista a intenção do tradutor em criar junto ao público-alvo do TA uma necessidade de releitura da tradução, a fim de ser capaz de fazer as inferências exigidas pelo próprio texto. Esse processo circular de leitura em português condiz com o processo circular de leitura em hebraico. Refletindo-se também acerca das implicaturas e explicaturas geradas pelo enunciado em questão, pode-se afirmar que as explicaturas fortes do TF se mantiveram fortes no TA.

A explicitação de um dos sentidos de *onaah* por “engano” é um processo de natureza estratégica, enquanto a explicitação do verbo *lihiót* por “há” já é governada pela norma linguística.

S8	Da mesma forma que o <i>engano</i> numa negociação e compra (é pecado), assim também é a <i>ofensa</i> por palavras.
----	--

S8 insistiu em fazer, primeiramente, uma tradução no papel para, posteriormente, na fase de revisão, digitá-la no computador. Por esta razão, a gravação do programa Camtasia só será usada nesta análise na fase de revisão do TA por parte do tradutor. No entanto, a planilha de observação direta contribuirá na elucidação de alguns pontos.

Conforme a planilha de observação, decorridos quatro minutos desde o início da leitura do TF por S8, houve uma pausa de quatro minutos, durante a qual o tradutor buscou apoio interno e externo para a compreensão da palavra *onaah*. Para tanto, serviu-se dos dicionários listados durante a observação direta e dos comentários que constituem o entorno do texto talmúdico. Durante esse processo de reflexão, S8 comentou com o pesquisador que a raiz das palavras hebraicas é muito importante a fim de se chegar a seu significado. Primeiramente, traduziu *onaah* por “engano”, tanto em M1 quanto em M2. Posteriormente, já durante o início da tarefa tradutória do trecho da Guemará, quando se deparou com *onaat devarim* e *onaat mamon*, chegou à conclusão que não poderia usar “engano” para M2. Voltou ao texto da Mishná (decorridos 40 minutos desde o início da tradução) e corrigiu M2 para “ofensa por palavras”. Em seu relato retrospectivo, S8 comenta o fato: “Logo a primeira palavra, tirando a preposição, (...), eu conhecia a palavra, por exemplo, *onaah*, que eu sei que é o ‘engano’ e tudo, mas ela é composta por outro termo e isso me levou a pensar um pouco qual seria o sentido”.

O “pensar um pouco” do relato, mostra, realmente, um comportamento mais reflexivo por parte do tradutor. Não segue apenas sua intuição e seu conhecimento

linguístico para traduzir *onaah* tão-somente como “engano”. Procura apoio interno, a fim de metarrepresentar um contexto distante, como consta igualmente em seu relato: “é muito fácil você ler um jornal de uma linguagem mais atual em hebraico. E outra coisa é quando você está tratando com um texto que, além de ter sido escrito há dois mil anos atrás, foi também escrito com a mentalidade das pessoas daquela época”. E o que ajuda, quando lidando com a tradução de um texto produzido em um contexto distante, não são apenas dicionários, como relata: “Você tem que raciocinar”. O uso de duas palavras diferentes em português para o hebraico *onaah* torna evidente o caso de uma explicitação de natureza estratégica.

Pela reprodução do programa Camtasia na fase de revisão e digitação do TA, percebe-se que houve nova modificação de M1-2 (camrec 7m 40s), onde S8 acrescenta entre parênteses a informação “é pecado”, explicitando uma explicatura do TF no TA. Pode-se entender tal comportamento como o produto de metarrepresentação do ambiente cognitivo do público-alvo do TA. S8 inclui no texto uma informação colocada entre parênteses, não para dar fluidez ao texto, como o faz, p.ex., S1, mas para ajudar seu público-alvo a fazer as inferências necessárias a uma compreensão de seu TA que seja congruente com a imaginada por S8 para o TF. Pode-se caracterizar esse acréscimo entre parênteses como sendo um caso de explicitação de natureza estratégica. O tradutor soluciona um possível problema de tradução, mas não se apoiando no sistema linguístico do TA. Busca uma solução *ad hoc*, assim como fez S1 (“interdição de engano”).

A exemplo dos demais sujeitos, excetuando-se S6, a explicitação do verbo hebraico *lihiót* por “é” denota um processo governado pela norma.

Quadro sinóptico apresentando as traduções para as codificações conceituais e procedimentais analisadas em 3.4.1.1., com as respectivas categorizações de explicitação

TF (M1-2): *kshem sheonaah bamiqach umimkar kach onaah bidvarim*

Codificação procedimental analisada: tempo presente do verbo *lihiót* (ausente no TF);

Codificação conceitual analisada: *onaah*

Para melhor visualização, reproduz-se novamente o quadro com as respectivas traduções para M1-2:

Sujeitos	TA
S1	Da mesma forma que se aplica <i>uma interdição de engano</i> no campo de compra e venda, assim se aplica no campo das palavras.
S2	Assim como há <i>trapaça e engano</i> ⁽¹⁾ na compra e na venda, há <i>trapaça e engano</i> também nas coisas ditas.
S3	Assim como <i>o enganar</i> no negócio é <i>o enganar</i> pelas palavras;
S4	<i>Enganar</i> num negócio ou <i>ofender</i> com palavras é a mesma coisa
S5	Do mesmo modo que existe <i>fraude</i> nos negócios, existe <i>a fraude</i> feita com palavras.
S6	Da mesma maneira como <i>a fraude</i> por meio de suborno e venda assim <i>a fraude</i> por palavras
S7	Como há <i>engano</i> em compra e venda, também há <i>engano</i> nas palavras.
S8	Da mesma forma que o <i>engano</i> numa negociação e compra (é pecado), assim também é a <i>ofensa</i> por palavras.

Quadro 1 – Traduções de M1-2

Sujeitos	<i>onaah</i> Codificação conceitual	<i>lihiót</i> Codificação procedimental
S1	Explicitação de natureza estratégica	Explicitação governada pela norma
S2	Explicitação de natureza estratégica	Explicitação governada pela norma
S3	Explicitação de natureza estratégica	Explicitação governada pela norma
S4	Explicitação de natureza estratégica	Explicitação governada pela norma
S5	Explicitação de natureza estratégica	Explicitação governada pela norma
S6	Explicitação de natureza estratégica	-----
S7	Explicitação de natureza estratégica	Explicitação governada pela norma
S8	Explicitação de natureza estratégica	Explicitação governada pela norma

Quadro 2 – Explicitação em M1-2

3.4.1.2. Análise de G1-3; 5-7: *אונאת דברים* [*onaat devarim*] e *אונאת ממון* [*onaat mamon*]

Onaat devarim surge, no total, três vezes no TF (G1-3 e G6-7), enquanto *onaat mamon* ocorre duas vezes (G3 e G5). Como já referido em 3.3.1., trata-se de codificações conceituais. A forma *onaat* está aqui no modo constructo, uma forma que introduz uma relação de genitivo, de posse, na língua hebraica (mas que também está aberta a muitas interpretações). Se tomarmos, p.ex., a acepção de “opressão” para *onaah*, poderemos traduzir essa forma constructa por “opressão de”. O quadro abaixo mostra como os diferentes sujeitos lidaram nos respectivos TAs com essas informações codificadas conceitual e procedimentalmente no TF. Para uma melhor visualização, as respectivas traduções para as expressões acima se encontram em itálico no quadro. E para dar fluência ao texto, foi também inserida a tradução da linha G4.

Sujeitos	TA
S1	Os nossos mestres ensinaram: “Não explorarás [=humilharás] o seu compatriota”, [isso se aplica] à <i>humilhação por palavras</i> . O versículo fala, na sua opinião, de <i>humilhação por palavras</i> ? Ou será que não fala senão de <i>engano financeiro</i> ? Quando a Escritura diz: “Se vendeis uma coisa ao teu próximo ou compreis do seu próximo”, entendo que se trata de <i>engano financeiro</i> . Então, de onde tiro [o ensinamento] que “Não explorarás [=humilharás] o seu compatriota” trata da <i>humilhação por palavras</i> ?
S2	Nossos sábios ensinam que no trecho “Não enganareis cada um ao seu companheiro”, a escritura se refere ao <i>ludíbrio verbal</i> . Você diz <i>ludíbrio verbal</i> ; mas talvez está se referindo à <i>trapaça monetária/comercial</i> ? Quando é dito (por Deus) “E quando fizerdes uma venda a vosso companheiro, ou comprardes da mão de vosso companheiro (não enganareis cada qual ao seu irmão)”, eis que se está referindo à <i>trapaça comercial</i> . Então, a que se refere “não enganareis cada um ao seu companheiro”? Ao <i>ludíbrio verbal</i> .
S3	Ensinaram os nossos mestres “e não enganareis cada um ao seu companheiro.” A Escritura refere-se a <i>enganar (causando sofrimento) por palavras</i> . Você diz, “ <i>enganar por palavras</i> ou talvez não seja isto mas por <i>engano (fraude) financeiro</i> . Quando está dito “e quando fizerdes uma venda a vosso companheiro, ou comprardes da mão de vosso companheiro, não enganareis”. Está dito. Eis o que eu cumprio. Não <i>enganaram</i> um ao seu próximo <i>por palavras</i> .
S4	Uma pessoa não deve <i>ofender</i> seu semelhante <i>com palavras</i> diz a escritura: você <i>ofende com palavras</i> ou não apenas <i>engana com dinheiro</i> quando ele diz se você vender algo para alguém ou dele comprar <i>é enganar por dinheiro</i> então o que estou fazendo não <i>ofenda</i> seu semelhante <i>com palavras</i>
S5	Os Rabis ensinaram: “Nenhum de vós oprimirá ao seu próximo” – esta passagem se refere à <i>trapaças em relação à palavra</i> . Você diz que se trata de <i>fraude feita por palavras</i> , mas será que não se trata de <i>fraude feita com relação ao dinheiro</i> ? Como o versículo “Se venderdes alguma coisa ao vosso próximo ou a comprardes da mão do vosso próximo” trata da <i>fraude em relação ao dinheiro</i> , eu posso concluir que “Nenhum de vós oprimirá ao seu próximo” trata da <i>fraude em relação às palavras</i> .
S6	Não <i>fraudareis</i> uns aos outros <i>por meio de palavras</i> . O que se escreve do que você <i>diz de maneira fraudulenta</i> é o mesmo que uma <i>fraude monetária</i> . Quando ele diz “venderás um produto a outros ou comprarás de outro”, a <i>fraude monetária</i> está relacionada com o que cumpres (do que prometeste). “Não <i>fraudareis</i> uns aos outros <i>por meio de palavras</i> ”
S7	Nossos rabinos ensinaram: um homem não <i>fraudará</i> ao seu próximo – o Texto fala de <i>palavras</i> , tu dizes <i>fraude com palavras</i> . Ou não será <i>fraude com dinheiro</i> ? quando está dito e “se venderes ao teu próximo ou dele comprares”, trata-se de <i>fraude com dinheiro</i> , porém eu cuido de o homem não <i>fraudará</i> ao seu próximo, trata-se de <i>fraude com palavras</i> .
S8	Não enganarás cada um a seu amigo <i>com palavras de ofensas</i> . Foi escrito de uma palavra que você diz <i>com palavras de ofensas</i> ou não apenas <i>por engano financeiro</i> . Conforme ele diz: quando venderes uma mercadoria para o teu amigo ou comprares de sua mão, pois é <i>engano financeiro</i> . E foi dito: ah, o que eu pratico é não enganarás cada um o seu amigo <i>com palavras de ofensas</i> .

Quadro 3 – Traduções de G1-7

S1	Os nossos mestres ensinaram: “Não explorarás [=humilharás] o seu compatriota”, [isso se aplica] à <i>humilhação por palavras</i> . O versículo fala, na sua opinião, de <i>humilhação por palavras</i> ? Ou será que não fala senão de <i>engano financeiro</i> ? Quando a Escritura diz: “Se vendeis uma coisa ao teu próximo ou compreis do seu próximo”, entendo que se trata de <i>engano financeiro</i> . Então, de onde tiro [o ensinamento] que “Não explorarás [=humilharás] o seu compatriota” trata da <i>humilhação por palavras</i> ?
----	---

Vê-se pela gravação do programa Camtasia que S1 precisou de aproximadamente 05 minutos (1h 7m 33s – 1h 12m 40s), entre pausas e interferências no trecho já traduzido, antes de escrever “humilhação por palavras” como tradução de *onaat devarim*. Pela planilha de observação e pelo relato retrospectivo, S1 fez consulta a

uma edição da Mishná, o que envolveu as diferentes etapas de tradução dos trechos em que *onaah/onaat* ocorreram. Discute-se nesse trecho da Guemará a que tipo de opressão o versículo de Ex 22,20 se refere: se ofender/oprimir alguém por meio de palavras ou se enganar alguém financeiramente. Para *onaat mamon*, S1 usou “engano financeiro”, contrapondo-o à “humilhação por palavras”. Pela discussão em que está inserido, “engano financeiro” pode gerar, aqui, as explicaturas pretendidas pelo tradutor, qual seja, a de enganar outrem no que diz respeito ao dinheiro. Não devemos deixar de considerar uma pista comunicativa no texto talmúdico, i.e., o modo circular de leitura do texto. Mesmo que o leitor tenha que reler o trecho a fim de inferir o significado pretendido, isto está de acordo com o raciocínio talmúdico. Ao criar dois termos em português para a tradução de *onaah* (“engano/humilhação”), S1 explicitou o conceito de *onaah*, transformando um termo com uma acepção genérica na língua-fonte em um termo com uma acepção mais específica na língua-alvo. Pode-se afirmar que este processo de explicitação é de natureza estratégica, já que, após reflexão a respeito, S1 chegou à conclusão de que não poderia usar o mesmo termo em português, como ocorre em hebraico. Então, para solucionar o problema, utilizou dois termos distintos.

Quanto à codificação procedimental, a forma constructa hebraica, esta foi explicitada em português através da preposição “por” em “humilhação por palavras”, ao invés da preposição “de”, que seria de se esperar numa tradução da relação de genitivo. Em português, o esforço processual para se inferir o sentido de uma expressão tal como “humilhação de palavras” seria muito maior e o ganho em efeito cognitivo não compensaria esse esforço. A alternativa apresentada por S1 diminui o esforço processual, já que se pode depreender a partir de seu TA que a humilhação é causada, que ela advém do uso de palavras (ofensivas). Podemos, assim, qualificar esse processo de explicitação como sendo governado pela norma linguística. Já em “engano financeiro” entende-se também que houve processo de explicitação da forma constructa hebraica, uma vez que S1 transformou um substantivo (*mamon*) em um adjetivo (“financeiro”) posposto ao substantivo “engano”, com a finalidade de explicitar a relação de genitivo em hebraico. É um caso de explicitação governada pela norma linguística.

Se compararmos o texto de S1 com o texto em hebraico da Guemará, veremos que o estilo lacunar talmúdico deu aqui espaço a um texto fluente¹⁶² em português. Os

¹⁶² Por “fluente” entende-se aqui aquele texto que flui naturalmente, sendo fácil de ser compreendido pelo falante daquele idioma.

acréscimos entre colchetes já foram apontados por S1 com a função de dar maior fluência ao texto (cf. análise para M1-2 em S1). A inserção de sinais distintivos de pontuação no TA, a introdução de verbos (“entendo que”) e demais palavras com o intuito de dar fluidez ao texto podem ser caracterizados como fazendo parte de um processo de explicitação governado pela norma, pois vem ao encontro do sistema linguístico português, o qual não permite, via de regra, omissões de conectores sem um esforço processual maior por parte do ouvinte/leitor.

Finalizando, poderíamos refletir tão-somente sobre o ponto de interrogação ao final. Pelo texto de G1-7, chega-se à conclusão de que Ex 22,20 se refere à opressão pelas palavras, o que vem corroborar a afirmação em M1-2. Pelo TA de S1, com o ponto de interrogação, fica em aberto a discussão. A explicatura gerada pelo TF, qual seja: a de que o versículo de Êxodo se refere à opressão pelas palavras, dá lugar, aqui, a implicaturas mais fracas do que fortes, já que o público-alvo do TF se verá confrontado com a dúvida, devendo ela mesma resolver esta dúvida, partindo de suas próprias inferências. Este fato diminui o grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA. É de se perguntar, assim, em que medida vale o processo de explicitação restringindo o processamento inferencial do público-alvo e limitando este às implicaturas/explicaturas imaginadas pelo tradutor. Este não se pautou pelo contexto da Guemará, já que esta chega à conclusão de que se trata da opressão pelas palavras, eliminando a dúvida. Se S1 tivesse colocado um ponto final no texto em português, estaria condizente com a norma em português e também eliminaria a dúvida, encerrando as reflexões em G1-7. Entende-se que o ponto de interrogação acrescido em G7 decorre de um processo de explicitação governado pela norma, já que a pontuação é indispensável em língua portuguesa. No entanto, o grau de semelhança interpretativa fica diminuído.

S2	Nossos sábios ensinam que no trecho “Não enganareis cada um ao seu companheiro”, a escritura se refere ao <i>ludíbrio verbal</i> . Você diz <i>ludíbrio verbal</i> ; mas talvez está se referindo à <i>trapaça monetária/comercial</i> ? Quando é dito (por Deus) “E quando fizerdes uma venda a vosso companheiro, ou comprardes da mão de vosso companheiro (não enganareis cada qual ao seu irmão)”, eis que se está referindo à <i>trapaça comercial</i> . Então, a que se refere “não enganareis cada um ao seu companheiro”? Ao <i>ludíbrio verbal</i> .
----	--

S2 já fez uma pausa de 10 minutos entre o final da citação bíblica em G1 e o reinício da digitação com “a escritura se refere (...)” (camrec 1h 11m 20s – 1h 21m 20s). Durante essa pausa, o tradutor esteve ocupado com a expressão *onaat devarim*. Pela gravação do programa Camtasia e pela planilha de observação, tem-se acesso à procura

por apoio externo e interno pela qual passou o tradutor. Consultou o dicionário talmúdico Jastrow, o dicionário monolíngue em hebraico, o dicionário monolíngue em português, consulta ao texto inglês da tradução em arquivo eletrônico (Soncino). Percebe-se que S2 não se ateu a um primeiro sentido encontrado nos dicionários. Leu e releu algumas vezes o trecho no TF, na tradução para o inglês, refinou a busca nos dicionários. Por fim, digitou “ludíbrio verbal” e acrescentou entre parênteses “oral/discursivo”. Sobre essa longa pausa, relata:

(...) tem outra parte que ele vai contrapor *onaat devarim* e *onaat mamon*, que o *devarim* assim, *deva*, *falar*, de falar, é uma coisa mais oral e verbal, também é difícil, como que você vai traduzir isso, porque verbal está muito relativo a uma estrutura gramatical de verbo, essas coisas aí, oral muitas vezes não está necessariamente se referindo realmente a um diálogo, a uma coisa realmente falada e, ao mesmo tempo, linguagem é tudo, então é complicado. E esse de *mamon*, vamos ver, na tradução inglesa, eles traduziram como *monetário*, mas não é necessariamente monetário, esse tipo de condutas impróprias na negociação, eles falam lá, por exemplo, que é na compra, na venda e na colocação do preço, é muito mais que monetário, a relação de compra e venda não é simplesmente monetária, é mais comercial, de negócio. Então eu coloquei *comercial*, mas é estranho, porque comercial a gente tem uma conotação dos dias de hoje, não de lá, então, também é complicado.

Tem-se, assim, acesso às reflexões em curso durante a tarefa tradutória e o que motivou o tradutor a traduzir *onaat devarim* e *onaat mamon* por “ludíbrio verbal” e “trapaça monetária/comercial”, respectivamente. Em sua verbalização, vemos seu descontentamento com sua escolha por “verbal” e “monetária/comercial”. Suas escolhas tradutórias tiveram como base a tradução para o idioma inglês que S2 tinha em seu computador, onde constam, respectivamente, “verbal wrongs” e “monetary wrongs”. Na retrospectiva, ele mesmo diz que foi fundamental a tradução que tinha para o inglês. Mas não se pode dizer que S2 adotou a mesma terminologia que a tradução inglesa adotou, sem mais reflexões a respeito.

Segundo o dicionário Houaiss, “verbal” está relacionado a algo expresso oralmente, não por escrito. O termo *davar* em hebraico pode se referir tanto à palavra escrita, quando se relaciona, p.ex., às Escrituras sagradas (às palavras da Torá) e às leis rabínicas, quanto à palavra proferida oralmente, p.ex., no caso da página 48A do mesmo tratado em questão, *Bava Metsia*, quando discute transações feitas apenas oralmente. Em inglês, “verbal” não se refere obrigatoriamente ao que foi falado (cf. CAMBRIDGE, 1995). Assim sendo, “ludíbrio verbal” cobre tão-somente a acepção de enganar outrem oralmente e não a palavra escrita também. Já com “trapaça

monetária/comercial”, S2, metarrepresentando o ambiente cognitivo de seu público-alvo, procura criar condições para que esta faça as inferências necessárias ao entendimento do texto, deixando os dois vocábulos justapostos e separados por uma barra (/). Para a tradução de *onaat mamon* em G5, S2 optou apenas por “trapaça comercial”. Comenta que, com “comercial”, “a gente tem uma conotação dos dias de hoje, não de lá”. Daí sua opção em deixar no texto também o termo “monetário”. Resumindo a questão, pode-se afirmar que as opções tradutórias de S2 estão vinculadas a um processo de explicitação de natureza estratégica, pois visam a solucionar impasses naquele momento, sendo, portanto, de natureza *ad hoc*.

Quanto à codificação procedimental – a forma constructa – houve explicitação no texto em português, já que S2 procurou veicular essa relação de genitivo, utilizando-se dos recursos da língua portuguesa em transformar os substantivos *devarim* e *mamon* pelos adjetivos “verbal” e “monetária/comercial”, respectivamente. A marcação da relação de posse ocorre aqui apenas de forma diferente (uso de adjetivo no lugar de uma preposição), mas a explicitação teve lugar. É um processo governado pela norma.

Cabe ainda dizer que, considerando-se todo o trecho compreendido entre G1 e G7, tem-se um entendimento claro em português da comparação entre o engano por palavras e o engano nos negócios, objetivo pretendido pela Guemará, chegando-se à conclusão de que as Escrituras tratam, aqui, da opressão pelas palavras. O grau de semelhança interpretativa entre os dois textos pode ser considerado, assim, alto.

Temos novamente aqui acréscimos no TA com o intuito de dar maior fluidez ao texto. O acréscimo de sinais de pontuação, expressões entre parênteses, conjunções, verbos é marca de um processo de explicitação que, segundo a classificação de Englund-Dimitrova (2005), pode ser caracterizado como governado pela norma. S2 se pauta pelas codificações linguísticas do TF e cria condições, dentro do sistema linguístico em português, para que seu público-alvo derive a explicatura gerada pelo TF. A diferença é que, no TA, esta explicatura se encontra toda no nível da desambiguação de enunciados e da resolução de referências. No TF, além disso, há também o enriquecimento pragmático dos constituintes do enunciado. O leitor deverá fazer, porventura, mais de uma leitura até chegar à explicatura pretendida pelo enunciado. Já o leitor do TA é capaz de chegar a esta explicatura automaticamente ao final da primeira leitura.

S2, em seu relato retrospectivo, tal como visto anteriormente, fala da necessidade de uma releitura do texto duas, três vezes, com o intuito de se evitar uma

interpretação errônea do enunciado. No entanto, seguiu na tradução de G1-7 um outro caminho: o da explicitação, facilitando a leitura do texto. O que leva S2 a adotar um comportamento diverso daquele afirmado por ele? Pode-se refletir a respeito. *A priori*, porém, pode-se dizer que, quando ele está certo de seu entendimento do TF, usa uma explicitação guiada pela norma. Quando pairam dúvidas sobre possíveis explicaturas, decide manter a estrutura da língua-alvo – e aí a leitura duas, três vezes assume um papel primordial – ao invés de explicitar, diminuindo, porventura, o risco de se ler o texto erroneamente. Veja-se o que diz em seu relato:

Mas acho que muitas vezes um texto um pouco mais difícil que requer um estudo maior é necessário para a pessoa não interpretar ele errado, porque muitas vezes quando você simplifica, a pessoa vai interpretar ele errado e perde todo o sentido do texto, que isso não é um texto para ser lido errado. É justamente o contrário, é um texto para você ler o certo ou a Torá.

Voltando à análise anterior do TA de S1, o leitor do TA de S1 vai ler o texto, pela perspectiva de S2, “erroneamente”, devido ao ponto de interrogação colocado ao final da discussão. O ponto final, mesmo que ainda dificultando a compreensão devido à estrutura frasal escolhida por S1, poderia exigir uma releitura do trecho, contribuindo para que seu público-alvo chegasse à interpretação pretendida pelo comunicador original. O esforço processual maior seria compensado por um ganho maior em efeitos cognitivos. Pelo texto de S2, a conclusão do pensamento fica clara. A explicitação, aqui, da pontuação final, um processo de explicitação governado pela norma, guia o leitor/ouvinte em direção às explicaturas/implicaturas pretendidas.

S3	Ensinaram os nossos mestres “e não enganareis cada um ao seu companheiro.” A Escritura refere-se a <i>enganar (causando sofrimento) por palavras</i> . Você diz, “ <i>enganar por palavras</i> ou talvez não seja isto mas por <i>engano (fraude) financeiro</i> . Quando está dito “e quando fizerdes uma venda a vosso companheiro, ou comprardes da mão de vosso companheiro, não enganareis”. Está dito. Eis o que eu cumpro. Não <i>enganaram</i> um ao seu próximo <i>por palavras</i> .”
----	---

Durante o processo de tradução, S3 verbalizou suas reflexões acerca de *onaat devarim*, consultando, simultaneamente, os dicionários: “*onaat devarim*, sofrimento que uma pessoa causa ao próximo em questões de ofensa e semelhantes. Então é sofrimento por ofensa”. Quanto a *onaat mamon*, percebe que é enganar envolvendo dinheiro e diz que uma palavra melhor talvez seria “fraude”. Mais adiante em suas reflexões, continua:

E fala também de *onaat mamon* que talvez seja também desse item. Depois o exemplo de *onaat devarim* que aqui novamente repetindo o que já tinha, é ofensas, palavras difíceis que causam sofrimento. É maior a ofensa, quando eu disse por coisas, porque *devarim* pode ser coisas ou pode ser palavras. Mas está se referindo a palavras. A ofensa por palavras é maior do que a ofensa ou fraude por dinheiro. Isto é um dos textos do Talmud. Então é mais grave. *Onaat devarim* é mais grave.

Os múltiplos dicionários consultados por S3 (Jastrow, Even Shoshan, Silbermann, entre outros) ajudaram-no na metarrepresentação do contexto fonte, até chegar à conclusão de que *onaat devarim* seria mais grave que *onaat mamon*. Em seu TA, S3 buscou condições para que seu público-alvo chegasse à explicatura entendida por ele para o TF, colocando “enganar (causando sofrimento) por palavras”, onde “causando sofrimento”, entre parênteses, acaba tendo a função de epíteto do verbo “enganar”. S3 explicita uma informação apenas implícita no TF. “Engano (fraude) financeiro” traz uma expansão da codificação conceitual com a palavra “fraude” entre parênteses, o que, para a TR, é possível, haja vista sua possibilidade de expansão por veicular significado. Além disso, “fraude” restringe o processamento inferencial para “engano”, de modo a tornar claro que o “engano” aqui tem a segunda acepção exposta no esclarecimento vocabular (“enganar outrem”). Como a expressão hebraica denota uma fraude, uma trapaça envolvendo dinheiro, finanças, pode-se afirmar que as inferências passíveis de serem feitas pelo público-alvo do TA são congruentes com as imaginadas por S3 para o TA.

Os acréscimos entre parênteses (“causando sofrimento”, “fraude”) podem ser considerados de natureza estratégica, pois visam a solucionar um problema de tradução visto por S3. Este manteve sua escolha vocabular para M1-2 (“enganar”), mas colocou entre parênteses uma explicação dos termos. A explicitação da relação de genitivo por “por palavras” decorre, por sua vez, de um processo governado pela norma. Em *onaat mamon*, esta explicitação da relação de genitivo também ocorre pela norma, já que S3 fez uso do adjetivo “financeiro”, como já comentado anteriormente para S1 e S2.

No entanto, pode-se perguntar se o produto da tradução de S3 gera a implicatura vista por ele durante suas reflexões, ou seja, que *onaat devarim* seria mais grave que *onaat mamon*. Terminando sua tradução de G1-7, S3 escreve: “Não enganaram um ao seu próximo por palavras”. Seria aqui uma conclusão da discussão anterior, antes de se iniciarem os exemplos dados pelo trecho talmúdico em questão, a fim de ilustrar *onaat devarim*. O acréscimo do ponto final pode ser considerado, aqui, como sendo um processo de explicitação governado pela norma. Por sua vez, “Não enganaram” é a

tradução de S3 para *lô tonu*. Porém, como verificado na contextualização em 3.3.1., esta é uma forma do verbo *honah* no futuro e não no passado como interpretado por S3. Além disso, S3 não atentou para o fato de que as palavras em G6, *lô tonu ish et 'amitô*, tratam de uma citação bíblica, a de Lev 25,17. Portanto, a explicatura gerada por S3 em seu TA dificilmente pode ser considerada uma conclusão do pensamento, como ocorre no TF, já que “enganaram” se refere a um tempo passado, violando a marca de codificação procedimental do TF. O verbo *tonu* no TF traz em si uma informação codificada procedimentalmente, pois restringe o processo inferencial do leitor/ouvinte. Ao transformar um tempo futuro em passado, S3 violou essa codificação, correndo o risco de não produzir no TA as implicaturas imaginadas. Consequentemente, o grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA é mais baixo.

S4	Uma pessoa não deve <i>ofender</i> seu semelhante <i>com palavras</i> diz a escritura: você <i>ofende com palavras</i> ou não apenas <i>engana com dinheiro</i> quando ele diz se você vender algo para alguém ou dele comprar <i>é enganar por dinheiro</i> então o que estou fazendo não <i>ofenda</i> seu semelhante <i>com palavras</i>
----	---

Em uma tendência contrária aos outros sujeitos, como já exposto acima quando falado de explicitação na tradução de textos talmúdicos, S4 permaneceu com o estilo conciso do TF, o que deixa implícitas informações contidas no TF, necessárias para o processo inferencial do público-alvo do TA. Apesar de não ter violado marcas de codificação conceitual no tocante a *onaat devarim* e *onaat mamon* (“ofender com palavras”/ “engana com dinheiro”), falta também no trecho traduzido de G1-7 aquela conclusão final a que já se aludiu anteriormente, i.e., que se trata da ofensa por palavras e não da financeira.

S4 explicita um dos sentidos de *onaah* (“ofender”/“engana”), o que pode ser considerado como sendo um processo de natureza estratégica. Quanto à codificação procedimental em análise, a forma constructa hebraica, S4 explicita a relação de genitivo do hebraico empregando a preposição “com” em português, o que condiz com as restrições impostas pelo sistema linguístico do português. Temos aqui um processo de explicitação governado pela norma, tanto para *onaat devarim* quanto para *onaat mamon*.

Percebe-se a partir da reprodução da gravação feita pelo programa Camtasia que o processo tradutório de S4 foi praticamente contínuo, sem muitas pausas. Com 21m 05s de tradução, S4 terminou o trecho da Mishná e começou a se dedicar à Guemará.

Após o término da tradução de todo o trecho da Guemará, S4 voltou a G1-7 (camrec 50m 05s – 51m 17s) e, além de fazer pequenas correções, trocou a expressão “trapaça de dinheiro” por “enganar por dinheiro”. E, com 58m 00s, voltou novamente a essa passagem e alterou “magoé” por “ofenda” (59m 40s). Em seu relato retrospectivo, S4 comenta esse procedimento:

Na verdade ele coloca no mesmo patamar você enganar uma pessoa por boca, só com palavras, ou enganar de verdade, roubando dinheiro. Então, aí eu estava em dúvida, porque eu não sei se em português fica tão claro quanto fica em hebraico se eu não colocar roubar ou trapacear (...). E aí eu mudei, depois voltei para trás e mudei, porque eu não sei. Aí teria que fazer um outro tipo de leitura aí e ver, e um pouquinho mais de pesquisa para ver se dá para entender, se fica bem.

S4 fala de sua familiaridade com textos talmúdicos: “eu estudei um pouco de Mishná e um pouco de Talmud (...). Eu conheço a estrutura do texto, desse tipo de texto, eu conheço e eu sei que eles são truncados (...). Além disso, esse tipo de reflexão que o texto faz, também é uma coisa que para mim é conhecida”. Pode-se afirmar que, para metarrepresentar o contexto-fonte, S4 já possuía uma bagagem cultural talmúdica grande devido a seus estudos anteriores. Daí não “estranhar” esse tipo de texto e a forma de pensamento a ele associada. No entanto, tendo em vista sua verbalização, vê-se sua dificuldade em metarrepresentar o ambiente cognitivo do público-alvo do TA, em se distanciar do que acabou de traduzir e imaginar a quais inferências seu público-alvo chegará a partir da explicatura.

Em seu relato, S4 diz que a tarefa que acabou de concluir se trata de um “rudimento” e que seria necessária uma revisão do texto: “a próxima atração aí seria eu colocar esse texto que foi um rudimento de texto traduzido, procurar até um dicionário de sinônimos em português mesmo para encontrar o termo mais adequado em português, enfim, para tornar o texto menos ruim”. Volta a afirmar que o texto talmúdico é um texto “duro”, difícil de ser entendido e que, em português, para “dar a flexibilidade, você tem que procurar (...) sinônimos e até adjetivos, incluir adjetivos e outras coisas mais, porque ele tem pouco, ele é bem direto”. Comenta ainda sobre alguns termos, sobre os quais ainda tem dúvida, o que demanda mais pesquisa e mais consultas, para concluir: “Então, ainda tem trabalho em cima desse texto aí”.

Para também concluir as reflexões a respeito do TA em G1-7 de S4, resta chamar a atenção para o fato de que a tarefa metarrepresentacional a ser empreendida pelo tradutor, ao lidar com contextos distantes, é sempre dupla: ele há de

metarrepresentar tanto o ambiente cognitivo do público-alvo do TF quanto o ambiente cognitivo do público-alvo do TA. Só então pode criar condições para que seu público-alvo, através das explicaturas, possa chegar às implicaturas geradas pelo TF. S4 não teve, a se depreender de seus relatos, dificuldades na metarrepresentação do ambiente cognitivo do público-alvo do TF. Por outro lado, apresentou dificuldades no que tange ao ambiente cognitivo do público-alvo do TA. Caso seu público-alvo não tenha as informações contextuais necessárias em seu ambiente cognitivo, não poderá chegar às explicaturas e implicaturas imaginadas para o TF, diminuindo-se, destarte, o grau de semelhança interpretativa.

S5	Os Rabis ensinaram: “Nenhum de vós oprimirá ao seu próximo” – esta passagem se refere à <i>trapaças em relação à palavra</i> . Você diz que se trata de <i>fraude feita por palavras</i> , mas será que não se trata de <i>fraude feita com relação ao dinheiro</i> ? Como o versículo “Se venderdes alguma coisa ao vosso próximo ou a comprardes da mão do vosso próximo” trata da <i>fraude em relação ao dinheiro</i> , eu posso concluir que “Nenhum de vós oprimirá ao seu próximo” trata da <i>fraude em relação às palavras</i> .
----	---

S5 não mostrou dificuldades na tradução desse trecho. Como já transcrito anteriormente, S5 fala da necessidade da bagagem cultural e da familiaridade com textos talmúdicos a fim de que tenha êxito uma tradução. Durante a tradução de G1-7, S5 fez uma pausa de 38s (14m 11s – 14m 49s) antes de traduzir *mamon*. Pela planilha de observação nota-se que usou o dicionário H para resolver o problema de cunho linguístico, adotando o termo em português encontrado, “dinheiro”. Assim, S5 usou “fraude em relação ao dinheiro” como expressão cabível nesse contexto do TA. Ao usar duas palavras diferentes para *onaat*, i.e., “trapaças” e “fraude”, S5 ajuda seu público-alvo a fazer as inferências necessárias à compreensão do enunciado. Como se trata de codificação conceitual, *onaat* é passível de expansão. Houve aqui um processo de explicitação que pode ser considerado como sendo de natureza estratégica. Com isto, existe um alto grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA.

A codificação procedimental do TF, o constructo, foi traduzida por: “trapaças *em relação à palavra*”, “fraude *feita por palavras*”, “fraude *feita com relação ao dinheiro*”, “fraude *em relação ao dinheiro*” e “fraude *em relação às palavras*” (itálicos meus). A tradução do constructo pela preposição “de”, que é a forma correspondente em português, não ocorreu, já que, neste caso, o português necessita de outra estrutura. Não se trata aqui de uma relação de posse, o que inviabiliza uma tradução com a preposição “de”. S4 preferiu, então, uma explicitação do tipo “em relação a” e “feito por”/“feito

com relação a”. Esse tipo de explicitação é um processo governado pela norma linguística, uma vez que decorre da diferença entre os dois sistemas linguísticos em contraste.

Temos também que o estilo elíptico e singular do Talmud é substituído por pontuação em português, além de outros acréscimos (“eu posso concluir que”, p.ex.). Em sua conclusão do trecho, S4 apõe um ponto final, inexistente no TF, mas necessário no TA, à guisa de finalização da argumentação. Tem-se um processo de explicitação governado pela norma.

A respeito de seu processo tradutório, S5 comenta:

ele [o texto talmúdico] presume que o leitor saiba muita informação e a frase fica cortada. (...) São frases bem sintéticas. Então, isso eu não reproduzi, justamente. Eu fiz ao contrário, eu explicito a frase. Então o texto acaba ficando um pouco maior.

Mais adiante comenta sobre um trecho exatamente de G1-7, quando, durante a discussão talmúdica, os rabinos argumentam que alguém está dizendo isso, mas não será aquilo outro? (cf., *supra*, “Você diz que se trata de fraude feita por palavras, mas será que não se trata de fraude feita com relação ao dinheiro?”). S5 diz: “para falar em português é uma frase enorme, em hebraico são duas ou três palavrinhas”. S5 lança mão de processos de explicitação tanto de natureza estratégica, quanto governados pela norma. A razão da frase “enorme” em português advém não só das diferentes estruturas linguísticas entre o hebraico mishnaico e o português, como também da ambivalência de sentidos veiculados pelas codificações conceituais do TF. Como bem afirma S7 em seu relato retrospectivo: “a gente não pode esquecer que está lidando com uma língua que existia (...) muito antes do português”.

Percebe-se claramente a coerência em S5 entre o que disse que faz na tradução (explicitação) e o produto final. Vale também dizer que o destinatário do TF deriva, por ele mesmo, as explicaturas provenientes do enunciado, enquanto o destinatário do TA fica restrito à interpretação do tradutor, expressamente veiculada no TA através da explicatura do enunciado.

S6	Não <i>fraudareis</i> uns aos outros <i>por meio de palavras</i> . O que se escreve do que você <i>diz de maneira fraudulenta</i> é o mesmo que uma <i>fraude monetária</i> . Quando ele diz “venderás um produto a outros ou comprarás de outro”, a <i>fraude monetária</i> está relacionada com o que cumpres (do que prometeste). “Não <i>fraudareis</i> uns aos outros <i>por meio de palavras</i> ”
----	--

Para *onaat devarim*, S6 empregou “fraudar por meio de palavras” e “dizer de maneira fraudulenta”, ambos os verbos estando conjugados no TA. Como já repetido algumas vezes nesta análise, trata-se de uma codificação conceitual e, portanto, a expansão proposicional é permitida pela TR. Ao transformar os dois substantivos hebraicos, unidos por uma relação de genitivo, em uma oração em português, S6 busca criar condições para que seu público-alvo ative, em seu ambiente cognitivo, informações que a levem às inferências pretendidas com a tradução. Trabalhando com a codificação conceitual, S6 explicita um de seus sentidos em português, valendo-se de um verbo (“fraudar”, “dizer”) e de um substantivo (“fraude”). Este processo de explicitação pode ser considerado como sendo de natureza estratégica, pois tem a finalidade de fornecer uma solução de tradução para um caso específico.

“Fraude monetária” é o correspondente do TA para *onaat mamon*. A opção por dois termos em português, substantivo e adjetivo, respectivamente, para a relação de posse em hebraico dá ao TA a concisão característica ao texto talmúdico. Houve aqui, porém, um processo de explicitação governado pela norma linguística, já que o tradutor explicitou, em um outro nível, a relação de genitivo em hebraico. No nível da explicatura e em termos da TR, pode-se alegar um aumento do esforço de processamento cognitivo por parte do público-alvo do TA, pois “fraude monetária” pode não estar imediatamente acessível dentro do ambiente cognitivo do leitor/ouvinte. No entanto, se for levado em consideração o caráter circular de leitura/compreensão do texto talmúdico, tal aumento no esforço de processamento pode ser compensado por um ganho em efeito cognitivo. Dentro do contexto maior da Mishná e da Guemará, o leitor pode fazer as inferências necessárias, ou seja, a comparação entre *onaat devarim* e *onaat mamon*, ao reler M1-2. Nesse sentido, o grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA é alto.

Por sua vez, a relação de genitivo em *onaat devarim* foi explicitada em português por “por meio de” e “de maneira”. Tal processo de explicitação constitui-se em um processo governado pela norma, uma vez que em português essa forma constructa não poderia ser traduzida apenas pela preposição “de”.

Visualizando-se o processo de tradução através da gravação do programa Camtasia e da planilha de observação direta, nota-se que houve três pausas consideráveis na tradução de G1-2. A primeira pausa de 4 minutos e 43 segundos (camrec 38m 17s – 43m 00s) foi o tempo gasto até S6 iniciar a digitação de G1. Após a conclusão da frase “Não fraudareis uns aos outros por meio de palavras”, houve uma pausa maior de 6 minutos e 17 segundos (camrec 43m 50s – 50m 07s) até o início da segunda frase. E, por fim, uma pausa de 1 minuto e 7 segundos (camrec 50m 38s – 51m 45s) entre a oração “O que se escreve do que você diz de maneira fraudulenta” e “é o mesmo que uma fraude monetária”. Nesta última pausa, S6 buscou apoio interno para traduzir *onaat mamon*, ou seja, valeu-se de sua compreensão de mundo e das metarrepresentações tanto do contexto do TF quanto daquele do TA. Já durante as primeiras pausas maiores, S6 também buscou apoio interno a fim de garantir o sucesso da metarrepresentação. Durante esse tempo, pelo que se pode depreender da planilha de observação direta, S6 releu o texto traduzido da Mishná (o que se pode comprovar pela reprodução do programa Camtasia, já que o tradutor aproveitou a leitura para incluir o termo “baal teshuvá” na sua tradução de M3 – camrec 44m 22s). A partir de uma verbalização por parte de S6, ocorrida durante essas duas grandes pausas, o pesquisador anotou em sua planilha: “Pensando sobre os rabinos sentados e tirando às vezes conclusões bizarras” (AI 09:55). Este relato denota claramente o processo metarrepresentacional em curso. S6 metarrepresenta o contexto de produção do TF e procura criar condições para que seu público-alvo, igualmente através de metarrepresentação, agora do TA, chegue às explicaturas inferidas por S6.

Pode-se supor que uma comunidade judaica, para a qual foi traduzido o excerto talmúdico, tenha em seu ambiente cognitivo a informação sobre esse caráter circular de estudo de um texto talmúdico. Assim sendo, mesmo que haja um esforço cognitivo maior para inferir as explicaturas de G1-7, isto está condizente com o esforço cognitivo também imaginado para o público-alvo do TF. Concluindo, podemos alegar, tal qual feito para S4, que a falta de explicitação em outros trechos do TA de G1-7, principalmente no final, com a ausência de pontuação, aumenta o esforço cognitivo de seu público-alvo. Se considerarmos esse esforço maior como uma pista comunicativa do TF, poderemos dizer que essa pista foi mantida no TA, o que está congruente com as afirmações de Gutt a respeito (cf. GUTT, 2000b), aumentando o grau de semelhança interpretativa.

S7	Nossos rabinos ensinaram: um homem não <i>fraudará</i> ao seu próximo – o Texto fala de <i>palavras</i> , tu dizes <i>fraude com palavras</i> . Ou não será <i>fraude com dinheiro</i> ? quando está dito e “se venderes ao teu próximo ou dele comprares”, trata-se de <i>fraude com dinheiro</i> , porém eu cuido de o homem não fraudará ao seu próximo, trata-se de <i>fraude com palavras</i> .
----	--

Por meio de “fraude com palavras” e “fraude com dinheiro”, S7 traduziu as informações codificadas conceitualmente no TF *onaat devarim* e *onaat mamon*. No nível das explicaturas, não houve violação das marcas de codificação conceitual, pois, como visto no esclarecimento vocabular, “fraude”, “palavras” e “dinheiro” correspondem aos significados dicionarizados, compatíveis com o texto em questão, de *onaat*, *devarim* e *mamon*, respectivamente. A tradução de *onaat* por “fraude”, como visto anteriormente, pode ser considerada resultado de um processo de explicitação de natureza estratégica, privilegiando um dos sentidos do termo hebraico. O uso da preposição “com” denota, por sua vez, um processo de explicitação governado pela norma (vide comentário a respeito em S4).

A reflexão de S7, verbalizada durante o relato retrospectivo, é também importante para mostrar a tarefa metarrepresentacional em curso: “*fraude por dinheiro, fraude monetária, fraude financeira, fraude monetária* ficaria melhor, *fraude por dinheiro*. Às vezes a gente fala *monetária, moeda*, fica meio abstrato e o Talmud é muito concreto”. É mais uma preocupação do tradutor em não passar, via TA, uma imagem abstrata do Talmud. É a metarrepresentação do ambiente cognitivo de seu público-alvo.

Com S7, o processo de revisão do texto foi além daquele ocorrido durante a realização das observações da tarefa tradutória pelo pesquisador. Um dia após a coleta dos dados com S7, o pesquisador recebeu, por e-mail, uma nova versão do texto, contendo alterações em G1-7 e, oito dias depois, mais uma correção no mesmo trecho. A fim de se poder acompanhar as diferentes etapas, encontram-se abaixo as três versões do texto, em ordem cronológica, sendo a primeira o TA produzido durante a coleta de dados e as subsequentes, aquelas enviadas por e-mail. A terceira é a versão utilizada para esta análise. Para uma melhor visualização das mudanças, estas foram sublinhadas de um texto para outro:

Os rabinos estudaram: um homem não fraudará ao seu próximo – o texto se refere a coisa. Tu falas de fraude com coisas, ou não será fraude com dinheiro? Quando diz e ao vender ao seu próximo ou ao comprar de seu próximo, trata-se de fraude com dinheiro,

porém eis o que se afirma, “o homem não fraudará ao seu próximo, refere-se a fraude com coisas.

Nossos rabinos ensinaram: um homem não fraudará ao seu próximo – o texto fala de palavras tu falas de fraude com palavras. Ou não será fraude com dinheiro? quando está dito e “se venderes ao teu próximo ou dele comprares”, trata-se de fraude com dinheiro, porém eu cuido de o homem não fraudará ao seu próximo, trata-se de fraude com palavras.

Nossos rabinos ensinaram: um homem não fraudará ao seu próximo – o Texto fala de palavras, tu dizes fraude com palavras. Ou não será fraude com dinheiro? quando está dito e “se venderes ao teu próximo ou dele comprares”, trata-se de fraude com dinheiro, porém eu cuido de o homem não fraudará ao seu próximo, trata-se de fraude com palavras.

No conteúdo do primeiro e-mail enviado com a correção do texto, S7 comenta: “fui reler o texto e então me ocorreu o óbvio que deixei passar. Davar significa coisa e palavra. Ali trata-se de engano com dinheiro e com palavras”. Evidentemente, a primeira versão do texto, “fraude com coisas”, apesar de usar um dos significados dicionarizados para *devarim*, não é capaz de gerar as explicaturas condizentes com aquelas inferidas pela contextualização da passagem de acordo com as discussões rabínicas. Foi um fato que passou despercebido do tradutor, talvez por ter seguido apenas sua intuição no momento da tradução. Vê-se pela reprodução do programa Camtasia que a tradução de G1-7 apresenta algumas pausas significativas, como a ocorrida entre camrec 22m 20s e 31m 22s (desconsiderando-se quatro minutos nesse período devido a uma chamada telefônica recebida). Durante esse tempo, S7 buscou apoio interno e também externo, lendo os comentários que formam o entorno do texto talmúdico. Suas reflexões foram além do tempo despendido para a realização da tarefa tradutória, o que foi comprovado pela troca de e-mails posteriormente entre o pesquisador e S7.

Pelo percurso observado entre o início da tradução de G1-7 e a última versão do TA recebida pelo pesquisador, pode-se depreender que o trabalho metarrepresentacional do contexto de produção do TF foi produto de um comportamento altamente reflexivo por parte do tradutor, já que a insuficiência da reflexão durante o processo tradutório o levou a conclusões errôneas, como afirmado pelo próprio tradutor em seu e-mail. Percebe-se, ademais, no comportamento de S7, extrapolando o tempo despendido durante a coleta dos dados, uma concretização do que S4 já havia mencionado algumas vezes, ou seja: “Então, ainda tem trabalho em cima desse texto aí”.

Em seu texto final, há sinais de explicitação, como o acréscimo de notas de rodapé a fim de oferecer informações contextuais extras para o ambiente cognitivo do leitor. Esse acréscimo de notas pode ser caracterizado como sendo de natureza estratégica, visto que seriam, a princípio, desnecessários para o público-alvo. No entanto, S7, a exemplo de S1, S2 e S5, julgou necessário incluir informações contextuais, aqui os correspondentes versículos bíblicos a que se refere o Talmud, com o intuito de garantir que o público-alvo possa chegar às explicaturas via enriquecimento dos constituintes do enunciado. Sobre essa estratégia de colocar notas, S7 comenta: “você faz como os rabinos fizeram. Você coloca uma explicação ao lado. Você sabe? Porque tem o texto, depois ele vai ao texto e volta ao texto. Os rabinos fizeram isso, o Rashi fez isso”.

S7 produziu uma tradução “mais explicativa”, segundo suas próprias palavras:

(...) numa tradução, eu procuro não facilitar as coisas. Como é o caso aqui. Aqui estou explicando, eu tento explicar, nem sei se está tudo certinho, mas estou explicando assim mais ou menos, uma tradução mais explicativa. Mas eu traduziria sem as ligações, sem preposições. O hebraico é pa, pa, pa. E você indo ao Talmud, eles não fazem nem uma concessão, porque é oral, isso é oralidade, estão falando tal coisa, ele vai associar e vai lembrando, vai lembrando, vai lembrando. Então, você tem que estar muito atento para perceber. E isso é permitido pela própria estrutura do hebraico e do aramaico também.

As “ligações”, as “preposições” de que fala devem-se à diferença entre os sistemas linguísticos. S7 pauta-se pela norma do sistema linguístico em português para produzir um texto com maior fluidez, incluindo elementos como, p.ex., “trata-se de” em G7. O português não permite as lacunas próprias do hebraico e do aramaico. Também é governada pela norma a explicitação do ponto final ao concluir as reflexões referentes a este trecho da Guemará.

S8	Não enganarás cada um a seu amigo com <i>palavras de ofensas</i> . Foi escrito de uma palavra que você diz com <i>palavras de ofensas</i> ou não apenas por <i>engano financeiro</i> . Conforme ele diz: quando venderes uma mercadoria para o teu amigo ou comprares de sua mão, pois é <i>engano financeiro</i> . E foi dito: ah, o que eu pratico é não enganarás cada um o seu amigo com <i>palavras de ofensas</i> .
----	---

S8 traduziu as duas expressões hebraicas *onaat devarim* e *onaat mamom* por “palavras de ofensas” e “engano financeiro”, respectivamente. Pela planilha de observação direta, S8 buscou apoio interno e externo para a resolução dessas duas informações codificadas conceitualmente no TF (cf. AIE 11:20-11:33). Uma pausa

relativamente longa de 13 minutos contribuiu para que o tradutor, após consultas a dicionários e discussão com o pesquisador (este atuou, porém, apenas enquanto “interlocutor”, não interferindo no processo decisório do tradutor), chegasse às opções escolhidas por ele. Sua escolha para G1-7 também interferiu em M1-2, conforme já exposto na análise anterior para M1-2. Outro fator que não pode ser descurado é a busca por apoio na leitura da Bíblia (cf. AE 11:40), onde, após a leitura dos trechos correspondentes, citados na Mishná e Guemará, S8 comenta que “esclareceu bastante” o sentido do texto. Tem-se aqui, novamente, a reflexão por parte do tradutor, subsidiada por fontes externas de consulta, tais quais os dicionários e a Bíblia traduzida. Mesmo durante a fase de digitação do texto, pode-se observar uma pausa mais significativa registrada pelo programa Camtasia (camrec 11m 53s – 14m 31s). Durante essa pausa de 2 minutos e 38 segundos, S8 ainda refletiu sobre sua tradução para *onaat devarim* e *onaat mamon*.

Pela TR, pode-se afirmar que não houve violação das marcas de codificação conceitual em “palavras de ofensas”, apesar da inversão dos termos, pois a expressão em português pode também levar o público-alvo às inferências congruentes às inferências para o TF. “Engano financeiro” já foi discutido anteriormente e pode levar a implicaturas diferentes, produzindo uma ambiguidade de sentidos, o que compromete o grau de semelhança interpretativa entre os textos. Ambas as traduções podem ser consideradas, no entanto, como sendo de natureza estratégica, pois cada uma privilegia um dos sentidos de *onah*, especificando-a naquele determinado contexto.

Com a inversão dos termos em “palavras de ofensas” (*onaat devarim* – “ofensa de palavras”, literalmente) foi mantida em português a relação de genitivo, com a explicitação da preposição “de”, necessária neste caso, visto que o sistema linguístico português não permite sua ausência como ocorre no hebraico. É um processo de explicitação governado pela norma. A explicitação governada pela norma ocorrida em “engano financeiro” também já foi objeto de análise em sujeitos anteriores.

Se analisarmos o TA em G1-7 como um todo, pode-se perguntar se seu leitor poderá chegar às explicaturas geradas pelo TF. Pode haver a necessidade de mais de uma leitura, como já exposto anteriormente em virtude da peculiaridade de textos talmúdicos em desenvolver um modo circular de raciocínio e leitura. Pelo TA de S8, vê-se que se faz necessária mais de uma leitura devido à concisão de seu texto e que a interjeição “ah” pode introduzir a conclusão de um raciocínio, expressando uma ideia de compreensão enfim e dando um toque de oralidade ao texto em português. Como o

público-alvo é uma comunidade judaica, estará familiarizada, mesmo que superficialmente, com as singularidades de textos talmúdicos. O esforço cognitivo empregado na compreensão do texto é congruente com o esforço cognitivo empregado na compreensão do TF e contribui para a produção de maiores efeitos contextuais, aumentando o grau de semelhança interpretativa. A finalização das reflexões com a aposição do ponto final denota um processo de explicitação governado pela norma.

Quadro sinóptico apresentando as traduções para as codificações conceituais e procedimentais analisadas em 3.4.1.2., com as respectivas categorizações de explicitação

TF (G1-7): *lo tonu ish et ‘amitô baonaat devarim hakatuv medaber ata ômer baonaat devarim o eino ela baonaat mamon kshehu ômer vechi timcheru mimkar le’amitecha o konah meiad ‘amitecha harei onaat mamon amur ha ma ani mekim lo tonu ish et ‘amitô baonaat devarim*

Codificações conceituais analisadas: *onaat devarim* e *onaat mamon*

Codificações procedimentais analisadas: forma constructa de *onaat* e sinal de ponto final em G7

Para melhor visualização, reproduz-se novamente o quadro com as respectivas traduções para G1-7 (v. próxima página):

Sujeitos	TA
S1	Os nossos mestres ensinaram: “Não explorarás [=humilharás] o seu compatriota”, [isso se aplica] à <i>humilhação por palavras</i> . O versículo fala, na sua opinião, de <i>humilhação por palavras</i> ? Ou será que não fala senão de <i>engano financeiro</i> ? Quando a Escritura diz: “Se vendeis uma coisa ao teu próximo ou compréis do seu próximo”, entendo que se trata de <i>engano financeiro</i> . Então, de onde tiro [o ensinamento] que “Não explorarás [=humilharás] o seu compatriota” trata da <i>humilhação por palavras</i> ?
S2	Nossos sábios ensinam que no trecho “Não enganareis cada um ao seu companheiro”, a escritura se refere ao <i>ludíbrio verbal</i> . Você diz <i>ludíbrio verbal</i> ; mas talvez está se referindo à <i>trapaça monetária/comercial</i> ? Quando é dito (por Deus) “E quando fizerdes uma venda a vosso companheiro, ou comprardes da mão de vosso companheiro (não enganareis cada qual ao seu irmão)”, eis que se está referindo à <i>trapaça comercial</i> . Então, a que se refere “não enganareis cada um ao seu companheiro”? Ao <i>ludíbrio verbal</i> .
S3	Ensinaram os nossos mestres “e não enganareis cada um ao seu companheiro.” A Escritura refere-se a <i>enganar (causando sofrimento) por palavras</i> . Você diz, “ <i>enganar por palavras</i> ou talvez não seja isto mas por <i>engano (fraude) financeiro</i> . Quando está dito “e quando fizerdes uma venda a vosso companheiro, ou comprardes da mão de vosso companheiro, não enganareis”. Está dito. Eis o que eu cumpro. Não <i>enganaram</i> um ao seu próximo <i>por palavras</i> .
S4	Uma pessoa não deve <i>ofender</i> seu semelhante <i>com palavras</i> diz a escritura: você <i>ofende com palavras</i> ou não apenas <i>engana com dinheiro</i> quando ele diz se você vender algo para alguém ou dele comprar <i>é enganar por dinheiro</i> então o que estou fazendo não <i>ofenda</i> seu semelhante <i>com palavras</i>
S5	Os Rabis ensinaram: “Nenhum de vós oprimirá ao seu próximo” – esta passagem se refere à <i>trapaças em relação à palavra</i> . Você diz que se trata de <i>fraude feita por palavras</i> , mas será que não se trata de <i>fraude feita com relação ao dinheiro</i> ? Como o versículo “Se venderdes alguma coisa ao vosso próximo ou a comprardes da mão do vosso próximo” trata da <i>fraude em relação ao dinheiro</i> , eu posso concluir que “Nenhum de vós oprimirá ao seu próximo” trata da <i>fraude em relação às palavras</i> .
S6	Não <i>fraudareis</i> uns aos outros <i>por meio de palavras</i> . O que se escreve do que você <i>diz de maneira fraudulenta</i> é o mesmo que uma <i>fraude monetária</i> . Quando ele diz “venderás um produto a outros ou comprarás de outro”, a <i>fraude monetária</i> está relacionada com o que cumpres (do que prometeste). “Não <i>fraudareis</i> uns aos outros <i>por meio de palavras</i> ”
S7	Nossos rabinos ensinaram: um homem não <i>fraudará</i> ao seu próximo – o Texto fala de <i>palavras</i> , tu dizes <i>fraude com palavras</i> . Ou não será <i>fraude com dinheiro</i> ? quando está dito e “se venderes ao teu próximo ou dele comprares”, trata-se de <i>fraude com dinheiro</i> , porém eu cuido de o homem não <i>fraudará</i> ao seu próximo, trata-se de <i>fraude com palavras</i> .
S8	Não enganarás cada um a seu amigo <i>com palavras de ofensas</i> . Foi escrito de uma palavra que você diz <i>com palavras de ofensas</i> ou não apenas por <i>engano financeiro</i> . Conforme ele diz: quando venderes uma mercadoria para o teu amigo ou comprares de sua mão, pois é <i>engano financeiro</i> . E foi dito: ah, o que eu pratico é não enganarás cada um o seu amigo <i>com palavras de ofensas</i> .

Quadro 3 – Traduções de G1-7

Legenda para quadro 4:

- estratégica = processo de explicitação de natureza estratégica
- norma = processo de explicitação governado pela norma
- x = ausência de explicitação

Sujeitos	<i>onaat devarim</i> cod. conc.	<i>onaat mamon</i> cod. conc.	<i>onaat devarim</i> cod. proc.	<i>onaat mamon</i> cod. proc.	ponto final cod. proc.
S1	estratégica	estratégica	norma	norma	norma
S2	estratégica	estratégica	norma	norma	norma
S3	estratégica	estratégica	norma	norma	norma
S4	estratégica	estratégica	norma	norma	x
S5	estratégica	estratégica	norma	norma	norma
S6	estratégica	estratégica	norma	norma	x
S7	estratégica	estratégica	norma	norma	norma
S8	estratégica	estratégica	norma	norma	norma

Quadro 4 – Explicitação em G1-7

3.4.2. Análise de M3/G7: אם היה בעל תשובה (*im hayah baal teshuvah*)

A seguir um quadro com as traduções de *im hayah baal teshuvah* para cada sujeito:

Sujeitos	TA
S1	Se for uma pessoa que se arrependeu
S2	M3: E a um pecador arrependido ² G7: A um homem penitente ⁷
S3	Se alguém se arrependeu (é penitente)
S4	se ele for baal teshuva
S5	Se uma pessoa é “baal teshuvá”
S6	Se ele é um penitente (baal teshuvá)
S7	Se for um penitente
S8	E se tratando de Baal Teshuvá (penitente)

Quadro 5 – Traduções de M3/G7

Obs.:

² Nota de rodapé na tradução: “Em hebraico, *Ba'al Teshuvá* designa aquele judeu nato que se afastou da religião, arrependeu e retornou por fim como praticante”.

⁷ Nota de rodapé na tradução: “*Ba'al Teshuvá*”.

S1	Se for uma pessoa que se arrependeu
----	-------------------------------------

De acordo com a gravação em tempo real do programa Camtasia, vemos que S1 precisou de aproximadamente 7 minutos para a conclusão da tradução deste excerto da Mishná (camrec 41m 20s – 48m 35s). Na planilha de observação direta consta entrada para apoio externo e interno durante a tradução deste excerto. Como apoio externo, serviu-se de um livro da Bíblia (Sirácida), a fim de melhor compreender a explicatura gerada pelo enunciado. Como apoio interno conclui-se que S1 se baseou em seu

conhecimento de mundo para a tradução de *baal teshuvá*, metarrepresentando o ambiente cognitivo de seu público-alvo. Em seu relato retrospectivo, S1 não apontou problemas relacionados à tradução deste termo talmúdico. Depreende-se que procurou uma solução de tradução apoiando-se num processo de explicitação do termo *baal teshuvá*, ou seja, em seu TA, S1 explica para seu público-alvo o que é um *baal teshuvá*.

Em português, não existe um termo específico para designar essa pessoa que retornou à religião. Pelas entradas lexicais constantes nos dicionários listados acima, percebe-se que se reduzem aos termos “penitente” e “(pecador) arrependido”. Segundo Houaiss (2001), penitente significa “que ou o que se arrepende”, ou seja, pode ser considerado um termo sinônimo para “arrependido”. Pela contextualização anterior, vimos que o arrependimento é somente um elemento do *baal teshuvá*, não basta que se arrependa somente, sendo necessário que retome as vias da religião, praticando suas *mitsvot*, ou seja, observando aqueles 613 preceitos prescritos pela Torá e pelo Talmud. Ele “volta” a ser um judeu que seguirá os mandamentos da ramificação ortodoxa do judaísmo.

S1 envidou esforços no sentido de “arrependimento”, dadas as informações contextuais que julgou relevante reproduzir em seu TA, tomando uma característica específica do termo hebraico para compor o conteúdo explícito do enunciado. Explicitando um dos componentes básicos de *baal teshuvá*, entende-se que o processo de explicitação em curso é de natureza estratégica, já que o tradutor procura aqui uma alternativa de tradução capaz de criar junto a seu público-alvo as explicaturas e implicaturas por ele imaginadas para este trecho talmúdico.

No nível da explicatura, podemos também afirmar que o enunciado em português é capaz de gerar explicaturas fortes congruentes com aquelas imaginadas para o TF. A pessoa que se arrependeu acaba por retornar à religião, senão de nada valeria seu arrependimento. A oração principal que sucede este excerto confirma as possíveis inferências por parte do público-alvo, pois lá consta (conforme a tradução de S1): “não lhe será dito: ‘Lembre-te das tuas [más] ações anteriores’”. Isto é, se as ações são anteriores, é de se deduzir que a pessoa (arrependida) não mais as pratica. Daí a afirmação de que a explicatura em português também é forte. Pode-se afirmar que, neste caso, o grau de semelhança interpretativa alcançado entre o TF e o TA é alto.

No que tange à codificação procedimental, a forma pretérita do verbo *lihiót* (*hayah*), vê-se que S1 a traduz em português por “for”, um futuro do subjuntivo, assim definido em Houaiss (2000): “tempo verbal do modo subjuntivo que exprime um fato

futuro em relação ao momento da elocução, mas com a nuance modal de ação hipotética, em frases condicionais, temporais etc.”. Em hebraico, *hayah* é a forma *qal* (tempo passado), mas inferida como futuro de acordo com o contexto. Em português, o uso de um pretérito perfeito, p.ex., não contribuiria para as inferências a serem feitas a partir do enunciado. Daí a escolha de S1 pelo tempo do futuro do subjuntivo, uma hipótese. Entende-se que ocorre, aqui, também um processo de explicitação, mas não de natureza estratégica, e sim governado pela norma, uma vez que advém das diferenças entre os dois sistemas linguísticos em contraste. S1 explicita essa nuance modal de ação hipotética através do subjuntivo em português, tempo apropriado para frases condicionais e temporais.

S2	M: E a um pecador arrependido ² G: A um homem penitente ⁷
----	--

Obs.:

² Nota de rodapé na tradução: “Em hebraico, *Ba’al Teshuvá* designa aquele judeu nato que se afastou da religião, arrependeu e retornou por fim como praticante”.

⁷ Nota de rodapé na tradução: “*Ba’al Teshuvá*”.

Na primeira vez em que se viu confrontado com *baal teshuvá*, S2 fez uma pausa de aproximadamente 04 minutos (camrec 45m 25s – 49m 15s) refletindo sobre o problema. Posteriormente fez outras interferências no texto, incluindo-se o trecho correspondente na Guemará. Em seu relato retrospectivo consta: “Essa coisa que a gente tinha conversado do Baal Teshuvá, que não tem tradução no português. Então, (...) eu coloquei penitente ou que regressou e botei uma nota de rodapé explicando”. Sobre a nota, comenta: “e quando era uma explicação mais de contexto igual esse Ba’al Teshuvá, eu coloquei em nota de rodapé”. Interessante são as diferentes opções usadas por S2 em M3 (“pecador arrependido”) e G7 (“homem penitente”). Para M3 coloca uma nota explicativa; para G7 coloca uma nota remetendo sua tradução ao termo hebraico *baal teshuvá*.

Pode-se também se perguntar o motivo desse recurso usado por S2, se seria necessário ou não. Como se depreende de seu relato retrospectivo, S2 comenta que anexou notas de rodapé quando “era uma explicação mais de contexto”. Para M3, ele explica que o “pecador arrependido” de que fala é o *baal teshuvá*, termo possivelmente presente no ambiente cognitivo de seu público-alvo. Para G7, ele simplesmente comenta

que o “homem penitente” a que ele se refere é o *baal teshuvá*. Se pensarmos no Talmud como um livro que tem dentre suas características principais o caráter de construção de conhecimento através de discussões em torno de um determinado objeto, fazendo com que não seja simplesmente “lido”, mas “estudado”, podemos afirmar que essa estratégia de aposição de notas, onde uma acaba por remeter à outra, condiz com a estrutura de texto talmúdica. É uma explicitação (estratégica) em português dessa estrutura talmúdica mesma.

A exemplo do que ocorreu com S1, S2 explicita em seu texto um dos aspectos de *baal teshuvá*, o arrependimento, o que se aplica tanto para a tradução de M3 quanto para G7. Além da explicitação no corpo da tradução, S2 insere tanto para M3 quanto para G7 uma nota de rodapé. É uma explicação mais de cunho contextual com o intuito de ajudar seu público-alvo a inferir a interpretação pretendida, por receio de que não derive as explicaturas necessárias, partindo-se apenas do enunciado em português. Este processo de explicitação pode ser entendido como sendo de natureza estratégica, haja vista que tem a função de solucionar um problema pontual de tradução, ou seja, como veicular a carga de informações contidas na expressão hebraica *baal teshuvá*.

Quanto à codificação procedimental, S2 não explicita em seu texto o tempo verbal hebraico. Ele transforma uma oração introduzida em hebraico pela conjunção condicional “se” em um objeto indireto em português: “a um pecador arrependido” (M3) e “a um homem penitente” (G7), objetos do verbo “lembrar” e “dizer”, respectivamente, contidos no trecho imediatamente seguinte na tradução de S2. Este processo de escrita pode também criar junto a seu público-alvo as inferências imaginadas para o TF, o que contribui para um alto grau de semelhança interpretativa entre os dois textos, o original e sua tradução, sem que haja a necessidade de explicitar o tempo verbal apenas implícito no texto hebraico.

S3	M: Se alguém se arrependeu (é penitente) G: Se alguém é penitente
----	--

S3 verbaliza sua dificuldade na tradução de M3 da seguinte forma: “Aqui temos uma expressão *Baal Teshuvá* que hoje se traduz como alguém que se arrepende, mas que eu acho que naquela época não tinha esse sentido. Ou hoje se usa no sentido de voltar à prática religiosa”. Temos aqui as inferências feitas por S3 a respeito do significado de *baal teshuvá* para o ambiente cognitivo do público-alvo do TF, ou seja, tenta metarrepresentar o contexto da época, acreditando que a expressão tivesse um

sentido diferente do atual. Isto porque S3 estava associando *baal teshuvá* a uma pessoa que se arrepende de um negócio, por isso sua fala colocando em dúvida o significado do termo hoje e naquela época. Mais à frente em sua tarefa de tradução, ao fazer a leitura de uma versão em inglês da Soncino, chega à conclusão de que o termo tem o mesmo significado tanto hoje quanto na época de composição deste excerto talmúdico:

(...) eu tinha levado aqui em consideração que se arrependesse do negócio, mas aí pela versão do Soncino, eu estou vendo que a segunda frase vai se referir a alguém que, um pecador que se arrepende, que no texto da Mishná é tratado disso. Então eu estava achando que estava se referindo a arrepender-se do negócio, mas não tem nada a ver com isso. Está se tratando de um exemplo de outra pessoa. *Se alguém se arrependeu*, penitente.

Ou seja, a partir daí conclui que o termo é o que realmente imaginava e traduz M3 por “se alguém se arrependeu”, colocando “é penitente” entre parênteses. Conforme já afirmado anteriormente, trata-se de um processo de explicitação de natureza estratégica, haja vista que explicita um dos aspectos do *baal teshuvá* (o arrependimento) e, além disso, o termo entre parênteses é prescindível nessa situação. O tradutor, julgando relevante colocar em seu texto mais essa informação, pretende assegurar que seu público-alvo chegue à interpretação por ele imaginada para o TF. Para G7 diz apenas “se alguém é penitente”, seguindo na mesma linha da explicitação de natureza estratégica, colocando em evidência o caráter de arrependimento daquele judeu determinado a abandonar sua vida pregressa (de pecados) e retornar aos caminhos da religião ortodoxa.

É de se notar que, em M3, S2 usa o verbo “arrepender-se” no tempo pretérito perfeito, mantendo a marca de codificação procedimental do tempo passado hebraico (*hayah*). Através da manipulação das codificações conceituais e procedimentais do enunciado do TF, o tradutor cria no TA uma estrutura mantendo a noção de tempo passado constante da oração hebraica, mas com condições de criar junto a seu público-alvo as implicaturas pretendidas. Obtém, assim, um texto com alto grau de semelhança interpretativa com o TF.

Já em G7, traduz o tempo passado hebraico pelo presente do indicativo em português, explicitando a noção de tempo presente/futuro, apenas implícita no TF. Há um processo de explicitação governado pela norma linguística, já que decorre da diferença entre os dois sistemas linguísticos: o hebraico, permitindo o uso do passado veiculando outros sentidos temporais e o português, não permitindo essa troca. Como já

mentionado em S1, a explicitação do sentido presente/futuro do *qal* hebraico é imprescindível em português, sem a qual o público-alvo possivelmente não chegaria às inferências pretendidas pelo tradutor.

S4	se ele for baal teshuva
----	-------------------------

S4 não traduziu a codificação conceitual em hebraico *baal teshuvá*. Pelo relato retrospectivo depreende-se que, no caso de uma tradução, teria que “explicar”, i.e., fazer uso de um processo de explicitação. Justificando seu TA, comenta S4:

É, outra coisa, que eu não traduzi aí, é aquele *baal teshuvá*. (...) Porque aí, é um termo que, para colocá-lo em português, eu tenho que pensar um pouquinho como é que eu vou fazer isso, porque eu não sei se existe essa categoria aí em português. Então, para quem convive com a cultura judaica, não precisa explicar isso aí, porque ele sabe o que é. Mesmo não falando hebraico, mesmo não lendo hebraico, nada disso, mas sabe o que é *baal teshuvá*. Mas para quem não é da cultura judaica, para quem não tem contato, para quem não conhece, eu teria que traduzir. E, aí, eu não sei, eu procuraria ver se existe uma categoria desse tipo ou, então, eu tentaria explicar o que é, porque realmente uma palavra eu não sei se vai ter ou uma expressão que signifique isso. Isso eu já não sei, teria que ir atrás, porque não é converso, e não é, enfim, é alguém que resolveu virar religioso [ortodoxo].

Pelo comentário de S4, fica evidente sua preocupação com o público-alvo de seu texto. Decide manter o termo em hebraico, pois parte do princípio de que seu público judaico conhece o termo, sendo igualmente capaz de fazer as inferências necessárias à adequada interpretação do enunciado.

Sendo, portanto, uma comunidade judaica o público-alvo da tradução e partindo-se do princípio de que esteja familiarizada com o termo hebraico, depreende-se que seja capaz de chegar às inferências pretendidas pelo tradutor, compreendendo as implicações do *baal teshuvá*. Saberá, hipoteticamente, que aquele judeu não-praticante, por exemplo, decidiu-se, agora, por uma vida voltada aos preceitos da religião ortodoxa. Nesse sentido, pode-se afirmar que o grau de semelhança interpretativa alcançado é muito alto.

Traduzindo, porém, a forma *qal* do verbo hebraico – *hayah* – por “for”, um futuro do subjuntivo em português, S4 utiliza um processo de explicitação governado pela norma, conforme já comentado anteriormente durante a análise do mesmo trecho em S1 (vide *supra*).

S5	Se uma pessoa é “baal teshuvá”
----	--------------------------------

As mesmas reflexões feitas acima para S4 aplicam-se à opção tradutória de S5 para M3 e G7. A única diferença é que coloca *baal teshuvá* entre aspas, como que chamando a atenção para o termo que deixou em hebraico, sem tradução, sem explicitação dos possíveis significados em português. S5 comenta por qual motivo deixou o termo em hebraico: “(...) depois tinha termos judaicos como, por exemplo, *baal teshuvá*, uma pessoa que é *baal teshuvá*. Só que como era para um texto para quem conhece o judaísmo, eu deixei. Então não precisei ficar me preocupando em traduzir”.

Sendo o texto para uma comunidade judaica, julgou desnecessário traduzir a expressão. Vale, aqui, o que já foi mencionado anteriormente sobre esse procedimento também presente em S4. Teoricamente, sabendo-se o que é um *baal teshuvá*, o grau de semelhança interpretativa alcançado é também muito alto.

Quanto à codificação procedimental, S5 traduziu o tempo *qal* hebraico pelo presente do indicativo em português. Como já comentado anteriormente, tal fenômeno denota um processo de explicitação, uma vez que S5 procura veicular em seu texto uma ideia – a de que a pessoa *baal teshuvá* o é agora ou o pode ser no futuro – veiculada não explicitamente pela explicatura do TF. No TF, o contexto leva a esta recuperação da explicatura. No TA, a recuperação é possibilitada pela explicitação no próprio enunciado. Isto decorre da impossibilidade em português de utilizar aqui um tempo passado com a noção de presente ou futuro. Em vista disso, o processo de explicitação em curso pode ser considerado como sendo governado pela norma linguística.

S6	Se ele é um penitente (baal teshuvá)
----	--------------------------------------

S6, ao selecionar em português a palavra “penitente”, explicita um dos aspectos de *baal teshuvá*, apondo a “penitente” o termo em hebraico. Sobre isso comenta que adicionou para a comunidade judaica o termo em hebraico transliterado, o que tem por intuito gerar as explicaturas necessárias à adequada interpretação do enunciado. Procura solucionar, deixando entre parênteses a expressão hebraica, um problema que poderia advir da dificuldade associada à tradução desse termo para a língua portuguesa.

Esse processo de explicitação, como visto anteriormente, pode ser considerado como sendo de natureza estratégica. Como resolver um determinado problema de tradução que ocorreu num determinado trecho do TF? S6 explicita um dos aspectos do

termo *baal teshuvá*, mas, consciente de que “penitente” constitui tão-somente um dos elementos do significado da expressão hebraica, mantém também o termo em hebraico para um público-alvo judaico, ajudando-o a fazer as inferências vislumbradas pelo tradutor para o TF. Daí poder se afirmar que este recurso usado para solucionar este problema específico é uma explicitação de natureza estratégica.

A explicitação da relação de tempo presente ou futuro, gerada pela forma *qal* em hebraico, também já foi objeto de reflexão anterior e não será aqui repetido (cf. *supra*). Denota um processo de explicitação governado pela norma, pois ocorre devido às diferenças entre os dois sistemas linguísticos.

S7	M: Se for um penitente G: Se for um arrependido
----	--

Pela gravação em tempo real do programa Camtasia, vê-se que S7 precisou de aproximadamente 12 segundos (camrec 03m 08s – 03m 20s) para a tradução de M3. Interessante notar é que na versão corrigida enviada posteriormente por e-mail, S7 decidiu modificar “penitente” em G7 por “arrependido”. É de se perguntar se o uso de dois termos diferentes, embora sinônimos¹⁶³, para uma mesma palavra hebraica poderia gerar certa confusão no ambiente cognitivo do público do TA. A mesma reflexão se aplica ao processo de S3.

No entanto, tomando-se como pista comunicativa o caráter circular de leitura de textos talmúdicos, pode-se alegar que este “repensar”, este “reler” o texto pode gerar junto ao público-alvo as inferências esperadas para esta porção talmúdica. O leitor, lendo e relendo as respectivas porções na Mishná e na Guemará, seria capaz, teoricamente, de chegar à conclusão de que se trata aqui da mesma pessoa, ou seja, do *baal teshuvá*, conceito conhecido de uma comunidade judaica. Este fato aumenta o grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA.

A exemplo do que foi discorrido quando da análise da porção M3/G7 para S3, o uso tanto de “penitente” quanto de “arrependido” denota um processo de explicitação de natureza estratégica, pois explicita um dos aspectos do termo hebraico *baal teshuvá* e objetiva sanar um problema de tradução naquele momento dado, sendo, portanto, de natureza *ad hoc*.

¹⁶³ Cf. Houaiss, 2001.

Os mesmos argumentos expostos anteriormente aplicam-se também à tradução do verbo *hayah* por “for” em português. Trata-se de um processo de explicitação governado pela norma, produto das diferenças entre os sistemas linguísticos em contraste. O uso do tempo subjuntivo em português explicita no TA a nuance modal hipotética ou temporal do TF.

S8	E se tratando de Baal Teshuvá (penitente)
----	---

S8, por sua vez, deixa o termo *baal teshuvá* em hebraico, mas entre parênteses apõe a tradução “penitente”. Pode-se refletir a respeito da necessidade desse processo de explicitação de natureza estratégica. Se a opção foi deixar o termo em hebraico, a exemplo do que fizeram S4 e S5, infere-se que a comunidade judaica, destinatária do TA, seja capaz de chegar às explicaturas imaginadas para o TF a partir do termo hebraico, prescindindo então da explicação entre parênteses. S8 nada verbalizou a respeito, o que denote, talvez, certa automatização desse processo ou um processo de natureza inconsciente mesmo por parte do tradutor.

Porém, pode-se dizer também que, mesmo sabendo que o público-alvo seria uma comunidade judaica, o tradutor procurou criar condições para que a recuperação das explicaturas e implicaturas presentes no TF não seja dependente de um ambiente cognitivo apenas hipotético. Para assegurar o sucesso do ato comunicativo, metarrepresentando o ambiente cognitivo de um público-alvo determinado, o tradutor coloca entre parênteses a explicitação de um dos elementos do *baal teshuvá*, o arrependimento.

“E se tratando de”, como tradução de *im hayah*, pode ser considerado um processo de explicitação governado pela norma. Como apontado na contextualização e retomado em análises anteriores, o Talmud faz aqui referência ao caso de nos depararmos com um *baal teshuvá*, ou seja, com aquele judeu que se arrependeu e resolveu retomar as vias da religião, tornando-se praticante ortodoxo. A informação codificada procedimentalmente no TF na forma do *qal* hebraico é, aqui, veiculada por um gerúndio, “tratando”. O grau de semelhança interpretativa alcançado com o enunciado em português pode ser considerado alto, visto que o público-alvo brasileiro pode chegar igualmente às inferências imaginadas para o texto hebraico, pois pode inferir com a expressão “em se tratando de” que “se for o caso de” um *baal teshuvá*, não deveremos lembrar-lhe de seu comportamento anterior.

Quadro sinóptico apresentando as traduções para as codificações conceituais e procedimentais analisadas em 3.4.2., com as respectivas categorizações de explicitação

TF: *im hayah baal teshuvah*

Codificação conceitual analisada: *baal teshuvah*

Codificação procedimental analisada: *hayah*

Para uma melhor visualização, reproduz-se a seguir o quadro com os respectivos TAs para M3 e G7.

Sujeitos	TA
S1	Se for uma pessoa que se arrependeu
S2	M3: E a um pecador arrependido ² G7: A um homem penitente ⁷
S3	Se alguém se arrependeu (é penitente)
S4	se ele for baal teshuva
S5	Se uma pessoa é “baal teshuvá”
S6	Se ele é um penitente (baal teshuvá)
S7	Se for um penitente
S8	E se tratando de Baal Teshuvá (penitente)

Quadro 5 – Traduções de M3/G7

Legenda para quadro 6:

- estratégica = processo de explicitação de natureza estratégica
- norma = processo de explicitação governado pela norma
- x = ausência de explicitação

Sujeito	<i>baal teshuvah</i> cod. conc. M3	<i>baal teshuvah</i> cod. conc. G7	<i>hayah</i> cod. proc. M3	<i>hayah</i> cod. proc. G7
S1	estratégica	estratégica	norma	norma
S2	estratégica	estratégica	x	x
S3	estratégica	estratégica	x	norma
S4	x	x	norma	norma
S5	x	x	norma	norma
S6	estratégica	estratégica	norma	norma
S7	estratégica	estratégica	norma	norma
S8	estratégica	estratégica	norma	norma

Quadro 6 – Explicitação em M3/G7

3.4.3. Análise de M5 e G9

M5: אם הוא בן גרים (*im hu ben guerim*)

G9: אם היא בן גרים (*im hayah ben guerim*)

Apesar de M5 e G9 diferirem ao apresentarem *hu* e *hayah*, respectivamente, a análise será feita conjuntamente, uma vez que a codificação conceitual é a mesma em ambos os casos, o que facilita o desdobramento das reflexões a respeito de processos de explicitação em curso. Ademais, tomou-se a expressão *ben guerim* como uma codificação conceitual apenas. O desdobramento em duas (*ben* e *guerim*) foi julgado aqui inapropriado, uma vez que, segundo a contextualização apresentada para o trecho, é a expressão no todo que propicia um desdobramento inferencial.

A seguir um quadro contendo as traduções de cada sujeito para M5 e G9:

Sujeitos	M5	G9
S1	Se for um descendente de prosélito	Se for um descendente de prosélito
S2	Se descendente de convertidos	A um filho de prosélitos
S3	Se ele é filho de estrangeiros	Se é filho de estrangeiros
S4	se ele for filho de estrangeiros	se for filho de estrangeiros
S5	se a pessoa for filha de convertidos	se a pessoa for filha de convertidos
S6	Se ele é filho de convertidos	se é filho de convertidos
S7	Se ele é filho de peregrino	Se for filho de peregrino
S8	E se for filho de prosélitos	E se for o caso de filho de prosélitos

Quadro 7 – Traduções de M5/G9

Decidiu-se, nesta análise de M5 e G9, em se agruparem os sujeitos de acordo com as respectivas escolhas para a codificação conceitual *ben guerim*. O intuito deste agrupamento é o comentário a ser feito em conjunto para as respectivas escolhas, evitando-se, dessa forma, repetição das explicações para cada sujeito em separado. Entre os sujeitos, houve quatro diferentes escolhas para *guerim*: prosélito, convertido, estrangeiro e peregrino. Serão analisados primeiramente os TAs dos sujeitos que apresentam a tradução de *guerim* como “prosélito”. Em segundo lugar, os TAs que apresentam “convertido” e em terceiro lugar, conjuntamente, os TAs que apresentam “estrangeiro” e “peregrino” como traduções do hebraico *guer*.

S1	Se for um descendente de prosélito	Se for um descendente de prosélito
S2		A um filho de prosélitos
S8	E se for filho de prosélitos	E se for o caso de filho de prosélitos

Entre os sujeitos que traduziram *guerim* por prosélito, temos S1, S2 (G9) e S8. Para “prosélito”, o dicionário Houaiss da língua portuguesa dá a seguinte definição (como diacronismo antigo): “entre os antigos hebreus, indivíduo recém-convertido à religião judaica”. Esta escolha por “prosélito” confere às respectivas traduções um alto grau de semelhança interpretativa, haja vista que *guer*, consoante o esclarecimento vocabular e a contextualização discutidos anteriormente, se refere àquela pessoa que se converteu ao judaísmo. Este é o sentido talmúdico da palavra, diferindo do sentido bíblico que é mais o “estrangeiro”, como consta do livro do Êxodo 22,20 e Levítico 19,34. Empregando o sentido dicionarizado de “prosélito”, pode-se afirmar que não houve explicitação.

Há de se notar, no entanto, que S1 (da mesma forma que S2 em M5, como veremos mais adiante) empregou a palavra “descendente” no lugar de “filho”. De acordo com a contextualização anterior, vemos que *ben guerim* é mais que o filho do prosélito; *ben* abarca toda uma geração de convertidos. S1 e S2, derivando inferências pelo contexto, escreveram “descendente”, o que denota um processo de explicitação de natureza estratégica. São guiados pelas informações contextuais de que dispõem a respeito do ambiente cognitivo do público-alvo original e se pautam nas possibilidades de expansão da codificação conceitual em português, a fim de criarem junto a seu público-alvo condições de gerar as explicaturas correspondentes. S8 e S1 (para G9) não explicita esta relação veiculada por *ben* no TF, deixando a cargo de seu público-alvo fazer as inferências necessárias para a adequada interpretação do enunciado.

Quanto à codificação procedimental em M5, o verbo *lihiót*, pode-se afirmar que a explicitação do verbo “ser” nos TAs em português, utilizando o futuro do subjuntivo, acompanhado da conjunção “se”, pode ser considerada em S1 e S8 como sendo governada pela norma. No TF, temos a ausência do verbo *lihiót*, pois ele não é conjugado em hebraico na forma do presente. Em português, os tradutores S1 e S8 julgaram necessária a presença do verbo, explicitando-o na frase, uma vez que o sistema linguístico do português não permite, em regra, sua ausência.

Já em G9 surge a forma *qal (hayah)* que, segundo o exposto durante a análise de *baal teshuvá*, pode ter também a aceção tanto de tempo presente quanto de futuro. É o

que fazem S1 e S8, explicitando esta acepção no português com a forma “for”, a forma do subjuntivo do verbo “ser”, conferindo à oração aquela nuance de hipótese. Este tipo de explicitação é tido como uma explicitação governada pela norma linguística.

S2, por sua vez, não explicita o verbo “ser”. Em G9, transforma a oração iniciada em hebraico pela conjunção condicional *im* (“se”) em um objeto indireto (“a um filho de prosélitos”), ligando-o à oração subsequente como objeto do verbo “atormentar”. Portanto, pode-se constatar que, para G9, S2 não fez uso de processos de explicitação, nem governados pela norma nem de natureza estratégica.

Quanto à codificação conceitual *hu* (“ele”), nenhum dos três tradutores em análise a traduziu para o português, deixando-a implícita. Este recurso de implicação do pronome pessoal é perfeitamente possível dentro do sistema linguístico da língua portuguesa, pois a conjugação verbal traz em si as terminações que permitem identificar o sujeito do verbo. Esta ausência não cria um esforço maior por parte do público-alvo em verificar que o sujeito, neste caso, seria “ele”.

S2	Se descendente de convertidos	
S5	se a pessoa for filha de convertidos	se a pessoa for filha de convertidos
S6	Se ele é filho de convertidos	se é filho de convertidos

Quanto a “convertido”, o dicionário Houaiss dá a seguinte definição: “que ou aquele que se converteu a uma religião ou a uma forma de pensamento; converso”. Esta foi a opção de tradução de S2 (para M5), S5 e S6. Estes três sujeitos pautaram-se pelo sentido dicionarizado para *guerim* que melhor se aplicava a este trecho, ou seja, “convertido”.

Pode-se perguntar se o público-alvo associará o termo “convertido” ao prosélito, àquele convertido ao judaísmo e não a outra religião qualquer. Como o Talmud discute os aspectos ligados à religião judaica, seria muito improvável que alguém interpretasse o termo “convertido”, aqui, como alguém diferente do convertido ao judaísmo. O esforço despendido para tal não seria condizente com o ganho em efeito cognitivo. Em vista disto, pode-se inferir que o público-alvo será capaz de chegar às explicaturas e implicaturas fortes geradas pelo enunciado, ao associar o convertido (ao judaísmo) às discussões em torno de seu status dentro da comunidade, conforme visto na contextualização referente a este trecho. Entende-se, ademais, que não há processo de explicitação em curso.

Quanto à codificação procedimental, o verbo *lihiót* no tempo presente em M5 (portanto, ausente) e na forma *qal* em G9 (*hayah*), vale aqui o que já foi exposto anteriormente a respeito. Em hebraico, o verbo *lihiót* aparece conjugado no tempo passado em G9, mas este tempo passado pode ter outro sentido no hebraico talmúdico. Em nosso caso, pode ter um significado de presente ou futuro. S5 usou a forma do futuro do subjuntivo (“for”), explicitando a relação hipotética. S6, por sua vez, explicitou a noção de presente do indicativo (“é”). Ambas as opções tradutórias configuram um processo de explicitação governado pela norma linguística.

No entanto, com referência a S2, é importante comentar a possibilidade da língua portuguesa em deixar o verbo “ser” implícito, a exemplo do que se passa no hebraico. S2 foi o único sujeito a expressar esta possibilidade com: “se descendente de convertidos”. Todos os outros sujeitos explicitaram o verbo *lihiót* (ausente em hebraico no tempo presente em M5). O mesmo se deu com a tradução de S2 para G9, ou seja, deixa o verbo “ser” implícito em português: “a um filho de prosélitos”, como comentado *supra*. Diríamos que, nesse excerto, são mais motivos estilísticos que impelem S2 a deixar o verbo “ser” implícito, já que em português poderia ter conjugado o verbo, assim como fizeram os demais tradutores, explicitando, dessa maneira, o verbo na frase.

No que tange à codificação conceitual *hu*, ela se encontra implícita em português no TA de S2 e de S6 para G9, ocorrendo, então, um processo de implicação. Já S5 a traduziu por “a pessoa” tanto em M5 quanto em G9. E S6 (para M5) a traduziu pelo pronome pessoal correspondente em português para a terceira pessoa do masculino singular “ele”. Entende-se que não houve processo de explicitação onde houve a tradução por “a pessoa”, já que esta palavra mais generaliza do que especifica o sentido de *hu* em português.

S3	Se ele é filho de estrangeiros	Se é filho de estrangeiros
S4	se ele for filho de estrangeiros	se for filho de estrangeiros
S7	Se ele é filho de peregrino	Se for filho de peregrino

Existem aqui três sujeitos, cuja tradução se encontra muito próxima do sistema linguístico hebraico, excetuando-se a explicitação do verbo “ser” em M5, pois em hebraico não se conjuga este verbo no presente. S3, S4 e S7 empregam como tradução de *guer* as palavras “estrangeiro” e “peregrino” em português. Para “estrangeiro”,

consta como acepção em Houaiss: “que ou o que é de outro país, que ou o que é proveniente, característico de outra nação”. Para “peregrino”, consta entre outras acepções: “romeiro; diz-se de ou indivíduo andante, que viaja, que empreende longas jornadas; que ou o que é estranho, estrangeiro; que ou o que tem qualidade rara, excelente, excepcional”.

Entretanto, o motivo pelo qual se tomou aqui este grupo para uma análise em conjunto é que tanto o conceito de “estrangeiro” quanto o de “peregrino” estão associados ao hebraico bíblico (vide anteriormente as acepções constantes do dicionário de Kirst *et al.*), e não ao hebraico mishnaico. Bonder já diz: “A palavra ‘guer’ - converso - aparece no texto bíblico com o sentido de ‘estrangeiro’”¹⁶⁴. Na tradução de Almeida (1993), lê-se em Levítico 19, 34: “Como o natural, será entre vós o *estrangeiro* que peregrina convosco; amá-lo-eis como a vós mesmos, pois *estrangeiros* fostes na terra do Egito. Eu sou o SENHOR, vosso Deus” (itálicos meus). Na tradução de Melamed (2001): “Como o natural entre vós, será para vós o *peregrino* que habitar convosco, e o amarás como a ti mesmo, porque *peregrinos* fostes na terra do Egito; Eu sou o Eterno vosso Deus” (itálicos meus).

Porém, este não é o *guer* do texto mishnaico. A tradução de *guer* como “estrangeiro” ou como “peregrino” está fora do contexto de produção do TF. Os tradutores parecem não ter levado em consideração a informação codificada contextualmente no TF, ou seja, a de que o texto fala do convertido ao judaísmo e não de qualquer estrangeiro ou peregrino. Por influência do texto bíblico em Lev 19,34 e Ex 22,20, S3 e S4 selecionaram em seu ambiente cognitivo a primeira tradução que para eles era relevante.

Já no caso de S7, este comenta em seu relato retrospectivo a sua escolha tradutória para *guer*, mostrando o motivo pelo qual preferiu em português o termo “peregrino”:

porque a palavra *peregrino* quer dizer aquele que viaja, aquele que erra, aquele que não sei o que. E tem uma outra coisa também: peregrino também é algo excelente. E se nós pegarmos na Torá, em todas as discussões que tem, às vezes tem alguém que fala lá que o *guer* é como uma sarna. Ou ele é um cara extremamente exagerado ou então é uma pessoa que isso incomoda também todo mundo, é um chato. Então, supostamente ele é suspeito, ele não entrou direito na atmosfera judaica ou então ele é exaltado o tempo todo, muito exaltado como realmente algo maravilhoso que aconteceu. Você pode dizer que o Abraão foi *guer* nos dois aspectos: aquele peregrino, na g-e-r no meio, então a sugestão está, ou seja, eu percebi que dentro da palavra portuguesa “peregrino”,

¹⁶⁴ <http://www.cjb.org.br/gevura/religiao/proselito.htm>.

o *guer* está dentro dela, é uma maravilha. O *guer* está dentro da palavra *peregrino*, a alma do peregrino é o *guer*.

O comportamento de S7 foi altamente reflexivo e pende para o viés literário/estilístico ao ver dentro do “peregrino” o g-e-r de *guer*. Pela planilha de observação direta, vê-se que procurou apoio externo nas Bíblias de Almeida (1993), Melamed (2001) e Gorodovits & Fridlin (2006), como que procurando fundamentar sua escolha tradutória.

Todavia, tanto o “estrangeiro” quanto o “peregrino” não conseguem criar junto ao público-alvo do TA aquelas explicaturas/implicaturas geradas pelo TF. Não é do descendente de qualquer estrangeiro que fala o texto talmúdico e sim daquele descendente de convertidos à religião judaica. Portanto, pode-se afirmar que o grau de semelhança interpretativa alcançado com os TAs de S3, S4 e S7 é mais baixo.

Pode-se argumentar também que não houve processo de explicitação, já que os três sujeitos aqui analisados usaram o sentido primitivo de *guer* em sua tradução, não vislumbrando a relação que o termo tem no hebraico talmúdico, ou seja, que se refere ao convertido à religião mosaísta.

Quanto à codificação procedimental representada pela ausência do verbo *lihiót* em M5 e por sua forma *qal* em G9, aplica-se o que foi discutido anteriormente. Em M5, S3 e S7 explicitaram sua ausência em hebraico pela terceira pessoa do presente do indicativo em português (“é”). S4 fez uso do futuro do subjuntivo (“for”). E para G9, S3 usou o tempo presente (“é”), enquanto S4 e S7 empregaram o futuro do subjuntivo (“for”). Estes dois tipos de explicitação podem ser considerados como governados pela norma linguística.

A codificação conceitual *hu* foi traduzida em M5 por “ele”, sua tradução para o português (pronomes pessoais de terceira pessoa masculino singular). Não houve explicitação nesse caso.

Quadro sinóptico apresentando as traduções para as codificações conceituais e procedimentais analisadas em 3.4.3., com as respectivas categorizações de explicitação

TF: *im hu ben guerim* / *im hayah ben guerim*

Codificação conceitual analisada: *ben guerim*

Codificações procedimentais analisadas: *im (hu) [lihiót]* / *im hayah*

Para melhor visualização, apresenta-se novamente o quadro com os respectivos TAs:

Sujeitos	M5	G9
S1	Se for um descendente de prosélito	Se for um descendente de prosélito
S2	Se descendente de convertidos	A um filho de prosélitos
S3	Se ele é filho de estrangeiros	Se é filho de estrangeiros
S4	se ele for filho de estrangeiros	se for filho de estrangeiros
S5	se a pessoa for filha de convertidos	se a pessoa for filha de convertidos
S6	Se ele é filho de convertidos	se é filho de convertidos
S7	Se ele é filho de peregrino	Se for filho de peregrino
S8	E se for filho de prosélitos	E se for o caso de filho de prosélitos

Quadro 7 – Traduções de M5/G9

Legenda para quadro 8:

- estratégica = processo de explicitação de natureza estratégica
- norma = processo de explicitação governado pela norma
- x = ausência de explicitação

Sujeitos	<i>ben guerim</i> cod. Conc.	<i>im (hu) [lihiót]</i> cod. proc.	<i>im hayah</i> cod. proc.
S1	Estratégica	norma	norma
S2	Estratégica	x	x
S3	X	norma	norma
S4	X	norma	norma
S5	X	norma	norma
S6	X	norma	norma
S7	X	norma	norma
S8	X	norma	norma

Quadro 8 – Explicitação em M5/G9

3.4.4. Análise de M6: שְׁנֵעֵמָר (*sheneemar*)

A seguir um quadro com as traduções de cada sujeito para *sheneemar*:

Sujeitos	TF
S1	pois a Escritura diz: “...”
S2	pois está escrito “...” ⁴ ⁴ Nota de rodapé: “Trecho extraído da tradução do R. Melamed”.
S3	pois está dito “...”
S4	pois está escrito que
S5	pois está dito “...” ¹ ¹ Nota de rodapé: “Shemot 22:20”.
S6	pois está escrito: “...”
S7	Porque está dito: “...” ¹ ¹ Nota de rodapé: “Bíblia Hebraica, trad. David Gorodovits e Jairo Fridlin, Êxodo 22:20”
S8	conforme foi dito:

Quadro 9 – Traduções de M6

Para compreender a análise, o termo *sheneemar* pode ser desmembrado de acordo com as codificações nele contidas: uma codificação conceitual, o verbo *amar* (“dizer”), uma vez que veicula significado e é passível de expansão proposicional, e as codificações procedimentais *she* (a conjunção explicativa “porque”) e a forma passiva hebraica *niphil*. Por fim, a expressão aglutinada *sheneemar* pode ser considerada uma codificação conceitual como um todo, pois, como visto durante a contextualização deste trecho, tem um significado muito preciso em hebraico.

S1	pois a Escritura diz: “...”
----	-----------------------------

Tomando-se a tradução de S1, temos: “pois a Escritura diz:”. S1 transforma a forma verbal passiva em hebraico em uma forma ativa, adicionando “a Escritura” como sujeito. Em seu relato retrospectivo, comenta: “porque algumas coisas que aparecem aqui na pequena massorá da página do Talmud, eu decidi colocar. (...) São palavras (...) que não são a tradução do texto *stricto sensu*, mas que na perspectiva de uma tradução

ajudam a entender o texto”. Por massorá entende-se o conjunto de comentários críticos e gramaticais que acompanham, aqui, o texto talmúdico. Fica clara a intenção de S1 em explicitar informações sugeridas apenas implicitamente pela explicatura do TF. Guia-se pelo contexto talmúdico a fim de inferir que o texto trata de uma citação bíblica, usada para corroborar a opinião do autor.

Podemos dizer que, neste caso, usa um processo de explicitação de natureza estratégica, haja vista que a menção às Escrituras Sagradas foi um recurso empregado para resolver aquele problema de tradução ocorrido naquele caso. Apesar de o sistema linguístico português possibilitar uma tradução até mesmo literal (“porque está dito”), S1 preferiu introduzir no enunciado do TA as Escrituras Sagradas, fonte da citação que vem logo em seguida. S1 se baseia nas informações contextuais contidas na “pequena massorá” do Talmud, os comentários de eruditos judeus circundando o texto talmúdico, contendo explicações sobre determinadas passagens do texto. Também nela se baseou S1 para sua tradução.

Em português, fazendo-se uma análise quanto à codificação procedimental, podemos afirmar que, por sua vez, houve um processo de explicitação governado pela norma linguística. A forma aglutinante do hebraico não é aqui permitida. Daí a separação dos termos, transformando a expressão codificada conceitualmente em uma oração explicativa introduzida pela conjunção “pois”. Ao final, S1 acresce um sinal distintivo de dois pontos, com o intuito de criar junto a seu público-alvo aquela expectativa de que vai ser citado ali, naquele momento, um trecho bíblico. Logo após o sinal de dois pontos, o tradutor usa aspas, colocando entre elas a respectiva porção bíblica.

Este processo de explicitação da codificação procedimental advém da diferença entre os sistemas linguísticos em contraste. Daí a afirmação de que é governado pela norma, a tomar a classificação de Englund-Dimitrova (2005). Já a aposição da palavra “Escritura” configura um processo de explicitação de natureza estratégica. Pode-se dizer que o grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA de S1 é alto, pois o público-alvo de S1 tem já o caminho totalmente delineado para poder chegar às mesmas inferências imaginadas para o público-alvo do TF.

S2	pois está escrito “...” ⁴
----	--------------------------------------

⁴ Nota de rodapé: “Trecho extraído da tradução do R. Melamed”.

Temos aqui o TA de S2 no tocante à expressão hebraica *sheneemar*. Se analisarmos a informação codificada procedimentalmente, veremos que ocorreu no TA de S2 um processo de explicitação governado pela norma, uma vez que, tomando as restrições do sistema linguístico português, não foi possível veicular a expressão *sheneemar* através de uma expressão equivalente em português. O tradutor decidiu-se por desmembrá-la, substituindo-a por uma oração introduzida pela conjunção explicativa “pois”.

Por outro lado, manipulando conscientemente o sentido de “dizer” do verbo hebraico *amar*, S2 explicita a informação implícita nele contida de que se trata de uma citação escrita na Bíblia. Logo após o desdobramento da expressão hebraica em uma oração explicativa, o tradutor insere as aspas, apondo uma nota de rodapé e explicitando o trecho bíblico em questão. Esta explicitação da codificação conceitual pode ser entendida como sendo de natureza estratégica, pois S2 se vale de seu conhecimento contextual para inseri-la no texto talmúdico.

Quanto ao grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA, pode-se afirmar que o TA de S2 tem condições de criar junto a seu público-alvo aqueles efeitos cognitivos esperados, ou seja, que o argumento anterior é agora corroborado pela autoridade representada pelas Escrituras Sagradas. Neste sentido, vale dizer que o grau de semelhança interpretativa alcançado é alto.

S3	pois está dito “...”
----	----------------------

Tem-se aqui uma opção tradutória muito semelhante ao TA de S2. S3, levado pelas restrições do sistema linguístico português, explicita a oração explicativa apenas implícita dentro da codificação conceitual *sheneemar*. Utiliza-se da conjunção explicativa “pois”, caracterizando um processo de explicitação governado pela norma linguística, ao desmembrar os elementos de que se compõe a expressão e transformando-a em uma oração. A forma passiva hebraica (*neemar*), por sua vez, pode ser reconhecida na forma passiva “está dito” em português.

Porém, diferentemente de S1 e S2 analisados *supra*, S3 não deixa clara em seu texto a relação entre o que está dito e o implicado, ou seja, de que se trata de uma citação bíblica. No entanto, o uso de aspas, supostamente conhecido do público-alvo brasileiro como fazendo remissão a algo dito/escrito por outrem, pode gerar aquelas

explicaturas e implicaturas imaginadas para o TF, ou seja, de que o que está sendo discutido pela porção talmúdica vem corroborado por uma citação diretamente da Bíblia hebraica. Por esta razão, entende-se que o uso de aspas, acompanhando a tradução da codificação conceitual *neemar*, vem configurar um processo de explicitação de natureza estratégica.

Esta recuperação inferencial no nível das explicaturas e implicaturas do texto pode demandar um maior esforço processual por parte do público-alvo, pois no texto de S3 não consta uma remissão direta ao respectivo trecho bíblico. Mas desde que o ganho em efeitos cognitivos seja proporcional a esse esforço, esse processo se encontra em conformidade com o princípio de ótima relevância e com as características de estudo de textos talmúdicos. Desse modo, é possível afirmar que o grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA é também alto.

S4	pois está escrito que
----	-----------------------

O TA de S4 é muito parecido ao de S2, valendo aqui as mesmas reflexões feitas para este. Existe um processo de explicitação governado pela norma linguística, uma vez que a expressão aglutinada em hebraico foi desmembrada e transformada em português em uma oração explicativa introduzida pela conjunção “pois”. A forma *niphil* em hebraico foi reproduzida em português pela forma passiva (“está escrito”), não havendo violação da codificação procedimental. Podemos dizer ainda que a aposição da conjunção subordinativa “que” ao final (“pois está escrito que”) é também derivada de um processo de explicitação guiado pela norma linguística, já que a conjunção se faz necessária em português, a fim de dar fluidez à frase.

Quanto à codificação conceitual, especificamente a referente ao verbo *amar*, S4 explicitou seu sentido de “escrito” pretendendo fazer alusão às Escrituras bíblicas. Este processo de explicitação pode ser considerado como de natureza estratégica, pois visa a guiar o público-alvo a chegar às inferências imaginadas pelo tradutor para esta porção talmúdica. S4 manipula a codificação conceitual, expandindo-a, e especifica seu significado, baseando-se nas informações contextuais de que dispõe em seu ambiente cognitivo.

A diferença entre o TA de S2 e S4 pode estar no processamento inferencial por parte do público-alvo, pois, diferentemente de S2, S4 não marca o trecho seguinte com aspas, o que pode vir a dificultar a recuperação inferencial das explicaturas e

implicaturas. O leitor/ouvinte do TA não poderá saber onde “está escrito” que “o estrangeiro não deve ser ofendido e nem pressionado”, uma vez que S4 não fornece em seu texto esta informação contextual. Este fato pode diminuir o grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA.

No entanto, como afirmar que o público-alvo do TF também poderia recobrar, sem grande esforço de processamento, que o trecho bíblico se referia ao Livro do Êxodo? Sem dúvida, para tanto, o público-alvo deveria estar altamente familiarizado com as passagens bíblicas a ponto de reconhecer um determinado excerto bíblico naquele trecho específico do Talmud. Porém, não se deve descuidar o fato de que *sheneemar* é um termo técnico e que, quando lido ou escutado, provoca junto a seus leitores ou ouvintes o reconhecimento de que a parte seguinte da frase trata de uma citação bíblica. Neste ponto é que o público-alvo original se encontra privilegiado em relação ao público-alvo do TA de S4.

S5	pois está dito “...” ¹
----	-----------------------------------

¹ Nota de rodapé: “Shemot 22:20”.

Pode-se remeter, aqui, à análise feita anteriormente para S3. S5 desmembra a expressão *sheneemar*, transformando-a em uma oração explicativa introduzida pela conjunção coordenativa “pois”. Como já mencionado, este processo pode ser caracterizado como um processo de explicitação governado pela norma linguística.

Também semelhantemente a S3, S5 usa o recurso do sinal gráfico das aspas para indicar o que está dito. A diferença é que em S5 o processamento inferencial da informação pelo público-alvo pode ser facilitado, pois no trecho seguinte com a citação bíblica entre aspas, S5 insere uma nota de rodapé, identificando o respectivo trecho na Bíblia. O esforço de processamento da informação é, assim, diminuído e a produção dos efeitos cognitivos almejados fica garantida. Pode-se identificar este processo como um processo de explicitação de natureza estratégica, já que se baseia mais em informações contextuais do que no sistema linguístico do português.

Com relação à semelhança interpretativa, vale afirmar que o grau de semelhança interpretativa alcançado entre o TF e o TA de S5 é alto. O público-alvo de S5 tem condições, por meio da explicatura do TA, de atingir as implicaturas do TF, tal qual supostas pelo tradutor.

S6	pois está escrito: “...”
----	--------------------------

No tocante à tradução de *sheneemar*, o TA produzido por S6 se assemelha deveras ao TA de S2. Transformando a expressão aglutinante hebraica em uma oração, S6 emprega a conjunção coordenativa explicativa “pois” para introduzir a oração. Mantém com “está escrito” a forma passiva como tradução da forma verbal *niphil* hebraica. Como a ideia veiculada pela expressão em hebraico foi explicitada em português, fazendo-se uso de uma oração explicativa, pode-se constatar que esse processo de explicitação é governado pela norma linguística do português.

Quanto à tradução do verbo *amar*, cujo significado é “dizer”, deduz-se que o tradutor serviu-se de um processo de explicitação de natureza estratégica. Explicitando que, na verdade, a citação que virá logo a seguir está “escrita”, fixada nas Escrituras Sagradas, S6 se vale de informações contextuais presentes em seu ambiente cognitivo. O emprego do sinal de pontuação (“dois pontos”) e do sinal gráfico das aspas constitui-se em mais um recurso para guiar seu público-alvo rumo à interpretação pretendida, ou seja, a de que a discussão nesse ponto se baseia em um trecho bíblico.

Pode-se, no entanto, discutir o grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA de S6. Este, como visto no parágrafo acima, prepara seu público-alvo para reconhecer um trecho bíblico que está servindo de base para a discussão em tela. Contudo, se analisarmos a tradução da passagem bíblica, veremos que S6 fala em “convertido” no lugar do “estrangeiro” bíblico do Livro do Êxodo, o que leva à conclusão de que não citou o trecho tal como se encontra na Bíblia. Como S6 mesmo verbaliza em seu relato retrospectivo, ele prefere dar sua própria tradução ao invés de citar o trecho *ipsis litteris*. S6 diz: “eu tento dar uma tradução direto do hebraico, que eu acho que é um pouquinho mais neutra”. Porém, essa neutralidade de que fala S6 vem imbuída, aqui, de uma interpretação do próprio tradutor, ao traduzir *guer* por “convertido”.

Se o propósito da expressão do TF é guiar o leitor/ouvinte ao reconhecimento da passagem bíblica, no TA de S6 esse propósito se encontra prejudicado, já que nas traduções correntes da Bíblia para o português não se fala em “convertido” (cf. a tradução da respectiva passagem do Livro do Êxodo na contextualização feita anteriormente). Daí tem-se que o grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA de S6 é mais baixo.

S7	Porque está dito: “...” ¹
----	--------------------------------------

¹ Nota de rodapé: “Bíblia Hebraica, trad. David Gorodovits e Jairo Fridlin, Êxodo 22:20”.

Tem-se acima a opção tradutória de S7, parcialmente semelhante aos TAs de S3 e S5 (remete-se aqui o leitor às reflexões desenvolvidas *supra* na análise do TA desses sujeitos). A diferença é que, na tradução de *sheneemar*, vale-se de uma outra conjunção explicativa, “porque”, sinônima de “pois” (cf. HOUAISS, 2001). Ao explicitar toda uma relação explicativa contida na expressão hebraica, desmembrando-a em uma oração explicativa em português, S7 faz uso de um processo de explicitação governado pela norma linguística.

Após a oração explicativa, S7 insere dois pontos e abre aspas. O recurso da pontuação (dois pontos), bem como a introdução das aspas na citação remetem o leitor do TA a um outro texto que não este em questão. Como a Mishná comenta o texto bíblico, há de se concluir que a passagem citada provém da Bíblia. É este o percurso inferencial que o leitor do TA deverá fazer. Este percurso é maior do que o imaginado para o público-alvo de S1 (já que S1 explicita que se trata das “Escrituras Sagradas”), mas levando-se em conta a dificuldade inerente à compreensão de textos talmúdicos, mesmo para quem lê hebraico, pode-se afirmar que o grau de semelhança interpretativa é alto.

Outra questão importante de se notar é a aposição de nota de rodapé, indicando a fonte bíblica de onde provém a citação. Vê-se que o processo de explicitação em curso, derivado da tradução de *sheneemar*, não se esgota com a oração explicativa em português “porque está dito”. Além dos sinais gráficos, o tradutor ainda emprega notas de rodapé, a fim de dar maior solidez ao percurso inferencial que seu público-alvo terá. Todo esse processo de explicitação pode ser caracterizado como sendo de natureza estratégica, pois é fruto de informações contextuais disponíveis no ambiente cognitivo do tradutor e das quais se serve para resolver aquele determinado problema de tradução.

S8	conforme foi dito:
----	--------------------

Também em S8 temos o desmembramento da expressão hebraica *sheneemar* em uma oração. Inicia o trecho com uma conjunção conformativa, com o intuito de guiar o

leitor/ouvinte em seu percurso inferencial, ou seja, leva seu público-alvo a chegar à conclusão de que o que está sendo discutido nesta porção específica da Mishná “foi dito” em um outro lugar. É um processo de explicitação governado pela norma, já que explicita o fato de que algo ocorre segundo o que foi dito e se vale para tanto da norma linguística do português. O uso dos dois pontos também é consoante ao sistema linguístico do português.

Fica, no entanto, implícito em seu texto em qual fonte se baseia, pois após os dois pontos S8 não usa aspas, dificultando a recuperação inferencial das explicaturas e implicaturas geradas pelo enunciado do TF. Por não ter feito tampouco uma citação *ipsis litteris* da Bíblia, o público do TA terá, supostamente, maior dificuldade em localizar em seu ambiente cognitivo a informação de que se trataria, aqui, de um trecho bíblico. Este fato diminui o grau de semelhança interpretativa.

Entende-se, ainda, que não houve processo de explicitação de natureza estratégica, já que S8 não explicitou em seu TA a informação de que aquela citação provém das Escrituras. S8 mantém as codificações conceituais e procedimentais presentes em *sheneemar*: o verbo “dizer”, a conjunção e a forma passiva. Esse processo foi governado pela norma linguística e situa-se dentro do âmbito da semântica, enquanto a explicitação de informações contextuais não teve lugar.

Quadro sinóptico apresentando as traduções para as codificações conceituais e procedimentais analisadas em 3.4.4., com as respectivas categorizações de explicitação

TF (M6): *sheneemar*

Codificação procedimental analisada: *she*

Codificação conceitual analisada: *neemar*

A seguir, um quadro com as traduções de cada sujeito para M6 (v. próxima página):

Sujeitos	TF
S1	pois a Escritura diz: “...”
S2	pois está escrito “...” ⁴ ⁴ Nota de rodapé: “Trecho extraído da tradução do R. Melamed”.
S3	pois está dito “...”
S4	pois está escrito que
S5	pois está dito “...” ¹ ¹ Nota de rodapé: “Shemot 22:20”.
S6	pois está escrito: “...”
S7	Porque está dito: “...” ¹ ¹ Nota de rodapé: “Bíblia Hebraica, trad. David Gorodovits e Jairo Fridlin, Êxodo 22:20”
S8	conforme foi dito:

Quadro 9 – Traduções de M6

Legenda para quadro 10:

- estratégica = processo de explicitação de natureza estratégica
- norma = processo de explicitação governado pela norma
- x = ausência de processo de explicitação

Sujeitos	<i>she</i> codificação procedimental	<i>neemar</i> codificação conceitual
S1	Norma	estratégica
S2	Norma	estratégica
S3	Norma	estratégica
S4	Norma	estratégica
S5	Norma	estratégica
S6	Norma	estratégica
S7	Norma	estratégica
S8	Norma	x

Quadro 10 – Explicitação em M6

3.4.5. Análise de G11-12: נבילות וטריפות, שקצים ורמשים (*neveilot utereifot shequetsim uremassim*)

A seguir um quadro com as traduções de cada sujeito da pesquisa:

Sujeito	G11-12
S1	carcaças e carne estraçalhada, [que comeu] carne proibida e répteis
S2	comidas impuras e proibidas, coisas abomináveis e rastejantes
S3	carcaças, animais impróprios, répteis e abominações
S4	alimentos impuros e larvas
S5	coisas podres, <i>taref</i> , repugnantes e asquerosas
S6	coisas impuras e detestáveis, como insetos
S7	podridão e porcária, répteis e vermes
S8	coisas proibidas, répteis e lagartos

Quadro 11 – Traduções de G11-12

S1	carcaças e carne estraçalhada, [que comeu] carne proibida e répteis
----	---

De acordo com a contextualização feita anteriormente para este excerto da Guemará, o Talmud lista, à guisa de exemplo, alguns alimentos proibidos pela lei judaica para o consumo. São quatro codificações conceituais, gerando uma explicatura forte e também implicaturas fortes. S1 precisou de aproximadamente 21 minutos (camrec 1h 33m 50s – 1h 54m 31s) para concluir a tradução deste trecho, o que leva a indicar um grande esforço processual de sua parte. Traduz as quatro codificações conceituais em hebraico em quatro codificações conceituais em português, explicitando na terceira (“carne proibida”) a noção do alimento não *kosher*.

Entende-se que se trata de uma explicitação, uma vez que, explicando para o leitor que *shequetsim* é um alimento proibido, S1 veicula já na forma proposicional do enunciado a ideia de que o alimento impuro é proibido. Este processo de explicitação pode ser considerado como sendo de natureza estratégica, pois é uma decisão *ad hoc* do tradutor, advinda para solucionar um problema de tradução naquele momento. Poderia ser dispensável, já que o público-alvo poderia chegar, a partir da listagem de alimentos impuros, às inferências pretendidas.

No entanto, o tradutor não deixa a cargo de seu público-alvo essa responsabilidade. Ele se baseia nas informações contextuais de que dispõe, inserindo no texto a noção de proibição. Com isto, lembra que um judeu não deve fazer uso de uma série de alimentos proscritos pela lei divina. O público-alvo poderá recobrar a explicatura forte de que se trata, aqui, das leis de *cashrut*. Vale dizer que o grau de semelhança interpretativa alcançado entre o TF e o TA de S1 é alto.

S2	comidas impuras e proibidas, coisas abomináveis e rastejantes
----	---

S2 necessitou de pouco menos de 7 minutos (2h 11m 50s – 2h 18m 42s) para dar sua tradução de G11-12. Nas duas primeiras codificações conceituais, veicula já no TA a noção de “comidas impuras e proibidas”, o que denota um processo de explicitação de natureza estratégica. Soluciona mais rápido que S1 a questão de como traduzir *neveilot utereifot* para um público-alvo atual, bem distante do público-alvo original. Decide-se por uma explicitação da explicatura do TF, por entender que, dessa forma, os efeitos cognitivos esperados junto a seu público-alvo serão maiores. Foi um meio de solucionar um problema visto por ele. Em seu relato retrospectivo, S2 aborda esta questão:

aí eles falando dos atos dele, eles falam, usam termos que não dá, por exemplo, *shketsim* v *ramishim*, (...), ele comeu coisas que arrastavam, (...), é uma denominação de seres específicos, você não pode comer, é mais relativo a *kashrut*. Então, se a pessoa que não está entendendo o contexto, vai ler, tipo assim, coisas abomináveis, impuras, vai ficar um negócio estranho. A pessoa não vai entender direito o que está acontecendo. E para a pessoa entender o que está no texto em hebraico, ele tem que saber o contexto.

Ou seja, se a pessoa não entender o contexto, achará essa enumeração “estranha”. Daí as escolhas tradutórias de S2 (“comidas impuras e proibidas”). Vê-se a importância da existência das informações contextuais necessárias no ambiente cognitivo do público-alvo. S2, não estando seguro da existência de tais informações junto a seu público-alvo, procura assegurar o processo inferencial por meio de uma explicitação. Isto garante ao TA um alto grau de semelhança interpretativa, haja vista que não houve violação das marcas de codificação e, ademais, é capaz de gerar, junto ao público-alvo as explicaturas e implicaturas fortes imaginadas para o TF.

S3	carcaças, animais impróprios, répteis e abominações
----	---

O tempo gasto por S3 foi o maior dentre os sujeitos, aproximadamente 30 minutos de acordo com a planilha de observação direta. Durante este tempo, procurou apoio externo em dicionários bilíngues a fim de listar os alimentos proibidos de acordo com o insumo fornecido pelo TF. Procurou não violar as marcas de codificação conceitual do TF, mas para o segundo termo (*utereifot*) decidiu-se por expandir a codificação conceitual, usando um processo de explicitação (“animais impróprios”) diante, porventura, da impossibilidade de encontrar um termo em português, tal qual encontrou para as outras três instâncias de comida não *kosher*, enumeradas no TF.

Conforme a definição constante nos dicionários apresentados na contextualização correspondente a este trecho em análise, *tereifot* são animais que foram dilacerados por uma fera ou que morreram de uma doença orgânica fatal (cf. JASTROW). Estes animais, segundo as leis rabínicas, são proibidos para o consumo. O público-alvo do TF pode chegar, possivelmente, à explicatura forte de que *tereifot* é uma comida não *kosher* e como tal é proscria pela Torá sagrada. Já o público-alvo do TA de S3 poderia não identificar o “animal dilacerado” como proibido. Por esta razão, S3 explicitou a explicatura forte, baseando-se nas informações contextuais de que dispõe. Este processo de explicitação pode ser considerado como sendo de natureza estratégica.

Quanto ao grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA de S3, pode-se afirmar que é alto. Através da enumeração no TA de alimentos proibidos, o público-alvo poderá chegar à explicatura forte de que o texto talmúdico se refere às leis de *cashrut*. Poderá, igualmente, chegar à implicatura forte de que a ingestão destes alimentos proibidos é uma blasfêmia. Estas explicaturas e implicaturas passíveis de recuperação a partir do enunciado do TA se assemelham interpretativamente àquelas imaginadas para o TF.

S4	alimentos impuros e larvas
----	----------------------------

S4, a exemplo dos demais sujeitos, se viu confrontado com a listagem de codificações conceituais em hebraico, remetendo às leis de *cashrut*. Após 02 minutos e 10 segundos (camrec 28m 45s – 30m 55s), S4 resolveu o problema com que se deparou, resumindo com duas codificações conceituais em português a listagem de comidas

proibidas pela lei judaica. No lugar de veicular em seu enunciado as quatro codificações conceituais, S4 decide-se por tornar explícita em seu TA a explicatura contida no enunciado do TF com “alimentos impuros e larvas”.

Interessante notar é que o tradutor decide manter a codificação procedimental do hebraico (*u*), “e”, ligando larvas a alimentos impuros. Pode parecer que “larvas” não pertençam à mesma categoria de animais impuros, já que S4 o destacou. O público-alvo, no entanto, não precisará de um esforço cognitivo extra para chegar à inferência de que todos os alimentos, os impuros e larvas, sejam proibidos pela lei judaica e que, nesta passagem talmúdica, o texto faz remissão às leis de *cashrut*.

Esta explicitação, baseada mais em informações contextuais do que semânticas, pode ser entendida como uma explicitação de natureza estratégica. O tradutor a considerou importante, no intuito de garantir a produção de um alto grau de semelhança interpretativa, evitando, assim, que o processo de comunicação falhasse. Nesse sentido, pode-se afirmar também que o grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA é alto.

S5	coisas podres, <i>taref</i> , repugnantes e asquerosas
----	--

S5 transforma as quatro codificações conceituais do TF em “coisas” e lhes atribui qualidades, adjetivando-as: “podres, *taref*, repugnantes e asquerosas”. Mantém, porém, a codificação procedimental do hebraico: a conjunção aditiva “e”. Como sua tradução se destina a uma comunidade judaica, S5 deixa o segundo termo, *tereifot*, em hebraico, na forma singular. Ele parte do princípio de que seu público-alvo será capaz de recuperar seu significado, podendo, assim, inferir as explicaturas e implicaturas geradas pelo TF.

Além de *taref*, que S5 julga recuperável por seu público-alvo, ele procura criar, através dos adjetivos “podres”, “repugnantes” e “asquerosas”, junto a seu público-alvo a ideia de uma série de qualidades impróprias a alimentos. Pensa que a simples menção a um animal dilacerado (*neveilot*), p.ex., pode não ser suficiente para que seu público-alvo chegue às explicaturas e implicaturas vistas pelo tradutor no enunciado do TF. Dessa forma, tenta produzir no ambiente cognitivo de seu público-alvo efeitos cognitivos tais que possam ser congruentes com os imaginados para o público-alvo do TF. Os adjetivos em questão podem criar um sentimento de repulsa e asco no leitor/ouvinte do TA, fazendo com que veja nesta classe de comidas uma infração às leis de D’us.

Como a explicatura do TF já vem explicada no enunciado do TA em português, pode-se afirmar que se trata de um processo de explicitação. Este processo pode ser qualificado como sendo de natureza estratégica, pois objetiva resolver um possível problema que advenha da falta de informação contextual no ambiente cognitivo do público-alvo do TA. S5 garante, assim, a possibilidade de produção de efeitos cognitivos através do menor esforço processual necessário, de acordo com o princípio de ótima relevância.

Quanto ao grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA de S5, é de se notar que o TA contribui para elevá-lo. Supostamente, o público-alvo do TA poderá fazer as inferências necessárias através da explicatura que tem diante de si. E estas inferências seriam compatíveis com as implicaturas imaginadas para o TF. Como a codificação conceitual é passível de expansão, pode-se dizer que não houve violação das marcas de codificação conceitual no TA, fazendo com que a semelhança interpretativa também se dê no nível da explicatura do enunciado.

S6	coisas impuras e detestáveis, como insetos
----	--

S6, assim como S5, faz uso da codificação conceitual “coisas” para traduzir as codificações conceituais presentes no TF. Também num comportamento semelhante a S5, atribui qualificação a tais “coisas”, adjetivando-as por meio dos adjetivos “impuras e detestáveis”. Através desta informação veiculada na explicatura do enunciado do TA, o tradutor tem a intenção de produzir junto a seu público-alvo aquele sentimento de repugnância em relação a alimentos não *kosher*, que é, exatamente, o que pretende o texto talmúdico. Aqueles alimentos não sancionados pela lei judaica devem ser repugnados, pois são impuros e “detestáveis”. E para exemplificar esses alimentos, S5 cita em seu TA os “insetos”, termo acompanhado pela conjunção “como”, indicando uma equivalência.

Pode-se pensar se houve violação das marcas de codificação conceitual em prol de uma simplificação do TA. S6 retira da codificação conceitual *shequetsim* a ideia de “detestável”, “impuro” (cf. o respectivo esclarecimento vocabular), e de *remassim* a noção de “bichos”, “insetos” (cf. o respectivo esclarecimento vocabular). Pauta-se, destarte, pelas codificações conceituais do TF para criar junto a seu leitor/ouvinte os efeitos cognitivos pretendidos. Portanto, não se pode falar em violação de codificação

conceitual. Ao contrário, o tradutor, após estudo de seu significado, a expande através de adjetivos capazes de guiar o público-alvo às implicaturas do enunciado do TF.

Este recurso adotado por S6 pode ser considerado um processo de explicitação, já que veicula no enunciado do TA informações apenas implícitas no enunciado do TF. Como se trata, nesse caso, de informações mais de cunho contextual do que semântico, entende-se que esse processo de explicitação seja de natureza estratégica. Além disso, ele tem a função de solucionar um dilema de tradução para este caso específico, o que condiz com a definição que Englund-Dimitrova apresenta a respeito desse tipo de explicitação.

O grau de semelhança interpretativa alcançado com o TA de S6 também pode ser considerado alto, uma vez que a explicatura do TA é capaz de gerar as implicaturas pretendidas para o TF.

S7	podridão e porcária, répteis e vermes
----	---------------------------------------

Apresenta-se, aqui, novamente uma explicitação da informação veiculada tão-somente de forma implícita no enunciado do TF. S7 traduz as duas primeiras codificações conceituais *neveilot* e *tereifot* por “podridão” e “porcária”. *Neveilot*, como visto na contextualização, é aquele animal morto de causas naturais ou por uma outra fera. Em sentido mais amplo seria aquele animal não abatido segundo o ritual da lei judaica. E *tereifot* é o animal morto por uma fera, dilacerado. Este também é proibido para o consumo segundo as leis de *cashrut*.

Como criar então o efeito cognitivo desejado junto a um público-alvo moderno, talvez não tão praticante e consciente de seus deveres religiosos quanto o pretenso público-alvo do TF? O público-alvo do TF terá, supostamente, em seu ambiente cognitivo a informação de que esse animal de que fala o Talmud é impuro e impróprio para o consumo, recuperando, dessa forma, a explicatura gerada pelo enunciado. Não seguro de que o público do TA tenha essa capacidade de recuperação inferencial, S7 explicita em seu enunciado a ideia do asco, essa aversão natural por tudo que seja hediondo, repugnante. A podridão e a porcária encontram-se, neste sentido, no mesmo patamar que “répteis e vermes”. Note-se que o tradutor tampouco violou a marca de codificação procedimental, a repetição da conjunção aditiva “e”.

Esta explicitação da noção de coisas podres e imundas no TA pode ser considerada como sendo explicitação de natureza estratégica, já que S7 se baseia em

informações contextuais para levá-la a cabo. Com esse recurso, S7 pode conseguir produzir os efeitos cognitivos desejados com o mínimo de esforço processual necessário, aumentando o grau de semelhança interpretativa entre seu texto e o TF. Como não há violação das marcas de codificação conceitual e procedimental e as explicaturas e implicaturas geradas são congruentes àquelas imaginadas para o TF, afirma-se, então, que o grau de semelhança interpretativa é bastante alto.

S8	coisas proibidas, répteis e lagartos
----	--------------------------------------

S8 segue a mesma linha de raciocínio dos sujeitos analisados anteriormente. A fim de guiar seu público-alvo rumo às explicaturas e implicaturas pretendidas, o tradutor coloca explicitamente no enunciado do TA a noção de proibição. As duas primeiras codificações conceituais *neveilot* e *tereifot* vêm resumidas no TA de S8 como “coisas proibidas”. Dessa forma, como já discutido *supra*, o enunciado do TA explicita o que está apenas implícito no TF, ou seja, que carcaças de animais mortos por causas naturais e animais dilacerados por feras fazem parte daqueles alimentos proscritos pela Torá. As duas codificações conceituais seguintes, “répteis e lagartos”, já são passíveis de criar junto ao leitor/ouvinte aquele sentimento de repulsa e asco contido na implicatura do enunciado do TF. A codificação procedimental “e” também foi mantida, não causando violação. Assim, pode-se averiguar um grau de semelhança interpretativa alto entre o TF e o TA.

O processo de explicitação da noção de “proibição” pode ser considerado, pelos mesmos motivos apontados anteriormente, como sendo de natureza estratégica. Funda-se no conhecimento de informações contextuais e advém para solucionar um problema específico de tradução.

Quadro sinóptico apresentando as traduções para as codificações conceituais analisadas em 3.4.5., com as respectivas categorizações de explicitação

TF (G11-12): *neveilot utereifot shequetsim uremassim*

Codificações conceituais analisadas: *neveilot utereifot shequetsim uremassim*

A seguir novamente um quadro com as traduções de cada sujeito:

Sujeito	G11-12
S1	carcaças e carne esfaçalhada, [que comeu] carne proibida e répteis
S2	comidas impuras e proibidas, coisas abomináveis e rastejantes
S3	carcaças, animais impróprios, répteis e abominações
S4	alimentos impuros e larvas
S5	coisas podres, <i>taref</i> , repugnantes e asquerosas
S6	coisas impuras e detestáveis, como insetos
S7	podridão e porcária, répteis e vermes
S8	coisas proibidas, répteis e lagartos

Quadro 11 – Traduções de G11-12

Sujeitos	Codificação conceitual
S1	explicitação de natureza estratégica
S2	explicitação de natureza estratégica
S3	explicitação de natureza estratégica
S4	explicitação de natureza estratégica
S5	explicitação de natureza estratégica
S6	explicitação de natureza estratégica
S7	explicitação de natureza estratégica
S8	explicitação de natureza estratégica

Quadro 12 – Explicitação em G11-12

3.4.6. Análise de G21: הדבר מסור ללב (*hadavar massur lalev*)

O quadro a seguir mostra como cada tradutor buscou veicular em sua tradução a interpretação gerada por ele durante a leitura de G21:

S1	os objetos influenciam o coração da pessoa
S2	esta informação (falta de dinheiro) é reservada apenas ao coração
S3	o assunto é voltado ao coração
S4	o objeto penetra o coração
S5	isso fica entregue ao coração
S6	isso toca o coração
S7	a coisa se ocultará em teu coração
S8	a coisa está entregue ao coração

Quadro 13 – Traduções de G21

Vê-se que, com exceção de S5 e S8 com escolhas tradutórias análogas à acepção constante dos dicionários (“entregar”), cada um dos outros sujeitos procurou, de modo diferente, gerar uma forma proposicional que fosse capaz de criar junto a seu público-

alvo as explicaturas e implicaturas imaginadas para o TF, com o intuito de gerar um alto grau de semelhança interpretativa.

A Guemará adverte a não cobiçar um objeto quando não se tem dinheiro para comprá-lo, pois tal fato é capaz de enganar o vendedor, iludindo-o. Faz-se remissão ao trecho correspondente da Mishná (M2-3): não se deve perguntar o preço de um objeto se não se tem a intenção de adquiri-lo. Caso haja tal comportamento por parte de um indivíduo, este ferirá seu companheiro (com palavras), pois sua conduta não ética pode abalar os sentimentos de outrem. Tal fato é claro.

Interessante observar, no entanto, a quem a expressão hebraica *massur lalev* se refere no TF: se àquele que cobiça o objeto ou se àquele que ficará iludido. Pelo contexto em que está inserido G21, pode-se depreender que a expressão se refere ao indivíduo que não possui o dinheiro para comprar a mercadoria exposta e que essa falta de dinheiro cabe somente a ele saber e, por conseguinte, deve agir de maneira conforme a esse entendimento. Em outras palavras, se não quer que outros saibam de sua condição, também não deve iludi-los, causando-lhes falsas expectativas.

Para a análise, a expressão *hadavar massur lalev* será considerada como uma codificação conceitual, já que veicula um determinado significado. No entanto, será também analisada, dentro dela, a codificação procedimental *ha*, o artigo definido em hebraico, quando sofrer processo de explicitação.

S1	[Que não se olhe para objetos à venda quando não se tem o dinheiro, pois] os objetos influenciam o coração da pessoa
----	--

Para melhor contextualizar a passagem, foi inserida para S1 e os demais sujeitos abaixo a porção imediatamente anterior a G21. Há de se mencionar que S1 traduziu por “objetos” duas codificações conceituais distintas no TF: *meqach* (“compra”, “mercadoria”) e *davar* (“coisa”, “palavra”), o que já denota um processo de explicitação no TA, mais de natureza estratégica do que governado pela norma, haja vista que o português teria igualmente condições de veicular esses dois significados diferentes.

S1 tomou a acepção de “coisa” para *davar*, entendendo que *davar* diz respeito ao objeto cobiçado, que é o mesmo que “influencia” o *double heart* da pessoa humana, para tomar a acepção constante do dicionário Jastrow. O coração, segundo a interpretação talmúdica, pode ser a sede de duas inclinações opostas: pode ser a sede tanto de bons sentimentos quanto de sentimentos menos nobres. E o coração pode ser

influenciável por impulsos externos, conforme as inferências a que se pode chegar a partir do TA de S1.

A mudança na codificação procedimental, transformando o singular do TF (*meqach/davar*) em plural no TA (“objetos”), generaliza o conceito de mercadoria, não mais individualizando um objeto específico exposto à venda. A própria palavra “objeto” já traz em si uma atualização do contexto, visto que se aplica muito mais a uma situação hodierna do que a um contexto antigo, onde seria mais apropriado, porventura, o termo “mercadoria”.

E de que maneira pode ser entendido o trecho: “os objetos influenciam o coração da pessoa”? Se fosse uma influência benéfica, não seria necessário advertir o leitor a não cobiçar o objeto. Depreende-se, então, que o íntimo da pessoa humana pode sofrer influências (maléficas) externas, em nosso caso, exercidas por um objeto exposto à venda. Houve, quanto ao tempo e forma verbais, igualmente uma mudança na codificação procedimental: *massur*, na forma passiva, é traduzido por um tempo presente em português na forma ativa (“influenciam”), o que gera uma alteração de perspectiva quando da interpretação do texto. O hebraico entende que o “objeto” – para tomar a escolha tradutória de S1 – é confiado ao coração, querendo dizer que o coração como se apropria dele; em português, pelo TA de S1, o coração passa a ser o alvo, os papéis se invertem. Pode-se afirmar que há diferentes graus de semelhança interpretativa entre os dois excertos em comparação; porém, não há de se negar que ambos produzem implicaturas fracas.

A explicitação verificada durante o fazer tradutório de S1 pode ser caracterizada como sendo de natureza estratégica, haja vista que o tradutor se serviu de outros meios em português, a fim de veicular uma ideia que lhe pareceu a mais indicada. Ele guia seu público-alvo rumo às implicaturas por ele vistas para o TF. Mas poderia muito bem ter mantido todas as codificações conceituais e procedimentais do TF, o que seria perfeitamente possível em português. O TA seria, supostamente, mais hermético – o que de forma alguma seria contrário ao espírito talmúdico; todavia, S1 explicitou as relações existentes entre os elementos do TF, conduzindo seu público-alvo a inferências por ele imaginadas.

S2	[Não se pode demonstrar (fingir) interesse em uma compra quando não se tem dinheiro, na medida em que] esta informação (falta de dinheiro) é reservada apenas ao coração.
----	---

S2 dá um passo mais além do que S1, pois claramente explicita no texto o que entendeu por *hadavar*: “esta informação”, explicitando entre parênteses, por sua vez, o que esta informação significa, ou seja, “falta de dinheiro”. Podemos refletir sobre a explicitação ocorrida com o adjetivo demonstrativo “esta”. É uma possibilidade que a língua portuguesa possui para veicular o sentido do artigo definido hebraico *ha*. Esse processo de explicitação pode ser visto, assim, como governado pela norma linguística, uma vez que advém da diferença entre os dois sistemas linguísticos em contraste.

Sobre a beleza da expressão hebraica *massur lalev*, S2 desenvolve seu pensamento em seu relato retrospectivo:

Ah, tem essa parte bonita aqui que eles falam: *hadavar massur lalev*. É tudo aquilo que é, como fala, como é que eu traduzi? Agora não estou achando, é aquilo que é reservado apenas para o coração. Tipo, vamos dizer, tem coisa que, vamos dizer, cobiçar a mulher do outro. É coisa que ninguém nunca vai ver você cobiçar a mulher do outro, só se for muito descarado. Aquilo, isso é um sentimento que está reservado só para o seu coração. E são essas coisas que apenas Deus pode julgar e é justamente toda vez que a Torá fala de alguma proibição em relação a coisa que apenas o seu coração pode saber, eles terminam falando: e *temerás a teu Deus*, de um jeito que, assim, também na tradução você perde (...), mas em hebraico fica muito bonito e eles até elogiam, mas não conseguiram, perde um pouco isso também.

S2 está consciente de que sua tradução “perdeu” a beleza do texto hebraico, mas foi uma escolha consciente, preferindo explicitar a informação apenas implicitamente veiculada pelo TF. Explica que a Guemará fala de coisas que apenas a pessoa (e D’us) pode saber, pois são coisas reservadas apenas ao mais íntimo da pessoa humana e que não cabe a outros saber. Tal é a falta de dinheiro, por exemplo.

A explicitação em curso durante o processo tradutório de S2 pode ser qualificada como sendo de natureza estratégica, pois não está diretamente vinculada às normas dos dois sistemas linguísticos em comparação. S2 poderia ter se guiado apenas pelas codificações linguísticas do TF, produzindo um TA mais hermético. Quis, no entanto, assegurar de alguma forma que seu público-alvo fosse capaz de produzir explicaturas e implicaturas como as imaginadas por ele para o TF.

Pode-se argumentar, entretanto, que as implicaturas recuperáveis a partir do enunciado do TA de S2 podem não mais ser fracas, pois, explicitando em seu texto a falta de dinheiro, restringe o processamento inferencial de seu público-alvo, reduzindo o

leque de possíveis interpretações. Tal fenômeno diminui o grau de semelhança interpretativa entre os dois enunciados.

S3	[Alguém não deve simular interesse num negócio se não tem dinheiro, pois] o assunto é voltado ao coração.
----	---

Quais são as inferências cabíveis para o TA de S3? Sem dúvida, a forma proposicional do enunciado desencadeia uma série de implicaturas, onde nenhuma delas é fortemente implicada. Pode-se afirmar que não há processo de explicitação em curso, visto que a tradução da expressão hebraica toma em consideração tão-somente as codificações conceituais e procedimentais do TF, não evidenciando relações apenas implícitas no TF.

Para a TR, a codificação conceitual é passível de expansão proposicional, o que faz com que as escolhas tradutórias para *hadavar* e *massur*, “assunto” e “voltado” respectivamente, não caracterizem uma violação de codificações do TF. O tradutor apenas usa da possibilidade de expansão da codificação. Quanto à codificação procedimental, foi mantida a forma passiva do verbo em português, correspondente à forma verbal passiva do hebraico.

Pode-se refletir, no entanto, sobre a palavra “assunto”, perguntando-se se não evidenciaria uma ligação da informação anterior com a afirmação em G21. Entende-se que a relação não fica explícita como em S1 ou S2, embora a determinação do substantivo por meio do artigo definido “o” tenda a configurar um determinado tipo de referência a uma informação precedente. “O assunto” diz respeito a um determinado tema, mas ainda mantém seu caráter implícito: o assunto pode ser tanto o fato de fingir interesse quanto o fato de não se ter dinheiro. É nesse sentido que o público-alvo do TA toma total responsabilidade pelas interpretações a que possa chegar, pois nenhuma delas tem a garantia de ser aquela imaginada pelo tradutor para a forma proposicional do enunciado do TF.

Tendo-se em conta essa possibilidade de produção de implicaturas fracas, pode-se afirmar que o TA de S3 se assemelha interpretativamente ao TF. Vimos que a expressão hebraica, por ser uma metáfora, é capaz de produzir junto a seu público-alvo um conjunto de implicaturas, onde nenhuma delas é forte. O mesmo se aplica ao TA em tela. Daí a constatação de que o grau de semelhança interpretativa entre os dois textos é alto.

S4	[diz para nem mesmo olhar para o negócio quando não tem dinheiro pois] o objeto penetra o coração
----	---

Temos também em S4 uma forma proposicional capaz de gerar uma série de interpretações, onde nenhuma delas é fortemente implicada. O fato de se traduzir *massur* por “penetra”, mudando-se a codificação procedimental, já que a forma passiva em hebraico é transformada em voz ativa em português, e expandindo-se a codificação conceitual, pode ser visto como uma tentativa de se explicitar a relação inferida como existente entre o “objeto” e o “coração”.

Segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa, “penetrar” pode ter as seguintes acepções que nos interessa no momento: “adentrar, alastrar-se, ter acesso, ser admitido, perscrutar, alcançar o íntimo de”. Daí tem-se a vasta gama de possibilidades para a interpretação do TA de S4: “o objeto” pode ser entendido como “o negócio” ou como a mercadoria exposta à venda, ou ainda, como o fato de não se ter dinheiro para comprar determinada coisa. Quando este “objeto” “penetra o coração”, ele atinge o âmago da alma humana, podendo aí se alastrar e perscrutar o íntimo da pessoa. Esta pode, então, se inclinar para o bem ou para o mal. Destarte, temos a advertência talmúdica para não se cobiçar algo que se situa além de nossas capacidades materiais para adquiri-lo.

Concebendo-se a tradução de S4 para *massur* como sendo produto de um processo de explicitação, pode-se afirmar que se trata de um processo de natureza estratégica. S4 selecionou entre as várias possibilidades tradutórias aquele termo em português capaz de gerar junto a seu público-alvo o tipo de implicaturas imaginadas para o TF. Em outras palavras: o tradutor se baseou nas informações contextuais de que dispunha para explicitar o sentido da expressão e, assim, garantir o sucesso da comunicação naquele trecho.

Como o conjunto de interpretações possíveis, a partir da explicatura do enunciado, é capaz de gerar implicaturas, onde nenhuma delas é forte, pode-se também afirmar que o grau de semelhança interpretativa entre o TF e o TA de S4 é alto.

S5	[Não se deve desejar um produto quando não há recursos para comprá-lo, pois] isso fica entregue ao coração
----	--

Tem-se acima a tradução de S5 para a porção G21. Se retomarmos a acepção vocabular para *davar*, pode-se ver que significa tanto “coisa” quanto “palavra”. A expansão desta codificação conceitual para “objeto”, “informação”, “assunto” (vide as análises anteriores para G21) não ocorreu aqui, haja vista que o termo *hadavar* foi traduzido pelo pronome demonstrativo “isso”. Este pronome demonstrativo faz referência à oração anterior, explicitando a função de *hadavar* no texto em hebraico. Conforme a escolha tradutória de S5 entende-se que o que “fica entregue” ao coração é a ação da oração precedente, ou seja, o fato de não se desejar um produto (S5), quando não há a disponibilidade financeira necessária.

Complexa é, no entanto, a tarefa em se verificar qual o tipo de processo de explicitação em curso, se governado pela norma ou se de natureza estratégica. Em português, poderia ser mantida a codificação conceitual para *davar* e a codificação procedimental para *ha*. Poderíamos dizer, por exemplo, “este assunto” ou “este fato”. Nesse caso, tal alternativa poderia ser compreendida como sendo um processo de explicitação governado pela norma, já que nos valem os meios linguísticos da língua portuguesa a fim de explicitarmos com “este” uma relação inferida pelo artigo definido em hebraico (*ha*). Em português, deveria ser feito um esforço processual maior para entender o artigo definido “o” em “o assunto” ou “o objeto” a fim de se inferir uma relação com a precedente exposição dos fatos. Assim, a explicitação através do pronome demonstrativo “este” seria uma opção de se diminuir o esforço de processamento do público-alvo.

Portanto, em vista do exposto acima, “isso” no TA de S5 pode ser entendido como sendo produto de um processo de explicitação de natureza estratégica, já que em português teríamos outras possibilidades, como mostrado no parágrafo anterior. O tradutor procurou resolver, aqui, um problema pontual de tradução, lançando mão de outros recursos que não daqueles estritamente ligados ao ordenamento linguístico da língua-alvo. “Isso”, como tradução para *hadavar*, carrega em si toda uma oração anterior, afirmando que tudo o que foi mencionado antes diz respeito (“fica entregue”) ao coração.

Com relação ao grau de semelhança interpretativa entre o TA de S5 e o TF, vale dizer que o grau de semelhança interpretativa é alto. O público-alvo do TA poderá,

supostamente, chegar a interpretações a partir da explicatura, onde nenhuma delas é fortemente implicada, tal qual as imaginadas para o TF.

S6	[Também não o tentará com subornos, numa hora em que ele não tem dinheiro, pois] isso toca o coração
----	--

Tem-se em S6 a mesma tradução para a codificação conceitual *hadavar* como em S5. Como a tradução dessa codificação do TF pelo pronome demonstrativo “isso” já foi amplamente discutida *supra*, não será aqui repetida a explanação anterior. Vale tão-somente repetir que a explicitação em curso é de natureza estratégica, uma vez que se apoia nas suposições contextuais do tradutor.

Importante notar, no entanto, a mudança da codificação procedimental em *massur*. Em hebraico, *massur* é uma forma de particípio, fazendo com que a oração seja entendida como uma oração na voz passiva em português (“é entregue”). S6 fez uso da voz ativa, afirmando que aquela informação veiculada pela porção imediatamente anterior da Guemará “toca” o coração da pessoa humana, ou seja, atinge o âmago da pessoa.

Apesar dessa mudança na codificação procedimental, pode-se dizer que o grau de semelhança interpretativa continua alto, haja vista as implicaturas fracas que podem ser geradas com o enunciado de S6. Essas implicaturas são congruentes com aquelas imaginadas para o TF, conforme discutido na contextualização feita a respeito desse excerto talmúdico G21.

S7	[nem mesmo ponha os olhos sobre a mercadoria quando não tens dinheiro,] a coisa se ocultará em teu coração
----	--

Sobre o TA de S7, é interessante comentar não só a expansão da codificação conceitual para *massur* (“se ocultará”), mas também a explicitação ocorrida em “teu coração”. A primeira é decorrente de um processo de explicitação de natureza estratégica, pois explicita uma relação apenas implícita no TF e visa a solucionar um problema *ad hoc* de tradução; mantém, inclusive, a voz passiva do hebraico através do pronome reflexivo “se” em português: “a coisa se ocultará” pode ser transformada em: “a coisa será ocultada”. Ademais, este processo de explicitação está baseado nas

suposições contextuais presentes no ambiente cognitivo do tradutor. Este se pauta nelas para guiar seu público-alvo rumo às aquelas inferências imaginadas por ele para o TF.

Com relação a *lalev* (“ao coração”), a escolha de S7 (“em teu coração”) também apresenta um processo de explicitação. O artigo definido na língua hebraica *ha*, aqui aglutinado com a preposição *l* (“para”), pode dar a ideia de uma determinação maior, significando aqui “o” coração de uma determinada pessoa. S7 veicula esse sentido mais determinado através do pronome possessivo “teu”, explicitando que o coração de quem se fala é o “teu”.

Há de se refletir aqui, no entanto, sobre a natureza desse processo de explicitação, se governado pela norma linguística ou de natureza estratégica. Houve já um raciocínio análogo apresentado quando do comentário das escolhas tradutórias de S5 e S6 acima, quando se afirmou que o artigo *ha* de *hadavar* poderia ser traduzido por “este” em português. Em hebraico, pode-se entender o artigo definido como um demonstrativo, o que poderia se aplicar a este trecho talmúdico em questão. Nesse caso, poderia ocorrer um processo de explicitação governado pela norma linguística. Porém, o emprego do pronome demonstrativo “teu” vai além da restrição imposta pelos sistemas linguísticos. S7 toma por base informações contextuais em seu ambiente cognitivo para explicitar o sentido do artigo *ha*. Por esta razão, este processo de explicitação se enquadra como sendo de natureza estratégica.

Mas a que inferências poderá chegar o público-alvo com as palavras “a coisa se ocultará em teu coração”? Certamente, as interpretações derivadas a partir desta explicatura serão múltiplas e nenhuma delas será fortemente implicada. Dessa forma, o grau de semelhança interpretativa alcançado entre o TF e o TA é alto, haja vista que, além das implicaturas fracas possivelmente produzidas, não houve violação de codificações conceituais e procedimentais no nível da explicatura.

S8	[também não porás os olhos num negócio na hora que ele não tem dinheiro, pois] a coisa está entregue ao coração
----	---

Temos, por fim, o TA de S8 com uma tradução bem próxima do texto hebraico. Podemos afirmar, assim como feito para S3, que não há processo de explicitação em curso, visto que S8 procurou se ater às codificações conceituais e procedimentais do TF. O TA em questão mantém as acepções constantes dos dicionários usados para a elucidação vocabular (cf. o esclarecimento vocabular correspondente a G21): “coisa,

entregue, coração” no nível das codificações conceituais. Quanto ao artigo definido, na qualidade de codificação procedimental, tampouco houve violação ou manipulação por parte do tradutor, pois em português este artigo definido foi mantido. Neste sentido, vale dizer que não houve explicitação.

Quanto às implicaturas deriváveis deste enunciado, pode-se qualificá-las de fracas, já que as inferências passíveis de serem feitas para o TA de S8 são múltiplas, não sendo nenhuma delas fortemente implicada. Afinal, a que interpretações o público-alvo pode chegar com “a coisa está entregue ao coração”? Difícil chegar a apenas uma implicatura com a garantia de que seja a correta, correta no sentido daquela imaginada para o TF.

E no tocante ao grau de semelhança interpretativa alcançado, pode-se dizer que é alto. O enunciado do TA reproduz a explicatura do hebraico em português e é capaz de gerar, junto ao público-alvo, aquela produção de efeitos cognitivos vistos pelo tradutor para o TF hebraico.

Quadro sinóptico apresentando as traduções para as codificações conceituais e procedimentais analisadas em 3.4.6., com as respectivas categorizações de explicitação

TF (G21): *hadavar massur lalev*

Codificação conceitual analisada: *hadavar massur lalev*

Codificação procedimental analisada: *ha*

Para uma melhor visualização, inserem-se novamente as traduções de cada sujeito:

S1	Os objetos influenciam o coração da pessoa
S2	esta informação (falta de dinheiro) é reservada apenas ao coração
S3	o assunto é voltado ao coração
S4	o objeto penetra o coração
S5	isso fica entregue ao coração
S6	isso toca o coração
S7	a coisa se ocultará em teu coração
S8	a coisa está entregue ao coração

Quadro 13 – Traduções de G21

Legenda para o quadro 14:

- estratégica = processo de explicitação de natureza estratégica
- norma = processo de explicitação governado pela norma
- x = ausência de processo de explicitação

Sujeitos	<i>hadavar massur lalev</i> codificação conceitual	<i>ha</i> codificação procedimental
S1	estratégica	x
S2	estratégica	norma
S3	x	x
S4	estratégica	x
S5	estratégica	x
S6	estratégica	x
S7	estratégica	estratégica
S8	x	x

Quadro 14 – Explicitação em G21

CAPÍTULO IV
DISCUSSÃO DOS DADOS:
A EXPLICITAÇÃO E AS
CODIFICAÇÕES LINGUÍSTICAS

4.1. Ponto de partida: a proposta de Alves (2008)

Foi visto no capítulo anterior de análise dos dados como cada tradutor lidou com as codificações conceituais e procedimentais presentes em 06 trechos do texto talmúdico, previamente selecionados para discussão. Para caracterização dos processos de explicitação, quando ocorridos, foram usados os conceitos apresentados por Englund-Dimitrova (2005) de explicitação governada pela norma linguística e explicitação de natureza estratégica. Foi também mencionado, em alguns casos, que os processos de explicitação de natureza estratégica eram produto de suposições contextuais presentes no ambiente cognitivo do tradutor e que essas suposições o guiaram na seleção do material linguístico do TA correspondente.

E no presente capítulo serão discutidas as possíveis relações existentes entre as categorias de explicitação governada pela norma e de natureza estratégica segundo Englund-Dimitrova (2005), os conceitos de explicitude e explicitação colocados por Steiner (2005), e as codificações procedimentais e conceituais tais quais abordadas pela TR (SPERBER & WILSON, 1995). De acordo com a proposta apresentada por Alves (2008), haveria uma interrelação entre esses conceitos. Como já apresentada no capítulo teórico desta tese, a proposta de Alves se baseia no fato de que a codificação procedimental estaria ligada à explicitação governada pela norma linguística e ao fenômeno da explicitude; já a codificação conceitual estaria vinculada à explicitação estratégica e ao fenômeno da explicitação de Steiner. Para maior clareza, repetem-se, aqui, as reflexões de Alves a respeito:

Desta forma, por meio de uma abordagem empírico-experimental, a investigação das habilidades de compreensão pragmática de tradutores expertos contribuirá para o estudo de suas habilidades de decodificação linguística. Enquanto estudo análogo à abordagem de Steiner (2005) e de Hansen-Schirra, Neumann e Steiner (2007), a proposta poderá contribuir, pelo viés inferencial, para uma maior compreensão do fenômeno da explicitação em tradução, sobretudo na diferenciação entre processos de explicitude e de explicitação (...) (118-119).

Neste sentido, este capítulo visa a lançar uma primeira discussão acerca da proposta de Alves através dos dados analisados no capítulo anterior, dados que constituem o produto de uma pesquisa empírico-experimental realizada com tradutores com um determinado grau de expertise na tradução de textos do hebraico religioso para o português do Brasil.

4.2. As codificações linguísticas (TR) e os processos de explicitação em curso segundo a abordagem de Englund-Dimitrova (2005)

Primeiramente, faz-se mister a apresentação de um quadro sinóptico, mostrando, à guisa de resumo, o tipo de explicitação (quando ocorrida) e o tipo de codificação a ela ligado. Para maiores detalhes quanto a este quadro, há de se remeter ao capítulo anterior, onde se encontra a análise em detalhes de cada excerto talmúdico em questão.

Legenda:

- S = sujeito
- M = Mishná
- G = Guemará
- cc = codificação conceitual
- cp = codificação procedimental
- e = explicitação de natureza estratégica
- n = explicitação governada pela norma
- x = ausência de processo de explicitação

S	M 1-2 cc	M 1-2 cp	G 1-7 cc	G 1-7 cc	G 1-7 cp	G 1-7 cp	G 1-7 cp	M 3 cc	G 7 cc	M 3 cp	G 7 cp	M5 G9 cc	M 5 cp	G 9 cp	M 6 cp	M 6 cc	G 11 cc	G 21 cc	G 21 cp
S1	e	n	e	e	n	n	n	e	e	n	n	e	n	n	n	e	e	e	x
S2	e	n	e	e	n	n	n	e	e	x	x	e	x	x	n	e	e	e	n
S3	e	n	e	e	n	n	n	e	e	x	n	x	n	n	n	e	e	x	x
S4	e	n	e	e	n	n	x	x	x	n	n	x	n	n	n	e	e	e	x
S5	e	n	e	e	n	n	n	x	x	n	n	x	n	n	n	e	e	e	x
S6	e	x	e	e	n	n	x	e	e	n	n	x	n	n	n	e	e	e	x
S7	e	n	e	e	n	n	n	e	e	n	n	x	n	n	n	e	e	e	e
S8	e	n	e	e	n	n	n	e	e	n	n	x	n	n	n	x	e	x	x

Quadro 15 – Quadro sinóptico – Explicitação

A partir deste quadro pode-se constatar que foram analisadas 19 instâncias de codificações linguísticas nos TAs dos 08 tradutores, sendo 09 codificações conceituais e 10 codificações procedimentais, o que perfaz um total de 152 resultados alcançados com a análise. Os excertos talmúdicos selecionados para análise representam um desafio para o tradutor, conforme discutido e apresentado no capítulo metodológico desta tese, já que envolvem termos e conceitos, os quais, em vista da distância temporal, espacial e cultural entre os contextos de produção do TF e do TA, podem criar graus diferentes de semelhança interpretativa, caso o tradutor não esteja apto a metarrepresentar o ambiente cognitivo tanto do público-alvo do TF quanto o do público-alvo do TA.

E como resultado da metarrepresentação empreendida pelo tradutor, a qual ainda será objeto de análise no capítulo seguinte, pode-se averiguar que, dentre as 152 instâncias analisadas, houve processos de explicitação em 125 delas, ou seja, em 82,23% dos casos o tradutor fez uso de um processo de explicitação, seja ele governado pela norma, seja ele de natureza estratégica. Pode-se afirmar, assim, que, lidando com contextos desconhecidos, o tradutor está muito mais propenso a explicitar em seu texto relações que estejam apenas implícitas no TF. Seu intuito com tais processos de explicitação é garantir um alto grau de semelhança interpretativa entre seu TA e o TF, após ter metarrepresentado os ambientes cognitivos do público-alvo dos respectivos textos.

É importante observar também que o número de codificações conceituais e procedimentais analisadas é praticamente o mesmo: 09 codificações conceituais e 10 procedimentais, perfazendo um total de 19 codificações linguísticas. Em termos percentuais pode-se dizer que as codificações conceituais perfazem 47,37% do total, enquanto as procedimentais perfazem 52,63%. Estas 19 codificações produziram 152 instâncias de análise, distribuídas entre os 08 sujeitos da pesquisa empírico-experimental desenvolvida. Vimos também que destas 152 instâncias houve processo de explicitação em 125 delas (82,23% do total, dos quais 42,76% governados pela norma e 39,47% de natureza estratégica). Mas que tipo de explicitação existe e quando ocorreu?

Uma contagem numérica, tomando-se como base o quadro sinóptico apresentado anteriormente, mostra que as 125 instâncias de explicitação estão assim distribuídas: 65 processos de explicitação governados pela norma linguística e 60 processos de explicitação de natureza estratégica. Em termos percentuais vale dizer que os processos governados pela norma representam 52%, enquanto os de natureza estratégica representam 48% do total de explicitações. É interessante notar que, assim como o número de codificações conceituais e procedimentais analisadas é praticamente o mesmo, com a diferença de somente 5,26 pontos percentuais, o número de processos de explicitação governados pela norma e de natureza estratégica é também praticamente o mesmo, diferindo apenas em 4 pontos percentuais.

Pode-se dizer que, neste caso, não se trata apenas de uma coincidência. Estudando-se o quadro sinóptico com as 152 instâncias analisadas, pode-se observar que os processos de explicitação governados pela norma linguística estão 100% vinculados à codificação procedimental. Quando o tradutor se viu impingido a explicitar a codificação procedimental do TF, ele o fez tomando como base o ordenamento

linguístico do português, o qual, a seu ver, não permitia uma solução outra para aquele aspecto do sistema linguístico do hebraico. Para ilustrar, podem-se retomar alguns exemplos (para maiores detalhes da discussão, cf. a porção correspondente no capítulo de análise).

Em G7 temos uma característica de texto talmúdico, que é a não utilização de sinais gráficos de pontuação para marcar, *e.g.*, o final da frase. Em português, os sujeitos tradutores, excetuando-se S4 e S6, colocaram um ponto final, com a intenção de marcar, claramente, o final de uma discussão e a chegada a uma conclusão. Esta explicitação através do sinal gráfico é um processo de explicitação ocasionado pela diferença entre os dois sistemas linguísticos.

Um outro exemplo é o caso da codificação procedimental em M3, *hayah*, a forma *qal* do verbo hebraico com o sentido de pretérito perfeito. O hebraico bíblico e o hebraico talmúdico fazem frequentemente uso dessa forma, mas não para sempre designar passado, e sim para dar uma aceção de futuro ao verbo. Em português, o tradutor não vislumbrou essa possibilidade através do sistema linguístico da língua portuguesa e explicitou a relação de futuro através do emprego, *p.ex.*, do futuro do subjuntivo “for”.

Por fim, um terceiro exemplo é dado pelo prefixo *she* na expressão *sheneemar* (M6). Este prefixo aglutinante tem o sentido de explicação em hebraico talmúdico. Para sua tradução em português, todos os sujeitos foram levados a explicitar essa relação através de uma oração explicativa introduzida por conjunções explicativas (“pois, porque”) e por uma conjunção conformativa (“conforme”), já que em português não foi possível manter a mesma estrutura aglutinante do hebraico.

Os três exemplos citados acima foram decorrentes de um processo de explicitação da codificação procedimental. Foi visto no capítulo de análise que todos esses processos de explicitação foram governados pela norma linguística.

Voltando-se ao quadro sinóptico e à equivalência, em termos numéricos, entre os processos de explicitação governados pela norma linguística e aqueles de natureza estratégica, de um lado, e, de outro, entre as codificações conceituais e procedimentais, pode-se afirmar que os processos de explicitação de natureza estratégica estão vinculados em 98,33% dos casos às codificações conceituais. Assim como feito para as codificações procedimentais, é possível ilustrar essa relação através de alguns exemplos.

Em M3 tem-se a codificação conceitual *baal teshuvá*. 06 dentre os 08 tradutores explicitaram a ideia contida dentro da expressão hebraica: “pessoa que se arrependeu”,

“pecador arrependido”, “penitente”, entre outras. Este processo de explicitação vem ligado a informações contextuais que o tradutor escolheu veicular em seu TA.

Outro exemplo pode ser retirado de M5 com *ben guerim*. O “filho de estrangeiros”, como expressão talmúdica, significa o descendente de conversos ao judaísmo. Esse significado foi explicitado pelos tradutores S1e S2. Ao usarem a palavra “descendente” em vez de “filho”, eles explicitaram no TA o que está implícito na explicatura do TF, ou seja, toda uma geração vindoura de convertidos. Esta explicitação foi de natureza estratégica, advinda para solucionar uma determinada questão de tradução naquele momento específico. A solução de tal questão não foi fornecida pelo sistema linguístico português, mas pelas informações contextuais presentes no ambiente cognitivo dos tradutores.

E, para finalizar, um exemplo a partir de M6. A codificação conceitual veiculada pelo verbo *amar*, “dizer”, foi explicitada em todos os tradutores com a exceção de S8. Vimos que, nesse caso, a codificação conceitual faz referência ao que está escrito nas Escrituras Sagradas. Esta é uma informação contextual (potencialmente) disponível no ambiente cognitivo dos tradutores em tela e que, em português, foi veiculada através de um processo de explicitação de natureza estratégica, visto que não pode ser explicado pelas restrições impostas pelos sistemas linguísticos em contraste.

Como mencionado, esses processos de explicitação da codificação conceitual foram analisados e considerados como sendo processos de explicitação de natureza estratégica.

Dentre as instâncias analisadas houve apenas um caso em que a explicitação de natureza estratégica não veio ligada à codificação conceitual. Foi o caso de G21 para S7, onde a codificação procedimental foi explicitada através de um processo de natureza estratégica, conforme discutido no capítulo de análise anterior. Lá, o artigo definido hebraico (*ha*) foi traduzido pelo pronome possessivo em português (“teu”).

Se tomarmos a definição de norma linguística, tal qual concebida por Englund-Dimitrova, conforme discutido durante o capítulo teórico desta tese, veremos que a norma é vista “sob um ponto de vista textual” e é ela que vai guiar o tradutor na seleção do material linguístico do TA. A partir das normas linguístico-textuais, o tradutor escolherá itens lexicais, expressões e características estilísticas de seu texto traduzido. E mais, ele vai se guiar pelas normas da língua-alvo. Nesse sentido, os processos de explicitação governados pela norma linguística tendem fortemente a incidir sobre a codificação procedimental. Como também visto anteriormente, a codificação

procedimental é responsável por restringir o processo inferencial durante um ato de comunicação e se caracteriza, como o próprio nome indica, em codificar procedimento: tempos verbais, negação, desinências verbais, marcas de plural e singular etc. São características de cunho linguístico-textual que vão fundamentar um processo de explicitação governado pela norma linguística.

Quanto aos processos de explicitação de natureza estratégica, vale dizer que apresentam uma forte tendência em incidir sobre a codificação conceitual. Esta apresenta propriedades lógicas, podendo ser enriquecida e expandida. No entanto, esse processo de expansão e enriquecimento não se vincula às restrições impostas pela norma linguística do TA. Ele está muito mais ligado a informações extratextuais, sendo produto das suposições contextuais de que o tradutor dispõe em seu ambiente cognitivo. E como discutido durante o capítulo de análise, os processos de explicitação de natureza estratégica, quando ocorridos, se referem a informações recuperadas a partir de suposições contextuais. Daí tenderem a recair sobre informações codificadas conceitualmente no TF.

Retomando as reflexões de Alves (2008), pode-se afirmar, destarte, que existe, de fato, uma estreita relação, de um lado, entre a codificação conceitual e a explicitação estratégica e, de outro, entre a codificação procedimental e a explicitação governada pela norma linguística. Todas as instâncias de codificação conceitual que foram explicitadas no TA o foram por meio de um processo de explicitação de natureza estratégica. Porém, nem todos esses processos de natureza estratégica recaíram apenas sobre a codificação conceitual. O que se pode assegurar, por meio dos resultados obtidos com esta pesquisa de doutoramento, é que existe uma forte tendência a que a codificação conceitual, quando vier a ser explicitada, venha a sofrer um processo de explicitação de natureza estratégica.

Quanto aos processos de explicitação governados pela norma linguística vale afirmar que todos os processos desse tipo recaíram sobre a codificação procedimental. No entanto, nem todas as codificações procedimentais, quando explicitadas, o foram por meio apenas de um processo governado pela norma. Mais uma vez há de se afirmar que existe uma forte tendência a que a codificação procedimental, quando for explicitada pelo tradutor em seu TA, o seja através de um processo de explicitação governado pela norma linguística.

O que não cabe analisar nesta tese são as 27 instâncias em que não houve processo de explicitação. Destas, 14 referem-se à codificação procedimental e 13 à

codificação conceitual, ou seja, os números são praticamente os mesmos. Poder-se-ia perguntar, no entanto, se os processos de explicitação apresentam uma tendência a atingir mais um tipo de codificação do que outro. Porém, estas reflexões encontram-se fora do escopo desta pesquisa de doutoramento.

4.3. As abordagens de Englund-Dimitrova (2005) e as de Steiner (2005) e Hansen-Schirra *et al.* (2007) em comparação

De acordo com a hipótese levantada em Alves (2008), haveria uma correlação entre os conceitos de explicitação de Englund-Dimitrova (2005) e aqueles apresentados por Steiner (2005) e Hansen-Schirra *et al.* (2007). Na subseção anterior, foi apresentada a interrelação existente entre a codificação linguística e os conceitos de explicitação governada pela norma e de natureza estratégica (Englund-Dimitrova). Resta agora verificar como a interrelação apontada anteriormente se relaciona com a abordagem de Steiner.

Retomando, pois, a exposição teórica do capítulo I, vimos que Steiner (2005) e Hansen-Schirra *et al.* (2007) diferenciam entre dois fenômenos de explicitação: a explicitude e a explicitação propriamente dita. A primeira, explicitude (*explicitness*), situa-se no domínio da semântica e depende de uma interpretação baseada nas propriedades das codificações linguísticas. A segunda, a explicitação (*explicitation*), localiza-se no domínio da pragmática, dependendo de uma interpretação de alto nível, vinculada a um contexto específico. Mencionou-se ainda que Steiner deixa deliberadamente de fora de suas pesquisas o que ele denomina explicitação. Esta, em contrapartida, pode ser vista, de acordo com o arcabouço teórico da TR, como um processo de base inferencial.

A questão que ora se apresenta é se a explicitude e a explicitação, tal qual descritas por Steiner e Hansen-Schirra *et al.*, podem ser correlacionadas com as categorias de Englund-Dimitrova, quais sejam: a explicitação governada pela norma e a explicitação de natureza estratégica respectivamente. A explicitação governada pela norma leva em conta as diferenças entre os dois sistemas linguísticos em contraste. A explicitação de natureza estratégica está ligada por sua vez a informações contextuais. Pelas reflexões feitas durante a análise desenvolvida no capítulo III, pode-se discutir também como os processos de explicitação se enquadrariam nas categorias de Steiner e concluir, assim, se existe realmente uma interrelação entre as abordagens. Tomem-se,

então, alguns exemplos de codificações linguísticas do texto-fonte talmúdico, iniciando-se pelas codificações procedimentais.

Em M1-2 temos uma construção peculiar do texto hebraico: a ausência do verbo *lihiót* (“ser/estar”) quando conjugado no tempo presente. Na tradução para o português, houve uma explicitação, já que os padrões linguísticos da língua portuguesa não permitem a ausência do verbo nesta situação. Para suprir esta lacuna, os tradutores usaram uma série de possibilidades: “se aplica, existe, é, há”. Este processo é derivado das diferenças entre os sistemas linguísticos em contraste. A recuperação desta informação codificada procedimentalmente ocorre, pois, no âmbito da semântica. É o que Steiner denomina explicitude (*explicitness*), onde a interpretação é baseada nas propriedades das codificações linguísticas e sua recuperação ocorre fundada na lexicogramática. Pela abordagem de Englund-Dimitrova, viu-se que se trata de um processo de explicitação governado pela norma linguística.

Um segundo exemplo de codificação procedimental encontra-se em G7 e se constitui na aposição do sinal gráfico de ponto final ao término da conclusão a que se chegou sobre a gravidade de *onaah*. Observou-se que é característica do texto talmúdico a ausência de sinais gráficos de pontuação. As propriedades textuais do sistema linguístico português não permitem tal recurso, fazendo com que os tradutores se vissem impingidos a colocar na passagem correspondente do TA um ponto final. Este processo de explicitação pode ser visto como uma explicitude, haja vista que diz respeito às propriedades textuais. Já pelas categorias de Englund-Dimitrova, ele foi caracterizado como sendo governado pela norma.

Um terceiro exemplo pode ser retirado de G9, *hayah*. Tem-se aqui uma forma verbal codificada na forma *qal*, a forma pretérita em hebraico. Vimos que em textos bíblicos e talmúdicos, a forma *qal* pode assumir o sentido de tempo presente ou mesmo futuro. Em português inexistente esta possibilidade. Se traduzirmos *hayah* por “foi”, o público-alvo não poderia recobrar o sentido de futuro do subjuntivo que denota o enunciado. Daí a necessidade de um processo de explicitação, causado pela diferença entre os dois sistemas linguísticos. Segundo a abordagem de Steiner, este fenômeno pode ser denominado explicitude, pois se situa no âmbito da semântica e a interpretação se baseia nas propriedades das codificações linguísticas. Pelas categorias de Englund-Dimitrova, trata-se de um processo de explicitação governado pela norma linguística.

Outro exemplo de informação codificada procedimentalmente pode ser retirado de *she* em M6, um prefixo que traz em si a noção de explicação. Em português não é

possível a construção de um termo acompanhado de um prefixo que veicule a noção de “porque”. Destarte, os sujeitos participantes da pesquisa explicitaram no TA esta relação, servindo-se de conjunções: “pois, porque, conforme”. Sua escolha está pautada no sistema linguístico do português; como este domínio é o domínio da semântica, temos o que Steiner chama de explicitude. E segundo a categorização proposta por Englund-Dimitrova, existe aqui um processo de explicitação governado pela norma.

Se tomarmos as demais codificações procedimentais em G1-7, M3, M5 e G21, não discutidas em detalhes aqui e que sofreram processo de explicitação conforme apontado no quadro sinóptico, poderemos incluir todos os processos de explicitação, com exceção de G21 para S7, como sendo dependentes de propriedades textuais. Sua interpretação situa-se no âmbito da semântica e vem ao encontro do que Steiner denomina explicitude. Como esses processos ligados às codificações procedimentais foram interpretados como processos governados pela norma linguística, segundo os critérios de Englund-Dimitrova, pode-se afirmar que existe aquela relação suposta por Alves (2008) entre codificação procedimental, a explicitude de Steiner e a explicitação governada pela norma.

Pode-se, agora, verificar o que acontece com as codificações conceituais quando foram objeto de explicitação e quando analisadas segundo as categorias de Steiner. Começando-se com M1-2, foi analisada a codificação conceitual *onaah*. Esta palavra hebraica pode assumir vários sentidos, conforme mostrado no esclarecimento vocabular correspondente, dentre eles, p.ex.: opressão, injustiça, tratamento injusto, prática de vantagem ilícita, fraude, escroqueria, engano. Os sujeitos participantes da pesquisa selecionaram os seguintes termos como tradução de *onaah* em M1-2: “interdição de engano, trapaça, enganar, engano, ofender, fraude”. Viu-se que em todos eles houve processos de explicitação, pois os tradutores, diante do problema acerca de como veicular a ambivalência de sentidos proporcionada por *onaah* no excerto talmúdico em questão, decidiram-se por explicitar um dos sentidos de *onaah* que mais se aplicava ali naquele momento. Diante da impossibilidade de encontrar uma palavra em português que pudesse transmitir todos os sentidos possíveis do hebraico, os tradutores basearam-se nas informações contextuais de que dispunham para selecionarem em seu ambiente cognitivo a melhor opção tradutória em português.

Discute-se nesta porção da Mishná e na correspondente porção da Guemará o que é mais grave: se ofender alguém por meio de palavras ou se ofender fazendo-se uso do dinheiro. Numa primeira compreensão, tendo-se como base apenas M1-2,

poderíamos associar *onaah* a qualquer dos sentidos dicionarizados. No entanto, tomando-se como base todo o contexto em que está inserida, vê-se que, através dos exemplos citados nas linhas subsequentes a M1-2, se pode chegar à conclusão de que a ofensa, o enganar alguém é o sentido privilegiado de *onaah* neste caso.

Se tomarmos as categorias apresentadas por Steiner, pode-se afirmar que o processo de explicitação em curso é dependente do contexto; o problema de tradução é solucionado pela via pragmática e depende das informações contextuais do tradutor, depende de uma interpretação de alto nível. Steiner chama esse processo de explicitação. Portanto, a explicitação do sentido da codificação conceitual *onaah* no TA seria um caso de explicitação (*explicitation*). Pela abordagem de Englund-Dimitrova, como visto, trata-se de um processo de explicitação de natureza estratégica.

Outro exemplo, cuja interpretação é dependente da via pragmática, é o termo *baal teshuvah* (M3). Enquanto codificação conceitual, trata-se de uma expressão portadora de uma carga cultural muito grande. A tradução apontada por alguns sujeitos da pesquisa denota um processo de explicitação em que, baseados no contexto em que o termo está inserido, os tradutores privilegiam um dos componentes de *baal teshuvah* em detrimento de outros. É o domínio da pragmática que guia o tradutor no processo de explicitação ao escrever, p.ex.: “pessoa que se arrependeu, pecador arrependido, penitente”. O *baal teshuvah* não é um simples pecador arrependido, é um judeu que estava afastado da religião e que, doravante, retorna aos caminhos da mesma, convertendo-se em ortodoxo. Porém, para o público-alvo brasileiro basta, segundo os tradutores em questão, que compreenda o componente do arrependimento a fim de poder inferir a interpretação desejada.

Também em M3 é possível ligar o processo de explicitação ao conceito de *explicitation* de Steiner. Este processo se dá através da recuperação de informações contextuais e situa-se no âmbito da pragmática. Quanto às categorias de Englund-Dimitrova, trata-se de um processo de natureza estratégica.

Como terceiro exemplo pode-se citar M6, onde para a tradução da informação codificada conceitualmente *neemar* alguns tradutores valeram-se do contexto em que está inserida para fornecerem sua tradução. *Neemar* tem em si o verbo *amar*, “dizer”. Alguns tradutores explicitaram no TA a informação apenas implícita no verbo, nesse caso: “a Escritura diz, está escrito na Bíblia”. Novamente temos o domínio da pragmática, do qual depende uma interpretação de alto nível do enunciado. Para recobrar o sentido do verbo *amar*, não basta uma consulta ao dicionário, não basta se

pautar pelas propriedades textuais e linguísticas. É necessário aquele conhecimento contextual do tradutor localizado no âmbito da pragmática. Pela categorização de Steiner, esse processo de explicitação de *neemar* é tido como explicitação. Já consoante a categorização de Dimitrova, é considerado como sendo de natureza estratégica.

Como último exemplo tem-se *ben guerim* em M5. *Ben*, como elucidado, é o filho. Porém, nesta porção dentro do Talmud pode adquirir um outro sentido, o de “descendente”, apontando para toda uma geração futura de *guerim*. Nos textos talmúdicos, o *guer* designa aquela pessoa que se converteu ao judaísmo. O Talmud fala então em não ofender o descendente de conversos por meio de palavras duras e de lembranças de sua vida passada. Esta informação, explicitada no TA, é fruto das suposições contextuais que o tradutor tem a respeito de um determinado estado de coisas. Portanto, esse processo de explicitação pode ser tido como um caso de explicitação (*explicitation*). Na análise baseada nos conceitos de Englund-Dimitrova, tal processo foi considerado com sendo de natureza estratégica.

Pode-se refletir também aqui a respeito das codificações conceituais G1-7, G7, G11 e G21, não analisadas aqui em detalhes. Todas elas, quando explicitadas, o foram pautadas por interpretações de alto nível, baseadas em informações contextuais disponíveis no ambiente cognitivo dos tradutores. Também esses casos configuram um processo de *explicitation* na categoria de Steiner. Como todos esses processos de explicitação foram interpretados como sendo de natureza estratégica, segundo a categorização de Englund-Dimitrova, pode-se afirmar, portanto, que existe uma interrelação entre o processo de explicitação de Steiner e aquele de natureza estratégica de Dimitrova.

Vale ainda comentar, para finalizar, aquela codificação procedimental em G21, o artigo definido *ha* em *hadavar*, que foi traduzida em S7 por um pronome possessivo. Durante a análise, chegou-se à conclusão de que se tratou aí de um processo de explicitação de natureza estratégica. O tradutor não se pautou apenas pelas propriedades linguísticas do texto, mas também pelas informações contextuais de que dispunha em seu ambiente cognitivo. Se tomarmos, agora, esse caso e o analisarmos à luz da categorização defendida por Steiner, veremos que esse caso foge às situações que Steiner chama de explicitude, situadas somente no domínio da semântica. O tradutor se vale de interpretações de alto nível, o que configura um caso de explicitação na denominação de Steiner.

Concluindo, é importante dizer que o que foi falado anteriormente sobre a forte tendência existente de processos de explicitação governados pela norma estarem ligados às codificações procedimentais, se aplica também à relação entre codificação procedimental e explicitude. Do mesmo modo, os processos de explicitação (*explicitation*) têm uma forte tendência a serem vinculados às codificações conceituais, assim como o são os processos de explicitação de natureza estratégica de Dimitrova.

Como dito anteriormente, trata-se de uma primeira discussão sobre essa suposta interrelação entre os conceitos de Steiner, os de Englund-Dimitrova e as codificações linguísticas segundo a TR. Pode-se apontar, quando muito, para uma tendência a que esses conceitos estejam relacionados entre si e que a tensão existente entre a semântica e a pragmática é também decisiva na classificação dos processos de explicitação, tanto em Steiner quanto em Englund-Dimitrova.

4.4. A interrelação apontada em Alves (2008): conclusão

À guisa de conclusão das exposições deste capítulo, é possível afirmar que, em virtude dos exemplos apresentados *supra*, confirma-se, a princípio, a interrelação apontada por Alves (2008) entre explicitação e explicitação de natureza estratégica, por um lado, e, de outro, explicitude e explicitação governada pela norma.

Para melhor entender esta interrelação, há de se observarem os limites existentes entre a semântica e a pragmática. Restringimos a semântica às propriedades linguístico-textuais. O tradutor trabalha levando em consideração as características dos sistemas linguísticos da língua-fonte e da língua-alvo e neles se baseia para a produção de seu TA. Não existe aqui, em tese, interferência de informações contextuais para guiar o tradutor na escolha de suas opções tradutórias frente a um determinado problema de tradução. Nesse sentido, temos que a semântica se aplica aos conceitos de explicitude e de explicitação governada pela norma linguística, conforme já reiteradamente discutido.

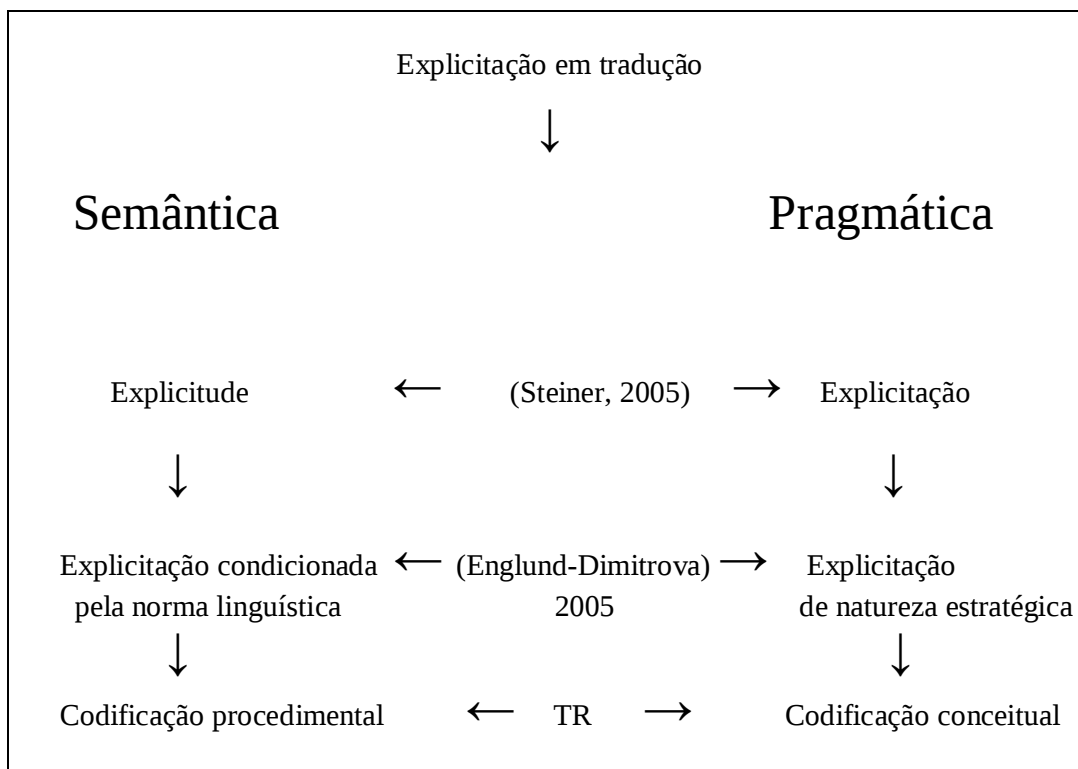
Já a pragmática se ocupa de questões que extrapolam as propriedades linguístico-textuais. O que o tradutor não consegue solucionar pela semântica, ele tenta pela via pragmática, usando informações contextuais (potencialmente) presentes em seu ambiente cognitivo. Usa, para tanto, de interpretações de alto nível e de base inferencial. Em geral, processos de explicitação que ocorrem segundo bases pragmáticas visam a resolver problemas pontuais de tradução incidentes sobre um caso específico. Nesses termos, temos que a pragmática se aplica aos processos de explicitação de natureza estratégica e àquele caso de explicitação que Steiner denomina *explicitation*.

No tocante às codificações linguísticas, a interrelação entre as mesmas e os tipos de processos de explicitação também pôde ser observada. As codificações conceituais e procedimentais selecionadas para análise sofreram processos de explicitação e foram devidamente analisados. A título de resumo, podem ser feitos mais alguns comentários a respeito.

A codificação conceitual, de acordo com o arcabouço teórico da TR, veicula significado, possuindo propriedades lógicas e sendo passível de expansão proposicional. Já a codificação procedimental restringe o processamento inferencial do público-alvo e se encontra ligada às leis de um determinado sistema linguístico. Como a explicitação de natureza estratégica, na terminologia de Englund-Dimitrova, e a explicitação, na terminologia de Steiner, dependem de uma interpretação vinculada a um contexto específico, é natural que estejam mais ligadas à codificação conceitual, portadora de significado e, segundo a TR, passível de expansão proposicional. Manipulando a codificação conceitual, o tradutor pode veicular a informação contextual pertinente e que guia o leitor/ouvinte a uma adequada interpretação do enunciado, produzindo as explicaturas e as implicaturas pretendidas.

Já a explicitude ou a explicitação governada pela norma estão ligadas à codificação procedimental, pois se situam no âmbito da semântica e dependem de uma interpretação baseada nas propriedades das codificações linguísticas. Não é o contexto, não é a pragmática que guiam o processo de explicitação neste caso, e sim a semântica, a lexicogramática. O tradutor serve-se das possibilidades de um determinado sistema linguístico para criar junto a seu público-alvo aquelas explicaturas e implicaturas vistas por ele no TF.

E para melhor visualização da interrelação apresentada como hipótese por Alves (2008), pode-se apresentar o seguinte esquema (v. próxima página):



Quadro 16 – Visualização da hipótese de interrelação

De acordo com este quadro ilustrativo, temos que no TA ocorre um processo de explicitação. Este processo de explicitação pode ser explicado como recaindo no domínio da semântica ou no domínio da pragmática. Conforme a abordagem de Steiner, é possível se diferenciar entre dois tipos de processo de explicitação: ou ele é visto como explicitude quando se encontra no domínio da semântica ou como explicitação quando no domínio da pragmática. Dentro da abordagem apresentada por Englund-Dimitrova, o processo de explicitação pode ser também de dois tipos: explicitação governada pela norma linguística e explicitação de natureza estratégica. A explicitude de Steiner, no âmbito da semântica, pode ser correlacionada à explicitação governada pela norma linguística e a explicitação, no domínio da pragmática, à explicitação de natureza estratégica. Por fim, tem-se o arcabouço teórico da TR e suas codificações linguísticas. A explicitude e a explicitação governada pela norma linguística podem ser, por sua vez, correlacionadas à codificação procedimental, enquanto a explicitação e a explicitação de natureza estratégica podem ser correlacionadas à codificação conceitual.

Conclui-se, portanto, que os resultados obtidos com a análise dos dados da presente pesquisa de doutoramento corroboram a hipótese apresentada em Alves (2008).

CAPÍTULO V
DISCUSSÃO DOS DADOS:
O PROCESSO
METARREPRESENTACIONAL
EM CURSO

5.1. A explicitação em curso: razões apontadas

A partir da análise feita no capítulo III, pode-se chegar a algumas conclusões no tocante à tradução de textos talmúdicos, mais especificamente aqueles que lidam com questões ligadas à cultura judaica em particular, tais como termos técnicos (*sheneemar*), expressões (*baal teshuvá*) e linguagem metafórica (*massur lalev*). A grande ocorrência de processos de explicitação na tradução de tais termos requer uma discussão mais aprofundada, a fim de se conhecerem os fundamentos de semelhantes processos e o motivo pelo qual ocorrem. Para tanto, serão tomados como subsídio a abordagem relevantista de Gutt sobre tradução (2000a, 2000b, 2004) e os respectivos relatos retrospectivos dos tradutores que participaram da pesquisa. Sobre Gutt, remeta-se ao preâmbulo teórico apresentado no capítulo I deste trabalho, onde se discutem os conceitos de ambiente cognitivo, metarrepresentação, entre outros.

Foram analisadas anteriormente 152 instâncias ocorrentes em excertos das traduções de 08 sujeitos dentro de uma constelação como configurada na situação (1) de ambientes cognitivos (cf. figura 3, capítulo I). Nesta situação, o tradutor e seu público-alvo compartilham o mesmo ambiente cognitivo, que é diferente do ambiente cognitivo do comunicador original. Em nosso caso específico, os tradutores estão inseridos na cultura de seu público, a cultura brasileira, dentro do Brasil, na mesma época. Já o texto talmúdico foi compilado há cerca de 2000 anos atrás.

A tradução do texto talmúdico como objetivo da presente pesquisa apresentou como característica primordial várias instâncias de explicitação. Para melhor visualização dos casos em que houve explicitação, remeta-se ao quadro sinóptico apresentado no capítulo IV (quadro 15), não com a repetição das respectivas traduções para os excertos selecionados, mas com as marcações correspondentes aos processos de explicitação em curso ou a sua ausência.

A partir daquele quadro, pode-se concluir o que se segue:

instâncias de explicitação de natureza estratégica	39,47%
instâncias de explicitação governada pela norma	42,76%
ausência de explicitação	17,77%

Quadro 17 – Percentuais de explicitação

Vê-se claramente que a grande maioria dos excertos estudados dos TAs contém instâncias de explicitação tanto de natureza estratégica quanto governadas pela norma, em número ligeiramente superior em explicitações governadas pela norma. No total,

foram 82,23% de instâncias de explicitação contra 17,77% de instâncias onde não ocorreu processo algum de explicitação. Pode-se perguntar, portanto, o que leva os tradutores a explicitarem no TA informações contidas apenas implicitamente no TF. Através de uma análise minuciosa dos relatos retrospectivos, podem ser encontradas algumas respostas a esta questão. A seguir, comentam-se trechos extraídos dos respectivos relatos.

S1 comenta sobre o problema relacionado à ambivalência de sentidos de termos no texto em hebraico, quando comenta sua tradução de M6 (“Não explorarás [= humilharás] nem oprimirás o migrante”) e de *onaah*, pois esta palavra tem um sentido no hebraico bíblico que é diferente do sentido que tem no Talmud:

Agora, como fazer para que na tradução essa ambivalência de sentidos possa aparecer? É quase impossível. É por isso que coloquei aqui, aliás, *não explorarás* entre colchete igual a *humilharás*, sabendo que a Escritura diz, no versículo, uma pessoa que vai abrir a Bíblia numa tradução, vai ver *explorarás*, não dá tanto para entender o *humilharás* aqui. Ou, também, *onaat devarim*, *interdição de engano*, *onaah* é também explorar, mas aqui tem o sentido de interdição, interdição de engano enquanto termos técnicos. Então, isso é a dificuldade maior, porque falar de polissemia é óbvio, mas aqui tem que tentar encontrar uma palavra que possibilite uma leitura precisa do texto da Guemará ou da Mishná, mas que possa ser lido também no contexto da Escritura. É quase impossível, é impossível na realidade.

“É impossível na realidade”, segundo S1. Daí a necessidade de explicitação de relações apenas implícitas no TF devido à diferença entre os sistemas linguísticos do português e do hebraico e das informações contextuais disponíveis nos ambientes cognitivos do público-alvo do TF e daquele do TA. Fica clara com sua explicação a dificuldade em se expressar em português a ambivalência de sentidos apresentada por *onaah*, por exemplo. A solução encontrada foi a explicitação deste duplo sentido na explicatura do TA.

Outra dificuldade apontada por S1 é a forma de escrita do Talmud, é o estilo talmúdico de redação. Viu-se anteriormente que o texto talmúdico é um texto hermético, sem pontuação e às vezes com ausência de conectores. S1 expõe em seu relato a dificuldade deste estilo comentando sobre o “estilo tão conciso da Mishná” e “o estilo fragmentável ou fragmentado da Guemará”, sem pontuação alguma. Nesse caso, S1 explica: “Eu também decidi acrescentar entre colchetes o que acredito ser uma ajuda para entender. São palavras que (...) não são a tradução do texto *stricto sensu*, mas que na perspectiva de uma tradução ajudam a entender o texto”. Como exemplo, pode-se citar a expressão “isso se aplica” colocada entre colchetes em G1. A aposição dos

colchetes serve, nesse caso, para explicar que aquele versículo citado das Escrituras sagradas se aplica à ofensa causada pelas palavras.

Temos aqui acesso aos motivos que levaram S1 a utilizar instâncias de explicitação em seu texto. Estes motivos estão ancorados na dificuldade em se criar, para o público-alvo, um texto capaz de gerar as explicaturas e implicaturas imaginadas para o TF. Sem a explicação a que alude S1, o TA não será capaz de produzir, junto a seu público-alvo, os efeitos cognitivos desejados.

S2 comenta em seu relato retrospectivo acerca da “técnica” do texto talmúdico e das dificuldades inerentes à tradução de palavras e expressões. No que tange mais especificamente a explicitações necessárias no TA, comenta:

acho, algumas palavras que elas realmente têm outro significado, inclusive eu coloquei entre parênteses. Muitas vezes quando eles citam, eles não terminam a citação. Então, aí eu fiz igual lá na tradução em inglês, eu terminei a citação entre parênteses ou, por exemplo, palavras que, vamos dizer, naquela tradução que eu peguei, brasileira, que eles usam *confiança* de dois jeitos. Um literalmente é confiança, você não tem o seu destino porque você confia em Deus. Outro é uma confiança também de esperança, você confia. Então eu coloquei entre parênteses e quando era uma explicação mais de contexto igual esse *baal teshuvá*, eu coloquei em nota de rodapé.

Este acréscimo de palavras entre parênteses e a inclusão de notas de rodapé são considerados processos de explicitação com a clara intenção, segundo S2, de tornar o texto talmúdico mais compreensível para seu público-alvo.

S3 também verbaliza a respeito da compreensibilidade dos textos, quando diz: “são pequenas questões de estilo talmúdico que me escapam, que eu acabei usando um pouquinho do Soncino para tornar as frases mais compreensíveis”. S3 refere-se à tradução para o inglês da editora Soncino (1991/2004). Através desta, S3 complementa sua tradução, explicitando relações, a fim de tornar seu texto mais “compreensível” para o leitor. Acrescenta pontuação e aspas, dando a seu TA mais fluência em português. Além disso, explicita significados na frase, colocando explicações entre parênteses, como ocorre, p.ex., em M2, M3 e M6.

S4 usa a metáfora do “texto duro” (= texto talmúdico), ao qual o tradutor, em sua opinião, deve dar maior “flexibilidade”:

ele é um texto duro, é um texto que é complicado de entender porque ele é muito duro. E para você dar a flexibilidade, você tem que procurar mesmo sinônimos e até adjetivos, incluir adjetivos e outras coisas mais, porque ele tem pouco, ele é bem direto.

Comentando sua opção tradutória para *onaah*, diz a respeito: “eu não sei se em português fica tão claro quanto fica em hebraico se eu não colocar roubar ou trapacear”. Em hebraico, fica clara a relação que *onaah* sugere, mas em português tal relação não ficaria evidente caso não ocorresse um processo de explicitação.

Quando não explicita, S4 explica que está traduzindo para uma comunidade judaica. Veja-se seu relato retrospectivo, quando diz, tomando como exemplo a expressão *baal teshuvá*:

Então, para quem convive com a cultura judaica, não precisa explicar isso aí, porque ele sabe o que é. Mesmo não falando hebraico, mesmo não lendo hebraico, nada disso, mas sabe o que é *baal teshuvá*. Mas para quem não é da cultura judaica, para quem não tem contato, para quem não conhece, eu teria que traduzir. E, aí, eu não sei, eu procuraria ver se existe uma categoria desse tipo ou, então, eu tentaria explicar o que é, porque realmente uma palavra eu não sei se vai ter ou uma expressão que signifique isso. Isso eu já não sei, teria que ir atrás, porque não é converso, e não é, enfim, é alguém que resolveu virar religioso.

S4 está traduzindo para uma comunidade judaica. Presume, pois, que esta comunidade possua em seu ambiente cognitivo as informações necessárias para uma correta inferência das informações veiculadas pelo enunciado. Para outras pessoas que não os membros da comunidade judaica, haveria a necessidade de “explicar”, de evidenciar as relações existentes entre termos no texto hebraico. O TA de S4, mesmo acompanhando a forma “dura” do TF, poderia ser compreensível para um público-alvo, em cujo ambiente cognitivo estejam presentes determinados conceitos e conhecimentos talmúdicos.

No entanto, em se tratando da compreensibilidade das frases, como o uso de conectores, por exemplo, S4, mesmo traduzindo para uma comunidade judaica, procura flexibilizar as orações. Nesse sentido, cuida de dar uma determinada fluidez ao texto, mesmo que mínima.

S5 deixa claro o motivo pelo qual explicita: “o texto talmúdico às vezes é bem elíptico, assim, ele presume que o leitor saiba muita informação e a frase fica cortada, assim. São frases bem sintéticas. Então, isso eu não reproduzi, justamente. Eu fiz ao contrário, eu explico a frase”. S3 e S4 já haviam falado da forma de redação talmúdica, texto “duro”, de estilo diferente. O mesmo diz S5 ao chamá-lo de texto “elíptico”. No entanto, contrariamente aos sujeitos anteriores, S5 não destaca a compreensibilidade do texto, e sim a falta de informação no ambiente cognitivo de seu leitor. Podemos dizer

que sua preocupação é muito mais de cunho contextual do que vocabular. Seu processo de explicitação tem, assim, o intuito de suprir uma lacuna no ambiente cognitivo de seu público-alvo, que é a falta de familiaridade com o estilo de redação talmúdica.

S7 comenta que sua intenção é “aproximar o leitor de uma forma realmente efetiva ao texto talmúdico”. Ou seja, tenta trazer o leitor, pertencente a uma comunidade judaica, para dentro do ambiente talmúdico, acreditando ser este o efeito que seria válido produzir: “O mesmo desconcerto que uma pessoa que fala hebraico: você pega um texto que esteja escrito em hebraico no Talmud, na Mishná e na Guemará, uma baraita, a pessoa estranha também. (...) Então, numa tradução, eu procuro não facilitar as coisas”. Em termos técnicos da TR, valeria dizer que busca um alto índice de semelhança interpretativa entre seu TA e o TF, guiando-se pela pista comunicativa vista por ele, qual seja, a “estranheza” característica do texto talmúdico em geral. Porém, onde não é possível essa “aproximação”, recorre a processos de explicitação: “eu tento explicar, nem sei se está tudo certinho, mas estou explicando assim mais ou menos, uma tradução mais explicativa”.

S7 comenta, ademais, a explicitação necessária devido à diferença entre os sistemas linguísticos do hebraico e do português:

Mas eu traduziria sem as ligações, sem preposições. O hebraico é *pa, pa, pa*. E você indo ao Talmud, eles não fazem nem uma concessão, porque é oral, isso é oralidade, estão falando tal coisa, ele vai associar e vai lembrando, vai lembrando, vai lembrando. Então, você tem que estar muito atento para perceber. E isso é permitido pela própria estrutura do hebraico e do aramaico também (...). Tem tudo isso. Em português, aí você (...) vai enchendo de coisa. Isso me cansa um pouco na tradução para o português.

S7 fala em ir “enchendo de coisa” o texto em português, ou seja, colocando as ligações, as preposições, as conjunções necessárias para que o texto seja fluente. A falta destes elementos é permitida pela própria estrutura do hebraico, como ele mesmo afirma, mas em português não.

S6 e S8 não verbalizaram em seus relatos retrospectivos acerca dos motivos que os levaram a usar um processo de explicitação em seus TAs.

Resumindo os comentários feitos pelos sujeitos da presente pesquisa com referência aos processos de explicitação, pode-se afirmar que estes decorrem da preocupação do tradutor em tornar seu texto mais compreensível, mais acessível para seu público-alvo. Vimos que em todos os tradutores houve processos de explicitação. S4 e S7 preferem produzir um TA mais em estilo talmúdico, já que presumem que seu

público-alvo esteja familiarizada com este tipo de texto. Mesmo assim, não deixam de explicitar quando veem ameaçada a compreensibilidade de determinado excerto do texto.

5.2. A explicitação como consequência lógica do processo metarrepresentacional

Na verdade, o processo de explicitação em curso durante a tarefa tradutória desenvolvida pelos 08 sujeitos da pesquisa está ligado ao processo metarrepresentacional presente durante todo o processo de tradução. Foi visto no capítulo teórico que o tradutor e seu público-alvo compartilham um mesmo ambiente cognitivo, o qual se diferencia daquele do comunicador original. Diante disso, o tradutor se vê diante de uma dupla missão: primeiramente, ele deve metarrepresentar o ambiente cognitivo do público-alvo do TF; depois, ele deve metarrepresentar, igualmente, o ambiente cognitivo do público-alvo do TA. Mediante isso, o tradutor há de criar condições para que seu público-alvo tenha, em seu ambiente cognitivo, as informações suficientes a fim de derivar as inferências necessárias à correta interpretação do enunciado.

A partir desta abordagem teórica, pode-se verificar, agora, como essa metarrepresentação aconteceu na prática tradutória. Analisando-se os relatos retrospectivos e as planilhas de observação direta, é possível retirar deles instâncias de metarreflexão que indicam tarefa metarrepresentacional em curso. Através dessas verbalizações pode-se observar em que ponto da tarefa houve metarrepresentação por parte dos tradutores. Obviamente, o relato se concentra mais nas passagens problemáticas do TF, de modo que não se tem acesso a todos os processos metarrepresentacionais ocorridos. No entanto, os pontos encontrados servem de exemplo para elucidar a questão.

Com o intuito de uma melhor visualização dos trechos correspondentes dos relatos retrospectivos, onde houve metarreflexão, será analisado o relato de cada sujeito, separadamente. Ademais, cada instância será numerada, em ordem crescente, por meio de algarismos romanos, colocados logo após a citação. Ao final, teremos um quadro à guisa de resumo.

É importante esclarecer, aqui, que a metarrepresentação é aferida por meio de metarreflexão, uma atividade de natureza metacognitiva. As instâncias apontadas e comentadas abaixo são, na verdade, instâncias de metarreflexão que vão guiar o tradutor em sua tarefa metarrepresentacional. A tarefa metacognitiva é um importante

componente da competência tradutória, mormente em se tratando de trabalho com textos produzidos em contextos desconhecidos. É essa tarefa que possibilita a metarrepresentação. Assim, a verbalização dos sujeitos constitui instâncias de metarreflexão que indicam como eles metarrepresentam os ambientes cognitivos do público do TF e do TA.

5.2.1. Metarrepresentação em S1

A partir da verbalização de S1 sobre a tarefa que acabara de realizar têm-se já os primeiros exemplos de instâncias de metarreflexão que indicam processos metarrepresentacionais. A primeira diz respeito à metarrepresentação do termo *onaah*. Segundo S1, comentando sobre a dificuldade de tradução de *onaah*: “na Mishná, a palavra *onaah* que tem um sentido preciso em hebraico bíblico, tem, se a gente for olhar a terminologia talmúdica, então tem um sentido muito mais diferente do preciso” (I) e “*onaat devarim, interdição de engano, onaah* é também explorar, mas aqui tem o sentido de interdição, interdição de engano enquanto termos técnicos” (II). Ou seja, o tradutor está metarrepresentando os sentidos do termo hebraico tanto na época bíblica quanto no período talmúdico, para chegar à conclusão de que neste último a palavra assume um significado diferente.

O mesmo ocorre com a porção correspondente a G18, sobre o condutor de jumentos. S1 mostra sua dúvida na tradução deste trecho, justificando sua decisão:

se tem burrinhos que pedem grãos, que não lhes seja dito, mesmo se for aos burrinhos, porque eu acho que aqui tem uma leitura possível que vai na lógica do texto mesmo se quem aparentemente burro pede uma coisa, seja aquele que foi prosélito etc., que quem é filho de prosélito, se aquele que você considera burro então, pede uma coisa, não o engane. (III)

Também aqui é possível visualizar como o tradutor metarrepresenta a situação do TF. Na tradução de *chamarim*, S1 envida esforços no sentido de entender o que esta palavra significava no período de escrita deste excerto talmúdico, chegando à conclusão que pode transmitir a ideia de animais (burros) ou pessoas tolas. Esse exercício metarrepresentacional foi registrado através do relato retrospectivo e mostra o percurso feito pelo tradutor.

5.2.2. Metarrepresentação em S2

Já S2 fala em “pegar o espírito do texto” (IV), segundo sua verbalização durante o relato retrospectivo. Vale dizer que na linguagem técnica da TR, esta fala constitui uma instância de metarreflexão, visto que o tradutor procura, por meios que ainda serão analisados mais à frente, entender como o texto em questão representa um determinado estado de coisas. Podem-se tomar alguns exemplos retirados do relato de S2, mostrando como ele metarrepresenta situações do TF.

Com respeito a M3/M4, comenta:

essa pessoa que voltou para a religião, que era pecadora, eles chamam os atos antigos dela de *maassech harishonim*, são os primeiros atos dela, primeiras ações, e é literalmente isso, como se, é igual se a pessoa queria ser uma criança, fosse os primeiros atos, os primeiros pensamentos. (V)

Interessante observar é a forma de raciocínio do tradutor, um pouco confusa à primeira vista, mas que mostra nitidamente como ele tenta metarrepresentar a condição do *baal teshuvá* (pois é a este termo que S2 está se referindo). O mesmo fato ocorre com a fala referente a G3:

E esse de *mamon*, vamos ver, na tradução inglesa, eles traduziram como *monetário*, mas não é necessariamente monetário, esse tipo de condutas impróprias na negociação, eles falam lá, por exemplo, que é na compra, na venda e na colocação do preço, é muito mais que monetário, a relação de compra e venda não é simplesmente monetária, é mais comercial, de negócio. Então eu coloquei *comercial*, mas é estranho, porque comercial a gente tem uma conotação dos dias de hoje, não de lá, então, também é complicado. (VI)

Aqui vemos S2 metarrefletindo a respeito dos termos “monetário” e “comercial”, falando de conotações dos “dias de hoje” e dos dias “de lá”. À primeira vista, *mamon* poderia não oferecer dificuldades, pois é uma palavra, cujo significado é encontrado em dicionários bilíngues. Contudo, S2 faz um esforço no sentido de metarrepresentar tanto o significado que a palavra tinha na época talmúdica quanto agora. Já em G11-G12, temos um relato que mostra como o tradutor procura metarrepresentar o ambiente cognitivo de seu público-alvo:

Então, se a pessoa que não está entendendo o contexto, vai ler, tipo assim, coisas abomináveis, impuras, vai ficar um negócio estranho. A pessoa não vai entender direito o que está acontecendo. E para a pessoa entender o que está no texto em hebraico, ele tem que saber o contexto. (VII)

Com relação à tradução de *chamarim* em G18, o tradutor mostra em seu relato como ele metarrepresentou a situação do TF: “Um vendedor que vai chegar com cara de tolo para ele, não tem paciência, que vai mandar você comprar com outra pessoa que não ele, mas na verdade essa pessoa nunca vendeu o produto que ele está vendendo” (VIII). Chega então à conclusão que a melhor tradução para *chamarim* seria “tolos” e assim consta em seu TA.

Em G21, S2 empreende a tarefa de metarrepresentar o que significaria a expressão *hadavar massur lalev*:

é aquilo que é reservado apenas para o coração. Tipo, vamos dizer, tem coisa que, vamos dizer, cobiçar a mulher do outro. É coisa que ninguém nunca vai ver você cobiçar a mulher do outro, só se for muito descarado. Aquilo, isso é um sentimento que está reservado só para o seu coração. E são essas coisas que apenas Deus pode julgar e é justamente toda vez que a Torá fala de alguma proibição em relação a coisa que apenas o seu coração pode saber, eles terminam falando “e temerás a teu Deus” de um jeito que, assim, também na tradução você perde (...), mas em hebraico fica muito bonito. (IX)

Aqui se vê a metarrepresentação do contexto de produção do TF e, no final, S2 metarrepresenta o ambiente cognitivo do público-alvo, afirmando que, na tradução, não é possível recuperar a beleza da expressão hebraica, ou seja, o público-alvo do TA não conseguirá visualizar a força e a beleza do hebraico *veiareta me'eloheicha* (“e temerás a teu Deus”).

Por fim, temos mais uma verbalização que pode ser tida como metarrepresentação do ambiente cognitivo do público do TF e do público do TA (em G16-17):

Ah, acho, algumas palavras que elas realmente têm outro significado, inclusive eu coloquei entre parênteses. Muitas vezes quando eles citam, eles não terminam a citação. Então, aí eu fiz igual lá na tradução em inglês, eu terminei a citação entre parênteses ou, por exemplo, palavras que, vamos dizer, naquela tradução que eu peguei, brasileira, que eles usam confiança de dois jeitos. Um literalmente é confiança, você não tem o seu destino porque você confia em Deus. Outro é uma confiança também de esperança, você confia. Então eu coloquei entre parênteses. (X)

Metarrepresenta o ambiente cognitivo do público do TF quando fala dos dois significados de “confiança”. E metarrepresenta o ambiente cognitivo do público de seu TA quando se preocupa em como veicular os dois sentidos, colocando um dos sentidos entre parênteses.

5.2.3. Metarrepresentação em S3

Viu-se que S3 produziu um relato concomitante. Durante a tradução da passagem talmúdica do Tratado de Bava Metsia, podem ser notadas algumas metarreflexões verbalizadas que denotam processo metarrepresentacional em curso. Logo em G1-G2, vê-se como o tradutor procura metarrepresentar a gravidade de *onaat devarim*: “É maior a ofensa, quando eu disse por coisas, porque *devarim* pode ser coisas ou pode ser palavras. Mas está se referindo a palavras. A ofensa por palavras é maior do que a ofensa ou fraude por dinheiro. Isto é um dos textos do Talmud. Então é mais grave” (XI).

Outra instância de metarreflexão que indica metarrepresentação se refere a M3:

Aqui temos uma expressão *baal teshuvá* que hoje se traduz como alguém que se arrepende, mas que eu acho que naquela época não tinha esse sentido. Ou hoje se usa no sentido de voltar à prática religiosa. Eu diria que talvez aqui que se ficasse com aquele sentido que se ele se arrependesse (XII)

S3 tenta metarrepresentar como o público do TF entendia o *baal teshuvá* e como o tradutor entende este termo hoje. Este processo não é uma tarefa simples. Mais à frente, em uma etapa posterior da tradução, S3 verbaliza:

eu tinha levado aqui em consideração que se arrependesse do negócio, mas aí pela versão do Soncino, eu estou vendo que a segunda frase vai se referir a alguém que, um pecador que se arrepende, que no texto da Mishná é tratado disso. Então eu estava achando que estava se referindo a arrepender-se do negócio, mas não tem nada a ver com isso. Está se tratando de um exemplo de outra pessoa. (XIII)

Como ocorreu essa metarrepresentação? S3, de acordo com XII, procura compreender, através de metarreflexão, como o termo era concebido na época de compilação do TF, recorrendo a informações disponíveis em seu próprio ambiente cognitivo. Enxerga a expressão hebraica como se referindo a alguém que se arrepende no campo comercial. Quando chega, porém, na etapa de revisão do TA produzido, consultando outras fontes (aqui uma outra tradução), S3 chega à conclusão XIII de que o termo não era visto como arrependimento do negócio, mas como a acepção que tem hoje em dia, ou seja, alguém que se arrepende de seus atos passados e retorna à religião.

Outro ponto elucidativo é a verbalização referente a G12-G13. Aqui, S3 disserta sobre a palavra hebraica *guevurah*. O mesmo processo anterior ocorre agora para este termo. O tradutor procura metarrepresentar o sentido de *guevurah* naquela época, contrapondo-o ao sentido que tem nos dias atuais:

Guevurá, que pode ser aqui um atributo divino, *Guevurá*, um dos nomes divinos, é uma das denominações de Deus, eu vou deixar *Guevurá*, e então seria Deus. É uma palavra que se usa também na mística judaica, mas nessa época do Talmud, não é essa a intenção do Talmud. Depois a mística usará isso como um dos atributos divinos. (XIV)

S3 deixa claro em seu relato que a mística não era a intenção do Talmud. Metarrepresentando o ambiente cognitivo de seu público-alvo, S3 resolve colocar a palavra “Deus” entre parênteses após o termo *Guevurá*: “a boca que comeu carcaças, animais impróprios, répteis e abominações vem estudar a Torá que foi dita (ditada) pela *Guevurá* (Deus)?”.

Por fim, tem-se uma outra instância de metarrepresentação para a porção G14, onde surge o termo hebraico *chala'im*: “o que é *chala'im*, é alguma coisa negativa também, (...) dores, sofrimentos, doenças, vou colocar como males porque me parece abrange mais coisas” (XV). Após verificar o sentido no dicionário para a palavra em questão, S3 procura metarrepresentar o que *chala'im* poderia abranger. Chega à conclusão de que não basta traduzir por “dores” ou “sofrimentos”, decidindo-se por “males”, já que entende que esta palavra em português tem uma abrangência maior e que o público-alvo de hoje pode então construir em seu ambiente cognitivo o contexto tal qual o imaginado para a palavra *chala'im* do TF. Todo este processo não deixa de ser considerado uma tarefa metarrepresentacional.

5.2.4. Metarrepresentação em S4

Através da metarreflexão, possibilitando a metarrepresentação, S4 consegue resolver, inclusive, dúvidas relacionadas à polissemia de determinadas palavras. Como o hebraico não faz uso de vogais na escrita, não é possível saber qual a vogal que se liga a uma determinada consoante na palavra. Dessa forma, temos צפן em M2, que pode ser lido tanto como *chafets* quanto *chefets*. A primeira forma significa “desejar”, enquanto a segunda significa “coisa”. Sobre esta questão, S4 relata:

porque tem palavras polissêmicas aí também que mesmo num mesmo período, a palavra *chéfets*, por exemplo, no que aparece aí, tanto pode ser *chéfets* como *chafêts* e aí eu tenho um problema, porque *chéfets* é objeto e *chafets* é desejo, é querer. Também. E *chafêts* é também de uma camada mais antiga do hebraico. E *chéfets* também, porque hoje em dia a gente usa *étsem*, tem outras palavras para objeto, mas no hebraico mais arcaico, eu uso *chéfets* e uso *chafêts* também. Então, aí tem um problema que eu ainda não decidi se isso é um verbo ou um objeto. Ainda pode mudar, nessa tradução pode mudar alguma coisa, mas eu sei a direção

disso aí, eu sei para onde ele está querendo ir. Então, provavelmente, eu ainda vou consultar alguma coisa relacionada a esse termo aí para eu poder dar, enfim, dizer não, significa isso mesmo. Então, ainda tem trabalho em cima desse texto aí. (XVI)

Como se vê, apenas a busca ao dicionário não é suficiente para dirimir a dúvida. A metarrepresentação do contexto de produção do TF, assim como a metarrepresentação das possibilidades de se entender a palavra de uma maneira ou de outra são essenciais na execução da tarefa tradutória em pauta.

Outra instância de metarreflexão presente no relato de S4 diz respeito à fórmula em G21 *ir'at me'eloheicha*:

enfim, porque ainda tinha o *irat meeloheicha* e aí, então, eu tentei ver onde que estava, onde isso se ligava. E eu acho que se liga ao início aqui quando ele diz: mas você não vai dizer para o necessitado aquilo que disseram para Jó. Você, quer dizer, no fim do teu caminho, na hora que você ficou lá quase que sem esperança, você vê, você se lembra que, você se lembra de pedir alguma coisa, enfim, e aí ele mesmo diz *mi hu naqi oved*, quer dizer, quem que nunca perdeu nada? E aí, então, eu achei que tinha a ver, você vai fazer a avaliação e vai novamente atrás de Deus. O temor a Deus vai aflorar novamente. (XVII)

Tem-se aqui o caminho percorrido pelo tradutor a fim de criar uma relação entre a expressão hebraica denotando o temor a D'us e o TF. Entende a expressão no texto como se referindo ao mesmo caso dos amigos de Jó: procura-se D'us apenas quando se está sem esperanças, quando tudo parece perdido. A verbalização deixa clara essa preocupação do tradutor em metarrepresentar corretamente esta relação.

Em uma outra passagem de seu relato, S4 mostra dificuldades na metarrepresentação do ambiente cognitivo de seu público-alvo:

Então, aí eu estava em dúvida, porque eu não sei se em português fica tão claro quanto fica em hebraico se eu não colocar roubar ou trapacear ou (...) alguma [coisa] assim, que eu também fiquei, enquanto eu estava fazendo isso, eu estava pensando: será que? E aí eu mudei, depois voltei para trás e mudei, porque eu não sei. Aí teria que fazer um outro tipo de leitura aí e ver, e um pouquinho mais de pesquisa para ver se dá para entender, se fica bem. (XVIII)

Neste trecho, S4 relata a respeito de *onaat mamon* em G3. Novamente a questão de como traduzir *onaah*. Metarrepresentando o ambiente cognitivo do público do TA, S4 não tem certeza se a tradução fica tão clara como no hebraico. Coloca algumas questões, mas se percebe que estas questões continuam em aberto, que S4 ainda não chegou a uma conclusão definitiva. A tarefa metarrepresentacional ainda não acabara.

5.2.5. Metarrepresentação em S5

S5 apresenta em seu relato poucas instâncias de metarreflexão verbalizadas. Uma importante observação que S5 faz, diz respeito ao uso dos tempos verbais em hebraico. Como visto anteriormente, já repetidas vezes na análise, um tempo passado pode ter um sentido de futuro, p.ex. E S5 comenta exatamente sobre esta dificuldade em identificar o correto tempo verbal num caso específico:

Então, assim, esses tempos verbais toda hora eu fico atento, o tipo de frase construída, o tipo de pergunta quando fala: tal pessoa perguntou para tal pessoa, porque o Talmud é uma discussão. Então fala, ah, tem uma parte lá que ele fala mesmo: *você está dizendo que esse versículo se refere a isso, mas será que não é isso?* (XIX)

O Talmud é uma discussão e S5 metarrepresenta essa discussão a fim de produzir explicaturas e implicaturas congruentes com aquelas imaginadas para o TF. Sem essa metarrepresentação da discussão talmúdica, corre-se o risco de produzir um TA com baixo grau de semelhança interpretativa com o TF.

Ademais, comentando sobre a inserção de passagens bíblicas no texto, às quais S5 prefere não dar sua própria tradução, extraindo, para tanto, o trecho de traduções já canonizadas, relata: “Fora aquela linguagem que está acostumado a usar com a Bíblia de vós e tu” (XX). O que se observa é que com essa verbalização, S5 metarrepresenta o ambiente cognitivo de seu público-alvo. Sabe que em seu ambiente cognitivo, o público-alvo está familiarizado com uma linguagem peculiar, tal como o uso dos pronomes “vós” e “tu”. É essa metarrepresentação que garante, segundo o tradutor, o êxito da tarefa tradutória.

5.2.6. Metarrepresentação em S6

Durante a observação direta feita pelo pesquisador no momento em que a tarefa tradutória estava sendo executada por S6, este fez um comentário em voz alta, denotando como estava metarrepresentando o contexto de produção do TF através de metarreflexão. Após 41 minutos decorridos desde a entrega do TF impresso para S6, o pesquisador fez a seguinte anotação em sua planilha: “Pensando sobre os rabinos sentados e tirando às vezes conclusões bizarras” (cf. planilha de observação direta às 09h55) (XXI). Vale comentar que o Talmud é realmente isto: uma discussão entre rabinos sobre a Torá ou sobre a Mishná. É um texto que testemunha uma grande oralidade, repleto de perguntas, respostas, novos questionamentos, ponderações, novas

respostas e assim por diante. A metarrepresentação por parte de S6 desta situação mostra exatamente isso: os rabinos em volta do texto, discutindo e chegando a conclusões às vezes não pouco bizarras.

Esta metarrepresentação do contexto do TF é primordial para a tradução de textos talmúdicos. Assim é possível resgatar o caráter de oralidade do texto e torna mais fácil sua compreensão sem o uso de pontuação, um desafio a mais para o tradutor, fora o vocabulário específico. Além da falta de pontuação nas frases, o hebraico talmúdico não identifica as vogais nas palavras. A mesma dificuldade que S4 teve em M2 com a palavra *chefets*, S6 também teve por não poder saber de antemão se a palavra hebraica seria lida como *chefets* (objeto) ou *chafets* (desejar). Perguntado pelo pesquisador como a dúvida foi dirimida, S6 comenta: “Por causa do contexto depois em volta. Ele estava falando de comércio. Então, era provavelmente um objeto e não um desejo. Poderia ser também um objeto de desejo, mas aí é outra história” (XXII). Tem-se aqui, novamente, a importância da metarrepresentação do contexto do TF “em volta”. S6 compreende o contexto de produção do TF, vê que o mesmo trata de comércio e, via metarrepresentação, decide-se por *chefets*, ou seja, “objeto”.

Outra questão que envolve a metarrepresentação no relato retrospectivo de S6 são as citações bíblicas. À primeira vista, uma tarefa simples, pois bastaria a cópia da respectiva citação a partir de uma tradução canonizada da Bíblia. S6 adota um outro tipo de comportamento, pois prefere não copiar a citação e dá sua própria tradução da passagem. No entanto, é interessante sua verbalização a respeito: “Eu estava com uma dificuldade no texto bíblico, eu não sou exatamente uma teóloga. Então, na hora de traduzir realmente uma passagem bíblica, eu prefiro dar uma olhadinha antes na Bíblia em português” (XXIII). Pode-se afirmar que esta verbalização também denota uma instância de metarreflexão e metarrepresentação do TF. S6 diz não ser uma “teóloga”; portanto, mostra ter dificuldades na tradução de um versículo bíblico. A fim de metarrepresentar corretamente a situação representada pelo excerto bíblico, S6 consulta então uma tradução da Bíblia para o português. Fazendo-o, pode metarrepresentar a situação em tela e, a partir daí, dar sua própria tradução.

Neste sentido, S6 mostra também uma preocupação com o ambiente cognitivo de seu público-alvo. Aqui, a metarrepresentação do contexto-alvo assume papel essencial. S6 verbaliza a respeito:

Porque a tradução de textos bíblicos é aquela coisa: (...) depende do público a que se destina. Se você traduz para um público católico, eles esperam ver uma citação da Bíblia católica. Se você traduz para um público protestante, eles esperam ver uma citação da versão protestante. Se você põe para eles a versão errada – entre aspas – pode haver uma grande grita, um problema (...), essa não é a minha Bíblia (XXIV).

Ou seja, metarrepresentar o ambiente cognitivo do público-alvo é primordial para S6, a fim de evitar problemas relacionados à tradução da Bíblia, a fim de evitar que sua tradução seja rejeitada pelo público a que se destina. Sobre a variedade da tradução bíblica no Brasil, Konings (2009) comenta:

(...) não há unanimidade quanto à tradução da Bíblia, sobretudo no campo católico. (...) não se criaram, nas regiões preponderantemente católicas, traduções católicas autoritativas. Nas regiões protestantes, ao contrário, as grandes traduções bíblicas se impuseram desde o início, acompanhando inclusive a constituição das Igrejas e até contribuindo para a unificação do idioma. Além disso, a divulgação das traduções nas regiões e nas missões protestantes se apoiou nas sociedades bíblicas, que centralizavam a produção de bíblias, enquanto, no âmbito católico, especialmente no Brasil, cada editora quer ter sua própria tradução (p. 107-108).

Essa situação é sem dúvida um campo profícuo para a literatura. No entanto, “do ponto de vista pastoral”, ainda segundo Konings (id., p. 108), é um problema, já que a Bíblia que as pessoas ouvem ou leem no culto pode não ser a mesma de que dispõem em suas casas. Daí o cuidado, certamente pertinente, de S6.

5.2.7. Metarrepresentação em S7

S7 metarrepresenta o ambiente de produção do texto talmúdico como S6 o fizera, ou seja, enxerga o contexto-fonte como um processo que é testemunho de grande oralidade. Em suas palavras: “E você indo ao Talmud, eles não fazem nem uma concessão, porque é oral, isso é oralidade, estão falando tal coisa, ele vai associar e vai lembrando, vai lembrando, vai lembrando” (XXV). Essa associação de ideias feita pelos rabinos em torno dos textos da Torá e da Mishná é visualizada por S7. Percebe os rabinos em plena discussão diante dos textos, debatendo as ideias e chegando a conclusões, ou não.

Outra instância de metarreflexão que denota tarefa metarrepresentacional em curso durante o relato retrospectivo de S7 se apresenta quando este verbaliza a respeito da tradução de *guer* (M5):

E se nós pegarmos na Torá, em todas as discussões que tem, às vezes tem alguém que fala lá que o *guer* é como uma sarna. Ou ele é um cara extremamente exagerado ou então é uma pessoa que isso incomoda também todo mundo, é um chato. Então, supostamente ele é suspeito, ele não entrou direito na atmosfera judaica ou então ele é exaltado o tempo todo, muito exaltado como realmente algo maravilhoso que aconteceu. (XXVI)

Aqui a metarrepresentação ocorre quando S7 procura compreender, através de metarreflexão, o status do *guer* no ambiente cognitivo do público-alvo do TF, um status muito controvertido. Por vezes, o *guer* é visto como indesejável, outras vezes como algo “maravilhoso”. A citação *supra* mostra um pouco como esse processo metarrepresentacional ocorre, como S7 trabalha com este conceito hebraico para, posteriormente, fornecer sua tradução.

Para a tradução de G20, tem-se também uma verbalização a respeito do processo metarrepresentacional em curso:

Como é que está ali? “e não deixa teus olhos crescerem sobre a mercadoria”. Olho grande. O que faz o olho grande? Vê tudo. É o olho do ambicioso. É a tradução perfeita, me parece muito mais próxima do sentido do original, porque o cara que põe o olho numa coisa, que cola o olho numa coisa ali, e ele o que faz? Ele transfere aquilo para o coração dele. O desejo íntimo dele, a obsessão dele que vai ser uma máquina de produzir erros e ambição, inveja no outro. É um horror as conseqüências disso. (XXVII)

O tradutor discute aqui o sentido da expressão hebraica *af lo itleh ‘enav*, a qual servirá de base para a outra expressão seguinte em G21 *hadavar massur lalev*. Literalmente, a expressão em G20 significa “assim não coloque seus olhos”, que S7 metarrepresenta da forma acima, ou seja, o tradutor reflete sobre o que faz esse “olho” colocado sobre a mercadoria, o “olho grande”, o olho da ambição. Esse desejo íntimo acaba sendo transferido para o coração da pessoa e funciona depois como mola propulsora para erros, ambição, inveja.

Uma outra instância de metarreflexão durante o relato de S7 pode ser vista com relação à tradução de *onaat mamon* (G3): “Aqui uma coisa, *fraude por dinheiro, fraude monetária, fraude financeira, fraude monetária* ficaria melhor, *fraude por dinheiro*. Às vezes a gente fala *monetária, moeda*, fica meio abstrato e o Talmud é muito concreto” (XXVIII). Nesta situação, S7 se preocupa em metarrepresentar o contexto do TA. Entende que os termos “monetário, moeda” são mais abstratos do que o Talmud em seu texto, que é muito mais concreto. Em outras palavras vale dizer que, ao metarrepresentar como seu público-alvo vai entender o TA, S7 chega à conclusão de

que a semelhança interpretativa entre o TA e o TF pode ser de um grau inferior, haja vista que o grau de abstração do TA poderia ser maior.

5.2.8. Metarrepresentação em S8

S8 foi também um tradutor, assim como S5, que apresentou menos instâncias de metarreflexão em seu relato retrospectivo; este fato, porém, não é suficiente para se afirmar que não tenha metarrepresentado os contextos de produção do TF e os ambientes cognitivos dos públicos do TF e do TA. O que falta, aqui, é a expressão desta metarrepresentação em suas verbalizações.

No entanto, tem-se claramente uma situação do TF, onde S8 se preocupou em verbalizar em voz alta durante a tarefa tradutória como estava metarrepresentando a situação que tinha diante de si. Através da planilha de observação direta, tem-se acesso a essa verbalização, quando o tradutor se confrontou com a palavra *chamarim* (G18) após decorrida uma hora e cinquenta minutos desde o momento em que recebera o TF para tradução (cf. planilha de observação direta em 12h30).

A situação vislumbrada por S8 é a de uma caravana de comerciantes. Após consulta a dicionários vários, chega à tradução de *chamarim* como “condutores de jumentos”. A partir daí visualiza essa caravana de comerciantes segundo a verbalização feita durante a tradução. Posteriormente, em seu relato retrospectivo, S8 volta a verbalizar a respeito: “Eu compreendo o *chamarim* como mercadores, que traziam suas mercadorias sobre jumentos” (XXIX).

Relacionada a essa metarrepresentação do contexto do TF, tem-se uma instância de metarreflexão que denota metarrepresentação também do ambiente cognitivo do público-alvo do TA. Perguntado pelo pesquisador sobre o motivo pelo qual se decidiu pela tradução por “comerciantes”, S8 responde: “Porque resume mais. Posso colocar entre parênteses: mercadores que conduziam suas mercadorias sobre jumentos etc., etc., assim como tem os mercadores que conduziam seus camelos. Como tinha, e tem até hoje” (XXX). Pode-se compreender o verbo “resumir” aqui como uma tentativa de generalizar o termo *chamarim* (= condutores de jumentos) para um público-alvo moderno.

Vê-se pelas verbalizações de S8 em torno da tradução de G18 como é feito o percurso metarrepresentacional primeiramente do ambiente do TF e, posteriormente, do ambiente do TA. Somente após essa empreitada é que o tradutor se decidiu por uma tradução do termo hebraico.

5.2.9. Considerações finais sobre as instâncias de metarreflexão

Tomando-se como base os relatos retrospectivos e as planilhas de observação direta, foi possível fazer um mapeamento dos processos metarrepresentacionais verbalizados pelos tradutores da pesquisa. A seguir, veremos em um quadro sinóptico, à guisa de resumo, a quantidade de instâncias de metarreflexão identificadas em cada sujeito, assim como o tempo total despendido durante a tradução, o qual servirá de base para um questionamento:

Sujeito	Quantidade de instâncias de metarreflexão	Identificação	Tempo total da tradução
S1	3	I- <i>onaah</i> II- <i>onaat devarim</i> III- <i>chamarim</i>	2h 49m 18s
S2	7	IV- contexto do TF V- <i>ma'assech harishonim</i> VI- <i>onaat mamon</i> VII- <i>neveilot utereifot</i> VIII- <i>chamarim</i> IX- <i>massur lalev</i> X- <i>kislatecha</i>	4h 12m 33s
S3	5	XI- <i>onaat devarim</i> XII- <i>baal teshuvá</i> XIII- <i>baal teshuvá</i> XIV- <i>guevurah</i> XV- <i>chala'im</i>	2h 40m 18s
S4	3	XVI- <i>chefets</i> XVII- <i>ir'at me'eloheicha</i> XVIII- <i>onaat mamon</i>	1h 04m 19s
S5	2	XIX- contexto do TF XX- citação bíblica	0h 44m 45s
S6	4	XXI- contexto do TF XXII- <i>chefets</i> XXIII- citação bíblica XXIV- citação bíblica	1h 55m 59s
S7	4	XXV- contexto do TF XXVI- <i>guer</i> XXVII- <i>massur lalev</i> XXVIII- <i>onaat mamon</i>	1h 25m 49s
S8	2	XXIX- <i>chamarim</i> XXX- <i>chamarim</i>	2h 47m 24s

Quadro 18 – Instâncias de metarreflexão

Foram identificadas ao todo 30 instâncias de metarrepresentação nos relatos e planilhas de observação direta. Estas instâncias não estão distribuídas, obviamente, de maneira uniforme entre os sujeitos, haja vista que alguns sujeitos verbalizam mais (S2, S3), outros menos (S5, S8). No entanto, pode-se observar que S2 apresentou um número de verbalizações de metarrepresentação muito superior à média entre os sujeitos (3,75 verbalizações por sujeito, enquanto S2 apresentou 7). Pode-se notar também que o tempo gasto por S2 na execução da tarefa tradutória foi também superior ao tempo gasto pelos outros sujeitos (4h 12m 33s).

Esta tese não se propõe a analisar a relação entre o tempo gasto por cada sujeito na tradução e a quantidade de instâncias de metarrepresentação, embora a conclusão pareça ser evidente: quanto mais o tradutor metarrepresenta, mais tempo ele despenderá na execução da tradução. Contudo, se observarmos a relação entre o número de metarrepresentações e o tempo gasto por cada tradutor, veremos que tal afirmação não se confirma. S5, p.ex., apresentou 2 verbalizações e gastou 44m e 45s na tradução; S8 apresentou o mesmo número que S5, mas gastou 2h 47m 24s, praticamente o mesmo tempo que S3 (2h 40m 18s) com 5 verbalizações. Em outras palavras vale dizer que parece haver um caráter aleatório na distribuição do tempo e da quantidade de metarrepresentações. Porém, com exceção de S3, os tradutores comentaram suas traduções em um relato retrospectivo, o qual, em tese, não é capaz de recobrar todas as instâncias de metarrepresentação em curso. Isto se deve, por exemplo, à fadiga, lacunas na memória, dificuldade de expressão. Sugere-se, pois, para tanto, que seja realizada uma pesquisa capaz de mapear em tempo real as instâncias de metarrepresentação ocorrentes no fazer tradutório dos sujeitos, quando lidam com textos situados em contextos distantes, onde sejam também utilizados os relatos concomitantes. Desta forma, poderá haver a possibilidade de verificação se existe realmente uma relação entre tempo e metarrepresentação.

Parece igualmente natural que os sujeitos tenham verbalizado mais, denotando tarefa metarrepresentacional, a respeito daqueles termos selecionados como apresentando um desafio para o tradutor. Das 30 instâncias identificadas, 19 se referem às situações discutidas durante o capítulo de análise: *onaah*, *onaat devarim*, *onaat mamon*, *neveilot utereifot*, *massur lalev*, *baal teshuvá*, *guer*, além de verbalizações sobre o contexto e as citações bíblicas. As 11 restantes giram em torno de palavras do TF como *chefets* e *chamarim*, não discutidas durante a análise, mas que representaram uma dificuldade maior para alguns tradutores (S1, S4, S6, S8). Pôde ser constatado que

quanto maior a dificuldade na tradução de um determinado termo, maior será o esforço empreendido pelo tradutor na tarefa metarrepresentacional e mais ele irá se lembrar quando de uma verbalização após a tarefa tradutória.

Finalizando estas considerações, é importante dizer que se confirmou o fato de que a metarrepresentação existe enquanto fenômeno na tradução de textos situados em contextos distantes, da qual o tradutor não pode prescindir. Viu-se que a metarrepresentação ocorre de duas maneiras, tal qual apresentado por Gutt (2004): primeiramente o tradutor metarrepresenta o ambiente de produção do TF; logo depois, ele metarrepresenta o ambiente cognitivo de seu público-alvo. Só a partir daí é que fornece sua tradução para um determinado termo ou expressão do TF. Esta dupla metarrepresentação levada a cabo pelo tradutor é condição para que o nível de semelhança interpretativa entre o TF e o TA seja alto.

5.3. Requisitos para a metarrepresentação

Esta tarefa de uma dupla metarrepresentação mostrada acima parece não ser tão fácil, exigindo do tradutor habilidades outras que não aquelas habitualmente presentes em fazeres tradutórios ocorrentes dentro de ambientes cognitivos mutuamente compartilhados. A pergunta que se faz é: como ter condições de poder metarrepresentar um ambiente cognitivo distante temporal, cultural e espacialmente do seu? Quais os meios de que dispõe o tradutor na busca por metarrepresentar ambientes cognitivos tanto do TF quanto do TA? A seguir, temos algumas verbalizações que podem dar respostas a esta questão.

S1, perguntado sobre o motivo pelo qual necessitou de 33 minutos e 45 segundos para iniciar a tradução, comenta:

Tentando entender a Mishná. Você conhece o texto? Então, quando você chega num texto desse, quer dizer, antes de estudar a Guemará, você fica normalmente horas e horas estudando a Mishná. Aqui você pega uma Mishná assim, no meio do capítulo, o quarto capítulo então, teoricamente você teria que estudar toda a [Mishná], ser refém mesmo da Mishná. Então, eu tentei entender a Mishná primeiro até o dia que tem, porque desconhecia aqui, porque se, para evitar exatamente ir numa falsa compreensão por causa do hebraico bíblico. Então uma geral muito rápida, muito superficial, mas para evitar contra-senso de imediato. Então foi isso: entender mais ou menos o sentido aqui da Mishná, sem o qual não dava mesmo para entender.

Neste caso, S1 ainda não dispunha em seu ambiente cognitivo das informações necessárias à correta metarrepresentação do ambiente cognitivo do público-alvo do TF e

também para sua correta interpretação do enunciado. Buscou apoio externo, como se depreende de seu relato, na própria Mishná impressa e, como se observa a partir da planilha de observação direta, em múltiplos dicionários e textos bíblicos. Importante salientar o que diz sobre “horas e horas” de estudo da Mishná, antes de se fazer uma tradução dessa monta.

Como já exposto, a Mishná se constitui de comentários hermenêuticos sobre a Torá, a lei de Moisés. Por sua vez, a Guemará é uma compilação dos comentários sobre a Mishná, é uma discussão rabínica acerca dos fatos expostos na Mishná. S1 afirma que, para a tradução de um excerto do Talmud, é necessário, então, estudar toda a Mishná, a fim de compreender o que está sendo discutido, o motivo pelo qual existe a discussão, em que esta se baseia, antes de se iniciar a tradução propriamente dita.

S2 segue na mesma direção de S1, quando relata:

Eu acho que, assim, se realmente fosse questão de mais tempo, eu acho que eu ficaria um dia sem nem encostar, eu acho, eu ficaria, eu teria talvez visto alguma aula sobre o assunto, lido mais textos sobre o assunto, visto alguma bibliografia. Então, assim, acho que o menos tempo mesmo é de tradução propriamente dita, assim, esse não é o pior, eu acho.

Também reforça a necessidade de mais tempo para estudo antes do início de uma tradução de um texto talmúdico, em seu caso, devido à falta de familiaridade com o contexto em que está inserido o excerto em questão. De fato, necessitou de 34 minutos e 15 segundos para dar início à tradução. Nesse ínterim, buscou apoio externo no próprio Talmud e em uma tradução para o inglês, como se depreende da gravação em tempo real através do programa Camtasia. Além disso, como consta da planilha de observação direta, fez uso de vários dicionários. A partir destes instrumentos de consulta e estudo, foi capaz de metarrepresentar o ambiente cognitivo do público-alvo do TF e, então, criar condições para que seu público-alvo pudesse chegar a inferências condizentes com aquelas por ele imaginadas para o TF.

Assim, também S2 reforça a imprescindibilidade de estudo anterior do Talmud, sem o qual não seria possível realizar uma tradução do texto em questão. Conhecer o contexto talmúdico, ter familiaridade com um determinado capítulo da Mishná é tido, tanto por S1 quanto por S2, como mais importante do que a tradução em si. O tempo gasto na compreensão do contexto será maior do que o tempo despendido na tradução. A esse comentário voltaremos logo a seguir.

S3 produziu, primeiramente, uma tradução no papel, o que impossibilitou a gravação em tempo real pelo programa Camtasia. Por outro lado, foi possível registrar todo o processo através de seu relato concomitante. Por este e pela planilha de observação direta nota-se que buscou também muito apoio externo antes, durante e após a tradução. A este respeito, comenta:

eu já estudei um pouquinho de Talmud, mas isso tem provavelmente mais de trinta anos. Como eu não lido nada com o Talmud, eu não tenho mais nenhuma prática com algumas questões de estilo do Talmud que indicam o tipo do pensamento que foi passado, presente, citação, eu nem sei como chamaria isso em português, que um estudioso do Talmud sabe se está se referindo ao passado, alguém que mencionou alguém, quando é o caso de uma citação que nem sempre me foi óbvia ou diretamente tão rapidamente óbvia, mas não foi também tão estranho porque eu havia estudado um pouco o texto bíblico e algumas coisas do comentário. Então eu não parti do zero nesse sentido.

S3, apesar de seu conhecimento prévio de Talmud, mesmo que pouco, afirma não ter partido “do zero”. Vale dizer que já dispunha em seu ambiente cognitivo de informações contextuais capazes de lhe indicar um caminho a seguir no momento da tradução. No entanto, percebe que estas informações não são suficientes, torna-se consciente de suas limitações e busca apoio externo.

Como mencionado por S3, aquele estudioso do Talmud tem muito mais familiaridade com os textos talmúdicos do que alguém não dedicado a estudá-lo regularmente. Este necessitará de muito mais tempo na metarrepresentação do contexto de produção do TF, tal qual já comentado por S1 e S2 acima. E o material disponível como apoio externo se constitui do próprio Talmud em sua íntegra, de dicionários bilíngues, dicionários monolíngues, enciclopédias e dicionários de etimologia. S2 fala também em “assistir uma aula sobre o assunto”; este é mais um subsídio para o tradutor em sua busca por metarrepresentação.

No que tange à imprescindibilidade de estudo antes de se iniciar uma tradução talmúdica, S4 também fala de seu estudo anterior de textos talmúdicos. Porém, contrariamente a S3, diz ter bastante familiaridade com este tipo de texto, em virtude de estudos mais aprofundados:

eu estudei um pouco de Mishná e um pouco de Talmud. Então, já começa por aí. Eu conheço a estrutura do texto, desse tipo de texto, eu conheço e eu sei que eles são truncados. Então, mais ou menos eu consigo ler e inferir alguns significados e algumas ligações que podem ter no texto. Além disso, esse tipo de reflexão que o texto faz, também é uma coisa que para mim é conhecida (...). Eu conheço o discurso, eu conheço o tipo de texto, eu conheço até o desenho do texto,

enfim, é um texto que eu já estudei, não estudei para ser traduzido, mas eu estudei no texto. Era uma disciplina que eu fiz. Enfim, eu estudei isso aí, então, só que não foi esse, é outro, mas o sistema é o mesmo. Então, isso me ajudou.

A familiaridade com o “sistema” dos textos talmúdicos foi de grande ajuda na tarefa metarrepresentacional de S4. Pode-se voltar, aqui, ao que S2 disse sobre o tempo gasto na tradução ser menor do que o tempo de estudo. Se observarmos o tempo total despendido por S4 na execução da tarefa, veremos que este tempo corresponde a 1h 04m 19s, inferior ao dos sujeitos anteriores: S1 com 2h 49m 18s, S2 com 4h 12m 33s e S3 com 2h 40m 18s. O fato de S4 conhecer a estrutura do texto, conhecer o texto em si fez com que tivesse mais facilidade na metarrepresentação do contexto-fonte e, assim, iniciasse a tradução com maior rapidez.

Além desta familiaridade que afirma ter com textos talmúdicos, S4 cita o dicionário de Even Shoshan, um dicionário também etimológico, capaz de situar os diversos estágios de significado das palavras através dos tempos:

Outra coisa, o dicionário, esse dicionário. Esse dicionário, ele tem uma característica importante aí, que ele te localiza as palavras no tempo. Então, você tem, por exemplo, uma palavra, posso até te mostrar, e ele vai te localizando o significado no tempo. Atualmente ele significa isso, mas no período mishnaico ele significava isso, no período bíblico outra coisa, enfim, ele te dá as modificações semânticas que o termo, ele passou por essas modificações semânticas. Esse dicionário te dá. Então, ele, eu acho que ele ajuda bastante por causa disso também.

O dicionário citado por S4 também foi objeto de consulta de S3, conforme consta da planilha de observação direta. Interessante ressaltar que não se trata de um dicionário qualquer: trata-se de uma obra que acompanha a evolução de um determinado termo nos diversos estágios da língua hebraica. Isto ajuda o tradutor a “recobrar sentidos”, conforme afirma S4 em seu relato, a verificar qual o sentido veiculado por aquela palavra num determinado período. Esta ferramenta, aliada ao conhecimento prévio do tradutor acerca de textos talmúdicos, desempenhou papel fundamental na tarefa metarrepresentacional do contexto do TF.

Ademais, ao metarrepresentar o ambiente cognitivo de seu público, S4, como visto no capítulo de análise, tende a produzir um texto com menos instâncias de explicitação. Julga seu público-alvo judaico capaz de fazer as inferências necessárias a partir de um texto em português com características do hebraico talmúdico, quais sejam o caráter circular de construção de conhecimento e a obscuridade do texto, incluindo-se um uso gramatical singular. Pode-se aqui se perguntar quais as características do

público-alvo que tem em mente, uma vez que os demais tradutores, também traduzindo para uma comunidade judaica, procuraram produzir um TA com um grau maior de explicitações. Importante frisar, no entanto, que S4 metarrepresentou o ambiente cognitivo de um determinado público-alvo que também estaria familiarizada com o sistema dos textos talmúdicos.

S5 já é bem taxativo no que se refere ao conhecimento prévio do tradutor acerca do Talmud. Segundo ele, a metarrepresentação do ambiente cognitivo do público-alvo original só é possível quando se conhece a cultura, quando se sabe “do que estava tratando o texto, o contexto”. Novamente aqui a afirmação vista nos sujeitos anteriores sobre a importância de se conhecer o Talmud, de estar familiarizado com o “contexto”, o ambiente da Mishná, no momento de se iniciar uma tradução deste gênero.

S5 Reconhece a importância de dicionários e glossários. Estes fornecem o apoio externo necessário para vislumbrar o significado de uma determinada palavra, de uma determinada expressão, da etimologia mesmo da palavra. Como já mencionado, existem dicionários especializados (cf. EVEN-SHOSHAN, 2004) que situam um determinado conceito no tempo, analisando-o conforme o período de uso da língua hebraica. Constitui-se em uma ferramenta fundamental para o tradutor e o auxilia na metarrepresentação do contexto de produção do TF. Porém, acrescenta: “Mas acho que isso é tudo secundário. Se você não tem o conhecimento de mundo, não tem o conhecimento da cultura, o dicionário e os glossários não te ajudam para nada”. É neste sentido que S5 é bem taxativo em seu parecer.

Nesta mesma linha de pensamento de S5, ou seja, neste conhecer a cultura, temos a verbalização de S6. Indagado sobre o que precisa o tradutor a fim de poder metarrepresentar o ambiente cognitivo de um público-alvo situado de forma tão distante do público-alvo atual, responde:

Bagagem cultural muito grande, muita leitura, muita inserção nessa cultura, quer dizer, eu, nos meus tempos em Israel, não lia, eu não sentava para ler Guemará. Ou mesmo a Torá em hebraico. Pouquíssimo do meu tempo era tomado por leituras bíblicas. Mas você precisa estar inserido no contexto da cultura para (...) conhecer, para saber mesmo. O interessante em Israel é que isso está sempre na televisão ou nos jornais, o que o rabino fulano disse, o rabino sicrano falou, e porque isso é aquilo. Então, você, às vezes não tem nem como escapar dessa discussão religiosa. É um tema muito importante lá entre eles. Existem tensões culturais entre os religiosos e os não religiosos que levam a uma grande troca de informações. Então, é preciso estar inserido, você precisa conhecer essa cultura.

Esta inserção de que fala S6 facilita, sem dúvida, o processo metarrepresentacional em curso durante a tarefa tradutória. S6 diz ter despendido pouco tempo com estudo da Guemará ou da Torá, mas esteve imerso na cultura judaica, tendo assimilado os ensinamentos talmúdicos através da própria mídia. Desta forma, o estudo dos textos talmúdicos se deu através desta “inserção” da qual fala. De qualquer modo, corrobora o que S5 afirma ser primordial para uma tradução (leia-se: metarrepresentação) e também o que os sujeitos anteriores (S1, S2, S3 e S4) afirmam ser indispensável: o conhecimento do contexto no qual está inserido o TF.

A forma de aquisição deste conhecimento pode ser diversa. S1 e S2, p.ex., falam do estudo de horas e horas do texto da Mishná. S4 salienta que seu conhecimento talmúdico foi adquirido na escola. E S6, agora, comenta a maneira como obteve os conhecimentos necessários para uma tradução talmúdica: a inserção dentro da cultura judaica no Estado de Israel. Independentemente da forma de aquisição deste conhecimento, este levará, mais tarde, ao êxito de uma metarrepresentação de ambientes cognitivos do público do TF, baseada em apoio interno.

S7 fala claramente do ambiente cognitivo do público-alvo do TF: “você pode dizer que naquela época as pessoas entendiam isso, discutiam também, a gente pressupõe que era a linguagem que eles entendiam perfeitamente”. Trata-se apenas de uma “pressuposição”, como afirma S7, mas parte do princípio que esta linguagem talmúdica era a corrente na época de redação dos textos talmúdicos e que seu público dispunha em seu ambiente cognitivo das informações contextuais necessárias à correta interpretação do enunciado. E como o tradutor será capaz de metarrepresentar esse ambiente cognitivo? S7 relata:

você precisa conhecer processo talmúdico. Você precisa ter estudado antes, vários entendimentos, você precisa ter um trato com o texto já. Não é o conhecimento do modo de operação do Talmud. Você precisa conhecer, você precisa ter uma noção assim mais ou menos ... você precisa ter uma noção bastante razoável do que é o livro, concepção de época, tudo isso. Do método talmúdico também. Como eles vão desenvolvendo as teses.

S7 fala de conhecimento de processo talmúdico, concepção de época, método talmúdico, além, evidentemente, do conhecimento em si. O método talmúdico de construção de conhecimento pode ser um grande obstáculo à tarefa tradutória se o tradutor não está familiarizado com o mesmo. Por isso fala da importância em se saber

como “eles vão desenvolvendo as teses”, é um estilo altamente oral, de discussão mesmo. A respeito, S7 comenta ainda:

Só que você tem que procurar captar uma forma de pensamento que eles tinham. Não é isso? É uma forma de pensamento, não é primitiva, pelo contrário, é bastante sofisticada e era da época e do local. Pode chamar de oriental, sei lá o que, semítica, não sei. Eu não vou arriscar nada disso. É uma forma talmúdica de pensar, eu digo isso.

Uma forma talmúdica de pensar, característica da época e do local, ou seja, distante no espaço e no tempo, assim como também culturalmente falando. Um bom dicionário, por melhor que seja, não é suficiente para substituir a necessidade de estudo, de conhecimento prévio deste método talmúdico. Só assim estará garantido o sucesso de uma tarefa metarrepresentacional do ambiente cognitivo do público do texto alvo, isto é, de como entender a forma como este público-alvo compreendia o texto.

S7 adiciona, portanto, este conhecimento do processo talmúdico àquele conhecimento contextual de que falaram os sujeitos analisados anteriormente. A aquisição deste conhecimento de como as teses se desenvolvem no Talmud se dá por estudo, obviamente. Posteriormente, este saber fornecerá o apoio interno necessário para a metarrepresentação do contexto do TF.

Por fim, S8 corrobora o que foi falado anteriormente. Indagado sobre a maior dificuldade na tradução deste excerto talmúdico, responde:

A maior dificuldade para traduzir um texto assim é a falta de familiaridade com o texto. Porque é muito fácil você ler um jornal de uma linguagem mais atual em hebraico. E outra coisa é quando você está tratando com um texto que, além de ter sido escrito há dois mil anos atrás, foi também escrito com a mentalidade das pessoas daquela época. Essa é a maior dificuldade.

Sim, ler um artigo de jornal em hebraico é muito mais simples, pois nesse caso falta aquela distância presente quando da leitura de um texto talmúdico. Teoricamente, é bem mais fácil metarrepresentar o ambiente cognitivo de um público-alvo atual do que o de um situado há dois mil anos atrás. Como inferir a mentalidade das pessoas daquela época? Só a familiaridade com o texto, com a cultura do TF é capaz de auxiliar nesta tarefa.

O apoio externo, na forma de consulta a dicionários, léxicos, entre outros, embora também fundamental, não basta, por si só. O tradutor já deve dispor em seu ambiente cognitivo de informações que o capacitem à metarrepresentação. Ele deve

estar familiarizado com o contexto do TF. Assim, poderá inferir a “mentalidade das pessoas daquela época”, ou seja, poderá metarrepresentar o ambiente cognitivo do público-alvo do TF.

5.4. A metarrepresentação do ambiente cognitivo do público do TA: as citações bíblicas

Após a tarefa metarrepresentacional do TF, o tradutor, como já mencionado anteriormente, se depara com uma segunda tarefa: a de metarrepresentar o ambiente cognitivo de seu público-alvo para, assim, criar condições a fim de que esta chegue às inferências pretendidas por ele. Um dos recursos utilizados para auxiliar o público-alvo em seu processo inferencial foi a explicitação, como se pôde depreender dos comentários analisados. Estes processos de explicitação podem ser tanto de natureza estratégica, quanto serem governados pela norma. Estes levam em conta as diferenças entre os sistemas linguísticos em contraste, enquanto aqueles procuram uma solução *ad hoc* para o caso em questão (cf. ENGLUND-DIMITROVA, 2005). Nos trechos analisados, houve ambos os processos, valendo dizer que o tradutor experiente lança mão de um processo de natureza estratégica quando não é possível, a seu ver, um processo de explicitação governado pela norma. Em uma tradução, como visto, não é possível seguir apenas um ou outro. É o caso concreto que vai fazer com que o tradutor se decida por um processo de explicitação ou outro.

Faz-se mister comentar, no entanto, um outro recurso à disposição do tradutor quando cuida de criar condições para que seu público-alvo chegue a uma interpretação adequada do enunciado: a forma de como reproduzir as citações bíblicas presentes no TF. Em um trabalho anterior também desenvolvido com base em dados empíricos (cf. CARVALHO NETO, 2006), já foi mencionada e justificada esta ferramenta usada pelo tradutor. Este, deparando-se com uma citação bíblica, procura citar, preferencialmente, a passagem correspondente de uma Bíblia na língua para a qual está traduzindo, em vez de dar sua própria tradução para aquele trecho. Indagado sobre quais motivos levam o tradutor a adotar tal comportamento, o sujeito de então verbalizou: “*traduções livres da Bíblia poderiam causar grande confusão*” (id., p. 122, itálicos como no original). Isto significa que uma tradução feita pelo próprio tradutor poderia causar um determinado desarranjo no ambiente cognitivo do público-alvo do TA, dificultando, de certa maneira, a produção dos efeitos cognitivos desejados.

Contudo, copiar simplesmente uma citação bíblica pode não ajudar, por si só, a que o público-alvo do TA faça as corretas inferências para aquele trecho. Neste caso, “ao mesmo tempo que se utiliza de uma tradução conhecida, ele [o tradutor] a modifica” (ibd.), ou seja, interfere no texto, seja acrescentando alguma informação entre parênteses/colchetes, seja inserindo uma nota explicativa. Porém, é importante frisar que a base continua sendo a reprodução *ipsis litteris* do trecho bíblico em questão e que a aposição dos sinais gráficos alceados de aspas denota, simultaneamente, um processo de explicitação governado pela norma, já que em português é comum usar tais sinais quando se faz uma citação.

Este recurso, qual seja, a utilização de traduções canônicas da Bíblia, é um dispositivo a mais nas mãos de um tradutor experto, a fim de ajudar seu público-alvo na produção de determinados efeitos cognitivos. Nesta pesquisa de doutoramento, os sujeitos também se depararam com citações bíblicas: M6 (Êxodo 22,20), G1 (Levítico 25,17), G4-5 (Levítico 25,14) e G16-18 (Jó 4,6-7a). Vejamos, então, como procederam e as razões pelas quais assim o fizeram.

S1 citou a partir de uma tradução bíblica em português, colocando entre aspas as respectivas passagens e assinalando em nota de rodapé as respectivas referências bíblicas. Só não colocou a referência para G1, usando apenas o recurso das aspas. Em M6 e G1, faz uma interferência dentro da citação, colocando uma outra tradução entre colchetes, acompanhada do sinal de igual: “[=humilharás]”.

Em seu relato retrospectivo, S1 aborda o problema da polissemia em hebraico e a dificuldade em se reproduzir esta polissemia dentro do sistema linguístico do português. Diz: “É por isso que coloquei aqui, aliás, *não explorarás* entre colchete igual a *humilharás*, sabendo que a Escritura diz (...), no versículo, uma pessoa que vai abrir a Bíblia numa tradução, vai ver *explorarás*, não dá tanto para entender o *humilharás* aqui”. Como dito anteriormente, ao mesmo tempo em que usa uma tradução canônica, S1 interfere no texto, explicitando uma relação de difícil inferência para um público falante de português.

S2 procedeu usando aspas para as citações bíblicas e acrescentando, em nota de rodapé, as respectivas referências bíblicas, apondo, inclusive, de qual Bíblia retirou a citação (Melamed e Gorodovitz & Fridlin). Fora isso, usou do mesmo recurso de S1, ou seja, interferiu na citação em português da Bíblia para G16-18. Sobre esta passagem comenta que acrescentou uma outra palavra, por exemplo:

naquela tradução que eu peguei, brasileira, que eles usam *confiança* de dois jeitos. Um literalmente é confiança, você não tem o seu destino porque você confia em Deus. Outro é uma confiança também de esperança, você confia. Então eu coloquei entre parênteses.

Outro recurso usado para ajudar seu público-alvo em suas inferências foi que “quando eles citam, eles não terminam a citação. Então, aí eu fiz igual lá na tradução em inglês, eu terminei a citação entre parênteses” (cf. sua tradução para G4-5).

S3 não procedeu de maneira diferente. Colocou entre aspas as citações bíblicas e, em M6, interferiu no texto bíblico, colocando uma alternativa entre parênteses. Em seu relato concomitante, diz:

vou pôr entre aspas porque é citação da bíblia, aqui não tem aspas, tem um sinalzinho que eu não sei o que é, aqui do lado tem a indicação bíblica, *pois está dito que estrangeiro não enganarás*, que aqui é o mesmo verbo *honê*, que significa o mesmo versículo em português, *não enganarás* ou *não fraudarás*, vou pôr entre parênteses a outra opção, *e não oprimirás*. Eu usei aqui os dois verbos que a Bíblia do Jairo coloca, fraudar e oprimir em relação a esse versículo.

E sobre a citação bíblica em G16-18, comenta: “citação do versículo, eu vou procurar os versículos, vou encontrá-los através da concordância bíblica que eu vou pegar daqui a pouco. Então não vou traduzir, aí já pego o versículo pronto”. Lançando mão, posteriormente, da concordância bíblica, continua: “Então eu vou copiar daqui de dentro. (...) A tradução já tem pontuação. Então eu pus um ponto de interrogação conforme a tradução, obviamente o original não tem pontos, não tem ponto de interrogação”. Sobre o que seria esta “concordância bíblica”, S3 explica que “é muito antigo. Eu lanço qualquer palavra do versículo e ele me diz em todos os lugares em que isso pode ter aparecido”. E é dessa maneira que localiza as respectivas referências bíblicas presentes no TF.

Este modo, então, de colocar a citação bíblica entre aspas, copiando-a de uma tradução já canônica, mas, simultaneamente, explicitando entre parênteses uma determinada polissemia hebraica, é uma característica comum de alguns tradutores de textos talmúdicos. Ao metarrepresentarem o ambiente cognitivo do público-alvo, tomam providências profiláticas a fim de ajudar o público-alvo em seu processo inferencial. Com isto, aumentam o grau de semelhança interpretativa entre os dois textos.

S4, assim como posteriormente S8, tem um comportamento diverso de todos os outros sujeitos da pesquisa. Não colocou aspas, não fez citações diretamente da Bíblia

nem colocou as respectivas referências bíblicas para seus leitores. Mantém sua agenda tradutória, conservando o jeito peculiar do Talmud para um público-alvo que julga capaz de fazer as inferências necessárias. Seu texto apresenta um número pequeno de instâncias de explicitação e, sendo coerente com sua agenda, também não explicita as citações bíblicas. Este comportamento peculiar de S4 já foi analisado anteriormente quando se questionou qual o público-alvo que o tradutor tinha em mente quando da realização da tarefa tradutória. Este fato não deixa de apresentar um risco para o tradutor, já que deixa a cargo de seu público-alvo toda a tarefa inferencial.

No entanto, vale repetir, isto não denota ausência de metarrepresentação do ambiente cognitivo do público-alvo do TA por parte de S4. Este deixa claro em seu relato retrospectivo que traduz para um determinado público-alvo:

Então, para quem convive com a cultura judaica, não precisa explicar isso aí [*baal teshuvá*], porque ele sabe o que é. Mesmo não falando hebraico, mesmo não lendo hebraico (...) Mas para quem não é da cultura judaica, para quem não tem contato, para quem não conhece, eu teria que traduzir.

Este público-alvo, “mesmo não falando hebraico, mesmo não lendo hebraico”, saberia do que se trata. S4 metarrepresenta o ambiente cognitivo de seu público como aquele familiarizado com os termos da cultura hebraica. E para as citações bíblicas também. O público-alvo estaria em condições de inferir que aquele texto traduzido por S4 é proveniente de uma passagem da Torá.

S5 coloca, para seu público-alvo judaico em português, as aspas no texto e as referências bíblicas em notas de rodapé, conservando o nome em hebraico dos livros bíblicos (*Shemot* para Êxodo, *Vayikrá* para Levítico e *Yov* para Jó). Comentando sobre este procedimento de copiar a citação de uma Bíblia já conhecida, verbaliza: “Eu nunca traduzo, quando é trecho bíblico, não sou eu que traduzo, eu pego de alguma versão da Bíblia. Então, já fui procurar em alguma consagrada”. Questionado sobre este comportamento, S5 discorre:

Eu não sei, acho que com o texto bíblico eu não tenho que mexer assim. Acho que já tem um monte de tradução aí conhecida, então não sou eu que tenho que fazer mais uma tradução. Sempre que cita um verso, eu já pego de uma tradução conhecida, ponho nota de rodapé e a pessoa que vá lá verificar, assim. Se ela não gostar, depois ela discute com o cara que traduziu a Bíblia, mas eu me isento disso, entendeu? Porque, é por isso, eu acho, porque tem muita tradução da Bíblia, já não preciso eu fazer uma. Fora aquela linguagem que está acostumado a usar com a Bíblia de vós e tu, se tu fordes, se tu não sei o que, então já pego pronto que facilita.

Importante salientar o que diz em seu trecho final sobre a linguagem da Bíblia a que o público já está acostumado. Espera-se que o público-alvo reconheça no TA aquelas características próprias de uma tradução “consagrada” da Bíblia, ou seja, uma linguagem mais rebuscada, pronomes pessoais não usuais na linguagem do dia-a-dia do português em sua variante brasileira, tempos verbais ocorrentes mais na forma escrita de textos, entre outros. É um modo de guiar o público-alvo a chegar a processos inferenciais condizentes com os imaginados para o TF.

S6 também explicita em seu TA os sinais de uma citação bíblica. Porém, contrariamente aos demais sujeitos, não reproduz a citação a partir de uma tradução bíblica já canonizada, dando sua própria tradução do trecho. No entanto, não deixa de consultar a Bíblia em português: “Para ter certeza da tradução. Eu estava com uma dificuldade no texto bíblico, eu não sou exatamente uma teóloga. Então, na hora de traduzir realmente uma passagem bíblica, eu prefiro dar uma olhadinha antes na Bíblia em português”. A preocupação que exprime por não ser um teólogo já denota um cuidado especial com estas citações bíblicas. Daí a busca por apoio externo em traduções bíblicas em português, para não correr o risco de levar seu público-alvo a fazer inferências outras que não as imaginadas para o TF. Findo este processo de metarrepresentação, S5 dá sua própria tradução, argumentando:

Porque a tradução de textos bíblicos, é aquela coisa: (...) depende do público a que se destina. Se você traduz para um público católico, eles esperam ver uma citação da Bíblia católica. Se você traduz para um público protestante, eles esperam ver uma citação da versão protestante. Se você põe para eles a versão errada – entre aspas – pode haver uma grande grita, (...), essa não é a minha Bíblia. Então, quando é um texto assim mais acadêmico, eu tento dar uma tradução direto do hebraico, que eu acho que é um pouquinho mais neutra.

Comenta, ademais, que essa estratégia não deixa de ser “polêmica”, mas assim prefere, dando à sua tradução uma versão mais neutra. Parece ser esta uma estratégia recorrente em suas traduções, fazendo-a intuitivamente, pois não atentou aqui para o fato de que estava traduzindo para um público-alvo judaico e não qualquer outra, onde poderia ter lançado mão de uma tradução judaica da Bíblia. Neste caso, evitaria, sem dúvida, o protesto, ao qual alude, por parte do público alvo.

S7 vai um pouco mais além nas citações bíblicas, pois além de colocar os trechos devidamente entre aspas e citar as respectivas fontes, ele explica em uma nota a razão pela qual ele usou cada uma das Bíblias: “*A opção pela Bíblia Hebraica deve-se à*

concordância com a tradução de ‘g(ue)r’ por ‘peregrino’. Também no final do trecho, por ser mais direta. A citação de Jó, B. [Bíblia] de Jerusalém, decorre da clareza”.

A nota explicativa aposta por S7 ao final de sua tradução – observe-se que não foi inserida como nota de rodapé – vem ao encontro do que mencionou em seu relato retrospectivo a respeito de como dar a seu público-alvo as condições necessárias para se chegar aos pensamentos inferidos pelo tradutor: “você faz como os rabinos fizeram. Você coloca uma explicação ao lado. Você sabe? Porque tem o texto, depois ele vai ao texto e volta ao texto. Os rabinos fizeram isso, o Rashi fez isso. Eles fazem isso. O Maimônides fez isso”. Cita célebres eruditos judeus, como Rashi e Maimônides, a fim de corroborar esta técnica de aposição de notas explicativas a uma tradução talmúdica.

Este recurso usado por S7 se constitui em mais uma ferramenta para auxiliar o processo inferencial do público-alvo. E este recurso é derivado de uma tarefa metarrepresentacional empreendida por S7: este metarrepresenta o ambiente cognitivo de seu público, nele vê lacunas e procura preenchê-las com estas notas explicativas.

S8, a exemplo de S4, não fez nenhuma menção gráfica em seu texto às citações bíblicas, nem verbalizou a respeito em seu relato retrospectivo. Pela planilha de observação direta, vê-se que buscou apoio externo, durante a tarefa tradutória, numa Bíblia com tradução judaica (MELAMED, 2001), comentando, em seguida, que “esclareceu bastante”. No entanto, parece não ter atentado para o fato de que seu público-alvo poderia igualmente necessitar desse “esclarecimento” adicional, no intuito de compreender o texto talmúdico. Parece ter julgado suficiente a tradução, sem explicitação das relações com trechos bíblicos.

Como falta verbalização a respeito em seu relato retrospectivo, não fica, aqui, claro se a tarefa metarrepresentacional empreendida por S8 foi completa o suficiente ou se, a exemplo de S4, julga seu público-alvo portador dos conhecimentos suficientes da cultura judaica e de textos talmúdicos para a correta inferência das explicaturas e implicaturas do TA.

CONCLUSÃO

Antes de se finalizar o estudo empreendido nesta tese de doutoramento, é importante resumir as discussões levadas a cabo nos capítulos anteriores. Assim, torna-se possível uma melhor visualização das interrelações em curso quando o tradutor se vê diante da tarefa de traduzir um texto situado em um contexto distante no espaço, no tempo e na cultura.

Foi visto que uma característica marcante desse tipo de tradução é um fenômeno denominado “metarrepresentação”, mais precisamente uma dupla metarrepresentação. O tradutor há de primeiro metarrepresentar o ambiente cognitivo do público do TF e, logo em seguida, metarrepresentar o ambiente cognitivo do público do TA. Essa primeira metarrepresentação, a do contexto de produção do TF, torna-se imprescindível na medida em que, em sua ausência, o tradutor não estará apto a inferir as explicaturas e implicaturas do TF. E a segunda tarefa metarrepresentacional se faz igualmente imprescindível para que o tradutor produza um TA capaz de gerar, junto a seu público-alvo, aquelas explicaturas e implicaturas vistas por ele para o TF.

Pode-se afirmar que a importância dada a cada uma dessas duas tarefas metarrepresentacionais deve ser exatamente a mesma. A falta ou a incompletude da metarrepresentação do ambiente cognitivo do público do TA pode comprometer o processo inferencial deste; a ausência ou incompletude da metarrepresentação do ambiente cognitivo do público do TF pode colocar em risco a correta interpretação do enunciado do TF pelo tradutor, o que, por sua vez, fará com que seu público-alvo chegue a inferências díspares daquelas concebidas como adequadas para o TF.

O tradutor com um determinado grau de expertise na tradução de textos sagrados conhece o significado dessa dupla tarefa metarrepresentacional a ponto de não descurá-la quando do início de uma tradução. A questão que se colocou, destarte, na presente pesquisa, foi a respeito do modo como o tradutor leva a cabo esta dupla metarrepresentação. Viu-se, assim, que, para a execução dessa tarefa, o tradutor pode contar com dois tipos de apoio: o apoio externo e o apoio interno.

O apoio externo se dá através da consulta a fontes externas. Fonte essencial de consulta é o próprio texto talmúdico na sua íntegra. É o capítulo total da Mishná, no qual está inserido o excerto a ser traduzido. São as discussões da Guemará acerca do objeto de estudo. São os comentários que circundam o texto talmúdico, comentários estes inseridos pelos eruditos e sábios judeus. Ademais, as aulas na sinagoga ou aquelas disponíveis na internet sobre aquele capítulo em questão constituem também uma fonte de consulta externa, assim como a consulta a rabinos.

Outro tipo de apoio externo é fornecido pelos dicionários. Estes podem ser bilíngues ou monolíngues. Os dicionários bilíngues são, sem dúvida, essenciais numa tradução, já que podem fornecer, a princípio, uma tradução adequada para aquele termo que se procura. Os sujeitos da pesquisa lançaram mão de dicionários não só na direção hebraico-português, mas também hebraico-inglês e hebraico-francês. Dentre os dicionários monolíngues destaca-se o dicionário de Even-Shoshan. Neste, cada palavra é situada no tempo, de acordo com o estrato da língua hebraica a que corresponde. É mais um instrumento à disposição do tradutor em sua busca por metarrepresentar o contexto de produção do TF.

Quanto ao apoio interno, este é priorizado pelos tradutores com relação ao apoio externo. Sem o apoio interno, o apoio externo será de pouca valia. Com o apoio interno, o tradutor procura em seu próprio ambiente cognitivo meios para metarrepresentar o ambiente cognitivo de produção do TF e, posteriormente, do TA. A questão que se colocou foi como obter esse conhecimento que forma a base para o apoio interno. Pelo relato dos tradutores, viu-se que esse saber pode ser obtido nas escolas, durante o período de educação da criança e do jovem. Além disso, o estudo do Talmud em si, seja na sinagoga ou individualmente com material à disposição, representa uma outra fonte de saber. Por fim, a inserção dentro de uma comunidade judaica, no dia-a-dia do Estado de Israel, pode fornecer, outrossim, meios de aquisição do conhecimento talmúdico.

De posse desse saber, o tradutor pode iniciar uma tradução talmúdica, tendo o apoio interno necessário. Este, por sua vez, pode ter o auxílio do apoio externo, o qual poderá ter uma importância maior ou menor naquela porção em exame. Via de regra, é possível afirmar que o apoio externo vem combinado com o apoio interno por parte do tradutor.

Após a dupla tarefa metarrepresentacional, onde o apoio interno e o apoio externo desempenham um papel indispensável, o tradutor dá sua tradução do excerto do TF em questão, produzindo um TA que apresenta um determinado grau de semelhança interpretativa com o TF. E como uma de suas características primordiais, o TA é portador de um fenômeno chamado de “explicitação”, consequência da metarrepresentação desenvolvida. Por meio dessa estratégia, o tradutor torna explícita para seu público-alvo o que estava tão-somente implícito no TF. Afirma-se que, lidando com contextos desconhecidos, o tradutor está muito mais propenso a explicitar em seu texto relações que estejam apenas implícitas no TF do que deixá-las implícitas, com o objetivo de criar um elevado grau de semelhança interpretativa entre os dois textos.

A explicitação foi estudada intensamente no capítulo de análise e discutida no capítulo subsequente. Pela abordagem de Englund-Dimitrova (2005) adotada nesta tese, pôde-se verificar que houve instâncias tanto de explicitação governada pela norma linguística quanto de explicitação de natureza estratégica. As explicitações governadas pela norma estão fortemente relacionadas com as codificações procedimentais, enquanto as explicitações de natureza estratégica estão estritamente ligadas às codificações conceituais. Observou-se que existe essa forte tendência de interligação entre explicitação e codificação, consoante a hipótese levantada por Alves (2008).

Esta interrelação entre explicitações e codificações levantou também uma outra questão relacionada à tensão existente entre a semântica e a pragmática. Uma vez que a explicitação governada pela norma diz respeito a características linguístico-textuais, ela se situa no âmbito da semântica. Já a explicitação de natureza estratégica depende muito mais de informações contextuais. Estas, por sua vez, situam-se no âmbito da pragmática e este fornece os subsídios para a decisão do tradutor ao explicitar uma determinada relação do TF.

Com base nesta relação entre explicitação governada pela norma, codificação procedimental e âmbito da semântica, por um lado, e, de outro, explicitação estratégica, codificação conceitual e âmbito da pragmática, foi intentada uma outra interrelação, ainda segundo Alves (2008), agora entre os conceitos de Steiner (2005) e Hansen-Schirra *et al.* (2007) de explicitação e explicitude.

Segundo os autores acima, a explicitação está relacionada à pragmática, enquanto a explicitude se situa dentro do território da semântica. Dessa maneira, comparando os resultados obtidos com esta pesquisa, pôde ser constatado que o fenômeno da explicitação está relacionado à explicitação de natureza estratégica, esta situada dentro do âmbito da pragmática. Por sua vez, o fenômeno da explicitude está vinculado à explicitação governada pela norma linguística, esta situada no âmbito da semântica.

Concluindo essas reflexões, é possível afirmar que o caminho empreendido pelo tradutor, diante da tradução de um texto situado em um contexto distante, de um texto talmúdico, por exemplo, apresenta um percurso singular que o distingue de outras traduções. O tradutor envida esforços na dupla tarefa metarrepresentacional diante de si, serve-se de apoio interno e/ou externo e produz um TA, onde uma característica essencial é a explicitação. E o tipo de explicitação no qual desembocará o caminho percorrido é determinado de acordo com o âmbito predominante naquele momento: o da

semântica ou o da pragmática. Todo este conjunto, harmonioso em si mesmo, é determinante dentro da tradução talmúdica em especial e, hipoteticamente, também na tradução de textos sagrados em geral.

Retomando-se o conceito de metarrepresentação, é relevante apontar ainda como conclusão importante que ela é aferida por meio de metarreflexão, uma atividade de natureza metacognitiva. Baseando-se em estudos sobre conhecimento experto, sabe-se que quanto mais alto o nível de atividade metacognitiva, maior tende a ser o nível de expertise. Como decorrência, poder-se-ia afirmar que quanto mais alto o nível de atividade metacognitiva, aferida por meio de metarreflexão, mais acurada a metarrepresentação. Os relatos dos respectivos sujeitos dessa pesquisa comprovam esse fato, haja vista a qualidade do exercício de metarreflexão produzindo altos níveis de metarrepresentação por sujeitos com alto grau de expertise.

O que não foi objeto deste trabalho, mas que se deixa a cargo de pesquisas posteriores, é se existe uma relação entre a qualidade da tarefa metarrepresentacional e o tempo despendido durante a realização da tarefa tradutória. Observou-se que os sujeitos com o maior número de instâncias de metarreflexão verbalizadas não são necessariamente os mesmos que necessitaram de um tempo maior para a conclusão da tarefa tradutória. A pergunta que se coloca é se esta poderia ser uma variante apresentando um caráter de aleatoriedade ou se existe uma relação entre o fator tempo e o fator metarrepresentação. E se existir, qual seria essa relação?

Um outro ponto que necessita de desdobramentos tange questões relacionadas à cultura. Coloca-se a pergunta quando o tradutor se ocupa da tradução de TFs situados em outras culturas que não a judaica. Nesse caso, a metarrepresentação, caso existente, ocorre da mesma maneira? O tradutor de livros sagrados em árabe ou sânscrito, por exemplo, também lida com uma dupla tarefa metarrepresentacional? Seus respectivos TAs também apresentam um número elevado de instâncias de explicitação, tais quais as observadas na tradução talmúdica? É, sem dúvida, uma questão instigante e que pode ser resolvida com pesquisas futuras.

Foi também comentado no capítulo metodológico que o TA produzido na execução da tarefa 02 pouco ou em nada diferiu do TA gerado durante a realização da tarefa 01. O caráter de sagrado do texto é tão forte que o tradutor leva a cabo uma tradução independentemente do público a que se destina. O texto talmúdico é um texto que necessita de estudo, não possui uma linguagem fácil e para se chegar a um entendimento suficiente, deve ser lido e relido algumas vezes. Esta característica

também se mantém numa tradução; daí ter sido de pouca relevância se o TA se destinava a uma comunidade judaica ou leiga no assunto. A questão que aqui se coloca é se o mesmo fato ocorreria na tradução de livros sagrados em outras línguas, como citado acima. Haveria TAs diferentes nas duas tarefas?

Por fim, é desejável indicar uma situação que poderia fornecer um desdobramento lógico desta tese de doutoramento. Observou-se que a metarrepresentação é condição indispensável para a execução da tarefa de tradução de textos talmúdicos e que se constitui em um componente específico ao lado de outras competências, como a linguística, por exemplo, na tradução de textos sagrados. Uma conclusão a que se chegou nesta tese é que quanto maior o nível de metarrepresentação, maior será o grau de expertise. E, como resultado da metarrepresentação, o tradutor está muito mais propenso a explicitar em seu TA relações apenas implícitas no TF, mesmo que minimamente, com o intuito de garantir um alto grau de semelhança interpretativa.

Assim, sendo o próprio pesquisador tradutor e possuindo um determinado grau de expertise na tradução de textos jurídicos do idioma alemão para o português, como seriam aplicados os conhecimentos extras sobre competência tradutória adquiridos com a presente tese? Caso consiga adquirir conhecimentos suficientes para o apoio interno necessário e disponha de condições para obter o apoio externo, seria possível fazer traduções de textos talmúdicos, a fim de produzir um texto em português com um alto grau de semelhança interpretativa com o texto hebraico ou aramaico? E estaria igualmente propenso a processos de explicitação em seu TA?

Uma pesquisa desse nível, aplicando os resultados obtidos com esta tese, poderia, supostamente, contribuir para a formação de tradutores de textos talmúdicos para o português, tomando-se como primeiro exemplo a figura do próprio pesquisador que ora termina esta tese. Trata-se, nesse caso, não apenas de um projeto acadêmico, mas de um projeto de vida.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. F. *A Bíblia Sagrada*; Antigo e Novo Testamento. 2ª. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

ALVES, Fábio. *Zwischen Schweigen und Sprechen: Wie bildet sich eine transkulturelle Brücke? – eine psycholinguistisch orientierte Untersuchung von Übersetzungsvorgängen zwischen brasilianischen und portugiesischen Übersetzern*. Hamburgo: Dr. Kovac, 1995.

_____. *Establishing Criteria for a Definition of Translation Competence*. Proceedings of the 12th World Congress for Applied Linguistics. Tóquio: Waseda University Press. CD-ROM, 2000.

_____. Relevância em contextos culturalmente marcados: a semelhança interpretativa em pauta. In: ALVES, Fábio (org.). *Teoria da relevância & tradução*; conceituações e aplicações. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001a. p. 87-108.

_____. Teoria da relevância e os estudos da tradução: perspectivas e desdobramentos. In: ALVES, Fábio (org.). *Teoria da relevância & tradução*; conceituações e aplicações. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001b. p. 15-33.

_____. A triangulação como opção metodológica em pesquisas empírico-experimentais em tradução. In: PAGANO, Adriana (org.). *Metodologias de pesquisa em tradução*. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001c. p. 69-92.

_____. *Tradução, cognição e contextualização: Triangulando a interface processo-produto no desempenho de tradutores novatos*. DELTA, 2003, vol. 19, nº. especial. p. 71-108.

_____. *Ritmo cognitivo, meta-reflexão e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes*. In: Adriana Pagano, Célia Magalhães e Fabio Alves (Orgs.), *Competência em tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005a. p. 109-169.

_____. *Esforço cognitivo e efeito contextual em tradução: relevância no desempenho de tradutores novatos e expertos*. Linguagem em (Dis)curso, vol.5, número especial sobre teoria da relevância, 2005b. p. 11-31.

_____. *Bridging the gap between declarative and procedural knowledge in the training of translators: metareflection under scrutiny*. Meta, v. 50, n. 4, p. 1-25 (CD-ROM), 2005c.

_____. *Cognitive effort and contextual effect in translation: a relevance-theoretic approach*. In: *Journal of Translation Studies*, volume 10/1, Chinese University of Hong Kong, 2007, p. 57-76.

_____. *Explicitude e explicitação em tradução: uma abordagem à luz da teoria da relevância*. In: Costa, Jorge e Rauen, Fabio José (orgs.). *Tópicos em Teoria da Relevância*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008, p. 96-121.

ALVES, Fábio & GONÇALVES, José Luiz V.R. A Relevance-Theory Approach to the Investigation of Inferential Processes in Translation. In: ALVES, Fábio (ed.), *Triangulating Translation: perspectives in process-oriented research*. Benjamins Translation Library 45 Amsterdam: John Benjamins, 2003, p.3-24.

_____. (orgs.). *Relevância em Tradução; perspectivas teóricas e aplicadas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006.

_____. Modelling Translator's Competence: Relevance and Expertise under Scrutiny. In: GAMBIER, Yves, SCHLESINGER, Miriam, STOLZE, Radegundis (eds.) *Translation Studies: Doubts and Directions*. Selected contributions from the IV EST Congress. Benjamins Translation Library. Amsterdã: John Benjamins, 2007, p. 41-55.

AMÂNCIO, Moacir. *O Talmud*. 4^a. edição. São Paulo: Iluminuras, 2003.

BAKER, Mona. *Corpus linguistics and translation studies. Implications and applications*. In: Baker, M; Francis, G.; Tognini-Bonelli, T. (eds). *Text and technology: In Honour of John Sinclair*. Amsterdã/Philadelphia: John Benjamins, 1993. p. 233-250.

_____. *Corpus-based translation studies. The challenges that lie ahead*. In: Somers, H. (ed.). *Terminology, LSP and Translation. Studies in Language Engineering in Honour of Juan C. Sager*. Amsterdã: John Benjamins, 1996. p. 175-186.

_____. (ed.). *The Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Londres/Nova York: Routledge, 1997.

BAUMGARTEN, Nicole, MEYER, Bernd, ÖZÇETIN, Demet. *Explicitness in Translation and Interpreting: A Critical Review and some Empirical Evidence (of an Elusive Concept)*. In: *Across Languages and Cultures* 9 (2). Budapeste: Akadémia Kiadó, 2008. p. 177-203.

BERGER, Klaus, NORD, Christiane. *Das Neue Testament und frühchristliche Schriften*. 5. Auflage. Frankfurt am Main/Leipzig: Insel Verlag, 2001. 1413 p.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

BLUM-KULKA, Shoshana. *Shifts of Cohesion and Coherence in Translation*. In: House, J.; Blum-Kulka, S. (eds.). *Interlingual and Intercultural Communication. Discourse and cognition in translation and second language acquisition*. Tübingen: Narr. 1986, p. 17-35.

BONDER, Nilton. *G'vura – Religião*. Disponível na internet em <http://www.cjb.org.br/gevura/religiao/proselito.htm>. Consultado em 29.07.2008.

BUBER, Martin. *Die Schriftwerke*; verdeutscht von Martin Buber gemeinsam mit Franz Rosenzweig. Gerlingen: Lambert Schneider, 1997.

BUNIM, Irving M. *A Ética do Sinai: Ensinaamentos dos Sábios do Talmud*. Trad. Dagoberto Mensch. 3ª. edição. São Paulo: Sêfer, 1998.

CAMBRIDGE. *International Dictionary of English*. Londres: Cambridge University Press, 1995.

CAMPOS, Haroldo. *Qohélet/O-que-Sabe: Ecclesiastes: poema sapiencial*. 2ª. edição. São Paulo: Perspectiva, 1991. 247 p.

CARSTON, Robyn. *Implicature, Explicature, and Truth-Theoretic Semantics*. In: DAVIS, Steven (ed.). *Pragmatics; a Reader*. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1991, p. 33-51.

_____. *The semantics/pragmatics distinction: A view from relevance theory*. In: *The Semantics/Pragmatics Interface from Different Points of View*. Ed. K. Turner. Amsterdã: Elsevier, 1999, p. 85-125.

_____. *Explicature and semantics*. Paper delivered at *Mind and Language Millennial Workshop on Pragmatics and Cognitive Science*, Oxford, September-October 2000.

_____. *Thoughts and Utterances. The Pragmatics of Explicit Communication*. Oxford: Blackwell, 2002.

_____. Review of S. Levinson's *Presumptive meanings*. *Journal of Linguistics* 40, 2004, p. 181-186.

_____. *Code and inference: The meaning of words in context*. In: *Explicit and Implicit Information in Text Information Structure across Languages* (Pre-Proceedings of the SPRIK Conference). Oslo, 8-10 June, 2006.

CARSTON, R., POWELL, G. *Relevance theory – new directions and developments*. UCL Working Papers in Linguistics 17, 2005, p. 279-299.

CARVALHO NETO, Geraldo Luiz de. *Haroldo de Campos e Martin Buber como tradutores do hebraico Qohélet: uma análise do produto de segmentos das traduções à luz da Teoria da Relevância*. Belo Horizonte, 2004. 165 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFMG.

_____. Traduzindo contextos ‘artificiais’: evidências de comportamento reflexivo/analítico no trabalho de um tradutor experto. In: ALVES, Fábio & GONÇALVES, José L. (orgs.). *Relevância em Tradução; perspectivas teóricas e aplicadas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006. p. 107-129.

_____. As traduções bíblica e talmúdica: a figura do tradutor. In: GOHN, Carlos, NASCIMENTO, Lyslei. *A bíblia e suas traduções*. São Paulo: Humanitas, 2009, p. 81-101.

CHESTERMAN, Andrew. *The Memes of Translation. The spread of ideas in translation theory*. Amsterdã e Philadelphia: John Benjamins, 1997.

CHUKOVSKII, Kornei. *The Art of Translation*. Trad. Lauren G. Leighton. Knoxville: University of Tennessee Press, 1984.

ENGLUND-DIMITROVA, Birgitta. *Expertise and explicitation in the translation process*. Amsterdã: John Benjamins, 2005.

ERICSSON, Anders. *Expertise in interpreting: an expert-performance perspective*. In: *Interpreting* 5(2), 2002, p. 187-220.

_____. *The Influence of Experience and Deliberate Practice on the Development of Superior Expert Performance*. In: ERICSSON, Anders et alii (ed.). *The Cambridge Handbook of Expertise and Expert Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 683-703.

EVEN-SHOSHAN, A. *Milon Even-Shoshan*. Jerusalém: Magnes Press, 2004.

GABEL, John B. & WHEELER, Charles B. *A Bíblia como literatura; uma introdução*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

GIGLIO, Auro del. *Iniciação ao Talmud*. São Paulo: Sêfer, 2000.

_____. *Iniciação ao Estudo da Torá*. São Paulo: Sêfer, 2003.

GOLDSCHMIDT, Lazarus. *Der babylonische Talmud*. Siebenter Band. Baba Kamma/Baba Meçia. Berlim: Jüdischer Verlag, 1933.

GORODOVITS, D., FRIDLIN, J. *Bíblia Hebraica*. São Paulo: Sêfer, 2006.

GRICE, H. Paul. *Logic and Conversation*. In: Cole, P. and Morgan, J. (eds.). *Syntax and semantics*, vol. 3. Nova York: Academic Press, 1975.

_____. *Studies In The Way of Words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

GUTT, Ernst-August. *Relevance Theory: A guide to successful communication in translation*. Dallas: Summer Institute of Linguistics e Nova York: United Bible Societies, 1992.

_____. Relevance and effort: a paper for discussion. *In: Workbook of the II Relevance Theory Workshop*. Luton: Luton University, 1998. p. 96-101.

_____. *Issues of Translation Research in the Inferential Paradigm of Communication*. *In: OLOHAN, Maeve (ed.), Intercultural Faultlines*. Research Models in Translation Studies I. Textual and Cognitive Aspects. Manchester: St. Jerome, 2000a. p. 161-179.

_____. *Translation and Relevance: Cognition and Context*. Second Edition. Manchester: St. Jerome, 2000b. 271 p. [Primeira edição publicada por Blackwell, 1991].

_____. Challenges of Metarepresentation to Translation Competence. *In: E. Fleischmann, P. A. Schmitt and G. Wotjak (eds). Tagungsberichte der LICTRA (Leipzig International Conference on Translation Studies 4.- 6.10.2001)*. Stauffenberg: Tübingen, 2004. p. 77-89.

HALLIDAY, M. A. K., HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976.

HANSEN-SCHIRRA, Silvia; NEUMANN, Stella; STEINER, Erich. Cohesive explicitation in an English-German Translation Corpus. *Languages in Contrast* 7/2, 2007, p. 241-265.

HATZAMRI, A., MORE-HATZAMRI, S. *Dicionário português-hebraico e hebraico-português*. 2ª. ed. revisada e ampliada. Tel Aviv: Grupo Editorial Aurora Ltda., 1995.

HENGEL, Martin (hrsg.). *Übersetzung des Talmud Yerushalmi. Bavot; Pforten*. Band IV. Tübingen: Mohr, 1982.

HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Manaus: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

JASTROW, M. *Dictionary of the Talmud*. Jerusalém: Hotsat "Chorev", s.d.

JOHNSON, P. *História dos Judeus*. Trad. Henrique Mesquita e Jacob Volfzon Filho. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Imago, 1995. 683 p.

JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus*. Trad. Vicente Pedroso. 8ª. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

KIRST, N. *et al.* *Dicionário Hebraico-Português & Aramaico-Português*. 12^a. ed. São Leopoldo/Petrópolis: Sinodal/Vozes, 2000.

KONINGS, Johan. *Tradução e traduções da Bíblia no Brasil*. In: GOHN, Carlos, NASCIMENTO, Lyslei. *A bíblia e suas traduções*. São Paulo: Humanitas, 2009, p. 103-126

LAMM, Maurice. *Bem-vindo ao Judaísmo ; retorno e conversão*. Trad. Dagoberto Mensch. 2^a. ed. São Paulo: Sêfer, 2004.

LANGER, E. R. *Hebraico: Uma língua e vários períodos de estratificação*. In: WALDMANN, B., TOPEL, M. F. (ed.). *Cadernos de língua e literatura hebraica – n. 4*. São Paulo: Polo Editora, 2004. p. 124-139.

LAROUSSE. *Nouveau Dictionnaire Hébreu-Français*. Tel Aviv/Paris: Larousse, 2000.

LAVIOSA-BRAITHWAITE, Sara. *Universals of translation*. In: BAKER, Mona (org.). *Routledge's Encyclopedia of Translation Studies*. Londres e Nova York: Routledge, 1998. p. 288-291.

MACHO, Alejandro Díez (org.). *Neophyti 1. Targum Palestinense MS de la Biblioteca Vaticana*. Tomo II: Êxodo. Madri/Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1970.

MELAMED, M. M. *Torá. A Lei de Moisés*. Ed. revisada e ampliada. São Paulo: Sêfer, 2001.

MUNDAY, Jeremy. *Introducing Translation Studies. Theories and Applications*. Londres/Nova York: Routledge, 2001.

NIDA, Eugene. *Toward a Science of Translating. With Special Reference to Principles and Procedures Involved in Bible Translating*. Nova York: Brill. 1964.

NORD, Christiane. *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis*. Amsterdã: Rodopi, 1988.

OLOHAN, Maeve. *Leave it out! Using a comparable corpus to investigate aspects of explicitation in translation*. *Cadernos de Tradução*, n^o. 9. Florianópolis: UFSC, 2002, p. 153-169.

OLOHAN, Maeve; BAKER, Mona. Reporting *that* in translated English: Evidence for subconscious processes of explicitation? *Across Languages and Cultures* 1/2, 2000, p. 141-158.

PACTE. *Building a Translation Competence Model*. In: ALVES, Fábio (ed). *Triangulating Translation: Perspectives in process oriented research*. Amsterdã: John Benjamins, 2003, p. 43-66.

_____. *Investigating Translation Competence: Conceptual and Methodological Issues*. In: META. Volume 50, n.º. 2, 2005, p. 609-619.

PAGANO, Adriana. Estratégias de busca de subsídios externos: fontes textuais e recursos computacionais. In: PAGANO, Adriana et alii. *Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 39-56.

PAGANO, Adriana, MAGALHÃES, Célia, ALVES, Fábio. *Towards the construction of a multilingual, multifunctional corpus: factors in the design and applications of CORDIAL*. TradTerm 10, 2004, p. 143-151.

PALMER, Gesine. *Vortrag auf der Studientagung "Redet Wahrheit"*. 2006. Disponível na internet: http://www.deutscher-koordinierungsrat.de/04_03_mehr.php?pNUM=2&mID=62. Consultado em 31.07.2008.

REISS, Katharina, VERMEER, Hans. *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*. Tübingen: Niemeyer, 1984.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. *Sobre os diferentes métodos de tradução*. 1813. In: HEIDERMAN, Werner (org.). *Clássicos da teoria da tradução: Antologia bilíngue*. Florianópolis: UFSC, Núcleo de tradução, 2001. Vol.1.

SCHNEIDER, Wolfgang. *Grammatik des biblischen Hebräisch*. 8. überarbeitete Aufl. Munique: Claudius Verlag, 1993.

SÉGUINOT, Candace. Pragmatics and the Explication Hypothesis. *TTR: Traduction, Terminologie, Rédaction* 1/2, 1988, p. 106-114.

SHANNON, Claude E. & WEAVER, Warren. *A Mathematical Model of Communication*. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1949.

SIMMS, Karl (ed.). *Translating Sensitive Texts: Linguistic Aspects*. Amsterdã: Rodopi, 1997.

SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. *Relevance; Communication and Cognition*. Second Edition. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1986/1995.

STEINER, Erich. *Explication, its lexicogrammatical realization, and its determining (independent) variables – towards an empirical and corpus-based methodology*. In: SPRIK reports (org.), Reports from the Project "Languages in Contrast", n. 36. Oslo: University of Oslo, 2005. p. 1-42.

STEINSALTZ, Adin. *O Talmud Essencial*. Tradução de Elias Davidovich. Rio de Janeiro: A. Koogan, 1989.

_____. *The Talmud. The Steinsaltz Edition*. Commentary by Rabbi Adin Steinsaltz. Volume III: Tractate Bava Metzia Part III. Nova York: Random House, 1990.

_____. *Madrich le Talmud*. Jerusalém: Bet Hotsa'ah Keter, 2002.

TARGUM ONKELOS TO EXODUS. Translated by Israel Drazin. Denver: Ktav, 1990.

TEB – BÍBLIA TRADUÇÃO ECUMÊNICA. São Paulo: Loyola, 1994.

THE SCHOTTENSTEIN EDITION. *Talmud Bavli*. Tractate Bava Metzia. Volume II. Nova York: Mesorah Publications Ltd., 1993.

THE SONCINO TALMUD. Versão 3.0.8. Nova York: Davka Corporation & Soncino, 1991-2004. 3 CD-ROMs.

TOBIN, Yishai (ed.). *From Sign to Text: A Semiotic View of Communication*. John Benjamins, 1989.

TOURY, Gideon. *In Search of a Theory of Translation*. Tel Aviv: Tel Aviv University, 1980.

_____. *Descriptive Translation Studies – And Beyond*. Amsterdã/ Philadelphia: John Benjamins, 1995.

VENUTI, Lawrence (ed.). *The Translation Studies Reader*. Londres: Routledge, 2000.

VINAY, Jean-Paul; DARBELNET, Jean. *Stylistique comparée du français et de l'anglais*. Paris: Didier. 1958.

WILSON, Deirdre & SPERBER, Dan. *Representation and Relevance*. In: KEMPSON, Ruth M. (ed.). *Mental Representations: The interface between language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 133-153.

_____. *Linguistic Form and Relevance*. *Lingua* 90: 1993, p. 1-25.

_____. *Relevance Theory*. In: HORN, L. & WARD, G. (eds.). *The handbook of Pragmatics*. Londres: Blackwell, 2004, p. 607-632.

_____. *Teoria da Relevância*. Trad. Fábio José Rauén e Jane Rita Caetano da Silveira. In: RAUEN, Fábio José & SILVEIRA, Jane Rita Caetano da (orgs.). *Linguagem em (Dis)curso*. Vol. 5, n. especial. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS - FALE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP: 0255.0.203.000-05
Aprovado pelo COEP: parecer ETIC 532/06

Comitê de Ética e Pesquisa – COEP
Av. Antônio Carlos, 6627 – Unidade
Administrativa II – 2º andar –
Campus Pampulha – Belo Horizonte, MG – Brasil
– 31270-901
e-mail: coep@prpq.ufmg.br
Telefone: 3499-4592

Título da pesquisa: Conhecimento experto em tradução: modelagem do processo tradutório em altos níveis de desempenho, subprojeto “Meta-representação em tradução: uma análise relevantista dos processos inferenciais de tradutores expertos na tradução de textos sensíveis (sagrados)”.

Este termo de consentimento livre e esclarecido pode conter palavras que você não entenda. Peça ao pesquisador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

1. Do convite

Em razão de sua experiência com tradução, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Conhecimento experto em tradução: modelagem do processo tradutório em altos níveis de desempenho** através do subprojeto intitulado “Meta-representação em tradução: uma análise relevantista dos processos inferenciais de tradutores expertos na tradução de textos sensíveis (sagrados)”. Se decidir participar desta pesquisa, é importante que leia as informações contidas neste documento a respeito do estudo e do seu papel nesta pesquisa. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Federal de Minas Gerais. É preciso entender a natureza e os riscos da sua participação e dar o seu consentimento livre e esclarecido por escrito ao final deste documento. Você poderá fazer todas as perguntas que precisar para entender os objetivos da pesquisa, esclarecer dúvidas acerca dos riscos, dos benefícios e outros. São-lhe garantidos esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia. Você receberá uma cópia fidedigna deste termo na qual constam as informações relativas à pesquisa bem como o telefone e endereço do pesquisador principal, por meio dos quais poderá entrar em contato para dirimir quaisquer dúvidas do projeto e de sua participação.

2. Dos pesquisadores e patrocinadores envolvidos:

Esta pesquisa conta com o fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e tem como pesquisador responsável o Prof. Dr. Fabio Alves, professor associado da Faculdade de Letras. Seu endereço é Av. Antônio Carlos,

6627 – Pampulha – CEP: 31270-901 – Belo Horizonte/MG – Telefone: 55-31-34996013.

Os pesquisadores participantes desta pesquisa são: Profa. Dra. Adriana Silvina Pagano, Profa. Dra. Célia Maria Magalhães, Prof. Dr. José Luiz Vila Real Gonçalves, Geraldo Luiz de Carvalho Neto (doutorando), Tânia Liparini Campos (doutoranda), Branca Vianna (doutoranda), Marcos Pereira Feitosa (doutorando), Bartira Gotelipe Gomes Batista (mestranda), Camila Nathália de Oliveira Braga (mestranda), Ingrid Trioni Nunes Machado (mestranda), Igor Antônio Lourenço da Silva (mestrando), Júlio Cesar Moreira Matias (mestrando) e Kelen Cristina Sant’Anna de Lima (mestranda).

3. Do objetivo e da justificativa

O objetivo deste estudo é mapear o perfil de expertos não-tradutores e tradutores profissionais com alto grau de desempenho, com vistas à caracterização desses perfis de sujeitos, observando-se, em particular, o papel do conhecimento de domínio. Os resultados desta pesquisa fornecerão subsídios para o avanço das discussões sobre representações da aquisição da competência em tradução e sua possível modelagem para efeitos de desenvolvimento de aplicações computacionais visando ao conhecimento experto.

4. Dos procedimentos de coleta

Se concordar em participar deste estudo, você será solicitado a realizar as seguintes tarefas. Primeiro, será feita uma entrevista prospectiva gravada abordando dados pessoais e profissionais. Segundo, solicitar-lhe-á que faça duas traduções de um mesmo texto de aproximadamente 200 palavras, sendo cada tradução dirigida a um tipo distinto de público. As traduções desse texto se darão uma em seguida da outra, no mesmo dia, e gravadas pelo programa Camtasia© (um *software* que grava a tela do computador vista por você durante a tarefa tradutória). Por último, ao final de cada tradução, solicitar-lhe-á a verbalização de alguns aspectos do texto traduzido e do processo de tradução. Todo material coletado será catalogado com um número de referência, preservando-se a confidencialidade de seus dados pessoais, e será analisado de acordo com os fundamentos teóricos e os métodos de análise desta pesquisa.

5. Dos desconfortos e riscos possíveis

A coleta de dados será realizada em local previamente acordado com o pesquisador e que garanta condições de trabalho seguras e tranquilas. Não há quaisquer riscos à sua integridade física ou emocional. Salienta-se, no entanto, que esta pesquisa será realizada somente se você se sentir em boas condições físicas e emocionais para realizar todas as atividades solicitadas. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP/UFMG) será informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.

6. Dos benefícios esperados

A pesquisa poderá ou não trazer-lhe benefícios com relação ao fazer tradutório. Contudo, as informações obtidas por meio deste estudo serão relevantes para a compreensão do processo tradutório.

7. Dos custos e reembolsos para o participante

Não haverá nenhum gasto com sua participação. Por sua participação, você receberá a quantia de R\$ 100,00 (Cem reais), paga mediante recibo logo após a tarefa tradutória.

8. Da confidencialidade da pesquisa.

Será garantido sigilo absoluto para assegurar a privacidade de todos os sujeitos participantes quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Entretanto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais pode precisar consultar seus registros, de modo que, neste momento, você poderá ser identificado. Contudo, você não será identificado quando o material de seu

registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Assim, ao assinar este consentimento livre e esclarecido, você autoriza as inspeções em seus registros.

9. Da declaração de consentimento livre e esclarecido

Eu,, RG ou CPF, declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que fui devidamente informado(a) pelo pesquisador Geraldo Luiz de Carvalho Neto sobre os procedimentos que serão utilizados, os riscos e desconfortos, os benefícios, o custo/reembolso dos participantes, a confidencialidade da pesquisa. Confirmando que toda a linguagem técnica utilizada na descrição desta pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Declaro ainda que me foi assegurado que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade ou a perda de benefícios. Confirmando ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Dou meu consentimento de espontânea vontade e sem reservas para participar deste estudo.

Assinatura do(a) participante: _____

Data: ____/____/____

Eu, Geraldo Luiz de Carvalho Neto, RG M3 169946 SSPMG, atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objetivo deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação na pesquisa. Acredito que o(a) participante recebeu todas as informações necessárias, as quais foram fornecidas em uma linguagem adequada e compreensível, e que o(a) participante compreendeu tais explicações.

Assinatura do pesquisador: _____

Data: ____/____/____

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO AOS TRADUTORES DE LÍNGUA HEBRAICA

Sigla: _____ (espaço a ser preenchido pelo pesquisador)

Nome: _____

E-mail: _____

Cidade: _____

Perfil acadêmico

1- Tem bacharelado, licenciatura ou grau equivalente?

() Sim

() Não (passe para a pergunta 13)

2- Em que área(s)?

Favor especificar: _____

3- Formou-se:

() no Brasil?

() Outro(s) país(es)? (por favor especifique) _____

4- Fez alguma pós-graduação *lato-sensu* (especialização)?

() Sim

() Não (passe para a pergunta 7)

5. Fez pós-graduação/ções *lato-sensu* em:

() Tradução

() Outra(s) área(s): (por favor especifique) _____

6- Fez a(s) sua(s) pós-graduação/ções *lato-sensu*:

() no Brasil?

() Outro(s) país(es)? (por favor especifique) _____

7- Tem mestrado?

() Sim

() Não (passe para a pergunta 10)

8- É mestre em:

() Tradução

() Outra(s) área(s): (por favor especifique) _____

9- Fez o seu mestrado:

() no Brasil?

() Outro(s) país(es)? (por favor especifique) _____

10- Tem doutoramento?

- ☐ Sim
☐ Não (passe para a pergunta 13)

11- É doutor em:

- ☐ Tradução
☐ Outra(s) área(s): (por favor especifique) _____

12- Fez o seu doutoramento:

- ☐ no Brasil?
☐ Outro(s) país(es)? (por favor especifique) _____

Perfil linguístico

13- Qual é a sua língua materna?

- ☐ Português
☐ Bilíngue (Português e outra)
☐ Outra que não o português (se marcou esta opção, pare aqui)

14- Especifique o nível de conhecimento do idioma de trabalho (hebraico):

- ☐ bilíngue
☐ muito proficiente
☐ proficiente
☐ pouco proficiente

15- Tem conhecimento de outros idiomas além da língua de trabalho?

- ☐ Sim (por favor especifique o(s) idioma(s))

☐ Não

Perfil profissional

16- Há quantos anos é tradutor?

- ☐ até 2 anos
☐ de 2 a 4 anos
☐ de 4 a 6 anos
☐ de 6 a 10 anos
☐ mais de 10 anos

17- É tradutor:

- ☐ independente
☐ em escritório de tradução
☐ ambos
☐ por hobby

18- A tradução é a sua atividade principal?

- ☐ Sim (passe para a pergunta 20)
☐ Não

19- Qual a sua principal atividade profissional?
Favor especificar: _____

- 20- Que percentagem do seu rendimento provém da tradução?
☐ até 40%
☐ de 40% a 70%
☐ acima de 70%
☐ não se aplica

- 21- Que percentagem de suas traduções é feita no par linguístico hebraico>português?
☐ até 40%
☐ de 40% a 70%
☐ acima de 70%
☐ não se aplica

22. Que tipo de texto você traduz mais frequentemente?

- 23- De que outros idiomas você traduz?
☐ Inglês
☐ Espanhol
☐ Francês
☐ Outra (por favor especifique) _____

Material de Trabalho

- 24- Quais fontes de documentação utiliza com mais frequência?
☐ dicionário bilíngue
☐ dicionário monolíngue
☐ dicionário técnico
☐ outras fontes de referência (por favor especifique): _____

ANEXO 3

Planilha de observação. Tarefa _____

<i>Atividade</i>	Tempo	<i>Segmento textual</i>	Comentários / Especificação da consulta
LTF			
AI AE AIE *			
AI AE AIE *			
AI AE AIE *			
AI AE AIE *			
AI AE AIE *			
AI AE AIE *			
AI AE AIE *			
RTA			

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

ANEXO 4

Modelo para relato retrospectivo – algumas questões relevantes para a pesquisa

SUJEITO _____

1. Qual a maior dificuldade na tradução deste texto?
2. O que lhe ajudou na tradução?
3. Utilizando a função “replay” do Camtasia, você poderia comentar fatos importantes durante a tradução?
4. Por que a pausa em (...)?
5. Houve problemas de cunho lingüístico de difícil solução?
6. Como você resolveu os problemas advindos da codificação lingüística do TF?
7. Houve trechos/palavras/expressões que poderiam criar problemas de tradução por a audiência não ter informações a respeito acessíveis em seu ambiente cognitivo?
8. Como foram resolvidos os (possíveis) problemas advindos dessa falta de informação no ambiente cognitivo do público-alvo da tradução?
9. Você percebeu no texto características de cunho lingüístico que julgou imprescindível reproduzir no TA? Caso afirmativo, por quais meios?
10. Você recebeu uma semana antes informações para contextualização do texto a ser traduzido. Como você lidou com esta informação?
11. O que foi modificado, no geral, da tarefa 01 para a tarefa 02?

ANEXO 5

TRADUÇÃO S1

TAREFA 1

MISHNÁ: Da mesma forma que se aplica uma interdição de engano no campo de compra e venda, assim se aplica no campo das palavras. Não se pode dizer: Quanto custa isso? se não tem a intenção de comprar. Se for uma pessoa que se arrependeu, não lhe será dito: “Lembre-te das tuas [más] ações anteriores”.¹⁶⁵ Se for um descendente de prosélito, não lhe será dito: “Lembre-te das ações dos teus antepassados”, pois a Escritura diz: “Não explorarás [= humilharás] nem oprimirás o migrante”.¹⁶⁶

GUEMARÁ: Os nossos mestres ensinaram: “Não explorarás [=humilharás] o seu compatriota”, [isso se aplica] à humilhação por palavras. O versículo fala, na sua opinião, de humilhação por palavras? Ou será que não fala senão de engano financeiro? Quando a Escritura diz: “Se vendeis uma coisa ao teu próximo ou compreis do seu próximo”¹⁶⁷, entendo que se trata de engano financeiro. Então, de onde tiro [o ensinamento] que “Não explorarás [=humilharás] o seu compatriota” trata da humilhação por palavras? E também, de onde tiro o ensinamento [da Mishná] que ‘Se for uma pessoa que se arrependeu, não lhe será dito: “Lembre-te das tuas [más] ações anteriores” e que ‘Se for um descendente de prosélito, não lhe será dito: “Lembre-te das ações dos teus antepassados”? E também se for um prosélito que venha estudar a Toráh, que não lhe seja dito: ‘uma boca que comeu carcaças e carne estraçalhada, que comeu carne proibida e répteis pode estudar a Toráh?!’. Pois foi dito da boca do Todo Poderoso: Se sofrimentos lhe acontecem, se doenças lhe acontecem, se ele sepulta os seus filhos, que não lhe seja dito como os seus companheiros falaram a Jó: “A tua piedade não seria a tua segurança? E a integridade das tuas vias a tua esperança? Pense nisto: será que um inocente jamais pereceu?”¹⁶⁸. Se burros pedissem grãos, que não lhes seja dito: ide à casa de fulano que vende grãos, sabendo que este fulano jamais vendeu grãos. Rabi Y. diz: Que não se olhe para objetos à venda quando não se tem o dinheiro, pois os objetos influenciam o coração da pessoa e a respeito de qualquer objeto que influencia o coração é dito: “é o teu Senhor que reverenciarás”.

TAREFA 02

MISHNÁ¹⁶⁹: Da mesma forma que se aplica uma interdição de engano no campo de compra e venda, assim se aplica no campo das palavras. Não se pode dizer: Quanto custa isso? se não tem a intenção de comprar. Se for uma pessoa que se arrependeu, não

¹⁶⁵ Cf Sirácida 8,10

¹⁶⁶ Ex 22,20

¹⁶⁷ Lev 25,14a

¹⁶⁸ Jó 4, 6-7a

¹⁶⁹ Mishná: coletânea de ensinamentos rabínicos postos por escrito do início de 3º século da era cristã.

lhe será dito: “Lembre-te das tuas [más] ações anteriores”.¹⁷⁰ Se for um descendente de prosélito, não lhe será dito: “Lembre-te das ações dos teus antepassados”, pois a Escritura¹⁷¹ diz: “Não explorarás [= humilharás] nem oprimirás o migrante”.¹⁷² GUEMARÁ¹⁷³: Os nossos mestres ensinaram: “Não explorarás [=humilharás] o seu compatriota”, [isso se aplica] à humilhação por palavras. O versículo fala, na sua opinião, de humilhação por palavras? Ou será que não fala senão de engano financeiro? Quando a Escritura diz: “Se vendeis uma coisa ao teu próximo ou compreis do seu próximo”¹⁷⁴, entendo que se trata de engano financeiro. Então, de onde tiro [o ensinamento] que “Não explorarás [=humilharás] o seu compatriota” trata da humilhação por palavras? E também, de onde tiro o ensinamento [da Mishná] que ‘Se for uma pessoa que se arrependeu, não lhe será dito: “Lembre-te das tuas [más] ações anteriores” e que ‘Se for um descendente de prosélito, não lhe será dito: “Lembre-te das ações dos teus antepassados”? E também se for um prosélito que venha estudar a Toráh¹⁷⁵, que não lhe seja dito: ‘uma boca que comeu carcaças e carne esfaçalhada, que comeu carne proibida e répteis pode estudar a Toráh?!’. Pois foi dito da boca do Todo Poderoso: Se sofrimentos lhe acontecem, se doenças lhe acontecem, se ele sepulta os seus filhos, que não lhe seja dito como os seus companheiros falaram a Jó: “A tua piedade não seria a tua segurança? E a integridade das tuas vias a tua esperança? Pense nisto: será que um inocente jamais pereceu?”¹⁷⁶. Se burros pedissem grãos, que não lhes seja dito: ide à casa de fulano que vende grãos, sabendo que este fulano jamais vendeu grãos. Rabi¹⁷⁷ Y. diz: Que não se olhe para objetos à venda quando não se tem o dinheiro, pois os objetos influenciam o coração da pessoa e a respeito de qualquer objeto que influencia o coração é dito: “é o teu Senhor que reverenciarás”.

¹⁷⁰ Cf Sirácida 8,10

¹⁷¹ A Escritura = a Bíblia hebraica

¹⁷² Ex 22,20

¹⁷³ Comentário da Mishna

¹⁷⁴ Lev 25,14a

¹⁷⁵ A Toráh = no sentido estrito = o Pentateuco; no sentido latu sensu: a Bíblia hebraica. Significa também todo ensinamento transmitido sobre a Toráh.

¹⁷⁶ Jó 4, 6-7a

¹⁷⁷ Rabi = mestre

TRADUÇÃO S2

TAREFA 1

Mishná

Assim como há trapaça e engano¹⁷⁸ na compra e na venda, há trapaça e engano também nas coisas ditas. Um não perguntará ao outro: “quanto vale esta mercadoria?” se não tem interesse em comprá-la. E a um pecador arrependido¹⁷⁹, outro não o lembrará de seus pecados dizendo: “lembra de seus antigos atos”. Se descendente de convertidos, não o atormentará dizendo “lembra dos atos (pecados) de seus pais¹⁸⁰”, pois está escrito “e ao peregrino (convertido ou estrangeiro) não fraudareis e não o oprimireis”¹⁸¹.

Gemará.

Nossos sábios ensinam que no trecho “Não enganareis cada um ao seu companheiro”¹⁸², a escritura se refere ao ludíbrio verbal. Você diz ludíbrio verbal; mas talvez está se referindo à trapaça monetária/comercial? Quando é dito (por Deus) “E quando fizerdes uma venda a vosso companheiro, ou comprardes da mão de vosso companheiro (não enganareis cada qual ao seu irmão)”¹⁸³, eis que se está referindo à trapaça comercial. Então, a que se refere “não enganareis cada um ao seu companheiro”? Ao ludíbrio verbal. Por exemplo, a um homem penitente¹⁸⁴, outro não pode dizer “lembra de teus atos passados”. A um filho de prosélitos, outro não deve atormentá-lo dizendo “lembra dos atos de seus pais”. A um prosélito que vem estudar Torah, outro não pode se dirigir a ele dizendo “a boca que comeu comidas impuras e proibidas, coisas abomináveis e rastejantes vem estudar a Torah, que foi proferida pela boca do Onipotente”. Se sobre um homem castigo e sofrimento recaem, doenças afligem ou seu filho ele enterrou, não pode se dirigir a ele e dizer como os companheiros disseram para Jó “Não reside tua confiança no temor que guardas (a Deus), e tua confiança (esperança), na retidão de teus caminhos? Lembra, eu te peço. Quem teria perecido sendo inocente?”¹⁸⁵. Se tolos procuram grãos de um homem, ele não pode dizer a eles “vão para fulano que ele vende grãos”, sabendo ele que fulano nunca vendeu grãos. R. Yehuda diz: Não se pode demonstrar (fingir) interesse em uma compra quando não se tem dinheiro, na medida em que esta informação (falta de dinheiro) é reservada apenas ao coração. E sobre tudo o que é reservado ao coração é escrito: e temerás a teu Deus.

¹⁷⁸ Engano, trapaça e ludíbrio serão utilizados como sinônimos. Todos eles traduzidos da mesma palavra onaá.

¹⁷⁹ Em hebraico, *Ba'al Teshuvá* designa aquele judeu nato que se afastou da religião, arrependeu e retornou por fim como praticante.

¹⁸⁰ Daqueles de que descendeu, não necessariamente seus pais.

¹⁸¹ Trecho extraído da tradução do R. Melamed.

¹⁸² Lev. XXV, 17.

¹⁸³ Ibid. 14.

¹⁸⁴ *Ba'al Teshuvá*.

¹⁸⁵ Tradução de Gorodovitz e Fridlin.

TAREFA 2

Mishná

Assim como há trapaça e engano¹⁸⁶ na compra e na venda, há trapaça e engano também nas coisas ditas. Um não perguntará ao outro: “quanto vale esta mercadoria?” se não tem interesse em comprá-la. E a um pecador arrependido¹⁸⁷, outro não o lembrará de seus pecados dizendo: “lembra de seus antigos atos”. Se descendente de convertidos, não o atormentará dizendo “lembra dos atos (pecados) de seus pais¹⁸⁸”, pois está escrito “e ao peregrino (convertido ou estrangeiro) não fraudareis e não o oprimireis”¹⁸⁹.

Gemará.

Nossos sábios ensinam que no trecho “Não enganareis cada um ao seu companheiro”¹⁹⁰, a escritura se refere ao ludíbrio verbal. Você diz ludíbrio verbal; mas talvez está se referindo à trapaça monetária/comercial? Quando é dito (por Deus) “E quando fizerdes uma venda a vosso companheiro, ou comprardes da mão de vosso companheiro (não enganareis cada qual ao seu irmão)”¹⁹¹, eis que se está referindo à trapaça comercial. Então, a que se refere “não enganareis cada um ao seu companheiro”? Ao ludíbrio verbal. Por exemplo, a um homem penitente¹⁹², outro não pode dizer “lembra de teus atos passados”. A um filho de prosélitos, outro não deve atormentá-lo dizendo “lembra dos atos de seus pais”. A um prosélito que vem estudar Torah, outro não pode se dirigir a ele dizendo “a boca que comeu comidas impuras e proibidas¹⁹³, coisas abomináveis e rastejantes vem estudar a Torah, que foi proferida pela boca do Onipotente”. Se sobre um homem castigo e sofrimento recaem, doenças afligem ou seu filho ele enterrou, não pode se dirigir a ele e dizer como os companheiros disseram para Jó “Não reside tua confiança no temor que guardas (a Deus), e tua confiança (esperança), na retidão de teus caminhos? Lembra, eu te peço. Quem teria perecido sendo inocente?”¹⁹⁴. Se tolos procuram grãos de um homem, ele não pode dizer a eles “vão para fulano que ele vende grãos”, sabendo ele que fulano nunca vendeu grãos. R. Yehuda diz: Não se pode demonstrar (fingir) interesse em uma compra quando não se tem dinheiro, na medida

¹⁸⁶ Engano, trapaça e ludíbrio serão utilizados como sinônimos. Todos eles traduzidos da mesma palavra onaá.

¹⁸⁷ Em hebraico, *Ba'al Teshuvá* designa aquele judeu nato que se afastou da religião, arrependeu e retornou por fim como praticante. No judaísmo, é impossível ao judeu deixar de ser judeu. Mesmo que cometa as maiores atrocidades e negue a Deus, sua alma será eternamente judia. Portanto, ele sempre poderá se redimir de seus pecados e retomar o cumprimento dos costumes. Esse trecho em específico, lida com o preconceito possível de acontecer com este tipo de judeu que fica muito tempo afastado da religião.

¹⁸⁸ Daqueles de que descendeu, não necessariamente seus pais. Como o judaísmo não é uma religião expansionista e seu povo sofreu muitas perseguições durante sua história, a conversão não é um processo fácil, devido ao temor de trazer um “mau elemento” para dentro do povo judeu e o ressentimento com os povos que consentiram com muitas atrocidades. Além disso, a conversão deve ser feita com muita cautela na medida em que uma vez realizada, o convertido será judeu e estará sujeito a punições e deveres reservados apenas aos judeus. Todo esse quadro bastante complexo colabora com um pequeno preconceito por parte de alguns judeus com convertidos.

¹⁸⁹ Trecho extraído da tradução do R. Melamed.

¹⁹⁰ Lev. XXV, 17.

¹⁹¹ Ibid. 14.

¹⁹² *Ba'al Teshuvá*.

¹⁹³ Esse trecho se refere à não prática anterior da Kashrut pelo convertido. A Kashrut é uma série de deveres quanto à alimentação e preparação do alimento que devem ser seguidas à risca.

¹⁹⁴ Tradução de Gorodovitz e Fridlin.

em que esta informação (falta de dinheiro) é reservada apenas ao coração. E sobre tudo o que é reservado ao coração é escrito: e temerás a teu Deus.¹⁹⁵

¹⁹⁵ Pois Deus é Onisciente e tem acesso a todos seus sentimentos e pensamentos. Portanto, muita atenção deve ser dada aos pensamentos, para que não seja punido por eles. Nesse sentido, lembrar sempre da grandeza de Deus e temer suas punições é sempre necessário.

TRADUÇÃO S3

TAREFA 1

Mishná: Assim como o enganar no negócio é o enganar pelas palavras; não dirá a ele “qual (é o valor) deste objeto” se não deseja comprar. Se alguém se arrependeu (é penitente), não lhe dirá “lembre-se dos seus primeiros atos”. Se ele é filho de estrangeiros, não lhe dirá “lembre-se do ato de seus pais” pois está dito “e estrangeiro não enganará (fraudará) e não oprimirá.”

Guemará: Ensinaaram os nossos mestres “e não enganareis cada um ao seu companheiro.” A Escritura refere-se a enganar (causando sofrimento) por palavras. Você diz, “enganar por palavras ou talvez não seja isto mas por engano (fraude) financeiro. Quando está dito “e quando fizerdes uma venda a vosso companheiro, ou comprardes da mão de vosso companheiro, não enganareis”. Está dito. Eis o que eu cumprio. Não enganaram um ao seu próximo por palavras. Pois se alguém é penitente não lhe dirá “lembre-se de seus primeiros atos.” Se é filho de estrangeiros, não lhe dirá “lembre-se do ato de seus pais.” Se é estrangeiro e veio estudar a Torá, não dirá, “a boca que comeu carcaças, animais impróprios, répteis e abominações vem a estudar a Tora que foi dita (ditada) pela Guevurá (Deus)?” Se foi visitado por alguém que foi alvo de sofrimentos, atingido por males ou tivesse sepultado os seus filhos, não lhe diga como disseram a Jó os seus companheiros “Não reside tua confiança no temor que guardas (a Deus) e tua confiança, na retidão de teus caminhos. Lembra-te, quem jamais pereceu, sendo inocente?” Se condutores de jumentos tivessem lhe pedido trigo não lhes diga “Vão àquele sujeito que vende trigo” sabendo que ele jamais vendeu. Rabi Iudá disse: “Alguém não deve simular interesse num negócio se não tem dinheiro, pois o assunto é voltado ao coração e a respeito de tudo o que é voltado ao coração é dito: temerás o temor divino.”

TAREFA 2

Mishná: Assim como o enganar no negócio é o enganar pelas palavras; não dirá a ele “qual (é o valor) deste objeto” se não deseja comprar. Se alguém se arrependeu (é penitente), não lhe dirá “lembre-se dos seus primeiros atos”. Se ele é filho de estrangeiros, não lhe dirá “lembre-se do ato de seus pais” pois está dito “e estrangeiro não enganará (fraudará) e não oprimirá.”

Guemará: Ensinaaram os nossos mestres “e não enganareis cada um ao seu companheiro.” A Escritura refere-se a enganar (causando sofrimento) por palavras. Você diz, “enganar por palavras ou talvez não seja isto mas por engano (fraude) financeiro. Quando está dito “e quando fizerdes uma venda a vosso companheiro, ou comprardes da mão de vosso companheiro, não enganareis”. Está dito. Eis o que eu cumprio. Não enganaram um ao seu próximo por palavras. Pois se alguém é penitente não lhe dirá “lembre-se de seus primeiros atos.” Se é filho de estrangeiros, não lhe dirá “lembre-se do ato de seus pais.” Se é estrangeiro e veio estudar a Torá, não dirá, “a boca que comeu carcaças, animais impróprios, répteis e abominações vem a estudar a Tora que foi dita (ditada) pela Guevurá (Deus)?” Se foi visitado por alguém que foi alvo de sofrimentos, atingido por males ou tivesse sepultado os seus filhos, não lhe diga como disseram a Jó os seus companheiros “Não reside tua confiança no temor que guardas (a Deus) e tua confiança, na retidão de teus caminhos. Lembra-te, quem jamais pereceu,

sendo inocente?” Se condutores de jumentos tivessem lhe pedido trigo não lhes diga “Vão àquele sujeito que vende trigo” sabendo que ele jamais vendeu. Rabi Iudá disse: “Alguém não deve simular interesse num negócio se não tem dinheiro, pois o assunto é voltado ao coração e a respeito de tudo o que é voltado ao coração é dito: temerás o temor divino.”

TRADUÇÃO S4

TAREFA 1

Enganar num negócio ou ofender com palavras é a mesma coisa diga a ele o quanto custa e ele não quer levar se ele for baal teshuva você não lhe dirá lembre-se de seus primeiros atos se ele for filho de estrangeiros você não lhe dirá lembre-se dos atos de seus antepassados pois está escrito que o estrangeiro não deve ser ofendido e nem pressionado.

Uma pessoa não deve ofender seu semelhante com palavras diz a escritura: você ofende com palavras ou não apenas engana com dinheiro quando ele diz se você vender algo para alguém ou dele comprar é enganar por dinheiro então o que estou fazendo não ofenda seu semelhante com palavras então se ele for baal teshuva não lhe diga lembre-se de suas primeiras ações se for filho de estrangeiros não lhe diga lembre-se das ações de seus antepassados Se ele for estrangeiro e vier estudar a Tora uma boca que come alimentos impuros e larvas vem estudar Tora proferida pela boca do Poderoso se ele estiver sofrendo se ele ficar doente ou se ele enterra seu filho não fale com ele como falaram os amigos para Jô pois seu temor escolhe ter esperança no final de seu caminho lembra-se quem não perdeu se for matéria pedir trigo para ele não lhes diga para procurar com fulano de tal que vende trigo e vc sabe que ele jamais vendeu trigo Rabi diz para nem mesmo olhar para o negócio quando não tem dinheiro pois o objeto penetra o coração e tudo o que penetra o coração é avaliado por ele e pelo temor divino.

TAREFA 2

Enganar alguém na realização de uma transação que envolve dinheiro ou ofende-lo com palavras é a mesma coisa. Não tente o comprador e/ou vendedor se você encontrar alguém que se aproximou da religião não o faça lembrar de seus atos anteriores e a um convertido não diga: lembre-se dos atos de seus antepassados, pois o estrangeiro não deve ser ofendido e nem pressionado.

Uma pessoa não deve ofender seu semelhante com palavras diz a escritura, ou seja, ofender com palavras ou enganar com dinheiro. Quando você vende algo para alguém ou dele comprar pode estar enganando por dinheiro, apesar de aparentemente o que você está fazendo não ofenda seu semelhante com palavras. Se você encontrar alguém que se voltou à religião não lhe diga lembre-se de suas primeiras ações; se encontrar um convertido não lhe diga lembre-se das ações de seus antepassados; se você encontrar um estrangeiro que vem estudar a Tora, não lhe diga: uma boca que come alimentos impuros e larvas vem estudar a Tora Sagrada?! Se alguém estiver sofrendo ou doente ou ainda se ele acaba de enterrar um filho não fale com ele como falaram os amigos para Jô: seu temor a Deus escolhe ter esperança no final de seu caminho?! lembre-se: quem já não perdeu! Se vierem pedir trigo não lhes diga para procurar fulano de tal que vende trigo sendo que você sabe que ele jamais vendeu trigo. Rabi diz para nem mesmo olhar para algo quando não se tem dinheiro pois o objeto penetra o coração e tudo o que penetra o coração é avaliado por ele e pelo temor divino.

TRADUÇÃO S5

TAREFA 1

Talmud Babilônico

Página 59b

MISHNÁ: Do mesmo modo que existe fraude nos negócios, existe a fraude feita com palavras. Não se deve perguntar “Quanto custa isso?”, se não há interesse em comprar. Se uma pessoa é “baal teshuvá” não se deve dizer a ela “Lembre-se dos teus atos passados” e se a pessoa for filha de convertidos não se deve dizer a ela “Lembre-se dos atos dos teus antepassados”, pois está dito “Ao estrangeiro não maltratarás, nem o oprimirás”¹⁹⁶.

GUEMARÁ: Os Rabis ensinaram: “Nenhum de vós oprimirá ao seu próximo”¹⁹⁷ – esta passagem se refere à trapazas em relação à palavra. Você diz que se trata de fraude feita por palavras, mas será que não se trata de fraude feita com relação ao dinheiro? Como o versículo “Se venderdes alguma coisa ao vosso próximo ou a comprardes da mão do vosso próximo”¹⁹⁸ trata da fraude em relação ao dinheiro, eu posso concluir que “Nenhum de vós oprimirá ao seu próximo” trata da fraude em relação às palavras. Como? Se uma pessoa é *baal teshuvá* não se deve dizer a ela “Lembre-se dos teus atos passados”; se a pessoa for filha de convertidos não se deve dizer a ela “Lembre-se dos atos dos teus antepassados” e se a pessoa for filha de convertidos e foi estudar Torá não se deve dizer a ela: “a boca que comeu coisas podres, *taref*, repugnantes e asquerosas veio estudar Torá, que é o discurso feito pela boca da Onipotência”.

Se uma pessoa sofreu, passou por doenças ou teve que enterrar o próprio filho, não se deve falar para ela o mesmo que falaram os companheiros de Yov para ele: “Porventura não está a tua confiança no teu temor de Deus, e a tua esperança na integridade dos teus caminhos? Lembra-te agora disto: qual o inocente que jamais pereceu?”¹⁹⁹ Se as pessoas que trabalham puxando os jumentos lhe pedirem mantimentos, não se deve dizer a eles “Vão a tal e tal pessoa, pois ele vende mantimentos” – sabendo, no fundo, que tal pessoa não venderia jamais mantimentos. Rabi Yehudá diz: Não se deve desejar um produto quando não há recursos para comprá-lo, pois isso

¹⁹⁶ Shemot 22:20.

¹⁹⁷ Vayikrá 25:17.

¹⁹⁸ Idem 14.

¹⁹⁹ Yov 4:6-7.

fica entregue ao coração, e com relação a tudo aquilo que fica entregue ao coração, está dito "e temeu a teu D'us".

TAREFA 2

Talmud Babilônico

Página 59b

MISHNÁ²⁰⁰: Do mesmo modo que existe fraude nos negócios, existe a fraude feita com palavras. Não se deve perguntar “Quanto custa isso?”, se não há interesse em comprar. Se uma pessoa cometeu um pecado e se arrependeu, não se deve dizer a ela “Lembre-se dos teus atos passados” e se a pessoa for filha de convertidos ao judaísmo não se deve dizer a ela “Lembre-se dos atos dos teus antepassados”, pois está dito “Ao estrangeiro não maltratarás, nem o oprimirás”²⁰¹.

GUEMARÁ²⁰²: Os rabinos ensinaram: “Nenhum de vós oprimirá ao seu próximo”²⁰³ – esta passagem se refere à fraudes em relação à palavra. Você diz que se trata de fraude feita por palavras, mas será que não se trata de fraude feita com relação ao dinheiro? Como o versículo “Se venderdes alguma coisa ao vosso próximo ou a comprardes da mão do vosso próximo”²⁰⁴ trata da fraude em relação ao dinheiro, eu posso concluir que “Nenhum de vós oprimirá ao seu próximo” trata da fraude em relação às palavras. Como? Se uma pessoa cometeu um pecado e se arrependeu não se deve dizer a ela “Lembre-se dos teus atos passados”; se a pessoa for filha de convertidos ao judaísmo não se deve dizer a ela “Lembre-se dos atos dos teus antepassados” e se a pessoa for filha de convertidos e foi estudar a Lei de Moisés, não se deve dizer a ela: “a boca que comeu coisas podres, impuras”²⁰⁵, repugnantes e asquerosas veio estudar a Lei de Moisés, que é o discurso feito pela boca da Onipotência”.

Se uma pessoa sofreu, passou por doenças ou teve que enterrar o próprio filho, não se deve falar para ela o mesmo que falaram os companheiros de Jó para ele: “Porventura não está a tua confiança no teu temor de Deus, e a tua esperança na integridade dos teus caminhos? Lembra-te agora disto: qual o inocente que jamais pereceu?”²⁰⁶ Se as pessoas que trabalham

²⁰⁰ Do hebraico “repetição”. A Mishná coloca em pauta uma lei, que vai ser discutida posteriormente pela Guemará (vide abaixo).

²⁰¹ Êxodo 22:20.

²⁰² Do aramaico “estudo”. A Guemará começa agora a analisar a lei colocada pela Mishná.

²⁰³ Levítico 25:17.

²⁰⁴ Idem 14.

²⁰⁵ De acordo com a lei alimentar judaica, ou “*kashrut*”.

²⁰⁶ Jó 4:6-7.

puxando os jumentos lhe pedirem mantimentos, não se deve dizer a eles “Vão a tal e tal pessoa, pois ele vende mantimentos” – sabendo, no fundo, que tal pessoa não venderia jamais mantimentos. Rabi Yehudá diz: Não se deve desejar um produto quando não há recursos para comprá-lo, pois isso fica entregue ao coração, e com relação a tudo aquilo que fica entregue ao coração, está dito "e temeu a teu D'us".

TRADUÇÃO S6

TAREFA 1

Da mesma maneira como a fraude por meio de suborno e venda assim a fraude por palavras será não dizer a ele o preço do objeto, e ele não quererá levá-lo. Se ele é um penitente (baal teshuvá), não se dirá a ele: “lembre-se de seus primeiros atos”. Se ele é filho de convertidos não se dirá a ele “lembre-se dos atos de seus pais”, pois está escrito: “não enganarás e não constrangerás a um convertido”.

Não fraudareis uns aos outros por meio de palavras. O que se escreve do que você diz de maneira fraudulenta é o mesmo que uma fraude monetária. Quando ele diz “venderás um produto a outros ou comprarás de outro”, a fraude monetária está relacionada com o que cumpres (do que prometeste). “Não fraudareis uns aos outros por meio de palavras”, como assim? “Se ele é um penitente, não se dirá a ele: ‘lembre-se de seus primeiros atos’, ou se é filho de convertidos não se dirá a ele ‘lembre-se dos atos de seus pais’. Se ele é um convertido e veio estudar a Torá, não digam aqui a ele que comeu coisas impuras e detestáveis, como insetos. Ele veio estudar a Torá, recitada por bocas sábias. Não será imputada a ele a culpa por sofrimentos que passou, ou se esteve impuro, ou se enterrava seus filhos. Não se falará disso a ele, como disseram a Jó seus amigos: “não é teu temor de D-us tua esperança, e tua inocência teu caminho?” Lembrem-se de que seu passado está limpo. Se os condutores dos burros pedirem grãos, não digam a ele “vá a fulano, pois ele vende grãos”, sabendo que ele nunca os vendeu. Também não o tentarás com subornos, numa hora em que ele não tem dinheiro, pois isso toca o coração e de tudo o que toca o coração é dito “e temerás a teu D-us”.

TAREFA 2

Da mesma maneira como a fraude por meio de suborno e venda assim a fraude por palavras será não dizer a ele o preço do objeto, e ele não quererá levá-lo. Se ele é um penitente²⁰⁷, não se dirá a ele: “lembre-se de seus primeiros atos”. Se ele é filho de convertidos não se dirá a ele “lembre-se dos atos de seus pais”, pois está escrito: “não enganarás e não constrangerás a um convertido”.

Não fraudareis uns aos outros por meio de palavras. O que se escreve do que você diz de maneira fraudulenta é o mesmo que uma fraude monetária. Quando ele diz “venderás um produto a outros ou comprarás de outro”, a fraude monetária está relacionada com o que cumpres (do que prometeste). “Não fraudareis uns aos outros por meio de palavras”, como assim? “Se ele é um penitente, não se dirá a ele: ‘lembre-se de seus primeiros atos’, ou se é filho de convertidos não se dirá a ele ‘lembre-se dos atos de seus pais’. Se ele é um convertido e veio estudar a Torá²⁰⁸, não digam aqui a ele que comeu coisas impuras e detestáveis, como insetos. Ele veio estudar a Torá, recitada por bocas sábias. Não será imputada a ele a culpa por sofrimentos que passou, ou se esteve impuro, ou se enterrava seus filhos²⁰⁹. Não se falará disso a ele, como disseram a Jó

²⁰⁷ Diz-se do judeu secular que tornou-se religioso.

²⁰⁸ A “Bíblia Judaica”, composta dos cinco livros do Pentateuco.

²⁰⁹ “Enterrava seus filhos”: a passagem aparentemente se refere a rituais religiosos não judaicos.

seus amigos: “não é teu temor de D-us tua esperança, e tua inocência teu caminho?” Lembrem-se de que seu passado está limpo. Se os condutores dos burricos pedirem grãos, não digam a ele “vá a fulano, pois ele vende grãos”, sabendo que ele nunca os vendeu. Também não o tentarás com subornos, numa hora em que ele não tem dinheiro, pois isso toca o coração e de tudo o que toca o coração é dito “e temerás a teu D-us”.

TRADUÇÃO S7

TAREFA 1

MISHNÁ: Como há engano em compra e venda, também há engano nas palavras. Não lhe dirá: quanto custa este objeto? – quando não pretendes comprar. Se for um penitente, não digas a ele: lembra tuas ações primeiras. Se ele é filho de peregrino, não digas a ele: lembra as ações de teus antepassados. Porque está dito: “E ao peregrino não fraudareis nem o oprimireis...”²¹⁰

GUEMARÁ: Nossos rabinos ensinaram: um homem não fraudará ao seu próximo – o Texto fala de palavras, tu dizes fraude com palavras.²¹¹ Ou não será fraude com dinheiro? quando está dito e “se venderes ao teu próximo ou dele comprares”²¹², trata-se de fraude com dinheiro, porém eu cuido de o homem não fraudará ao seu próximo, trata-se de fraude com palavras. Como assim? Se for um arrependido, não dirás: lembra das tuas ações primeiras. Se for filho de peregrino, não dirás a ele: lembra as ações de teus antepassados. Se for um peregrino e vier estudar Torá, não dirás a ele: a boca que comeu podridão e porcária, répteis e vermes vem estudar a Torá que foi proclamada pelo Poder Divino?” Se passou por sofrimentos, se passou por doença, se enterrou seus filhos, não fales com ele da mesma maneira com que os amigos de Jó lhe falaram: “Se não é tua confiança o temor de Deus, e conduta perfeita tua esperança? Recordas-te de um inocente que tenha perecido?”²¹³ Se tropeiros e o procuram por cereais não lhes dirás ide até fulano que ele vende cereais, mas sabendo que ele jamais vendeu cereais. O rabino Iehudá diz: nem mesmo ponhas olhos sobre a mercadoria quando não tens dinheiro, a coisa se ocultará em teu coração, e sobre toda coisa que se oculta no coração está dito – “e temerás o teu Deus”.²¹⁴

**Nota: A opção pela Bíblia Hebraica deve-se à concordância com a tradução de “g(ue)r” por “peregrino”. Também no final do trecho, por ser mais direta. A citação de Jó, B. de Jerusalém, decorre da clareza.*

TAREFA 2

MISHNÁ: Como há engano em compra e venda, também há engano nas coisas. Não lhe dirá: quanto custa este objeto? – quando não pretendes comprar. Se for um penitente, não diga a ele: lembra tuas ações primeiras. Se ele é um peregrino, não diga a ele: lembra as ações de teus antepassados. Porque está dito: “E ao peregrino não fraudareis nem o oprimireis...” (Bíblia Hebraica, trad. David Gorodovits e Jairo Fridlin, Êxodo 22:20)

²¹⁰ Bíblia Hebraica, trad. David Gorodovits e Jairo Fridlin, Êxodo 22:20

²¹¹ Levítico, 25:17

²¹² B. Jerusalém, Lev. 25:14

²¹³ B. de Jerusalém, Jó, 4:6

²¹⁴ B. Hebraica., Lev. 25:17

GUEMARÁ: Os rabinos estudaram: um homem não fraudará ao seu próximo – o texto se refere a coisa. Tu falas de fraude com coisas, ou não será fraude com dinheiro? Quando diz e ao vender ao seu próximo ou ao comprar de seu próximo, trata-se de fraude com dinheiro, porém eis o que se afirma, “o homem não fraudará ao seu próximo, refere-se a fraude com coisas. Como assim? Se for um penitente não dirás lembra das tuas ações primeiras, se for um peregrino não dirás a ele lembra as ações de teus antepassados, se for um peregrino e vier estudar a Torá não dirás a ele a boca que comeu podridão e porcária, répteis e insetos vem estudar a Torá, que foi proclamada pelo Poder Divino (aproximado). Se passou por sofrimentos, se passou por doença, se enterrou seus filhos, não fale com ele da mesma maneira com que os amigos de Jó lhe falaram, “não é tua confiança o temor de Deus, e conduta perfeita tua esperança? Recordas-te de um inocente que tenha perecido?” (B. de Jerusalém, Jó, 4:6). Se têm asnos e pedem forragem a ele, não lhes dirás ide até fulano que ele vende forragem, mas sabe que esse jamais vendeu forragem. O rabino Iehudá diz: nem mesmo põe seus olhos na mercadoria quando não tens dinheiro, pois a coisa se ocultará em seu coração e sobre toda coisa que se oculta no coração está dito – “e temerás o teu Deus”.

TRADUÇÃO S8

TAREFA 1

Capítulo 4 de Hazahav Baba Metsia

Mishná

Da mesma forma que o engano numa negociação e compra (é pecado), assim também é a ofensa por palavras. Não dirás a ele: quanto custa este objeto se ele não tem desejo de adquiri-lo. E se tratando de Baal Teshuvá (penitente), não dirás a ele: lembra das tuas obras antigas. E se for filho de prosélitos, não dirás a ele: lembra dos atos de teus antepassados conforme foi dito: o prosélito não enganarás nem oprimirás.

Guemará

Não enganarás cada um a seu amigo com palavras de ofensas. Foi escrito de uma palavra que você diz com palavras de ofensas ou não apenas por engano financeiro. Conforme ele diz: quando venderes uma mercadoria para o teu amigo ou comprares de sua mão, pois é engano financeiro. E foi dito: ah, o que eu pratico é não enganarás cada um o seu amigo com palavras de ofensas. Quando se tratar de Baal Teshuvá, não dirás a ele: lembra dos seus atos antigos. E se for o caso de filho de prosélitos, não dirás a ele: lembra dos atos de teus antepassados. E se for um prosélito que vem estudar a Torá, não dirás a ele: aqui comerás toda a sorte de coisas proibidas, répteis e lagartos, venha estudar a Torá, pois foi dito por Hashem. Se teve sofrimento, ou se ele teve doenças ou se enterrou os filhos, não dirás a ele como disseram os companheiros de Jó: não é o teu temor a Deus a tua confiança, a tua esperança a integridade dos teus caminhos. Lembre: quem nunca pereceu sendo inocente? Mas se os comerciantes pedirem um produto dele, não dirás para eles: vão a fulano que ele vende tal produto, sabendo ele que jamais o vendeu. Rabi Y. diz: também não porás os olhos num negócio na hora que ele não tem dinheiro, que pois a coisa está entregue ao coração e tudo o que está entregue ao coração, foi dito nele: é temor de Deus.

TAREFA 2

Capítulo 4 de Hazahav Baba Metsia

Mishná

Da mesma forma que é pecado enganar numa negociação, é pecado também cometer ofensas. Não dirás a ele: quanto custa este objeto se ele não tem desejo de adquiri-lo. E se tratando de um judeu desgarrado que retornou, não dirás a ele: lembra das tuas obras antigas. E se for filho de prosélitos, não dirás a ele: lembra dos atos de teus antepassados conforme foi dito: o prosélito não enganarás nem oprimirás.

Guemará

Não enganarás cada um a seu amigo com palavras de ofensas. Foi escrito, de uma palavra que você diz com palavras de ofensas ou não apenas por engano financeiro. Conforme ele diz: quando venderes uma mercadoria para o teu amigo ou comprares de sua mão, pois é engano financeiro. E foi dito: ah, o que eu pratico é: não enganarás cada um o seu amigo com palavras de ofensas. Quando se tratar de um judeu desgarrado que

retornou, não dirás a ele: lembra dos seus atos antigos. E se for o caso de filho de prosélitos, não dirás a ele: lembra dos atos de teus antepassados. E se for um prosélito que vem estudar a Torá, não dirás a ele: aqui comerás toda a sorte de coisas proibidas, répteis e lagartos, venha estudar a Torá, pois foi dito por Deus. Se teve sofrimento, ou se ele teve doenças ou se enterrou os filhos, não dirás a ele como disseram os companheiros de Jó: não é o teu temor a Deus a tua confiança, a tua esperança a integridade dos teus caminhos? Lembre: quem nunca pereceu sendo inocente? Mas se os mercadores pedirem um produto dele, não dirás para eles: vão a fulano que ele vende tal produto, sabendo ele que jamais o vendeu. Rabi Y. diz: também não porás os olhos num negócio na hora que ele não tem dinheiro, que pois a coisa está entregue ao coração e tudo o que está entregue ao coração, foi dito nele: é temor de Deus.

ANEXO 6

PLANILHA DE OBSERVAÇÃO DIRETA S1

TAREFA 1

Planilha de observação. Tarefa 01

<i>Atividade</i>	<i>Tempo</i>	<i>Segmento textual</i>	<i>Comentários / Especificação da consulta</i>
LTF	15:07 15:14		Leitura e criação de arquivo no computador, busca de materiais de apoio (dicionários: aramaico-hebraico, hebraico-inglês, hebraico-francês, hebraico-português; guia Steinsaltz, Talmud essencial de Steinsaltz; Bíblias: em hebraico, português e francês; Mishná)
AE	15:14		Leitura para contextualização a partir dos versículos enviados. Procura em Bíblias em hebraico e português.
AE	15:25		Dicionário Jastrow
AE AIE	15:27		Le Guide du Talmud: "concepts et termes halakhiques".
AE			Outros dicionários
AI			Pegou o texto e pegou o versículo correspondente na Bíblia hebraica.
AE	15:32		Consulta no guia, dicionário; marca verbetes no dicionário e faz marcações no TF.
AI AE AIE *	15:35		Sentou-se ao computador para iniciar a tradução, mas se levantou de novo e ficou procurando livros na estante e no outro cômodo.
AE	15:42		Dicionário português-português ("Tenho problemas de português também").
AI	15:44		
AIE	15:46		Procura por "khefetz" ("tem outro significado no hebraico mishnáico do que no bíblico").
AIE	15:50		Lê em voz alta. Procura na Bíblia em português livro Ben Sirá.
*			Em vez de usar o texto fonte impresso, está usando um livro próprio (Mishná).

*	16:08	Início da Guemará	
*	16:30		Comentário: “você caprichou, hein?!”
AE	16:35		Dicionário hebraico-aramaico
AIE	16:45		Leitura dos comentários de Rashi à volta do TF.
AE	16:50		Internet: google hebraico à procura de uma palavra inexistente, devido à confusão com a letra “n” (leu como “g”) → cópia ruim
*	17:17		Atendeu o telefone por alguns segundos.
*	17:30		Novamente problemas com falsa leitura: no lugar de “burros” leu “sábios”.
RTA	17:48 17:56		

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

TAREFA 2

Planilha de observação. Tarefa 02

<i>Atividade</i>	Tempo	<i>Segmento textual</i>	Comentários / Especificação da consulta
LTF			
*	18:20		Não voltou a ler o TF, apenas a tradução.
AI			Ficou pensando o que fazer. Decidiu-se por notas de rodapé.
AI AE AIE *			

AI AE AIE *			
AI AE AIE *			
AI AE AIE *			
AI AE AIE *			
AI AE AIE *			
RTA	18:28		Fim da tradução 02.

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

PLANILHA DE OBSERVAÇÃO DIRETA S2

TAREFA 1

Planilha de observação. Tarefa 01

<i>Atividade</i>	<i>Tempo</i>	<i>Segmento textual</i>	<i>Comentários / Especificação da consulta</i>
LTF	13:30 14:00		Procurou o texto fonte em arquivo no computador; abriu a tradução em inglês; leu muito; consultou dicionários; fez anotações no caderno a partir do dicionário hebraico-hebraico; consultou o dicionário Jastrow e a Torah de R. Melamed.
AE	14:02		Dicionário hebraico-hebraico
AE	14:11		Dicionário hebraico-hebraico
AE	14:26		Torah
*	14:30		“Agora vai mais rápido”. Comentários verbalizados em voz alta com o pesquisador a respeito dos múltiplos significados das palavras. “Nem os rabinos têm certeza do que significam”.
AIE	14:35		Jastrow
AIE			Torah + dicionário hebraico-hebraico. Ficou lendo o texto em inglês.
AIE	14:45		Consulta ao dicionário eletrônico Houaiss (2x)
AE	15:00		Dicionário hebraico-hebraico
AE	15:05		Dicionário hebraico-hebraico; dicionário hebraico-português
AE	15:10		Dicionário hebraico-português; dicionário hebraico-hebraico; Jastrow
AE	15:23		Perguntou ao pesquisador o que é “e.g.” em inglês. Depois confirmou no dicionário monolíngüe inglês.

AIE	15:27		Consulta a um livro sobre judaísmo (<i>Bem vindo ao judaísmo</i> de Maurice Lamm, ed. Sefer) sobre uma palavra que significa alguém que voltou para o caminho da retidão (<i>Ba'al Teshuvá</i>). Comentou que não achou uma palavra para designar essa pessoa que não seguia os princípios do judaísmo, mas que depois voltou a seguir as <i>mitzvot</i> .
AE	15:33	prosélito	Houaiss
AE	15:40		Dicionário hebraico-hebraico; dicionário inglês
AE	15:50		Busca pelos comentários de Rashi no computador.
AE *	16:00 16:15		Telefonou para achar uma “Bíblia hebraica” em casa. Lanche, conversa sobre aulas do Talmud pela internet.
AE	16:19	Jó	Consulta à Bíblia hebraica. Comentou que é bom pegar uma tradução judaica, pois há muitas traduções católicas com um viés diferente. Depois consultou a Bíblia em hebraico.
*	16:28		Perguntou se tem problema usar para a citação a tradução já feita da Bíblia. Disse que não há razão para não usar, já que ele concorda com a tradução. Mas a seguir viu que não concordava com uma palavra – “confiança”.
AIE	16:32	<i>assdrivers</i>	Dicionário inglês; dicionário hebraico-hebraico; Rashi; internet; Jastrow
AE		<i>feign</i>	Dicionário inglês; dicionário hebraico-português
AE			Torah
RTA	17:05 17:39		

Obs.: AI houve o tempo todo durante a tradução.

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

TAREFA 2

Planilha de observação. Tarefa 02

<i>Atividade</i>	Tempo	<i>Segmento textual</i>	Comentários / Especificação da consulta
LTF	18:00		Não leu o TF. Trabalhou direto com o TA produzido na tarefa 01.
RTA	18:15		

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

PLANILHA DE OBSERVAÇÃO DIRETA S3

TAREFA 1

Planilha de observação. Tarefa 01 S03

<i>Atividade</i>	<i>Tempo</i>	<i>Segmento textual</i>	<i>Comentários / Especificação da consulta</i>
LTF	10:10	TF Mishná	Comentário gravado sobre o TF. Pausa para buscar vários dicionários e bíblias
AE			Busca pela palavra <i>onaah</i> no dicionário hebraico-português. Anotação dos vários sentidos do substantivo e do verbo. Depois consulta a uma enciclopédia (Even Shoshan), onde encontrou e anotou expressões com <i>onaah</i> presentes no TF
AE			Traduções da Bíblia (Jairo). Pesquisa por <i>onaah</i> em Êxodo e Levítico. Tradução de João Ferreira de Almeida
AE			JPS (tradução judaica americana). “wrong” e “oppress”. Dicionário “hebrew-english-hebrew” (Silbermann), onde procurou pelo verbo “wrong”. Procura por <i>onaah</i> hebrew-english.
AE			Dicionário hebraico-hebraico: “causar engano, mentira” (verbo no presente: <i>monê</i>)
AE			Dicionário português-português (Michaelis): “fraudar” – “fraude”
*	10:45		Início da tradução no papel.
AI		“enganar”	Vide verbalização acerca da palavra “enganar”
AI	10:52	<i>Ba'al Teshuvá</i>	Comentário sobre o sentido antigamente e hoje
AI	10:55		Citação bíblica (verbalizou que vai colocar entre aspas, pois é citação bíblica)
*	10:57	Início da Guemará Abreviatura	“ensinaram nossos mestres”
AI	11:02	Versículo bíblico	“vou colocar aspas, acho que é”
AI E	11:05	Palavra aramaica	
AE	11:10	<i>Nevelot, terefot, répteis, ramashim</i>	Anotação dos significados após consulta no dicionário hebraico-português

AIE	11:14	<i>Guevorah</i>	Consulta no dicionário hebraico-português. Comentário sobre a mística, mas na época do Talmud não teria usado nesse sentido. Então seria unicamente um atributo divino naquela época.
AE		<i>Chamarim</i>	“males”
AI	11:19	Versículo bíblico	
AE	11:20	“burro” <i>chamanim</i>	“condutores de jumentos”
AE	11:22	Sigla <i>resh jod</i>	Rabi Jochanam. Pegou o primeiro da lista.
AE	11:24	Olhar/olho	Dicionário enciclopédico de Even Shoshan
AIE	11:28	Temor divino	Procurou na enciclopédia de Even Shoshan
AE	11:30	Versículo de Jó	Busca pela concordância para os textos bíblicos. Procurou pela palavra “temor”. Bíblia do Jairo.
AIE	11:36	Levítico	Procurou por outros lugares com versículos bíblicos (busca no livro de concordância). Identificou e copiou do Jairo.
*	11:45		Começou a passar a limpo o TA (papel)
AE	11:52	Citação do Levítico	Consulta à Bíblia do Jairo. Consulta ao texto na Bíblia hebraica.
AIE	12:10	Volta ao início do texto	Comparação com a tradução da Soncino (fazendo alterações)
*	12:25		Fim da revisão com a Soncino
AE	12:26		Voltou a comparar com o TF. “Faltou um pedaço”
*	12:30		Digitação do texto no laptop. Pura digitação, sem inferências.
RTA			

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

TAREFA 2

Planilha de observação. Tarefa 02 S03

<i>Atividade</i>	Tempo	<i>Segmento textual</i>	Comentários / Especificação da consulta
*			Não houve alterações no texto da tradução da tarefa 01.

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

PLANILHA DE OBSERVAÇÃO DIRETA S4

TAREFA 1

Planilha de observação. Tarefa 01 S04

<i>Atividade</i>	<i>Tempo</i>	<i>Segmento textual</i>	<i>Comentários / Especificação da consulta</i>
LTF	14:35 14:40	TF	
AE	14:40	Mishná	Jastrow
AE	14:44		Even Shoshan
*	14:46		Início da tradução
AI	14:52		Pensando e revendo o texto
AE	14:56		Even Shoshan (Alef - Dalet)
AE	14:58		Even Shoshan (Shin – Tav)
*	15:07		Início da Guemará. Procura em Even Shoshan
AE	15:12		Even Shoshan
AIE	15:15 15:20		Pausa para ficar pensando e relendo o TF. Depois buscou mais volumes do dicionário de Even Shoshan.
AIE	15:26	“temor divino”	Even Shoshan
RTA	15:28 15:40		

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

TAREFA 2

Planilha de observação. Tarefa 02 S04

<i>Atividade</i>	Tempo	<i>Segmento textual</i>	Comentários / Especificação da consulta
LTF			
*	16:05		Início do trabalho usando o TA da tarefa 01
AI			
*	16:20		Término da tarefa 02

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

PLANILHA DE OBSERVAÇÃO DIRETA S5

TAREFA 1

Planilha de observação. Tarefa 01 S5

<i>Atividade</i>	<i>Tempo</i>	<i>Segmento textual</i>	<i>Comentários / Especificação da consulta</i>
LTF	14:18		Procura pelo texto no livro próprio. Leitura em voz alta do TF (Steinsaltz)
AE	14:23		Dicionário bilíngüe Shoshana
AE	14:27		Dicionário bilíngüe Shoshana
*	14:31		Início da Guemará
AE	14:33		Dicionário bilíngüe Shoshana
AE	14:38		Dicionário bilíngüe Shoshana
AI	14:42		
AIE	14:45		Dicionário bilíngüe Shoshana
AE	14:50		Dicionário bilíngüe Shoshana
RTA	14:56		

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

TAREFA 2

Planilha de observação. Tarefa 02 S5

<i>Atividade</i>	Tempo	<i>Segmento textual</i>	Comentários / Especificação da consulta
LTF			
*	15:18		Abertura do documento com o texto traduzido
AE	15:20		Wikipedia
RTA	15:25		

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

PLANILHA DE OBSERVAÇÃO DIRETA S6

TAREFA 1

Planilha de observação. Tarefa 01 S06

<i>Atividade</i>	<i>Tempo</i>	<i>Segmento textual</i>	<i>Comentários / Especificação da consulta</i>
LTF	09:14 09:22		Procura pelo texto em hebraico no laptop
AE			Dicionários: 1. Biblical Hebrew (Hebrew-English) 2. Jastrow (“fraude”)
*	09:25		Início da tradução no Word
AIE	09:28		“venda” – dificuldade na leitura dos caracteres
AIE	09:33		“hêfets” ou “hafêts”?
AI	09:42		“Será: não dizer a ele?”
AIE	09:43		“Baal Teshuvá”. Consulta à mãe: “Como se fala um judeu que virou ortodoxo?”
AI	09:45		“fraudarás?”
AIE	09:47		“Isso é um pasuk?” – “está escrito” – “pressionar no sentido de constranger”
*	09:53	Início da Guemará	
AI	09:55		Pensando sobre os rabinos sentados e tirando às vezes conclusões bizarras.
AI	10:01		Releitura da Mishná
AI	10:05	onaat mamon	
AI	10:09		“Agora aqui ele me faz uma pergunta”
AI	10:12		“Aí eles voltam ao texto lá de cima”
AE	10:15		Dicionário Biblical Hebrew

AIE	10:20	ein alav	Jastrow/Biblical Hebrew/mãe – “Tem que saber falar o idioma para traduzir, tem que sentir o idioma”
AE	10:26		Biblical Hebrew
AIE	10:30		Procura por trecho na Tanach em hebraico. Depois no dicionário Biblical Hebrew
AIE	10:37		Procura na Bíblia em Português
AIE	10:45		Biblical Hebrew
AI	10:52	resh iud	
AIE	10:54	colocar os olhos	“Entendo o que quer dizer”. “Engraçado!”. Consulta à mãe. “Dá vontade de traduzir ao pé da letra, é uma expressão tão colorida!”
AE	11:00	massor lalev	Biblical Hebrew. Comentário sobre a falta de pontuação (<i>mekudot</i>) nos textos talmúdicos. A Torá é pontuada, pois é para leigos. O Talmud não é para leigos, é mais um estudo avançado, por isso não há pontuação”.
*	11:07		Término da tradução
RTA	11:08		

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

TAREFA 2

Planilha de observação. Tarefa 02 S06

<i>Atividade</i>	Tempo	<i>Segmento textual</i>	Comentários / Especificação da consulta
LTF			
*	11:22		Início da segunda tarefa, usando a tradução anterior.
AI			
*	11:28		Término da tradução

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

PLANILHA DE OBSERVAÇÃO DIRETA S7

TAREFA 1

Planilha de observação. Tarefa 01 S7

<i>Atividade</i>	<i>Tempo</i>	<i>Segmento textual</i>	<i>Comentários / Especificação da consulta</i>
LTF	16:12		Leitura em voz alta. Colocou kipá. TF do próprio Talmud Bavli.
*	16:25		Início da tradução no computador.
AIE			Uso da Mishná (livro impresso)
AIE	16:30	ger	Consulta às Bíblias (Jairo/Melamed/João Ferreira de Almeida). peregrino/estrangeiro (Ferreira)
*	16:36	Início da Guemará	Uso do próprio Talmud
AI	16:38		Pensando na forma do português.
AIE	16:42		Citação bíblica. Consulta à Bíblia do Jairo. Leitura dos comentários ao redor no Talmud.
AIE	16:48		Lendo os comentários.
*	16:56		Interrupção causada pelo telefone. Procura de e-mail.
AI	17:02	Guevurá	“É uma expressão que demanda uma semana para ser resolvida”.
*	17:05		Comenta que está traduzindo de forma corrente, porque senão demoraria muito.
AE	17:06	Jó	Bíblia de Jerusalém (achou estranha a tradução)/Tanach
*	17:12 17:13		Pequena interrupção pelo telefone.
AIE	17:13		Resolveu usar a Bíblia de Jerusalém. “Mas vou dar outra checada aqui”.
AIE			Buscou a Bíblia de João Ferreira. Resolveu deixar a tradução da Bíblia de Jerusalém.
AI	17:19		“Ah, está faltando a ironia deste trecho”.

AIE	17:25		Lendo os comentários.
RTA	17:29 17:50		“Comeu porcária ⇔ porco, animal impuro

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

TAREFA 2

Planilha de observação. Tarefa 02 S7

<i>Atividade</i>	Tempo	<i>Segmento textual</i>	Comentários / Especificação da consulta
LTF			
*	18:00		Resolveu não mexer no texto.

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

PLANILHA DE OBSERVAÇÃO DIRETA S8

TAREFA 1

Planilha de observação. Tarefa 01 S8

<i>Atividade</i>	<i>Tempo</i>	<i>Segmento textual</i>	<i>Comentários / Especificação da consulta</i>
LTF	10:40		Início da leitura em voz alta
AE	10:44	<i>onaah</i>	Dicionário espanhol-hebraico/hebraico-espanhol
AIE *	10:45	<i>onaah</i>	Leitura dos comentários à volta. Deu dica para a tradução: identificar as palavras pela raiz
*	10:48		Início da tradução no papel
AIE	10:51 10:56		“Formas arcaicas”: muda um pouco o sentido (refere-se aos tempos verbais que diferem dos atuais) – dicionários espanhol, Jastrow, Shoshana
AE	10:57		Dicionário Shoshana
AI	10:59		“O que tem a ver uma coisa com outra?”
AIE	11:02		Leitura do TF no computador e pensando. Dicionário Shoshana e Jastrow
AIE	11:07		Dúvida quanto a <i>toné</i> : “a raiz pode ser tanto ligada a riqueza quanto a engano”
AI	11:10		Leitura da porção do TF antes da Mishná
*	11:15		Início da Guemará: “depois tem que fazer uma revisão, analisar direito, há algumas coisas sem nexos”
AE	11:16		Leitura de comentários à volta
AIE	11:20 11:33		<i>onaat devarim</i> e <i>onaat mamon</i> Dicionários Larousse, Jastrow + discussão com o pesquisador
AE	11:40		Buscou a Bíblia (Melamed) e leu os versículos correspondentes: “esclareceu bastante” Colocou kipá.
AE	11:45		Comentário sobre o sentido polissêmico de algumas preposições: “tem que consultar para tirar a dúvida”

AIE	11:50		Discussão sobre o sentido de <i>onaat devarim</i> até ver que estava lendo errado <i>Baal Teshuvá</i> (“het” em vez de “tav”)
*	11:58		Comentário sobre <i>ben guerim</i> : “no caso aqui é prosélito”
AE	12:03		Dicionário espanhol, Shoshana
AE	12:07	Haguevurah	Dicionário Shoshana, dificuldade na leitura (lendo “nun” em vez de “guimel”)
AIE	12:15	<i>bein</i>	“não tem nos dicionários, vamos interpretar”. Não conseguiu, consultou então a tradução para o inglês (Soncino)
AIE	12:30	<i>chamarim</i>	Dicionários vários Meta-representação: condutores de jumentos → comerciantes → caravanas
AIE	12:46	R. Y.	Leu os comentários e deixou R. Y. por não saber a qual rabino se referia.
AE	12:52	<i>damim</i>	Dicionário Shoshana
RTA	12:56		Início da revisão, com posterior digitação no laptop

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

TAREFA 2

Planilha de observação. Tarefa 02 S8

<i>Atividade</i>	Tempo	<i>Segmento textual</i>	Comentários / Especificação da consulta
AI	13:42		Busca por solução para um texto difícil Chega à conclusão que o melhor seria unir os dois textos em um só
*	13:45		Início das alterações no texto
RTA	13:55		Final da tradução e breve leitura.

Legenda:

LTF = leitura do texto fonte

AI = apoio interno

AE = apoio externo

AIE = apoio interno e externo

* = outros

RTA = revisão do texto alvo

ANEXO 7

RELATO RETROSPECTIVO S1

TAREFA 1

Relato retrospectivo – Sujeito 01 – Tarefa 01

Siglas:

S1: Sujeito 01

P: Pesquisador

P: Bom, qual foi a maior dificuldade na tradução desse texto?

S1: <pausa> Uma foi que, por causa do xerox, eu li um *guimel* em vez de um *nun*, então eu não reconheci nada da palavra *nevelah*, eu fui procurar *guevelah*, *guevelot* etc., então só depois que caiu a ficha com o *nun* aqui. A outra dificuldade maior é conseguir passar do sentido do hebraico, hebraico bíblico, para um sentido muito mais técnico que a palavra tem no texto aqui, por exemplo, na Mishná, a palavra *onaah* que tem um sentido preciso em hebraico bíblico, tem, se a gente for olhar a terminologia talmúdica, então tem um sentido muito mais diferente do preciso. Agora, como fazer para que na tradução essa ambivalência de sentidos possa aparecer? É quase impossível. É por isso que coloquei aqui, aliás, *não explorarás* entre colchete igual a *humilharás*, sabendo que a Escritura diz <int=interromp>, no versículo, uma pessoa que vai abrir a Bíblia numa tradução, vai ver *explorarás*, não dá tanto para entender o *humilharás* aqui. Ou, também, *onaat devarim*, *interdição de engano*, *onaah* é também explorar, mas aqui tem o sentido de interdição, interdição de engano enquanto termos técnicos. Então, isso é a dificuldade maior, porque falar de polissemia é óbvio, mas aqui tem que tentar encontrar uma palavra que possibilite uma leitura precisa do texto da Guemará ou da Mishná, mas que possa ser lido também no contexto da Escritura. É quase impossível, é impossível na realidade. Eu vejo assim! <para=risos>

P: Sim. E o que ajudou você nessa tradução?

S1: O guia e léxico do Steinsaltz. Sem isso eu não conseguiria fazer.

P: Ah, sim.

S1: Sem isso eu não conseguiria. Nem os dicionários, seja de hebraico mishnáico ou do Talmud possibilitam entrar para quem, eu não tenho essa cultura talmúdica, então só tenho uma janelinha aberta. Sem isso, estou perdido!

P: Vamos passar aqui agora então a <int=interromp>

S1: Você vai encontrar primeiro minhas dificuldades em português. <para=risos>

P: Vamos ver aqui o <int=interromp> <pausa> Vamos ver aqui. <pausa> Vamos ver aqui, espera aí! Deixa eu ver. <pausa> Não quer passar. <pausa> Vamos ver direito aqui. Não. <pausa> É porque eu fechei aqui aquela hora. <pausa> Eu acho que está rodando. Vamos ver aqui. Só que nós temos que avançar <pausa>. Aqui, você já está escrevendo <incompreensível>. Pois é, essa hora você estava sentado aqui, você estava lendo, antes de você começar a traduzir. O que você ficou estudando? Foi o Steinsaltz?

S1: Lendo a Mishná.

P: Ah, foi a Mishná?

S1: É, a Mishná. Tentando entender a Mishná. Você conhece o texto? Então, quando você chega num texto desse, quer dizer, antes de estudar a Guemará, você fica normalmente horas e horas estudando a Mishná. Aqui você pega uma Mishná assim, no meio do capítulo, o quarto capítulo então, teoricamente você teria que estudar toda a <int=interromp> ser refém mesmo da Mishná. Então, eu tentei entender a Mishná primeiro até o dia que tem, porque desconhecia aqui, porque se, para evitar exatamente ir numa falsa compreensão por causa do hebraico bíblico. Então uma geral muito rápida, muito superficial, mas para evitar contra-senso de imediato. Então foi isso: entender mais ou menos o sentido aqui da Mishná, sem o qual não dava mesmo para entender. Também, deixa ver, <pausa> também pelo estilo tão conciso da Mishná que às vezes o estilo fragmentável ou fragmentado da Guemará, você não tem pontuação nenhuma aqui. Então, é claro que você pode acrescentar até pontos onde não tem, onde começa um outro trecho, uma outra palavra, tem que perceber isso e perceber também, para mim, é perceber falando o texto, para ver com a entonação, por exemplo, aqui não, aqui tem uma pergunta que começa, e a resposta, e aqui começa outra coisa. Se eu ficasse longe, e é também por isso que não queria ficar no computador de imediato, porque no computador você fica muito preso ao que você acabou de escrever e, na minha opinião, é um perigo enorme, porque você precisa sempre ficar só falando, elaborando a sua tradução oralmente, você pode criticá-la muito mais facilmente do que se ela já está gravada, ela já está na tela, sabendo que o que está escrito já é muito difícil de você se distanciar dele. Então é por isso que eu prefiro esse tempo do trabalho fora do computador.

P: Sim, você levantou várias vezes. E ficava longe. Agora aqui, <pausa> onde é que você vai começar a escrever? Sim, aqui você começou a escrever. Vou passando aqui. Se você quiser comentar alguma coisa, ah sim, notas. Vamos voltar um pouquinho. Você fez notas, né? De rodapé.

S1: Sim.

P: O que você colocou nas notas?

S1: Aqui, só para colocar a referência bíblica.

P: Ah, tá!

S1: Porque tem, porque algumas coisas que aparecem aqui na pequena massorá da página do Talmud, eu decidi colocar. Eu também decidi acrescentar entre colchetes o que acredito ser uma ajuda para entender. São palavras que não estão dentro do

<int=interromp>, que não são a tradução do texto *stricto sensu*, mas que na perspectiva de uma tradução ajudam a entender o texto. Mas não lembro mais, porque não estou vendo muito bem...

P: *Mas*

S1: É, tem *mas* etc. ou até *A Escritura diz, lembre-te de*.

P: *Isto se aplica*.

S1: Isso, isso mesmo. Que ajudam para, sim, claro, essa ambigüidade, nem tanto ambigüidade entre, polissemia entre *explorarás* e *humilharás* etc. <pausa> Quer dizer, na tradução tirar um pouco do aspecto tão <int=interromp>

P: Ah sim.

S1: tão conciso...

P: E aí você foi para a internet.

S1: Eu fui porque não conseguia encontrar <int=interromp>

P: Ah, sim, era aquela, está certo.

S1: *guevelah, nevelah*.

P: E como é que você descobriu que não era <int=interromp>

S1: Porque você, é exatamente, você, o que eu falei, acabei de falar a respeito do texto. Quando você escreve, quando tem dificuldade para se distanciar, então aqui, eu tive, eu li *nevelot, neve...*, não, *guevelot, guevelot*, eu pensei, puxa vida, mas é um *guimel*, você não lê isso como se fosse um *guimel*? Então eu li um *guimel*! Depois, não, caiu a ficha. Então porque não dava, em todos os dicionários que consultei não tem, não dá. É *gvulet*, é uma raiz conhecida com *vul*. E não dava realmente. Então, só depois também pelo contexto <incompreensível> pensei: mas é claro que é *nevelot* e não uma coisa que não <int=interromp>. <pausa> Aqui, o *Rabi*, eu coloquei, deixa eu ver, *Rabi Yod* porque procurei *Rabi*, aqui nós temos *Rabi Yod*, eu li de maneira automática *Rabi Yehudá*, mas se for, aliás, depois, *Rabi Yochanan*, porque depois consultei, será que é *Resh, Resh Yod*, é claro que pode ser Yehudá, Yochanan, Yossif etc. Nós temos logo depois *amar Rabi Yochanan*, pode ser até, poderia ser *Rabi Yochanan*. Então decidi colocar só *Rabi Y*. para ficar também, para não decidir. A não ser, aqui, o trabalho para uma tradução seria na realidade ver paralelos e decidir se é *Rabi Yochanan*, *Rabi Yehudá*, *Rabi Yossif*. Mas, por falta de instrumentos aqui eu deixei <incompreensível>.

P: Aí você voltou no texto quando você terminou a tradução. Você fez uma revisão.

S1: rápida...

P: é, e no início <int=interromp>

S1: Posso comentar aqui? Quando eu, no texto <int=interromp>

P: quer ver, sua tradução está aqui.

S1: é, eu fui mais perto do texto na realidade, porque aqui está dito, aqui *im hayú chamurim mevaquishim*, ah, eu tinha traduzido no início *se uma pessoa que tem jumentinhos e pede grãos*, então eu decidi depois, isso era para que o texto fique mais fácil, mas depois eu decidi, decidi ficar muito perto do texto, *se tem burrinhos que pedem grãos, que não lhes seja dito*, mesmo se for aos burrinhos, porque eu acho que aqui tem uma leitura possível que vai na lógica do texto mesmo se quem aparentemente burro pede uma coisa, seja aquele que foi prosélito etc., que quem é filho de prosélito, se aquele que você considera burro então, pede uma coisa, não o engane.

P: Esse burro, em hebraico, também tem o sentido do burro em português?

S1: Claro, sim, sim.

P: Ah, sim. Ah, pode ser uma pessoa também?

S1: Sim, sim. Então é por isso que aqui eu preferi ficar perto mesmo se depois *se burros pedissem grãos, que não lhes seja dito, que não lhes seja dito*, mas eu acho melhor assim, ficar como <int=interromp>

P: Isso nós já comentamos todo o problema da língua.

S1: Sim.

P: <pausa> sim, <pausa> você já comentou também, palavras que podem ajudar a compreensão do público em português, por exemplo, igual a essa questão do burro. <pausa> essa informação que eu te passei uma semana antes, mais ou menos, sobre qual verso da Torá, ela se refere, isso ajudou de alguma maneira? Como é que você lidou com isso? Ou não?

S1: Não...

P: Ou não precisava?

S1: Não olhei.

P: Sim.

S1: Eu olhei quando eu comecei.

P: Pois é, quando começou, mas se eu não tivesse te dado essa informação, você teria, não teria feito diferença?

S1: Não.

P: Sim.

S1: Não, porque a Guemará não é um comentário do versículo enquanto tal. Então, ou a Mishná também, se apóiam nisso, mas é muito mais, é meio paradoxal talvez, é muito mais o versículo que comenta a Guemará e não o contrário. Então <int=interromp>
<incompreensível>

TAREFA 2

Relato retrospectivo – Sujeito 01 – Tarefa 02

Siglas:

S1: Sujeito 01

P: Pesquisador

P: O que você então fez? O que mudou de um texto para o outro?

S1: A primeira coisa, escolhi não modificar o texto enquanto tal, mas sim acrescentar notas de rodapé, porque eu acho que é um texto que seja para tal comunidade, poderia, deveria até ficar o mesmo, mas tem uma coisa que não seja para, bem, entende, técnicos, tipo mishná, guemará, precisa entender do que se trata. Assim que o texto enquanto tal seja modificado.

P: O que você acrescentou, por exemplo...

S1: *Mishná*.

P: Sim.

S1: *Coletânea de ensinamentos rabínicos*.

P: Sim.

S1: Uma definição muito concisa para *Mishná/Guemará*. Mishná colocar, Guemará colocar como sendo um comentário da Mishná. Depois a palavra *Torá* também.

P: Sim.

S1: <incompreensível> *Torá* <incompreensível> E também para *Rabi* para terminar.

P: Ah, sim. Aí você preferiu não mexer no texto, né?

S1: Sim.

P: O que você colocou ali, ah sim, tá.

S1: Porque não adianta, quer dizer, ou então tem, já que eu tinha colocado colchetes para indicar que são comentários acrescentados no interior do texto. Então teria que encontrar também uma <int=interromp>, para ficar lógico, teria que, se fosse acrescentar no texto, teria que encontrar um outro meio e não colchetes, porque os colchetes são destinados a explicar uma dificuldade do texto enquanto tal. Então, as

coisas que eu coloquei, as definições que eu coloquei em notas de rodapé não são do mesmo teor que a explicação colocada entre colchete, que faz referência a uma dificuldade inerente ao texto aqui. E o fato agora é: ter que explicar a palavra *Mishná* não pertence ao texto.

P: Sim <pausa> tarefa 02.

RELATO RETROSPECTIVO S2

TAREFA 1

Relato retrospectivo – Sujeito 02 – Tarefa 01

Siglas:

S2: Sujeito 01

P: Pesquisador

P: Então, vamos lá. Antes da gente passar ali, só duas perguntas que eu queria te fazer. Primeiro, qual foi a maior dificuldade na tradução desse tipo de texto?

S2: Pelo menos essencial para o propósito que ele foi feito, tipo: é um texto difícil, complicado que teoricamente eles estudam horas em cima de duas, três frases. Então, assim, cada palavra lá, cada seqüência, tudo tem significado. A gente não tem o tempo necessário para estudar e para fazer a tradução, mas tem que pelo menos ter uma preocupação de não perder totalmente o significado. Acho que é mais isso que foi mais difícil assim.

P: E o que te ajudou na tradução?

S2: Primeiro, outras traduções, com certeza, sem dúvida. E dicionário, bom dicionário da língua, monolíngüe. Um dicionário bilíngüe também é bom, principalmente para essas interjeições, essas coisas que existem em hebraico e talvez não tem em português, então fica muito difícil traduzir certas coisas e <incompreensível> estruturam a frase de um jeito que não dá para estruturar, então, isso é bom. Mas mais o dicionário e outra tradução. Para mim, pelo menos.

P: Tá. Vamos passar aqui então <pausa>. Passar aqui rápido para <int=interromp> porque <pausa> Bom, está aqui, você demorou bastante a começar o texto.

S2: É, muito, para <int=interromp>, primeiro eu demorei um pouco para achar <para=risos>, mas depois para pegar o espírito do texto, porque é o que você falou, não é igual ler jornal que você vai olhando e traduzindo a frase. Inclusive, ele está falando uma frase aqui só para depois <incompreensível> lá na frente. Ele está falando uma frase justamente para ser a base do texto inteiro. Ou então, assim, principalmente essa parte da Mishná que é a primeira, que ele dá uma <incompreensível> para as discussões em baixo da Guemará. Então, eu acho que é a mais importante de ser bem traduzida. Então, acaba ficando mais difícil. E geralmente, as palavras se repetem, assim, os termos-chaves que eles estão usando no início, são termos que eles vão usar no texto inteiro, naquela página. Então essas são as palavras mais importantes de serem traduzidas, igual nesse texto tem *onaah* que é o engano, traição, é engano, trapaça ou se ludibriar, não existe uma tradução muito certa assim. Então, aí, isso é o mais demorado, eu acho, pegar assim. Eu acho que, assim, se realmente fosse questão de mais tempo, eu acho que eu ficaria um dia sem nem encostar, eu acho, eu ficaria, eu teria talvez visto alguma aula sobre o assunto, lido mais textos sobre o assunto, visto alguma bibliografia. Então, assim, acho que o menos tempo mesmo é de tradução propriamente dita, assim, esse não é o pior, eu acho.

P: E além dessa palavra que você falou, *onaah*, tem outras que foram difíceis de traduzir?

S2: Deixa eu ver o texto <para=risos> <pausa> Expressões, acho, achei difícil, por exemplo, aqui, isso é aramaico, vamos dizer, *he keitsad*, isso <incompreensível> traduzir é como *por exemplo*. Mas isso eu fiquei em dúvida. Eu traduzi como *por exemplo*, mas eu acho que é mais, tipo assim, uma demonstração de como que ocorre. É também *exemplo*, mas <pausa>, ou vamos dizer, deixa eu olhar aqui <pausa>. Essa coisa que a gente tinha conversado do *baal teshuvá*, que não tem tradução no português. Então, <incompreensível> eu coloquei *penitente* ou *que regressou* e botei uma nota de rodapé explicando aquilo que eu te expliquei. Porque não tem nem como. Por exemplo, tem expressões, vamos dizer, essa pessoa que voltou para a religião, que era pecadora, eles chamam os atos antigos dela de *maassech harishonim*, são os primeiros atos dela, primeiras ações, e é literalmente isso, como se, é igual se a pessoa queria ser uma criança, fosse os primeiros atos, os primeiros pensamentos que <incompreensível> de uma pessoa diferente. Então, os antig <int=interromp>, tem até alguns detalhes, mas que no hebraico faz diferença, que é difícil de traduzir. <pausa> deixa eu ver mais uma coisa, *onaat* eu já falei, aí, aqui, eles, tem outra parte que ele vai contrapor *onaat devarim* e *onaat mamon*, que o *devarim* assim, *deva, falar*, de falar, é uma coisa mais oral e verbal, também é difícil, como que você vai traduzir isso, porque verbal está muito relativo a uma estrutura gramatical de verbo, essas coisas aí, oral muitas vezes não está necessariamente se referindo realmente a um diálogo, a uma coisa realmente falada e, ao mesmo tempo, linguagem é tudo, então é complicado. E esse de *mamon*, vamos ver, na tradução inglesa, eles traduziram como *monetário*, mas não é necessariamente monetário, esse tipo de condutas impróprias na negociação, eles falam lá, por exemplo, que é na compra, na venda e na colocação do preço, é muito mais que monetário, a relação de compra e venda não é simplesmente monetária, é mais comercial, de negócio. Então eu coloquei *comercial*, mas é estranho, porque comercial a gente tem uma conotação dos dias de hoje, não de lá, então, também é complicado. <pausa> Aí quando ele está falando da, volta depois pra pessoa, o *baal teshuvá*, que cometeu pecados antes, aí alguém que viraria para ele e falava: como uma pessoa que fez tantos atos impuros poderia estudar a Torá, aí eles falando dos atos dele, eles falam, usam termos que não dá, por exemplo, *shketsim* v *ramishim*, é coisa de <int=interromp>, ele comeu coisas que arrastavam, né, é tipo uma, mais uma, são ser <int=interromp>, é uma denominação de seres específicos, você não pode comer, é mais relativo a kashrut, né. Então, se a pessoa que não está entendendo o contexto, vai ler, tipo assim, coisas abomináveis, impuras, vai ficar um negócio estranho. A pessoa não vai entender direito o que está acontecendo. E para a pessoa entender o que está no texto em hebraico, ele tem que saber o contexto. Então, assim, por isso que muitas vezes, eu acho, a difícil <int=interromp>, assim, a tecnalidade do texto, ela não é simplesmente elitista não, de impedir as pessoas mais ignorantes de acessar o texto. Mas acho que muitas vezes um texto um pouco mais difícil que requer um estudo maior é necessário para a pessoa não interpretar ele errado, porque muitas vezes quando você simplifica, a pessoa vai interpretar ele errado e perde todo o sentido do texto, que isso não é um texto para ser lido errado. É justamente o contrário, é um texto para você ler o certo ou a Torá. Então, acho que tem coisa que nem é bom ficar muito simples não e que se na nossa língua a gente estrutura a frase de um jeito, eu acho que é bom manter a estrutura daqui, mesmo que fique mais difícil de ler, porque mesmo que a pessoa tem que reler a frase duas, três vezes, mas é para a pessoa reler a frase duas, três vezes. Não é porque

está em português que vai ficar mais fácil. Mesmo a pessoa que é fluente com o aramaico e com o hebraico, ela lê e relê a frase duas, três vezes. Então, não acho que a tradução tem que facilitar também o <int=interromp>, assim, você entendeu. E <pausa>. É, acho que <pausa> basicamente acho que é isso. *Tevuá* também fiquei um pouco em dúvida, que é grãos, mas é também o produto do seu trabalho, pode ser grãos, produto do seu trabalho, frutos. Mas aí acho que, não sei, acho que não faz tanta diferença se for grãos porque <int=interromp>

P: Teve uma pausa, você ficou muito tempo procurando. Eu vi que você procurou *assdrivers*.

S2: Isso, isso. Eu não sabia. Essa palavra é difícil de traduzir. Eu não soube, como é que eles chamam aqui? <incompreensível> Aqui, é *chamarim* a palavra. Eu fiquei em dúvida como traduzir. Eles traduziram como *assdrivers*, né. Eu acho, assim, que é de *chamor*, né, que é de burro mesmo. Então, eu coloquei *tolos*, né. Um vendedor que vai chegar com cara de tolo para ele, não tem paciência, que vai mandar você comprar com outra pessoa que não ele, mas na verdade essa pessoa nunca vendeu o produto que ele está vendendo. Então eu traduzi como *tolos*, mas também é uma palavra difícil, eu acho. Eu acho que mais é isso. Ah, tem essa parte bonita aqui que eles falam <i>kol davar hamassur lalev</i>. É tudo aquilo que é, como fala, como é que eu traduzi? Agora não estou achando, é aquilo que é reservado apenas para o coração. Tipo, vamos dizer, tem coisa que, vamos dizer, cobiçar a mulher do outro. É coisa que ninguém nunca vai ver você cobiçar a mulher do outro, só se for muito descarado. Aquilo, isso é um sentimento que está reservado só para o seu coração. E são essas coisas que apenas Deus pode julgar e é justamente toda vez que a Torá fala de alguma proibição em relação a coisa que apenas o seu coração pode saber, eles terminam falando <i>e temerás a teu Deus</i> de um jeito que, assim, também na tradução você perde <incompreensível>, mas em hebraico fica muito bonito e eles até elogiam, mas não conseguiram, perde um pouco isso também, mas <int=interromp>

P: Você já comentou algumas coisas que foram difíceis de traduzir por causa da dificuldade de contextualização, né. O que você fez em particular para ajudar o leitor de hoje a entender? Você usou alguma técnica?

S2: Ah, acho, algumas palavras que elas realmente têm outro significado, inclusive eu coloquei entre parênteses. Muitas vezes quando eles citam, eles não terminam a citação. Então, aí eu fiz igual lá na tradução em inglês, eu terminei a citação entre parênteses ou, por exemplo, palavras que, vamos dizer, naquela tradução que eu peguei, brasileira, que eles usam *confiança* de dois jeitos. Um literalmente é *confiança*, você não tem o seu destino porque você confia em Deus. Outro é uma *confiança* também de esperança, você confia. Então eu coloquei entre parênteses e quando era uma explicação mais de contexto igual esse *baal teshuvá*, eu coloquei em nota de rodapé.

P: E eu te passei uma semana antes uma informação sobre a que trecho da Torá se referia. Isto te ajudou de alguma maneira? O que você fez com essa informação?

S2: Ajudou, eu fui lá, olhei naquela parte e <pausa> já ajudou porque tem os termos-chaves, né, eles estão lá, então ajuda. Mas, vamos dizer, eu fui lá no Talmud, eu joguei, por exemplo, esse, algum trecho lá, aí aparecem muitos, muitos lugares, então não dá

exatamente para <int=interromp> porque o mesmo trecho da Torá pode ser abordado de tanto jeito que, que só pelo trecho não dá para saber o jeito que ele vai ser abordado.

TAREFA 2

Relato retrospectivo – Sujeito 02 – Tarefa 02

Siglas:

S2: Sujeito 01

P: Pesquisador

P: O que mudou?

S2: A estrutura do texto mesmo, a redação dele, eu praticamente não mudei nada. Foi aquele motivo que eu te falei antes que, eu acho que não é bom simplificar demais as coisas que a pessoa que não dá a atenção devida e muitas vezes pode interpretar errado. Então, a pessoa tem que estar preparada também para estudar o Talmud. Ela não pode simplesmente ler ele sem nenhuma preparação. Mas no caso de uma pessoa que está realmente disposta a estudar, essas coisas, aí eu basicamente coloquei muito mais nota de rodapé para a pessoa contextualizar mais, vamos dizer, quando a pessoa fala do <int=interromp> quando a Mishná fala do *Ba'al Teshuvá*, aí eu explico que é exatamente, que no Judaísmo você não pode, nem se quiser, as pessoas podem deixar de ser judeu. Você pode matar mais do que Hitler que, assim, mesmo assim você ainda é judeu, muito punido, mas vai continuar a ser judeu. Então sempre existe a possibilidade de volta e a praticar os costumes e os deveres. E essas pessoas que vivem uma vida afastada da religião e depois voltam a praticar, eles são chamados *Ba'al Teshuvá*, as pessoas que retornaram ao caminho teoricamente da verdade. Então, muitas vezes pode acontecer um preconceito por parte das pessoas que sempre mantiveram os costumes e tal, então, no caso, ele está tratando desse tipo de preconceito. E, vamos dizer, no caso dos convertidos, aí, é um assunto importante também porque pelo fato do Judaísmo ser uma religião muito fechada, por causa de muita perseguição e também por causa da dificuldade da manutenção dos costumes e da necessidade de um povo unido e também da preocupação com quem que eles vão colocar dentro da religião. Existe, é um assunto muito complicado, a conversão, muito e existem casos que infelizmente a pessoa que converte, ela sofre preconceito por parte de algumas pessoas, apesar de ser proibido. E é justamente isso que o artigo fala, esse trecho fala disso e <incompreensível> todos os livros da Torá possuem um, pelo menos um trecho que deixa explícito a proibição de um judeu nato ter preconceito com um judeu convertido, porque segundo a tradição todos os judeus de todos os tempos, todas as almas presentes e futuras, elas estavam presentes na hora da entrega da Torá no monte Sinai. Então, na verdade, não é que a pessoa se converteu ao Judaísmo, ela já era judia e ela meio que retornou à religião. Então, você não tem que ter preconceito de uma pessoa que não é diferente de você teoricamente. Ela apenas está cumprindo teoricamente algumas punições provavelmente de vidas passadas, alguma coisa mais complicada que está reservado a Deus, não a gente entender. Outra coisa aqui que eu mud <int=interromp>, que eu acrescentei foi, tem que ver ali <pausa> Ah, coloquei sobre a kashrut, né, na hora que falam de <int=interromp>, vou, mesma coisa sobre *Ba'al Teshuvá*, que ele cometeu vários pecados, entre eles os de comer coisas muito impuras, abomináveis, rastejantes. Então, a pessoa que não está entendendo direito o contexto, pode achar um pouco estranho isso,

porque a kashrut é um dos princípios fundamentais do Judaísmo, que é uma série de deveres e que são seguidos pelo costume. É quanto à alimentação, preparação do alimento, o que pode comer, o que não pode, como tem que comer, como que não tem <int=interromp>, que tem que comer. Então, as pessoas realmente envolvidas com religião e que cresceram dentro da religião e que não tiveram contato com qualquer hábito alimentar de fora, elas literalmente tem a tendência natural a sentir desgosto pelos alimentos que dentro da casa onde elas foram criadas, era um, era como se fosse, era absurdo, era incomível, era como a gente pensar num chinês comer cobra, a gente não, isso para a gente é incabível. A mesma coisa para um judeu ortodoxo criado numa família ortodoxa de gerações, para ele comer carne de porco é incabível. Então, é nesse sentido que tem que ser entendido o trecho, senão <int=interromp>. Eu acho que foi isso basicamente que eu coloquei. Eu não mudei a estrutura do texto porque não acho que tem que mudar, assim. Poderia se mudar talvez pra uma maior qualidade da tradução, mas não para a tradução especificamente para o leigo ou conhecido, eu acho que a tradução tem que ser uma tradução para uma pessoa que teoricamente conhece.

P: Você citou na primeira tradução trechos de tradução judaica da Bíblia. Aqui, se você tivesse Bíblia cristã, você mudaria ou não?

S2: Para colocar coisa do Novo Testamento?

P: Não, assim, em vez de citar, igual você citou, da tradução do Jairo ou do <int=interromp>

S2: Ah, tá.

P: Se você usaria uma Bíblia católica, uma Bíblia cristã.

S2: Entendi.

P: Para citar. Se isso faria diferença.

S2: Bom, tem que ver exatamente quais trechos que foram <pausa>

P: Aqui <pausa>

S2: ah, bom, abre o word mesmo.

P: Deixa eu ver <incompreensível> <pausa>

S2: <pausa> vamos dizer, esse trech <int=interromp>, essa citação aqui do Levítico, né, *e ao peregrino não fraudareis e não o oprimireis*. Essa é uma frase, por exemplo, que eu acho que ela tem que ser lida segundo a perspectiva judaica, porque ela foi escrita sob a perspectiva judaica. Então, não adianta mudar o que não era diferente. Então, você pode ler o Antigo Testamento sob um olhar exatamente de ele ser um Antigo Testamento, de ele não ser um testamento mais atual. Mas você não pode deixar de entender que na época que ele foi escrito, ele era um testamento, e ele era uma coisa, então, e o peregrino aqui tem que ser entendido como o estrangeiro e não o estrangeiro católico olhando para o muçulmano, mas o estrangeiro pelo olhar de um judeu. Então, vamos dizer, a tradução, aí eu teria que ver como é que essa tradução cristã seria. Se a

tradução de um cristão manteve esse sentido de uma forma diferente, por exemplo, o estrangeiro, ele acrescentou, colocou estrangeiro, judeu, aí, tudo bem, mas senão, aí eu acho que tem que manter. Então, é mais isso. Tem que ver o que que <int=interromp> É, <incompreensível> ter o ponto de vista judaico que não tem.

RELATO CONCOMITANTE S3

TAREFA 1

Relato concomitante – Sujeito 03 – Tarefa 01

Siglas:

S3: Sujeito 03

P: Pesquisador

Gravação 01

S3: Você tem bastante...

P: Tem, está vazio. É todo seu.

S3: Isso não é com fita?

P: Não.

S3: <incompreensível>

P: Tem uma memória grande.

S3: Então, o pouco que eu olhei até agora, mas apenas no texto bíblico, porque eu também não acabei de fazer a pesquisa, é a questão de como funciona esta opressão em relação aos diversos casos em que se aplica e eu não saberia lhe dizer se existem ou se eu usaria palavras diferentes para cada um desses usos. Então, no computador, eu não tenho dicionários específicos no computador, porque eu uso só os manuais, eu não tenho outro dicionário babilon que talvez não seja eficiente, mas também não tenho esse dicionário.

P: Eu trouxe o Jastrow. A senhora tem?

S3: Qual que é?

P: O Jastrow é um dicionário do Talmud.

S3: Do Talmud?

P: É. Eu trouxe.

S3: É um grandão, grossão?

P: Eu sempre trago porque às vezes a pessoa não tem.

S3: Eu não tenho usado muito tempo para essas coisas. Como você pronuncia o nome dele?

P: Jastrow.

S3: Não. Você está falando inglês, né?

P: É <para=risos>

S3: Acho que não é assim que fala.

P: Por quê?

S3: É Jastrov mesmo.

P: Porque o meu professor lá em Israel, ele falava Jastrow, ele me dava aula em inglês.

S3: Ah, pode ser. <incompreensível> Vai ser útil com certeza. Eu tenho alguma coisa no dicionário de <incompreensível> Esse é antiquíssimo, mas é uma edição recente.

P: É, esse eu comprei lá em Jerusalém.

S3: É, se bem que isso é para a parte do aramaico, eu vou usar pelo texto, se ele está todo em hebraico, eu vou usar, a não ser para pequenas abreviaturas aqui da Mishná e se houver uma outra eu vou precisar do dicionário de abreviaturas, mas eu vou usar dicionários de hebraico. Esse aqui só no caso realmente de ser necessário. <pausa> Ele pára quando não falo, não, ele vai gravando.

P: Ele está gravando. Quando a senhora for começar a traduzir, aí eu desligo e aí depois <int=interromp>

S3: Por enquanto, se você quiser, vem ajudar a carregar os dicionários para cá.

Gravação 02

S3: O dicionário de Even Shoshan em cinco volumes, o que é muito chato, porque às vezes o que você está procurando está em um outro volume, e é sempre o último da pilha <pausa>

Gravação 03

S3: (...) outra grafia, <incompreensível> Even Shoshan, *onaah* mostra a mesma palavra com outra grafia também, com a letra alef em vez de he no começo. *Ramaut* <incompreensível> que é mentira, fraude, engano também. *Hataiá* é fazer enganar, fazer errar. *Onaat mamon*, *onaat devarim* e tem um subitem *onaat devarim* que seria fraude por coisas, objetos, também é um texto criado provavelmente do Talmud.

P: É, vai aparecer. E *onaat mamon* também acho que tem lá.

S3: *onaat mamon* é o que dá como primeiro exemplo e acho que os dois são do mesmo livro, do mesmo capítulo, do mesmo volume, são dois subitens. Então, *onaat devarim*, sofrimento que uma pessoa causa ao próximo em questões de ofensa e semelhantes. Então é sofrimento por ofensa. <incompreensível> estava *onaat mamon* que é de

dinheiro. Não sei, talvez uma palavra melhor seria fraude. Então, vamos ver aqui pelo verbo, é para olhar em outro volume. Não sei se no seu texto tem o verbo, mas já vamos tratar disso. Mas vamos primeiro, na verdade, nesse mesmo volume olhar com a outra grafia, que é com *alef*. <pausa> Quando ele traz aqui com *alef*, <incompreensível> *onaah* no Even Shoshan, ele também remete àquela outra grafia que é com *he*, traz como explicação *ramaut* que é enganar, especialmente em negócios. Especialmente em negociações talvez, em negócios, negociações. No tratado de Bava Metsia que é o que pega, o que toma e o que vende, eles têm fraude. É, talvez a palavra melhor é fraude. E fala também de *onaat mamon* que talvez seja também desse item. Depois o exemplo de *onaat devarim* que aqui novamente repetindo o que já tinha, é ofensas, palavras difíceis que causam sofrimento. É maior a ofensa, quando eu disse por coisas, porque *devarim* pode ser coisas ou pode ser palavras. Mas está se referindo a palavras. A ofensa por palavras é maior do que a ofensa ou fraude por dinheiro. Isto é um dos textos do Talmud. Então é mais grave. *Onaat devarim* é mais grave. <incompreensível> No caso dessa tradução está sendo importante avaliar primeiro o sentido amplo da palavra e dos diversos conceitos para já definir, se eu perceber quando estiver escrevendo, que eu devo tomar um cuidado especial se está se tratando de uma fraude ou de uma mentira que é causada por comportamento e não por negócios. Então vamos ver o verbo *honá*. Não sei se está neste volume também <pausa> é para olhar a partir de outra forma *yud nun he*. <pausa> Normalmente num processo de tradução eu não faço primeiro com dicionário, eu faço o texto e só paro se realmente uma palavra-chave esteja atrapalhando a tradução, mas normalmente eu faço a tradução e depois eu faço essa etapa de verificação. Aqui eu acho que é preferível trabalhar dessa forma. O verbo na forma do *hifil*, também segundo o dicionário de Even Shoshan aí é *honá*, *hifil*, aparece como *honá* primeira acepção *enganou*, *agiu para enganar* e aí vem o versículo com o exemplo <incompreensível> o versículo que você tinha me dito de Exodus, de Exodus 22. Depois tem mais outros do Leviticus, vários exemplos que aparecem. Essa é a primeira acepção da palavra. A segunda acepção da palavra, então, a segunda acepção da palavra aqui do verbo é *perturbar*, alguma coisa como perturbar, incomodar, irritar. O exemplo aqui, acho que é do Talmud. E o verbo aparece então apenas nas formas no *hifil* e no *hofal*. Não aparece em outras formas. Aqui vou ver as traduções da Bíblia, no Êxodo 22, essa é a do Jairo. Era 22 o quê? Você lembra de cor? Eu tenho lá anotado.

P: Não, não tenho. Quer que eu olhe aqui no meu laptop?

S3: Não, já tenho aqui. É Êxodo 22,20, o verbo fraudar e a outra parte é fraudar e oprimir. <incompreensível> os capítulos que você falou. Eu deixei anotado.

P: Eu sei que o Levítico é o 25, 17 <int=interromp>.

S3: 17 e 14.

P: É.

S3: 25 <pausa> 17 *enganareis*. É o mesmo verbo, mas na acepção de enganar. E no 14, está também como *enganar*. Vamos ver qual a outra Bíblia que eu trouxe aqui. João Ferreira de Almeida. <pausa> Êxodo 22,20. É 21 aqui? *Afligir* e *oprimir*. E no Levítico 25, está *oprimir*, 14, está *oprimir* e no 17, *oprimir*. Aqui uma tradução judaica dos Estados Unidos. <pausa> No Êxodo 22,20 está *wrong*, depois tem <incompreensível> outro verbo, né? E no Levítico, <pausa> no 14 também é *wrong* e no 17 é *wrong*.

Encontrei três vezes a mesma palavra, a mesma tradução, o que não é necessário ver o que acontece nos outros. <incompreensível> <pausa> Esse é um pequeno bom dicionário inglês-hebraico, hebraico-inglês e o nome dele é Zilbermann. Agora <incompreensível> um pouco mais reduzida. O verbo, aqui tem o verbo, o verbo como *wrong*, eu estou olhando então no Zilbermann inglês-hebraico, o dicionário tem as duas partes. Só o verbo *wrong* tem *não ser correto para com alguém, causar mal* <incompreensível> deixa eu olhar no outro dicionário, *comportar-se de forma injusta*. <pausa> Vou olhar agora *honaah* do hebraico para o inglês. <pausa> <incompreensível> Estou olhando aqui *honaah*, substantivo, enquanto eu tinha olhado antes o verbo *wrong*. <incompreensível> É isso que você quer? Que eu vou falando e explicando?

P: Exatamente. Se não te incomodar.

S3: Não, não.

P: Senão a gente pode fazer depois também.

S3: E o verbo do hebraico, primeiro eu vejo o substantivo e depois vou ver o verbo *honá* que está traduzido como *decebe* <incompreensível> e *cheat* que é mais que a palavra causar, <pausa> *causar injustiça, iniquidade*. <pausa> Depois tem do hebraico-inglês, não consta. <pausa> No dicionário *milon haovê*, o substantivo *onaah* está como *causar engano, mentira* e o verbo, não tem nessa forma, este verbo talvez <int=interromp>, este é um dicionário que funciona apenas a partir do presente, então eu preciso procurar *mona*, vamos ver se tem nessa forma. <pausa> Temos o verbo que aparece só no presente, *monê*, *monê é enganar principalmente em negócios*. Não sei se em português isso ajuda, preciso escolher a palavra correta. Vamos ver o que tem aqui. <pausa> Então o Michaelis tem aqui, *fraudar, cometer fraude, enganar, lesar, frustrar* não cabe, *roubar por contrabando* não cabe, *sair-se mal, frustrar-se* acho que também não cabe. Vamos ver *fraude* agora, Substantivo *fraude*, aqui, *fraudar, alterar, burlar, burla, lodo*. Vamos ver a explicação, depois *engano* e *logração* segundo a explicação, *contrabando* não cabe aqui no caso. O que se poderia procurar aqui... Eu acho que por enquanto está suficiente. Eu ia traduzir *decebe*, é *decepcionar*, né? *Cheat* é *enganar*. Já se tem uma quantidade suficiente. Não preciso mais nesse momento olhar <incompreensível>

Gravação 04

S3: Assim como *onaah* eu vou pôr, qual é a tradução que eu vou usar aqui contando isso? <pausa> por *enganar* e eu estou traduzindo aqui nesse momento, pode ser que eu modifique, o substantivo por um verbo, porque o substantivo *honaah* como *engano* acho que não é exatamente, não é suficiente e como *fraude* parece que é muito além do que eu pretendo aqui. Então eu estou traduzindo *honaah* que é substantivo por um verbo *enganar*. Assim como *enganar no negócio, assim é o enganar nas palavras*. Mas eu já percebo que não posso usar “enganar” para os dois. E eu tenho que arrumar uma solução, porque a palavra é a mesma: em hebraico *honaah* tanto para negócios como enganar nas palavras. *Honaah* é usado duas vezes e o sentido em português não é adequado usar “enganar” para o segundo caso que é “enganar nas palavras” que a tradução seria melhor “oprimir” ou “perturbar, oprimir” ou “afligir”. Então a solução que tem que ser procurada, se usar a mesma palavra para ambos, o que é o que se espera

neste tipo de tradução, porque não se deve confundir usando palavras diferentes em português. Então, o correto seria usar a mesma palavra em português, mas me parece que eu tenho uma dificuldade aqui usar a mesma palavra em português porque não cabe, não me parece que nenhum dos modelos para os dois casos que é dos negócios ou das relações pessoais, a palavra, o mesmo substantivo não está me ocorrendo em português. Eu vou continuar para depois verificar eventualmente o que eu posso fazer com isso. Repetindo o que eu traduzi: *Assim como é enganar no negócio, assim é enganar nas palavras. Não dirá a ele quanto*, eu vou pôr entre parênteses uma palavra, o que não está escrito em hebraico, *quanto é o valor deste objeto e ele não quer comprar*. Eu vou pôr uma vírgula porque obviamente o original aqui não tem vírgulas, *se ele fosse*. Aqui temos uma expressão *baal teshuvá* que hoje se traduz como alguém que se arrepende, mas que eu acho que naquela época não tinha esse sentido. Ou hoje se usa no sentido de voltar à prática religiosa. Eu diria que talvez aqui que se ficasse com aquele sentido que se ele se arrependesse, então vamos tirar o *fosse*, *se ele arrependesse* ou *se arrependeu*, vou pôr entre parênteses, *não lhe dirás lembre-se dos seus primeiros atos, se ele for um filho de estrangeiros, não lhe dirás lembre, lembre-se do ato de seus pais, pois está dito*, vou pôr entre aspas porque é citação da bíblia, aqui não tem aspas, tem um sinalzinho que eu não sei o que é, aqui do lado tem a indicação bíblica, *pois está dito que estrangeiro não enganarás*, que aqui é o mesmo verbo *honê*, que significa o mesmo versículo em português, *não enganarás* ou *não fraudarás*, vou pôr entre parênteses a outra opção, *e não oprimirás*. Eu usei aqui os dois verbos que a Bíblia do Jairo coloca, fraudar e oprimir em relação a esse versículo. O texto que está agora é a Guemará. <pausa> Eu não sei o que é esta abreviatura *tav resh*, talvez seja em relação à Torá.

P: Já é o início da Guemará?

S3: É. Não que ela esteja completa, mas... *Tav resh, tanu rabanam*, estou olhando na parte de abreviaturas no dicionário talmúdico e significa *ensinaram nossos mestres*. <pausa> *Não*, agora é texto propriamente dito, *não foram ensinados uma pessoa e seu companheiro quanto a onaat devarim enganar*, e vou pôr entre parênteses *para causar, causando sofrimento, enganar por palavras. Está escrito de uma palavra você diz de enganar por palavras ou não, mas por fraude*, eu vou colocar *honaat mamón, de dinheiro*, eu vou colocar *fraude financeira, quando ele diz*, agora deve ser um versículo bíblico, vou pôr aspas, eu acho que é, *pois venderás ao teu companheiro ou comprou de seu companheiro, pois fraude monetária, fraude financeira, está dito eis o que eu cumprio, não ensinarão um a seu próximo quanto à fraude, quanto ao engano por palavras*, eu acho que aqui é uma palavra em aramaico, que é o *hak* que já apareceu uma vez. Acabou. Texto no dicionário talmúdico <pausa>, o *hak* aqui *eis*, o *hak* significa também *isto*, e pode ser *eis*, e significa *não será?*, que bom, né? Novamente significa *passado*, maravilha. É bom quando a gente tem cinco explicações, né? Resolve. Isto. Posso dobrar a folha? Posso dobrar a folha?

P: É sua. Essa folha depois eu não vou levar de volta não.

S3: É, eu não ia deixar levar também. <pausa> *Pois como quem se arrependeu, não lhe dirá lembre-se de seus primeiros atos, se fosse filho de estrangeiros, não lhe dirá lembre-se do ato de seus pais, se for estrangeiro e veio estudar a Torá, não dirá, não lhe dirá a boca que come animais*, vou ter que ir de um em um para não, fazer cada um separado <incompreensível> sobre *nevilot*, porque eu sei que pode ser cadáveres, etc.,

mas não sei a acepção completa disso, *cadáveres ou carcaças, trefot* é animais proibidos, não sei o que eles colocam, se há uma palavra mais específica.

P: É hebraico-hebraico esse?

S3: Hebraico-português. <pausa> Bem, pode ser animal devorado ou impróprio, *animais devorados ou impróprios, shekatsim*, <pausa> répteis ou abominações, vou colocar *répteis* e entre parênteses *abominações*, e que mais que ele fala, deixa eu ver além disso, *remashim*, coisas proibidas, *ramesh*, bom, répteis também, *e répteis e vem estudar Torá que foi*, a palavra é *dita*, mas vou colocar entre parênteses *ditada, pela Guevurá*, que pode ser aqui um atributo divino, *Guevurá*, um dos nomes divinos, é uma das denominações de Deus, eu vou deixar *Guevurá*, e então seria Deus. É uma palavra que se usa também na mística judaica, mas nessa época do Talmud, não é essa a intenção do Talmud. Depois a mística usará isso como um dos atributos divinos. *Se houvesse sofrido*, a expressão mais longa, se tivessem vindo sofrimentos sobre ele, então escrevi também entre parênteses, *se tivesse sido alvo de sofrimento, se*, o que é *chala'im*, é alguma coisa negativa também, <pausa> dores, sofrimentos, doenças, vou colocar como males porque me parece abrange mais coisas, *se males o tivessem atingido ou se tivesse sepultado os seus filhos, não lhe diga como lhe disseram os companheiros de Jó*, citação do versículo, eu vou procurar os versículos, vou encontrá-los através da concordância bíblica que eu vou pegar daqui a pouco. Então não vou traduzir, aí já pego o versículo pronto. Vou adiante. *Se chamarim*, que é? *chamor* é um burro, o que é *chamarim*? <pausa> *Chamarim* é condutor de jumentos, *se condutores de jumentos tivessem pedido trigo dele ou tivessem lhe pedido trigo, não lhes dirá vão àquele sujeito que vende trigo e sabe que ele jamais vendeu*. Agora tem uma sigla *resh iud*, vamos ver o que é *resh iud*, <pausa> bem, pode ser uma série de rabinos, rabi Yochanam, rabi Yehuda, rabi Yossif, rabi Yshmael, rabi Yehoshua, eu vou pôr o primeiro, porque eu absolutamente eu não tenho idéia de quem se trata, não é o meu campo para saber exatamente de quem é a testemunha, rabi Yochanam, e pode ser qualquer outro, *rabi Yochanam diz nem*, a palavra significa botar os olhos, mas é bom olhar quando se tem uma acepção um pouco mais ampla, vamos olhar no dicionário Even Shoshan. A partir da palavra olho, qual é a expressão que... <pausa> A quantidade de expressões com olho é bastante grande. <pausa> Significa observar, olhar, observar. *Nem olharás o negócio no momento se não tem*, eu acho que está se referindo aqui a dinheiro, *pois o assunto*, aqui vou traduzir palavras, mas não sei exatamente o que é o sentido, *o assunto ou a palavra é devotado*, não sei se é isso, *ao coração e tudo o que é devotado ao coração*, vou botar dizendo, *e a respeito de tudo que é devotado ao coração é dito temerás as tuas*, o que será isso, *maalahaich*, <pausa> acho que é *temor divino*. O teu temor divino. Bem, o rabino, acho que era Yochanam porque em seguida, já acabou o texto, disse, *disse rabino Yochanam*. Então talvez aqui o rabino foi realmente Yochanam. Agora eu vou pegar lá a concordância para achar quais são os textos bíblicos. Quer mais uma água?

P: Não, por enquanto não. Obrigado!

S3: <pausa> A concordância bíblica, tem, é muito antigo. Eu lanço qualquer palavra do versículo e ele me diz em todos os lugares em que isso pode ter aparecido. Eu vou procurar o versículo de Jó. <pausa> E ele aparece, por exemplo, o substantivo básico e depois todas as suas formas declinadas, conjugadas e assim por diante. Então às vezes demora um pouco para a gente localizar, mas se não, vamos ver... vamos *ir'a* pela

palavra *ir'a* que é temor, e eu vou para *ir'atecha*. <pausa> Essa palavra aparece realmente nessa forma só no livro de Jó, não aparece em nenhum outro livro. *Jó 4,6*. <pausa> Então eu vou copiar daqui de dentro. *Não reside tua confiança no temor que guardas a Deus e tua confiança na retidão de teus caminhos?* A tradução já tem pontuação. Então eu pus um ponto de interrogação conforme a tradução, obviamente o original não tem pontos, não tem ponto de interrogação. Bem, eu acho que tinha outros lugares com versículos bíblicos. Aqui me parece que é no Levítico. Vamos outra vez pela concordância, conferir, ir pela palavra *minká*. <pausa> Vou procurar por outra forma, deve ser mais fácil. <pausa> Aqui não tem, não sei, deveria ter essa palavra. Deveria estar *onaah*, não está aqui. <pausa> Só se estivesse na vogal *o*, às vezes acontece. <pausa> Engraçado, não estou achando essa palavra nem de uma forma nem de outra. Vou procurar por *amit*, devia estar nas erratas, mas vou primeiro para outra chance. <pausa> Às vezes é mais fácil procurar isto direto na internet. Bom, cheguei lá. *Amit*, vamos lá, *amitecha*, é o Levítico 25, 14, aquele que você tinha me dado, posso copiar corretamente usando aqui. <pausa> Vou substituir. *Quando fizerdes uma venda a vosso companheiro ou comprardes da mão de vosso companheiro, não, eu pus fraudareis, não enganareis*. <incompreensível> está completo. *Não enganareis*, acho que não copiaram o versículo completo, *não enganareis*. Então aquela palavra financeiro, deixa eu achar enganareis onde está escrito. Vamos ver se tem alguma coisa mais de versículo. Eu estou passando de seu prazo? Estou passando do teu prazo aí?

P: Não, está ótimo.

S3: Vamos começar, <incompreensível> você vai depois, é permitido, o que eu posso fazer com a tradução do Soncino?

P: O que quiser. Pode olhar, comparar.

S3: Pode?

P: Pode.

S3: Não atrapalha?

P: Não, não atrapalha em nada.

S3: Bom, deixa eu começar tudo de novo. Ainda não estou <incompreensível> Posso copiar de novo?

P: Oi?

S3: Posso copiar outra vez?

P: Pode. Quer fazer no computador ou na <int=interromp>

S3: Não, ainda não. Vou pegar uma caneta aqui. Tem uma caneta sobrando à mão? Se você não tem, eu vou buscar uma.

P: Tenho, pode usar.

S3: Não me faltam são canetas em casa. É que eu peguei um lápis que não está bom. <pausa> *Mishná. Assim como enganar no negócio, assim é o enganar pelas palavras. Não dirá a ele qual é o valor desse objeto e ele não deseja comprar. E se arrependesse, se arrependeu não lhe dirá lembre-se dos seus primeiros atos. Se ele é filho de estrangeiros, não lhe dirá lembre-se do ato de seus pais, pois está dito e estrangeiro não enganará e não oprimirá. Guemará. Ensinaaram os nossos mestres, acho que aqui eu posso rever de novo direto da Bíblia.* <pausa> No Levítico era 20 também?

P: No Levítico era vinte e ... Era 20, 25, 25,17 e 25, 14.

S3: 14 ou 17. <pausa> Vamos ver o texto em hebraico. <pausa> Não é aqui. Estou olhando na página errada. 25, 17 <incompreensível> Só o comecinho do versículo. *Não enganareis cada um ao seu companheiro. Enganar causando sofrimento por palavras, está escrito de uma palavra <incompreensível> com de enganar por palavras ou não mas por fraude, engano financeiro. Quando lhe diz, quando lhe diz, quando fizerdes uma venda a vosso companheiro ou comprardes da mão de vosso companheiro, não enganareis. Está dito eis o que eu cumprio. Não ensinaram um ao seu próximo quanto ao engano por palavras, pois como se arrependesse não lhe dirá lembre-se de seus primeiros atos. Se for filho de estrangeiros, não lhe dirá lembre-se do ato de seus pais. Se foi estrangeiro e veio estudar a Torá, não dirá a boca que come cadáveres impróprios veio estudar a Torá, que foi dita, ditada pela Guevurá. Já é meio-dia já? Se houvesse sofrido, se houvesse sido alvo de sofrimento e males ou que tivessem atingido ou que tivesse sepultado os seus filhos, não lhe diga como disseram a Jó os seus companheiros. Não reside tua confiança no temor que guardas e tua confiança na retidão de teus caminhos?* <pausa=escrevendo> Ok. Você tem aí o Soncino?

P: Quer que coloque ele aqui?

S3: Acho que tem que ir para a mesa, né? Está ligado em algum lugar, não?

P: Não.

S3: Dá para colocar lá naquela outra mesa?

P: Dá.

S3: Meus olhos não chegam a tanto. <pausa> Por enquanto eu só estou me valendo e fazendo alteração de pontuação. Eu não quero fazer uma tradução daqui. Então eu estou colocando pontos ou aspas para tornar, para fazer a divisão das frases. Vamos ver *qual é o valor deste objeto*. Então são acrescidos pontos e aspas. *Se não deseja comprar*. Vou cortar uma palavra *se deseja comprar*. *Se não deseja comprar*. Ponto. Se, eu tinha levado aqui em consideração que se arrependesse do negócio, mas aí pela versão do Soncino, eu estou vendo que a segunda frase vai se referir a alguém que, um pecador que se arrepende, que no texto da Mishná é tratado disso. Então eu estava achando que estava se referindo a arrepender-se do negócio, mas não tem nada a ver com isso. Está se tratando de um exemplo de outra pessoa. *Se alguém se arrependeu*, penitente, né, posso usar? penitente, né? *penitente, não lhe dirá lembre-se dos seus primeiros atos*. Vou riscar aqui. *Se ele*, eu pus um ponto ali, acaba, né? *Se ele é filho de estrangeiro, não lhe dirá lembre-se os atos de seus pais, porque está escrito: estrangeiro não enganará nem oprimirá*. Ok. A Guemará, nossos, *ensinaram nossos mestres, e não, e*

não enganareis cada um o seu companheiro. Acho que <int=interromp> Eu vou alterar para ficar mais claro, colocando o que dizem, a Escritura, a Escritura refere-se a enganar causando sofrimento por palavras. Está escrito de uma palavra, seria enganar por palavras, ou não, mas talvez, mas talvez, até quanto eu posso mudar? Até quanto eu mudo?

P: O quanto achar que deve mudar. Se achar que deve.

S3: *Está escrito uma palavra se diz, se diz enganar por palavras ou talvez não seja <incompreensível> talvez não seja isto, mas por fraude, engano financeiro. Quando diz, quando está dito, quando fizerdes uma venda a vosso companheiro ou comprardes da mão de vosso companheiro, não enganareis. Está dito. <pausa> Penitente. Se alguém é penitente, não lhe dirá lembre-se dos seus primeiros <int=interromp>*

P: Ah!

S3: É mais sofisticado do que o que eu tenho aqui em casa.

P: Porque isso aqui é para salvar energia, né? Para poupar energia dele. Pronto!

S3: *Lembre-se dos seus primeiros atos. Se fosse filho de estrangeiros, não lhe dirá, lembre-se do ato de seus pais. Se é estrangeiro e veio estudar a Torá, não lhe dirá a boca que comeu cadáveres, veio estudar a Torá que foi dita por Deus. Se foi visitado por alguém que foi alvo de sofrimentos, atingido por males ou tivesse sepultado os seus filhos, não lhe diga como disseram os companheiros de Jó. Se condutores de jumentos tivessem pedido grãos, sabendo que jamais vendeu. Rabi Yehudá, é rabi Iehudá e não Yochanam, diz. Você sabe o que quer dizer traduzindo a palavra feign?*

P: Fingir, né? Simular.

S3: Fingir? *Alguém não deve simular interesse no negócio se não tem dinheiro, pois o assunto é voltado ao coração. E a respeito de tudo que é voltado ao coração é dito: Temerás o temor divino. É, razoável. Deixa eu ver mais uma coisa aqui. Se trata do versículo completo ou se tinha mais um versículo. <pausa> Faltou um pedaço. <pausa> <incompreensível> Aqui está mais bonito porque eles já incluem uns trechos na explicação, o que eu não fiz. E lembrando que eu não sou nenhuma especialista em traduzir Talmud. Agora o que você quer que eu faça?*

P: Passar o texto. Pode ser?

S3: Para o computador?

P: É ruim fazer aqui?

S3: Não.

P: Aproveitar o meu laptop?

S3: Não. Você coloca aí onde você quer que eu faça.

(o restante da conversa não interessa para os efeitos da pesquisa)

RELATO RETROSPECTIVO S3

TAREFA 1

Relato retrospectivo – Sujeito 03 – Tarefa 01

Siglas:

S3: Sujeito 03

P: Pesquisador

P: Eu queria que a senhora falasse um pouquinho do que a senhora acrescentou ou mudou comparando com a Soncino. E como eu não tinha o texto impresso ainda, eu não soube... a senhora falou que colocou as aspas, a pontuação e teve mais alguma coisa além disso?

S3: Sim, eu, houve algumas coisas que eu traduzi, alguns pequenos trechos que eu traduzi, eu já estudei um pouquinho de Talmud, mas isso tem provavelmente mais de trinta anos. Como eu não lido nada com o Talmud, eu não tenho mais nenhuma prática com algumas questões de estilo do Talmud que indicam o tipo do pensamento que foi passado, presente, citação, eu nem sei como chamaria isso em português, que um estudioso do Talmud sabe se está se referindo ao passado, alguém que mencionou alguém, quando é o caso de uma citação que nem sempre me foi óbvia ou diretamente tão rapidamente óbvia, mas não foi também tão estranho porque eu havia estudado um pouco o texto bíblico e algumas coisas do comentário. Então eu não parti do zero nesse sentido. Mas me falta, assim dizer, a palavra que eu comentei com você, o *eis que*, que é uma palavra que está lá em aramaico, que pode ser entendida de diversas formas. Eu não tenho o traquejo de perceber qual é a que deve ser, porque às vezes quem conhece, imagino, sabe não, quando é presente, você traduz assim ou você entende assim. Se é passado, você entende assim. Se é citação, você entende assim. Então, são pequenas questões de estilo talmúdico que me escapam, que eu acabei usando um pouquinho do Soncino para tornar as frases mais compreensíveis, porque eu compreendi as palavras perfeitamente, não é um texto difícil do ponto de vista de palavras, tive alguma facilidade porque eu havia estudado um pouquinho o assunto, mas o que eu havia estudado, eu não havia me atido ao estilo do Talmud que é o que me atrapalhou.

P: A senhora acha que quer comentar mais alguma coisa?

S3: Não. É um texto muito importante, mencionado muitas vezes. Não o texto talmúdico, não estou nesse campo. Mas o texto de não prejudicar o outro e essa colocação, é prejudicar por palavras ou em negócios, como é que funciona, isso é um assunto muito comentado.

P: É de ética muito importante. Foi o que o rabino me falou também.

S3: É? Nunca conversei com o rabino, mas do ponto de vista ético, porque o Talmud ainda faz as comparações e aqui, isso aqui, o que eu estou vendo aqui no texto talmúdico, ainda é simples pelo que existe hoje de comentários, quer dizer, o texto talmúdico é mais ou menos limpo. Ele faz o mínimo de comentários, mas ele faz os comentários necessários. O que se comenta depois hoje em cima do uso da palavra, do

uso da citação, da implicação do que, como eu comentei, do dicionário, é muito mais básico enganar por palavras do que no negócio. No negócio até que é meio <incompreensível> interpretações posteriores colocam quando é que uma das partes podem se arrepender do negócio, pode voltar atrás no negócio. <confuso> aqui talvez esteja também mais algum outro texto. Quer dizer, do ponto de vista de negócio, a coisa é mais antiga, discutida e foi o que acabei olhando, mas do ponto de vista moral, é extremamente sério, é extremamente pesado.

TAREFA 2

Relato retrospectivo – Sujeito 03 – Tarefa 02

Siglas:

S3: Sujeito 03

P: Pesquisador

S3: Eu mudaria dependendo do contexto literário ou de nível de linguagem necessário para outros fins, mas nada em relação a qualquer tema, não mudaria nada. Com certeza eu trataria de melhorar ele do ponto de vista de estilo. Só, mas nada a ver com religião.

P: Ah, sim. Então seria este mesmo texto?

S3: Tranqüilamente. Só do ponto de vista de estilo está uma porcaria. <para=risos> Não teria que estar de outra forma, porque mesmo o Soncino que é um trabalho muito grande, não é um trabalho definitivo. Ele tem quase cem anos, essa tradução. Ele acrescenta textos para se tornar mais compreensível, pontos, vírgulas e aspas que eu tomei a liberdade aqui. Você não colocou qual é o critério, eu pus um pouquinho de critério. Mas eu não deixaria isso como um texto final literário.

P: Claro, claro.

RELATO RETROSPECTIVO S4

TAREFA 1

Relato retrospectivo – Sujeito 04 – Tarefa 01

Siglas:

S4: Sujeito 04

P: Pesquisador

P: Bom, então qual a maior dificuldade que teve na tradução do texto, desse texto?

S4: Desse texto aí? Eu acho que é a própria linguagem, porque você não tem conectivos, você não tem pontuação, você não tem nada disso no texto. Então, mais ou menos, você tem que inferir onde uma coisa começa e a maior dificuldade é essa. Outra coisa, as letras também não são <int=interromp>, as letras do hebraico, elas são bem parecidas e aí, outra dificuldade é você ter certeza se é um *resh*, um *dalet* ou um *alef*. Então, também vai um pouquinho da tua intuição, do que você conhece, enfim, um pouquinho do texto e, daí, tem que confirmar se é isso mesmo, se isso que eu estou imaginando é isso mesmo. Então, tem que procurar no dicionário nem que seja para você confirmar que a letra que você está enxergando é isso mesmo.

P: E o que a ajudou na tradução?

S4: O que? O texto ou o dicionário?

P: Em questões, assim, de material de consulta ou de conhecimento seu.

S4: Ah, o que me ajudou?

P: É, o que a ajudou?

S4: Bom, primeiro, eu estudei um pouco de Mishná e um pouco de Talmud. Então, já começa por aí. Eu conheço a estrutura do texto, desse tipo de texto, eu conheço e eu sei que eles são truncados. Então, mais ou menos eu consigo ler e inferir alguns significados e algumas ligações que podem ter no texto. Além disso, esse tipo de reflexão que o texto faz, também é uma coisa que para mim é conhecida, não é uma coisa <int=interromp>. Eu conheço o discurso, eu conheço o tipo de texto, eu conheço até o desenho do texto, enfim, é um texto que eu já estudei, não estudei para ser traduzido, mas eu estudei no texto. Era uma disciplina que eu fiz. Enfim, eu estudei isso aí, então, só que não foi esse, é outro, mas o sistema é o mesmo. Então, isso me ajudou. Outra coisa, o dicionário, esse dicionário. Esse dicionário, ele tem uma característica importante aí, que ele te localiza as palavras no tempo. Então, você tem, por exemplo, uma palavra, posso até te mostrar, e ele vai te localizando o significado no tempo. Atualmente ele significa isso, mas no período mishnaico ele significava isso, no período bíblico outra coisa, enfim, ele te dá as modificações semânticas que o termo, ele passou por essas modificações semânticas. Esse dicionário te dá. Então, ele, eu acho que ele ajuda bastante por causa disso também. Esse outro aqui seria mais para a parte, eu acho, que do aramaico que eu iria procurar, mas como não teve necessidade. Então eu não ...

Eu até, teve, antes de ler o texto inteiro, eu até achei que talvez tivesse alguma coisa, mas depois de eu ter lido o texto todo, eu vi que realmente é hebraico, é mesmo hebraico mishnaico e ponto final. E, enfim, então, foi isso aí.

P: Pois é, eu gostaria que você comentasse uma palavra do dicionário.

S4: Do dicionário?

P: Sobre essas mudanças semânticas.

S4: Semânticas? Deixa eu procurar uma das que eu procurei. Eu já nem lembro o que eu procurei. Olha!

P: A gente pode talvez passar <int=interromp>

S4: Eu acho que é aqui. A primeira que eu procurei foi essa *onaah*. <pausa> <confuso> Olha, você pega a palavra *pai*, primeiro acádico era *av*, ugarítico, *av*, aramaico, *av*, *aba* e do árabe *ab*. E aí vai. Você tem aqui o significado, aqui, olha, *baal chaim she iesh lo nolad*. Esse aqui é um significado da Torá, da Bíblia, do hebraico bíblico. Depois <pausa> eles mudaram a representação <int=interromp>. Olha, esse aqui já é da... *iotser mizalê*, eu acho que esse *het* aqui eu acho que já é ... eles mudaram, esse dicionário aqui eu acabei de trazer. O anterior, ele tinha uns sinaizinhos que eu conhecia bem. Esse eu não conheço bem, mas como as palavras também já eram mais ou menos conhecidas, eu fui deduzindo, mas ele tem sinaizinhos que nos mostra <int=interromp>. Olha, na verdade eu tenho quase certeza que esse *het* aqui é do hebraico *het hadashá*, que é o da nossa época. Então, você tem o *tav* que indica que é da Torá, o *het* que é da <int=interromp>, e você tem o *iud* provavelmente que é <incompreensível>, né? Você tem, então ele te dá indicações do significado que ele está dando aonde ele aparece pela primeira vez. <incompreensível> esse significado aparece aqui ou ali. Então, é assim que funciona essa classificação aí das palavras. Ele vai colocando, enfim, vai te dando o histórico da palavra e aí dá para você mais facilmente encontrar o significado que <int=interromp>

P: E do *onaah* foi assim?

S4: É, foi assim. Inclusive, do *onaah* ele dá inclusive o versículo <pausa> quer ver, vou achar. Porque, muitas vezes, para você entender melhor, ele te coloca dentro do contexto da palavrinha também. E, muitas vezes, essas pequenas acabam virando expressões, versículos, enfim, às vezes um versículo inteiro vira uma expressão idiomática e você usa aquilo tudo no hebraico <int=interromp>. Olha, *onaah* é *ramaut*. Você entende um pouco de hebraico? Então, <i>ramaut ????</i> que isso também é de origem talmúdica, o *mimkar* é uma expressão que significa *negociação*, mas é do período talmúdico. <i>??? iesh lahem onaah</i>. <i>onaat mamon</i> e aí tem: na Torá aparece *onaat devarim* que é <i>????</i> e assim por diante. E uma outra segunda palavra que aparece, olha, aqui está até, não foi exatamente esse que, ah, sim, Bava Metsia, é exatamente esse. Só que não é nesse capítulo aí que a gente estava vendo, mas ele até localiza onde ele aparece, no capítulo anterior até. Ele localiza até a fonte também. Esse é um dicionário bom.

P: Fantástico. Eu já anotei aqui. Depois vou perguntar algumas coisas sobre ele.
<para=risos>

S4: Ele é muito bom.

P: É. Então, é uma outra pergunta que eu ia fazer, mas acho que ela já foi respondida, né? Como foram resolvidos esses problemas advindos da falta de informação da palavra, por exemplo, para nossa audiência atual. Então o dicionário ajudou nisso a recobrar sentidos.

S4: A recobrar sentidos. Então, agora, a próxima atração aí seria eu colocar esse texto que foi um rudimento de texto traduzido, procurar até um dicionário de sinônimos em português mesmo para encontrar o termo mais adequado em português. Enfim, para tornar o texto menos ruim, porque esse <int=interromp>, o texto da Mishná e da Guemará é um texto seco, não tem <int=interromp>. E aí, quando você vai traduzir, ele é um texto duro, é um texto que é complicado de entender porque ele é muito duro. E para você dar a flexibilidade, você tem que procurar mesmo sinônimos e até adjetivos, incluir adjetivos e outras coisas mais, porque ele tem pouco, ele é bem direto.

P: Então quer dizer que numa edição do texto, então haveria mais consulta?

S4: Ah sim. E outros tipos de dicionário agora. Já eu não precisaria talvez para as palavras em si, mas poderia mudar uma ou outra coisa porque, dependendo de, enfim, alguma palavra, porque tem palavras polissêmicas aí também que mesmo num mesmo período, a palavra *chéfets*, por exemplo, no que aparece aí, tanto pode ser *chéfets* como *chafêts* e aí eu tenho um problema, porque *chéfets* é objeto e *chafets* é desejo, é querer. Também. E *chafêts* é também de uma camada mais antiga do hebraico. E *chéfets* também, porque hoje em dia a gente usa *étsem*, tem outras palavras para objeto, mas no hebraico mais arcaico, eu uso *chéfets* e uso *chafêts* também. Então, aí tem um problema que eu ainda não decidi se isso é um verbo ou um objeto. Ainda pode mudar, nessa tradução pode mudar alguma coisa, mas eu sei a direção disso aí, eu sei para onde ele está querendo ir. Então, provavelmente, eu ainda vou consultar alguma coisa relacionada a esse termo aí para eu poder dar, enfim, dizer não, significa isso mesmo. Então, ainda tem trabalho em cima desse texto aí.

P: Por exemplo, eu anotei aqui umas pausas, às vezes mais longas, vou pegar aqui uma. Teve uma no finalzinho, parece que foi uma das últimas palavras que eu fui acompanhando o seu dedo, foi bem no finalzinho, que teve uma pausa de mais ou menos uns cinco minutos.

S4: Será que foi o *neemar*? Pode ser. Se foi esse aqui, primeiro eu não tinha certeza se era *neemar* ou *neemad*, porque o *dalet* e o *resh* aí estão meio embaçados. Então está difícil de saber se era um ou era outro. Então, primeiro eu tentei entender o que seria com *neemar* e o que seria com *neemad*. E aí eu fui confirmar se é isso mesmo, porque eu sei que *leemod* é medir. E aí eu estava achando que devia ser a medida do coração, então é o valor que eu dou, é alguma coisa assim. Aí eu fui confirmar para ver se era isso mesmo, enfim, porque ainda tinha o *irat meeloheicha* e aí, então, eu tentei ver onde que estava, onde isso se ligava. E eu acho que se liga ao início aqui quando ele diz: mas você não vai dizer para o necessitado aquilo que disseram para Jó. Você, quer dizer, no fim do teu caminho, na hora que você ficou lá quase que sem esperança, você vê, você

se lembra que, você se lembra de pedir alguma coisa, enfim, e aí ele mesmo diz <i>mi hu naqi oved</i>, quer dizer, quem que nunca perdeu nada? E aí, então, eu achei que tinha a ver, você vai fazer a avaliação e vai novamente atrás de Deus. O temor a Deus vai aflorar novamente. Então, alguma assim. Por isso que eu demorei, porque eu estava querendo saber onde entrava esse temor a Deus aí de novo.

P: Eu vou passar aqui um pouco rápido essa coisa e aí, se você quiser comentar alguma coisa. Deixa eu ver, eu seguro aqui. Aqui está vendo o que você estava fazendo no texto.

S4: Ah, as etapas.

P: Está vendo? Você escrevendo... Se você quiser comentar alguma coisa, eu paro.

S4: Pois é! Então aí, essa coisa do dinheiro, né? Então, existe, na verdade ele coloca no mesmo patamar você enganar uma pessoa por boca, só com palavras, ou enganar de verdade, roubando dinheiro. Então, aí eu estava em dúvida, porque eu não sei se em português fica tão claro quanto fica em hebraico se eu não colocar roubar ou trapacear ou <incompreensível> alguma assim, que eu também fiquei, enquanto eu estava fazendo isso, eu estava pensando: será que? E aí eu mudei, depois voltei para trás e mudei, porque eu não sei. Aí teria que fazer um outro tipo de leitura aí e ver, e um pouquinho mais de pesquisa para ver se dá para entender, se fica bem.

P: Vamos passando mais rápido então.

S4: <i>Não lhe doiga</i> Agora que eu entendi o que é. Não lhe doiga!

P: Não lhe?

S4: Diga <para=risos>

P: Ah, <i>diga</i>.

S4: É, outra coisa, que eu não traduzi aí, é aquele *baal teshuvá*.

P: Ah, sei.

S4: Porque aí, é um termo que, para colocá-lo em português, eu tenho que pensar um pouquinho como é que eu vou fazer isso, porque eu não sei se existe essa categoria aí em português. Então, para quem convive com a cultura judaica, não precisa explicar isso aí, porque ele sabe o que é. Mesmo não falando hebraico, mesmo não lendo hebraico, nada disso, mas sabe o que é *baal teshuvá*. Mas para quem não é da cultura judaica, para quem não tem contato, para quem não conhece, eu teria que traduzir. E, aí, eu não sei, eu procuraria ver se existe uma categoria desse tipo ou, então, eu tentaria explicar o que é, porque realmente uma palavra eu não sei se vai ter ou uma expressão que signifique isso. Isso eu já não sei, teria que ir atrás, porque não é converso, e não é, enfim, é alguém que resolveu virar religioso.

P: Deixa eu passar mais aqui. Você está mexendo no texto. Arrumou o “diga”. Aqui já foi a revisão do texto aí. Chegou aí ao fim. Deixe eu gravar aqui então. Enquanto eu gravo, eu mandei uma semana antes uma informação. Isso ajudou?

S4: Olha, eu até peguei o texto e dei uma lida em casa, mas eu não sei se me ajudou em alguma coisa não. Eu até pensei um pouquinho. Será que <int=interromp> eu vou te dizer, eu nem estava conseguindo lembrar sobre o que era o texto. Eu li, mas eu não estava conseguindo lembrar sobre o que era. A única coisa que eu lembrei é que não tinha nada a ver com Jó. Eu achei que talvez, mas não era, porque eu não li o Jó. Eu li mais a parte...

P: Do Êxodo, né?

S4: Só aqueles versículos que você indicou mesmo. Eu não li nada mais e aí tentei lembrar sobre o que era e não estava conseguindo lembrar. Mas provavelmente deve ter alguma coisa de ofensas <para=risos> <incompreensível> que eu não lembro, mas alguma coisa relacionada com as ofensas. Talvez se eu tivesse lido hoje de manhã, talvez eu lembrasse, mas como não foi, foi logo que você mandou, eu dei uma olhada, eu esqueci.

TAREFA 2

Relato retrospectivo – Sujeito 04 – Tarefa 02

Siglas:

S4: Sujeito 04

P: Pesquisador

P: Bom, então, o que foi modificado da tarefa 01 para a tarefa 02 do texto?

S4: 02? Primeiro, eu dei uma enxugada no texto. Eu tirei aquilo que eu achei redundante. Enfim, ele volta, ele fala várias vezes a mesma coisa. Enfim, numa sintaxe também bem difícil de ser entendida. Para mim, até às vezes eu nem acho, eu fico em dúvida se eu até coloquei tudo numa sintaxe normal, porque essa formulação é meio estranha. Então, às vezes eu tenho até dificuldade de perceber que, muitas vezes, ela é esquisita, mas, enfim, em primeiro lugar, o que eu procurei fazer foi enxugar o texto, tirar o que eu acho que é explicar demais alguma coisa que dá para entender com menos palavras, explicar mais diretamente. E tentar explicar o termo ali que eu deixei sem traduzir. Então, praticamente acho que foi isso.

P: Por exemplo, o *Baal Teshuvá*.

S4: É. E daí eu dei uma <int=interromp>

P: Vamos passar aqui mais rápido. Veja se você lembra de comentar alguma coisa a mais. <pausa>

S4: Na verdade, muda um pouco por causa do texto. O texto procura reproduzir a fala de todos os que participam e eles querem, na verdade, o objetivo aí não é só dar o

resultado da discussão, mas é colocar a discussão inteira para eu saber qual é a linha de pensamento deles, qual é a lógica que eles usam para dizer que é isso ou aquilo. Enfim, então, o texto vira outra coisa. Esse aqui é uma tentativa de reproduzir uma conversa e o final da conversa, bom, a gente decidiu ou não decidiu, porque também não é obrigado a decidir, mas a discussão foi essa aí. Fulano disse isso, eu acho que é aquilo, aquele outro acha que é aquilo outro. Então, enfim, muda completamente. Aí já não é mais esse tipo de texto, é um texto que está dizendo o que está escrito aqui e um resumo da conversa. Eles conversaram sobre isso e chegaram à conclusão que isso é igual a isso, pronto.

P: Ótimo. Quer comentar mais alguma coisa, professora?

S4: Olha, a única coisa que eu estou lembrando agora, porque também eu acabei de traduzir um texto sobre Cabalá. Não é um texto religioso, mas é um texto filosófico que trata <incompreensível>. Eu traduzi esse texto faz uns oito meses mais ou menos. Entreguei e aí ele foi para a revisão. O revisor agora me devolveu o texto e pediu para eu dar uma olhada para ver se concordo com as correções e com sugestão de alguma mudança de sintaxe, enfim. E aí eu dei uma olhada e acabei fazendo outras consultas e modificando mais coisas. Então, o que acontece, é que depois de um distanciamento, você retoma, principalmente porque filosofia e religião estão ali mais ou menos perto. São textos que meio te dão uma obrigação de <int=interromp>, você se sente meio amarrado até com a ordem das palavras. Enfim, algumas coisas aí que amarram e com uma exatidão. Então, como você está trocando de língua, as palavras não têm a mesma polissemia. E aí você fica procurando alguma coisa que tenha pelo menos uma parcela maior, enfim. E em oito meses eu tive contato com outros textos e aí você também vai modificando. Então, a tradução, quando você relê, é duro. Você relê e <incompreensível> <para=risos>.

P: Eu sei, eu sei como é.

S4: Isso está acontecendo agora com esse texto que eu estou agora retrabalhando para devolver. Então eu até vou dizer para ele: agora você faz a revisão e não me manda mais, porque, se você me devolver, é aí que vai ficar vai e volta, vai e volta e esse negócio não vai para frente. Então, é uma coisa meio complicada, esse tipo de texto, porque tem uma carga aí de santidade convencionada que você se sente meio, poxa, eu vou pisar em alguma bola aí e eu não quero ser responsável por mudanças ideológicas de ninguém. Eu só estou querendo colocar o que <int=interromp>. Mas é difícil porque, de qualquer forma, passa pelo meu entendimento.

P: Sim.

RELATO RETROSPECTIVO S5

TAREFA 1

Relato retrospectivo – Sujeito 05 – Tarefa 01

Siglas:

S5: Sujeito 05

P: Pesquisador

P: Qual a maior dificuldade na tradução desse texto?

S5: A maior dificuldade? Acho que, primeiro, tem umas expressões meio arcaicas, que não são do hebraico moderno e ou expressões ou termos. No caso dos rabinos, são as expressões que eles usam, às vezes meio metafóricas para falar de alguma coisa. E os termos, acho que é isso.

P: E o que ajudou na tradução?

S5: O que ajudou? Aí vai um monte de coisa. Tem, acho que primeiro de tudo, meu conhecimento de mundo mesmo e minha familiaridade com o texto. Saber da cultura, saber do que estava tratando o texto, o contexto. Bom, e aí depois, todas as ferramentas: dicionário, glossário. É, acho que mais dicionário e glossário assim, raiz das palavras, conhecimento da língua. Tem umas palavras que eu consegui matar por isso. Mas acho que isso é tudo secundário. Se você não tem o conhecimento de mundo, não tem o conhecimento da cultura, o dicionário e os glossários não te ajudam para nada.

P: Você gostaria de comentar algumas palavras especiais ou expressão em especial?

S5: Sim, eu vou pegar aqui. A primeira já começou com *onaah* que foi uma palavra assim difícil de falar, de traduzir. Mas aí era uma palavra só, era um pouco mais fácil. Eu procurei no dicionário e tinha. Bom, depois tinha termos judaicos como, por exemplo, *baal teshuvá*, uma pessoa que é *baal teshuvá*. Só que como era para um texto para quem conhece o judaísmo, eu deixei. Então não precisei ficar me preocupando em traduzir e se fosse para outra pessoa, aí complicaria um pouco mais, se fosse para quem não conhece o judaísmo também. Bom, e aí depois, o que mais me pegou, assim, foi a parte que o Rabi Yehudá fala, a parte que o Rabi Yehudá fala, e aí ele fala aqui, como é? <incompreensível> Deixe eu achar. É, <i>af lo itlê enav</i>, que eu não sabia o que era, nunca tinha ouvido. Bom, dá para entender que é alguma coisa com os olhos, pôr os olhos em alguma coisa, assim, e aí eu acabei traduzindo por desejar ou cobiçar, assim. E quando a pessoa, ele fala aqui, bom, <i>masur lev</i> também era outra coisa que eu não entendia, também dava para entender que era alguma coisa com o coração, e aí tive que procurar o que é. E ele falava de *dam*, alguma coisa com sangue. Então, todas essas expressões, *não vai pôr os olhos, isso afeta o coração*, alguma coisa com o coração, e não pode pôr os olhos quando a pessoa não tem sangue. E aí, todo esse tipo de expressão é metafórica, você tem que ficar procurando. Foram as mais difíceis, acho.

P: E, no texto, você percebeu características de cunho lingüístico que você julgou necessário reproduzir na tradução?

S5: Reproduzir eu não sei, mas adaptar, sim. Então, por exemplo, o texto talmúdico às vezes é bem elíptico, assim, ele presume que o leitor saiba muita informação e a frase fica cortada, assim. São frases bem sintéticas. Então, isso eu não reproduzi, justamente. Eu fiz ao contrário, eu explico a frase. Então o texto acaba ficando um pouco maior. Outra coisa: tempos verbais. Não bate, com certeza, com o hebraico. Então, por exemplo, ele fala assim, ele usa um tempo verbal do futuro e no português fica no passado ou ao contrário. Então, por exemplo, *não se deve perguntar a uma pessoa quanto custa isso*. Ou *não se deve falar a uma pessoa*. E aqui ele fala: *não falará para uma pessoa, não perguntará para uma pessoa*. Então, assim, esses tempos verbais toda hora eu fico atento, o tipo de frase construída, o tipo de pergunta quando fala: tal pessoa perguntou para tal pessoa, porque o Talmud é uma discussão. Então fala, ah, tem uma parte lá que ele fala mesmo: *você está dizendo que esse versículo se refere a isso, mas será que não é isso?* E para falar em português é uma frase enorme, em hebraico são duas ou três palavrinhas. Então todas essas coisas eu fico atento, assim, na parte sintática.

P: Uma semana antes eu te mandei uma contextualização. O que você fez com ela?

S5: Na verdade, eu só peguei os trechos que você mandou. Você falou que os mais importantes eram Êxodo 22,20, Levítico nos versículos 17 e 14. Dei uma procurada, tentei já imaginar o que seria a discussão em volta, conhecendo o texto talmúdico, mas eu não consegui achar nenhuma relação, na verdade, entre os versículos. Achei que era alguma coisa a ver com estrangeiros porque fala muito disso, mas no fim o texto acabou falando de difamação através da palavra e tal. Então, só o que eu fiz foi isso, pesquisar já os trechos, saber do que se tratava, já imaginar a tradução, porque também isso é uma coisa que eu faço. Eu nunca traduzo, quando é trecho bíblico, não sou eu que traduzo, eu pego de alguma versão da Bíblia. Então, já fui procurar em alguma consagrada.

P: Por quê?

S5: Por quê? Boa pergunta. Eu não sei, acho que com o texto bíblico eu não tenho que mexer assim. Acho que já tem um monte de tradução aí conhecida, então não sou eu que tenho que fazer mais uma tradução. Sempre que cita um verso, eu já pego de uma tradução conhecida, ponho nota de rodapé e a pessoa que vá lá verificar, assim. Se ela não gostar, depois ela discute com o cara que traduziu a Bíblia, mas eu me isento disso, entendeu? Porque, é por isso, eu acho, porque tem muita tradução da Bíblia, já não preciso eu fazer uma. Fora aquela linguagem que está acostumado a usar com a Bíblia de vós e tu, se tu fordes, se tu não sei o que, então já pego pronto que facilita.

P: E abreviaturas, por exemplo, do texto, como a que apareceu, *Rabi Yehudá*.

S5: Isso.

P: Como você sabia que era *Rabi Yehudá* e não pode ser outro?

S5: É, então, na verdade, tenho o conhecimento de mundo. Na verdade, podia ser vários, eu não tinha pensado nisso, mas acho que o mais famoso é Rabi Yehudá e vem primeiro. E a versão que eu uso, porque eu não usei essa folhinha, tem notas de rodapé. Então, também dei uma olhada, o que ajuda. Então, essa versão, não sei se você

conhece, ela tem o texto original e do lado, às vezes o cara explica algumas coisas. Então, acho que na explicação estava *Rabi Yehudá*. Mas no texto, realmente, aparece como *resh iod* só e poderia ser qualquer um.

P: Ok.

TAREFA 2

Relato retrospectivo – Sujeito 05 – Tarefa 02

Siglas:

S5: Sujeito 05

P: Pesquisador

P: O que mudou de uma tradução para a outra?

S5: Mudou todo o contexto. Então, o texto inteiro tem que mudar. Mudou todo o público. Mudou as notas de rodapé, que eu odeio pôr, mas tive que pôr um monte. Acho que no outro tinha só as citações bíblicas e agora, duas, três, e agora tem 7 notas de rodapé, porque acho que fica um texto chato para ler, mas também não tem muita opção. Senão ou o texto fica muito grande para você explicar o termo ou você tira e põe na nota de rodapé. E acho que perde um pouco do contexto judaico mesmo, para o leitor, assim. Perde o <int=interromp>, é como se fosse o jargão, é como se o judaísmo tivesse o seu jargão da sua profissão, assim, e você tem que tirar isso. Uma coisa que já está de pronto para um judeu, você tem que tirar e acho que o texto fica um pouco empobrecido. Aí tem que virar nota de rodapé para dar uma enriquecida para contrapor isso.

P: É, porque senão não entende.

S5: É, exatamente.

P: Contexto diferente.

S5: Exatamente. Às vezes termos básicos. Começa já com *Mishná*, a primeira palavra já. *Mishná*, uma nota de rodapé para explicar o termo *Mishná*. Quando, para um judeu, ele pode nem saber o que significa *Mishná* e tal, o termo já foi perdido, mas *Mishná* e *Guemará* já são coisas que um judeu que vai ler esse tipo de texto sabe. E para um *goi*, para um não judeu <para=risos>, você escreve em baixo o que significa, de onde vem, qual o intuito e tal.

RELATO RETROSPECTIVO S6

TAREFA 1

Relato retrospectivo – Sujeito 06 – Tarefa 01

Siglas:

S6: Sujeito 06

P: Pesquisador

P: Qual a maior dificuldade na tradução de um texto assim?

S6: A maior dificuldade realmente é entender expressões, algumas expressões arcaicas que são – como eu falei – muito coloridas que dá até vontade de traduzir ao pé da letra, mas... Principalmente essas expressões mais arcaicas.

P: E o que ajudou você na tradução?

S6: Ajudaram bastante os dicionários e minha outra consulta ao Tanach em hebraico.

P: E você gostaria de comentar algumas palavras que ofereceram maior dificuldade, que você teve que procurar mais tempo?

S6: Palavras no hebraico mais arcaico como *mêkach*, que espero que seja assim que se pronuncie, que é um tipo de suborno que hoje em dia se diz “shôchad”, palavras assim mais <int=interromp>. Fora isso...

P: Por exemplo, eu fiz aqui algumas anotações, olhei pelas pausas que você fez. Por exemplo, você teve uma hora que perguntou *hêfets* ou *hafêts*.

S6: É, foi.

P: Como é que você resolveu se era *hêfets* ou *hafêts*?

S6: Por causa do contexto depois em volta. Ele estava falando de comércio. Então, era provavelmente um objeto e não um desejo. Poderia ser também um objeto de desejo, mas aí é outra história.

P: Você também usou o Tanach, depois usou Bíblia em português. Por quê?

S6: Para ter certeza da tradução. Eu estava com uma dificuldade no texto bíblico, eu não sou exatamente uma teóloga. Então, na hora de traduzir realmente uma passagem bíblica, eu prefiro dar uma olhadinha antes na Bíblia em português.

P: E aí você transcreve do jeito que está na Bíblia ou você dá a sua tradução?

S6: Eu dou a minha tradução. Eu sei que isso pode ser um pouquinho polêmico, mas <para=risos>

P: Por quê?

S6: Porque a tradução de textos bíblicos é aquela coisa: se você <int=interromp> depende do público a que se destina. Se você traduz para um público católico, eles esperam ver uma citação da Bíblia católica. Se você traduz para um público protestante, eles esperam ver uma citação da versão protestante. Se você põe para eles a versão errada – entre aspas – pode haver uma grande grita, um problema de <int=interromp>, essa não é a minha Bíblia. Então, quando é um texto assim mais acadêmico, eu tento dar uma tradução direto do hebraico, que eu acho que é um pouquinho mais neutra.

P: E houve expressões ou palavras, partes do texto, que você teve que adaptar por ser um texto arcaico? Você teve que adaptar para os dias de hoje?

S6: Houve sim. Principalmente na parte das expressões, que continha as expressões. Então, nós falamos *itlê enav*, que virou *não tentarás* e coisas assim. A minha mãe está lembrando de uma tradução que eu fiz de um texto jurídico que veio de Israel e havia muitas traduções emprestadas da Bíblia e dos livros sagrados e da cultura mais arcaica que nós tivemos que traduzir e atualizar, muitas vezes citar as fontes ou a referência cultural.

P: Eu mandei para você <int=interromp>. Você quer comentar mais alguma coisa?

S6: Não, não.

P: Eu mandei para você uma semana antes alguns trechos da Torá.

S6: Da Torá.

P: O que você fez com essa informação?

S6: Eu li. Eu fui até a Bíblia e procurei. Realmente é uma exaltação às punições contra as pessoas que agem de maneira desonesta. Será separado e, inclusive, punição pena de morte para a pessoa desonesta.

P: Isso te ajudou de alguma forma ou a informação seria desnecessária?

S6: É um contexto a mais para saber o que mais ou menos esperar do texto, mas se ela não tivesse sido dada, também não teria muito efeito sobre o texto.

P: O que uma pessoa precisa ter para poder traduzir um texto sagrado?

S6: Bagagem cultural muito grande, muita leitura, muita inserção nessa cultura, quer dizer, eu, nos meus tempos em Israel, não lia, eu não sentava para ler Guemará. Ou mesmo a Torá em hebraico. Pouquíssimo do meu tempo era tomado por leituras bíblicas. Mas você precisa estar inserido no contexto da cultura para poder <int=interromp>, para conhecer, para saber mesmo. O interessante em Israel é que isso está sempre na televisão ou nos jornais, o que o rabino fulano disse, o rabino sicrano falou, e porque isso é aquilo. Então, você, às vezes não tem nem como escapar dessa discussão religiosa. É um tema muito importante lá entre eles. Existem tensões culturais

entre os religiosos e os não religiosos que levam a uma grande troca de informações. Então, é preciso estar inserido, você precisa conhecer essa cultura.

TAREFA 2

Relato retrospectivo – Sujeito 06 – Tarefa 01

Siglas:

S6: Sujeito 06

P: Pesquisador

P: O que foi modificado da tarefa 01 para a tarefa 02?

S6: Da tarefa 01 para a tarefa 02 eu tirei, eu tinha adicionado para *penitente*, a palavra *penitente*, eu adicionei para a comunidade judaica o hebraico original transliterado *Baal Teshuvá*. Para uma comunidade cristã eu não usaria a palavra hebraica porque senão entenderiam de qualquer maneira, simplesmente coloquei uma nota de rodapé, explicando o que é um penitente na cultura judaica. E outras notas de rodapé assim, explicando o que é a Torá e também uma ou outra expressão do texto que possa parecer mais obscura, assim, de compreensão mais difícil.

RELATO RETROSPECTIVO S7

TAREFA 1

Relato retrospectivo – Sujeito 07 – Tarefa 01

Siglas:

S7: Sujeito 07

P: Pesquisador

P: Qual a maior dificuldade na tradução de um texto talmúdico?

S7: Olha, a maior dificuldade é a falta de correspondência de termos em português, por melhor que você possa passar o sentido. Mas muitas vezes a gente não pode esquecer que está lidando com uma língua que existia <int=interromp>, línguas que existiam muito antes do português. Então, essa é uma coisa complicada. Você <incompreensível> se é possível traduzir, mas de repente a coisa fica muito distante.

P: E o que o ajudou na tradução desse texto?

S7: O que me ajudou? O dicionário, <incompreensível>, eu olhei o dicionário para alguns termos aí. Agora, veja, o que me ajudou?

P: É, o que um tradutor precisa <int=interromp>

S7: Para fazer uma tradução da <int=interromp>? Ah, você precisa conhecer processo talmúdico. Você precisa ter estudado antes, vários entendimentos, você precisa ter um trato com o texto já. Não é o conhecimento do modo de operação do Talmud. Você precisa conhecer, você precisa ter uma noção assim mais ou menos <int=interromp>, você precisa ter uma noção bastante razoável do que é o livro, concepção de época, tudo isso. Do método talmúdico também. Como eles vão desenvolvendo as teses. Isso é importante porque as associações <int=interromp>. Há pessoas que dão uma olhada num texto desse, a impressão que têm é de que um monte de frases que vão se juntando ali e que não estão fazendo muito sentido, mas estão fazendo muito sentido. Só que você tem que procurar captar uma forma de pensamento que eles tinham. Não é isso? É uma forma de pensamento, não é primitiva, pelo contrário, é bastante sofisticada e era da época e do local. Pode chamar de oriental, sei lá o que, semítica, não sei. Eu não vou arriscar nada disso. É uma forma talmúdica de pensar, eu digo isso.

P: Houve problemas de cunho lingüístico de difícil solução?

S7: Há vários. Por exemplo, eu fiz uma tradução às vezes até aproximada, porque se eu fosse fazer uma tradução como eu gosto de fazer, uma tradução que entra já no terreno da literatura, eu... uma que eu não poderia fazer isso com essa rapidez, eu com certeza <int=interromp> é isso que me estimulou. Sou capaz até de fazer uma tradução de todo o texto, como eu acho que deve ser feita ou como posso tentar fazer uma experiência para o meu objetivo: aproximar o leitor de uma forma realmente efetiva ao texto talmúdico. Você entendeu? O mesmo desconcerto que uma pessoa que fala hebraico: você pega um texto que esteja escrito em hebraico no Talmud, na Mishná e na

Guemará, uma baraita, a pessoa estranha também se ela não está <int=interromp>. Então, por exemplo, o brasileiro que vai ler, fala: “poxa, o que é isso aí? Está em português, mas eu” <int=interromp>. Então, numa tradução, eu procuro não facilitar as coisas. Como é o caso aqui. Aqui estou explicando, eu tento explicar, nem sei se está tudo certinho, mas estou explicando assim mais ou menos, uma tradução mais explicativa. Mas eu traduziria sem as ligações, sem preposições. O hebraico é pa, pa, pa. E você indo ao Talmud, eles não fazem nem uma concessão, porque é oral, isso é oralidade, estão falando tal coisa, ele vai associar e vai lembrando, vai lembrando, vai lembrando. Então, você tem que estar muito atento para perceber. E isso é permitido pela própria estrutura do hebraico e do aramaico também, <incompreensível>. Tem tudo isso. Em português, aí você põe <incompreensível>, vai enchendo de coisa. Isso me cansa um pouco na tradução para o português.

P: Mas é necessário?

S7: Quando eu traduzi, por exemplo, aqueles textos do Talmud, eu evito. Eu fico igual ao texto talmúdico, você sabe?

P: E como criar no leitor essa capacidade de inferir esse pensamento talmúdico na hora de ler um texto bem sucinto?

S7: Você faz o seguinte: você faz como os rabinos fizeram. Você coloca uma explicação ao lado. Você sabe? Porque tem o texto, depois ele vai ao texto e volta ao texto. Os rabinos fizeram isso, o Rashi fez isso. Eles fazem isso. O Maimônides fez isso, ele pegou a Mishná, depois na Mishnei-Torá, ele dispensa o Talmud, você pega isso aqui, lê e fica sabendo. Agora, o que acontece: como os rabinos não são nem um pouco bobos, eles não dispensaram o Talmud, pegaram a Mishná e apenas incorporaram a estrutura do Maimônides naquilo lá. É isso aí, porque é genial, é grandioso, mas faz parte aqui.

P: E gostaria que você falasse um pouco dessas características de cunho lingüístico como, por exemplo, o *peregrino* com *ger*.

S7: Ah, bom, isso aí, o que me ocorreu, eu não sabia essa tradução da <int=interromp>, porque a palavra *peregrino* quer dizer aquele que viaja, aquele que erra, aquele que não sei o que. E tem uma outra coisa também: peregrino também é algo excelente. E se nós pegarmos na Torá, em todas as discussões que tem, às vezes tem alguém que fala lá que o *guer* é como uma sarna. Ou ele é um cara extremamente exagerado ou então é uma pessoa que isso incomoda também todo mundo, é um chato. Então, supostamente ele é suspeito, ele não entrou direito na atmosfera judaica ou então ele é exaltado o tempo todo, muito exaltado como realmente algo maravilhoso que aconteceu. Você pode dizer que o Abraão foi *ger* nos dois aspectos: aquele peregrino, na g-e-r no meio, então a sugestão está, ou seja, eu percebi que dentro da palavra portuguesa “peregrino”, o *ger* está dentro dela, é uma maravilha. O *ger* está dentro da palavra *peregrino*, a alma do peregrino é o *ger*. Isso aí a gente pode fazer um ensaio, você pode escrever um negócio aí.

P: Exatamente. E tem outras palavras que você gostaria de comentar?

S7: Deixa eu ver. Ah, tem uma coisa aqui, por exemplo, no final do trecho que fala, você sabe, você pôr os olhos na mercadoria. Eu fiquei em dúvida e se eu vier a fazer uma nova tradução, que eu estou pensando em fazer uma nova tradução, fazer uma tradução aí do meu jeito, isso eu estou pensando já em usar. Como é que está ali? <i>e não deixa teus olhos crescerem sobre a mercadoria</i>. Olho grande. O que faz o olho grande? Vê tudo. É o olho do ambicioso. É a tradução perfeita, me parece muito mais próxima do sentido do original, porque o cara que põe o olho numa coisa, que cola o olho numa coisa ali, e ele o que faz? Ele transfere aquilo para o coração dele. O desejo íntimo dele, a obsessão dele que vai ser uma máquina de produzir erros e ambição, inveja no outro. É um horror as consequências disso. Então, você vê, uma coisa maravilhosa no Talmud, isso é muito delicado, é muito especial, esses detalhes assim desse tipo, que podem parecer supérfluos, <incompreensível>, mas que têm uma profundidade psicológica, filosófica, sabe, aqui no caso é ética, um negócio muito sério, mas também psicológico. É incrível a capacidade sintética desse texto. <incompreensível>. Eu gosto desse livro. É um livro muito estimulante. Você vê, é um texto antigo que a gente lê isso aqui, é atual e não se discute. De preferência para tentar praticar, não é verdade? É uma coisa assim. E não é uma moral moralista, idiota, é uma ética, é uma reflexão ética de alto nível. Agora, com uma coisa, eu acho que com uma vantagem muito grande, você pode dizer que naquela época as pessoas entendiam isso, discutiam também, a gente pressupõe que era a linguagem que eles entendiam perfeitamente.

P: E tem mais alguma outra coisa?

S7: Deixa eu ver. Deixa eu ver aqui. <incompreensível> Aqui uma coisa, *fraude por dinheiro, fraude monetária, fraude financeira, fraude monetária* ficaria melhor, *fraude por dinheiro*. Às vezes a gente fala *monetária, moeda*, fica meio abstrato e o Talmud é muito concreto. Então, eu prefiro <int=interromp>, tem várias coisas aí que eu <int=interromp>, isso aí não é <incompreensível>, tem coisa para ser corrigida, pode ser que tenha até algum equívoco aí na tradução <incompreensível>, mas tem que buscar muito essa concretude do Talmud. Isso é maravilhoso.

P: Eu mandei por e-mail, antes, os trechos da Torá a que ele se referia. Isso ajudou em alguma coisa? Não?

S7: Ajudou, porque, assim, eu vi, eu falei, isso aqui com certeza é *Bava Metsia*, porque está implicada aqui alguma coisa de relação com pessoas e, sabe, norteou. Isso aqui é *Bava Metsia*.

TAREFA 2

Relato retrospectivo – Sujeito 07 – Tarefa 02

Siglas:

S7: Sujeito 07

P: Pesquisador

P: Então, mudou alguma coisa no texto se fosse para uma comunidade leiga?

S7: Olha, a rigor eu faria o texto como eu acho que deveria fazer. Não assim. Essa é uma primeira aproximação. Foi isso. Eu faria um texto como eu acho que deve ser feito, me aproximando do texto original, porque isso é um texto religioso. E como é o texto, por exemplo, da Torá. Esse texto é irredutível. A minha posição assim é: eu não aceito, por exemplo, as traduções facilitadas e as traduções explicativas, porque elas são ideológicas. Elas são uma falsa facilitação, uma facilitação perigosa, porque você está querendo conduzir pessoas. Eu acho que o desafio do texto é: isso é um texto que hoje exige estudo, o texto da Bíblia não é um livro fácil, nunca foi. Foi escrito por homens extremamente inteligentes, que eram sábios, grandes escritores e como se percebeu muito bem nos últimos tempos, a partir do Auerbach, aquelas coisas, e também aquela teoria da Bíblia, aquela teoria dos alemães, eles também perceberam a complexidade. Isso é o mais importante. Não é um texto primitivo, um texto tosco. E Auerbach demonstrou que não deve nada para os textos gregos, é outra coisa. É isso. Então, eu acho que o texto permanece naquela sua distância. Não tem jeito. Para a gente se aproximar desse texto, não é fácil. É preciso lutar para chegar lá. Qualquer um. Precisa muito esforço para chegar lá.

P: Sim. Aí, como seria uma possível solução? Notas, assim, comentários?

S7: Você pode colocar, a nota acho que é obrigatória na tradição do Rashi. O Rashi é medieval. O Rashi e outros estudiosos também. Tem muitos outros assim como ele. <incompreensível> O texto acho é uma interpretação. Agora, essa interpretação não pode fugir do texto. Você cria, mas você volta ao texto. O midrash, você fala do seu tempo, mas a referência é a Torá, a Mikrá, você volta para lá e você está sempre voltando, você percebe? Não adianta. Quando começou aquela tradição de se explicar a Torá com as traduções. É uma explicação para o povo. <incompreensível> que deu o comentário. Mas o texto está. Primeiro, você lê em hebraico, depois você lê a tradução. E outra: não se recomenda alguma tradução, há um limite para essas coisas, para o uso da tradução, para o estudo da tradução. Eles sabiam o que estavam dizendo. Você vai à tradução, você dispensa o original e acabou-se. Isto eu estou falando numa determinada <int=interromp>, não é para todo mundo aprender hebraico para ler a Bíblia. É o fim da picada, imagina. Estou dizendo que tem essa questão para ser pensada. Seria um absurdo. Não tem sentido. Como, por exemplo, para ler o Corão, vamos dizer que todo mundo saiba árabe. Seria o ideal. Para ler o Corão, você precisa de anos de estudo.

RELATO RETROSPECTIVO S8

TAREFA 1

Relato retrospectivo – Sujeito 08 – Tarefa 01

Siglas:

S8: Sujeito 08

P: Pesquisador

P: Qual a maior dificuldade para traduzir um texto assim?

S8: A maior dificuldade para traduzir um texto assim é a falta de familiaridade com o texto. Porque é muito fácil você ler um jornal de uma linguagem mais atual em hebraico. E outra coisa é quando você está tratando com um texto que, além de ter sido escrito há dois mil anos atrás, foi também escrito com a mentalidade das pessoas daquela época. Essa é a maior dificuldade.

P: E o que ajudou você na tradução?

S8: O que me ajudou e o que ajuda muito numa tradução é a experiência passada que você tem e também no momento, na hora ali da tradução é você recorrer ao que você tem em mãos. São os dicionários e raciocínio. Você tem que raciocinar.

P: Teve algumas palavras ou expressões que foram mais difíceis de traduzir? Você pode comentar alguma coisa?

S8: Posso. Teve sim, teve algumas expressões, umas seis palavras que foram difíceis, eu nunca tinha tido contato. Logo a primeira palavra, tirando a preposição, fora a preposição, eu conhecia a palavra, por exemplo, *onaah*, que eu sei que é o “engano” e tudo, mas ela é composta por outro termo e isso me levou a pensar um pouco qual seria o sentido. Teve também algumas palavras que, na verdade, não me recordei de ter tido contato com elas anteriormente não. Então eu precisei realmente traduzi-las. São palavras menos usáveis, menos faladas no hebraico no dia-a-dia.

P: Eu me lembro, eu anotei aqui que você disse ter uma dúvida quanto a *toné*, que você falou que a raiz pode ser tanto ligada a riqueza quanto a engano. E por que você decidiu por “engano”?

S8: Na verdade, eu já estava convencido de que se tratava de engano, apesar de que eu não tenho esse tipo de experiência de leitura na Torá ou de Talmude, mas eu já conhecia. Mas eu também sabia que tem essa raiz de opulência, de riqueza e eu achei que poderia estar alguma coisa ligada, mas eu confirmei e vi que não tem nada a ver. E o texto teria que ser obrigatoriamente traduzido como “engano”.

P: Eu queria que você comentasse também sobre o *chamarim*.

S8: O *chamarim* foi também uma coisa nova para mim. Eu compreendo o *chamarim* como mercadores, que traziam suas mercadorias sobre jumentos, mas ao consultar

<int=interromp>, porque o hebraico, você tem que se deter à raiz das palavras para você compreender o sentido delas. E foi o caso desse termo aí.

P: Por que você resolveu por “comerciantes”?

S8: Porque resume mais. Posso colocar entre parênteses: mercadores que conduziam suas mercadorias sobre jumentos etc., etc., assim como tem os mercadores que conduziam seus camelos. Como tinha, e tem até hoje.

P: E no seu texto, você percebeu características no hebraico que você acha importante reproduzir no texto em português?

S8: Em que sentido? Não entendi.

P: Por exemplo, o estilo do Talmud. Você procurou manter esse estilo no português ou você <int=interromp>

S8: Não sei se eu procurei manter o estilo em português não, porque às vezes a tradução obriga você a simplesmente traduzir certas terminologias e ficar preso naquilo ali por haver falta de palavras para traduzir certos termos do hebraico. Entendeu? Eu acho que é isso, muitas vezes você tem que traduzir e simplesmente.

P: Você quer comentar mais alguma coisa?

S8: Olha, eu espero que a minha tradução possa ser útil.

P: Vai ser. E uma última pergunta aqui: eu mandei para você uns versos da Bíblia para contextualizar. O que você fez com eles?

S8: Eu anotei aqueles textos para poder realmente dar uma lida, para familiarizar, mas como eu te falei que tive problemas de saúde, eu não tive condições. E quando eu me senti melhor, que eu fui procurar, eu não lembrava mais da referência.

P: Mas depois você consultou? Hoje não?

S8: Não, eu consultei durante a tradução.

P: Ah sim. E isso ajudou?

S8: Ajudou, ajudou. Eu já fazia mais ou menos idéia daquilo, porque eu já tinha lido isso nas “parashot” semanais.

TAREFA 2

Relato retrospectivo – Sujeito 08 – Tarefa 02

Siglas:

S8: Sujeito 08

P: Pesquisador

P: O que muda da tarefa 01, que é para uma comunidade judaica, para a tarefa 02, que é para uma comunidade leiga?

S8: O que muda, seria justamente a forma de se expressar, a forma de colocar as palavras, porque está dentro do contexto judaico e a comunidade leiga não está acostumada com certas terminologias, certas colocações. Então, teria que ser traduzido de forma bem leiga, de maneira que pudesse alcançar a capacidade de compreensão da outra comunidade. Tem que fazer uma mudança geral no texto para facilitar a compreensão. Seria uma nova versão, a versão de uma versão.

P: Você mudou alguma coisa aqui já.

S8: Eu mudei algumas coisas.

P: Mas ainda não é suficiente?

S8: Eu acredito que só se a gente quisesse passar isso de uma forma sistemática. Se fizesse muita questão de que todo mundo que lesse, compreendesse tão facilmente. Mas eu acho que o texto assim já daria para a pessoa compreender sim. Eu acho que seria possível entender.

